



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MESTRADO EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E TERRAS
TRADICIONAIS – MESPT**

**DA DIÁSPORA NEGRA AO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS
Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola
Conceição de Salinas-BA**



Elionice Conceição Sacramento

**BRASÍLIA
AGOSTO DE 2019**

ELIONICE CONCEIÇÃO SACRAMENTO

DA DIÁSPORA NEGRA AO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS

Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola

Conceição de Salinas-BA

Projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade Junto aos Povos e Terras Tradicionais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Tereza Reis da Silva

Comissão examinadora:

Profa. Dra. Ana Tereza Reis da Silva (Orientadora) – UnB

Profa. Dra. Cristiane de Assis Portela – UnB

Prof. Dr. Geri Monice Augusto – Brown University

Profa. Dra. Monica Celeida Rabelo Nogueira – UnB

Brasília, agosto de 2019

DEDICATÓRIA

Aquilo que não é só seu você não pode dedicar, tem que compartilhar, fazer entrega. Esta dedicatória é, portanto, uma partilha/entrega.

Entrego este trabalho ao mangue, à lama, às águas e ao vento para que cumpram o seu papel.

Às mulheres negras e afro indígenas.

Às minhas ancestrais, especialmente às mães da terra, de parto e de Santos.

Às pequenas Alice Vitória, Eliza Helen, Adriele e Jonatas

Às meninas e aos meninos que ainda serão geradas/os.

Tia Tereza, Tia Esperança e Tio Joel, Dona Noêmia, Berenice, Salfira, Terezinha, Ruth, Zequinha a parte que me cabe eu dedico a vocês!

Este trabalho realmente não é meu, e eu só cheguei até aqui porque não ando só.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

À espiritualidade indígena e à ancestralidade afro brasileira.

Aos manguezais, à lama, às águas e aos ventos.

À minha família que sempre acreditou na minha capacidade “intelectual”, investiu energias para garantir minha caminhada e apoiou minha pesquisa e escrita, de forma muito especial.

Às minhas irmãs/irmãos, ao meu pai, à minha mãe, amados de minha vida. Faço destaque a Antônio pelas inúmeras orações!

Ao meu sobrinho Alisson, por me questionar sobre minha opção por escrita voltada ao protagonismo das mulheres: “Por que a senhora só fala das meninas e não fala dos meninos?”

Aos nossos mais e às nossas mais velhas: tia Terezinha de Jesus, Tia Esperança, Dona Ruth, Albertina, Dona Zequinha, Tia Pepeu, Dona Ana, Meire, Índia, Dona Maria, Dona Noêmia, Dona Leia Merita, Dona Silvinha, Dona Bebe, Dona Zel, Tio Joel, Raimundo, Dona Barbinha, Albertina e tantas outras pessoas que contribuíram para concretização desta pesquisa: Cristiane Sobre, Edson Menezes, Edmundo, Marcelo, Elinho, Antonio e o jovem Rafael Silva.

À minha comunidade representada pelas minhas vizinhas Lucia Teixeira, Sandra Teixeira, Vanilda Menezes, Zezinho de Tieta, Antônio Borges que, como vizinhos próximos, atestaram à universidade minha condição de filha da terra, nascida e criada na comunidade.

À Associação local, nas pessoas de seus jovens coordenadores, André Luiz e Danilo Sodré.

À Articulação das Mulheres Pescadoras da Bahia e do Brasil nas pessoas de Joana Mozinho, Mira e Mirelly Gonçalves.

A todas as pessoas que constroem e tocam a Escola das Águas, nos diversos territórios da Bahia.

À Comissão de apoio à pesquisa.

À Comissão de Organização da Defesa composta por representantes da ANP, AJP, família e parceiros.

À Paula Regina Cordeiro que estando em Vitória da Conquista me apresentou o Edital do MESPT e me convenceu a escrever uma proposta faltando 72 horas para o encerramento das inscrições.

Ao funcionário dos Correios, que eu não lembro o nome, que postou meus documentos sem pagamento e aceitou que voltasse depois para pagar, já que o dinheiro que eu tinha não era suficiente.

À Marcela Laíse que me convenceu a fazer a entrevista pessoalmente e ficou acompanhando o resultado de cada etapa.

À Vânia, que junto com Joselita Gonçalves, Luiza Santos, Jeane de Jesus Sacramento, Edielso Barbosa, Merivaldo Menezes, Naiara Neves, Bruno Lopes, Uine Lopes, prepararam e venderam em Salvador caldo de mariscos para contribuir com as despesas no processo seletivo.

À Thaís Mara Dias Gomes, que me presenteou com um livro que reúne um conjunto de ensaios sobre territorialidade os quais subsidiaram minha escrita. E, ainda, por ter articulado junto ao Dr. Vera Martins apoio financeiro para apoiar minha permanência no MESPT.

À Dra. Vera, que além dos inúmeros incentivos, contribuiu financeiramente para o desenvolvimento da pesquisa. Dificilmente eu teria conseguido participar do primeiro módulo do curso sem esse apoio. Vera Martins, seu apoio não pode continuar sendo um segredo entre nós como solicitado.

Aos meus amigos/irmãos Ednalva Ferreira e Adailton Silva, que ao longo desses anos me proporcionaram mais que pouso e alimento, sobretudo, calor humano e afeto. Eivore, obrigada pelas inúmeras partilhas!

Aos meus colegas dos diversos povos e contextos pelas trocas e pelos cuidados vocês foram para mim presença presentes. Agradeço especialmente a Elizamar Gomes e a Valeria Porto. Vocês foram/são mais que colegas. Eliza, dois momentos me marcaram profundamente: nós catando moeda para almoçar e descobrindo com felicidade que tínhamos um crédito R\$ 16,00 no cartão de alimentação; Gabriel exigindo ser meu acompanhante no hospital durante a cirurgia: “eu também vou ficar internado com minha tia Leo”. Val, quanta coisas vivenciamos! Obrigada minhas irmãs!

Ao meu tio Bujao (*in memoria*), pelo sorriso de compreensão e apoio ao me ver catando jornal e revista no lixo, durante a infância. Pelo empenho em convencer meu pai que meu amor pelas letras e palavras colaboraria com minha gente. Tio, realmente sou uma gari de conhecimento!

À Jucilene Cerqueira, pelos diálogos sobre academia/comunidade. Pela disposição constante para colaborar. Agradeço especialmente pelas vezes que você veio a Conceição buscar minhas sacolas para que eu não deixasse de ir à aula, visto que, sequelada, eu não conseguia pegar ônibus com elas.

Ao Grupo Gaivota por disponibilizar informações do seu banco de dados e imagens.

À Isabel Lustosa por me presentear com meus primeiros livros, História de Presidentes, de sua própria autoria e o livro A Moreninha de Joaquim M. de Macedo, por nutrir minha esperança de menina de acessar espaços formativos.

Aos amigos solidários pela parceria e incentivo aos meus sonhos de construção de uma intelectualidade embasada no território.

À Lidinalva Barbosa, pelas inúmeras vezes que me encontrou em atividades públicas e me chamou atenção para importância de voltar a estudar e ocupar espaços estratégicos na academia.

Ao Edielso Barbosa, que em tempos de agravamento do ódio racial, da violência contra as mulheres, diante das ameaças que temos enfrentado se colocou ao nosso lado como militante, amigo, parceiro, e à sua família pelas vezes que me acolheu a fim de me garantir concentração para a escrita.

Ao Movimento Estadual das/os Pescadoras/es, especialmente às vozes da juventude e das mulheres, pelos incentivos e confiança.

À Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras por compreender a necessidade de mudança de tema e me dizer as palavras que acalmaram meu coração e fortaleceram a resistência.

Ao professor Paulo Pena pelo grande incentivo, por me aceitar como aluna especial na especialização sobre Saúde, Ambiente e Trabalho. Pelas consultas no 20 de novembro, no natal, ano novo, e em tantos outros momentos. Obrigada pelo incentivo intelectual, pelo cuidado com minha saúde e por toda contribuição à luta das mulheres pescadoras.

À Dra. Lua Moreno pelos primeiros atendimentos, pelos procedimentos e pelas orientações médicas, não hospitalocêntricas.

À Cecília por colocar seu consultório à serviço de nossas demandas de saúde negligenciadas.

Ao Dr. Ricardo Martins, por me transmitir confiança, por praticar a promoção de saúde com equidade. Dificilmente eu teria cumprido com regularidade os ritos do programa sem sua parceria e de sua equipe. Aproveito para estender o agradecimento a Isabel, Gorete e demais membros da saúde coletiva.

Ao Carlos Machado, pelo compromisso em pegar pelos remédios na farmácia do HUB e coloca-los nos correios, especialmente pela atenção e sensibilidade com uma desconhecida.

À Gislei Knierim, pelo diálogo com o HUB, a fim de garantir que os princípios do SUS fossem aplicados no atendimento à demanda que eu apresentava.

À Cristina Maia pelo sorriso largo e pelos abraços no frio de Brasília.

À Katia Souto e à Virgínia pelas parcerias mobilizadas.

À Irma Raquel Oliveira Leal, Elba Chagas Santos, Almir de Oliveira, Ademir Cerqueira, pelas entrevistas concedidas.

À Taíse Alves, pela importante solidariedade mútua, pelo cuidado e por nos tornarmos aliadas nas lutas dentro e fora da academia, dividindo a linha de trabalho em defesa dos direitos das pescadoras, pescadores e ribeirinhos.

À Kassia Reis, Denilson Alcântara, pelos diálogos e produções partilhadas.

À Enrique Freitas, por me aceitar como aluna “avulsa” na disciplina de produção de texto

À Tatiana Emília Dias Gomes, por me aceitar como aluna “avulsa” em sua disciplina sobre direito agrário.

À Mariana Batista Uchôa, pela tarde de conversa e por me apresentar os livros: *Alimentar a Cidade* e *na Senzala uma Flor*.

À Marina Leão por me emprestar o livro *Alimentar a Cidade: das vendedoras de rua a reforma liberal*. Estou devolvendo todo rabiscado, mas devolverei.

Ao Bruno Machena pelo apoio nas pesquisas Cartoriais e em outros espaços e áreas dominadas por Coronéis.

À Edson Menezes pela entrevista, apoio e pela feijoada que ainda vamos voltar para comer.

À Cintia Muller, por me aceitar como aluna “avulsa” em sua disciplina sobre laudo antropológico.

Ao Franklin Carvalho com que tenho partilhado reflexões sobre ciência e rigor acadêmico.

Ao Denilson por questionar minhas opções de escrita, por contribuir com minhas reflexões e pelos diversos livros que me emprestou.

À Antônia, secretária do MESPT, pela dedicação, pelo sorriso, pela presença, por nos deixar entrar em sua casa e conhecer sua história.

Ao senhor Edson Falcão e Edielso Barbosa em nome do movimento da Bahia por me visitarem em Brasília, pela confiança em nossa militância e pelos exemplos.

Ao Uendel por retratar em imagem as belezas da nossa gente, território e modo de vida.

Ao Valter Cruz pelo amor, pela amizade pela cumplicidade e incentivo.

Ao professor Eloi Barreto por me acolher em seu Sítio, nos intervalos dos módulos do curso, quando, junto com o professor Paulo, buscávamos um diagnóstico, e sua esposa que me surpreendeu com histórias sobre Conceição, inclusive revelando um segredo sobre a música Madalena cantada por Gilberto Gil. Ao Querido William pela mediação.

À minha orientadora Ana Tereza Reis. Ana, não é possível uma tripulação navegar sobre as águas com segurança e fazer uma boa pescaria, se a equipe não estiver em sintonia. Obrigada

pela parceria, por se colocar a entender os tempos das marés, por se dispor a “navegar lado a lado com o vento”, por se deixar levar pelas águas.

Às coordenadoras Ana Tereza Reis e Mônica Nogueira, por fazerem do MESPT um território de gestão feminina, partilhada, democrática e respeitosa da diversidade. Professoras, o MESPT me encantou por ter muitas semelhanças com o Sonho de Dona Maria do Paraguaçu, materializado na Escola das Águas. Cuidem! Parabéns a todas e todos pelo empenho.

À Ana Mumbuca e Joseanes por ampliar as nossas vozes junto ao colegiado, apresentando nossas demandas e defendendo nossas pautas nesta universidade que também está em disputa.

Às professoras Janaina Diniz, Stephanie Nasuti, Silvia Guimaraes, Joelma Rodrigues, Glória Moura, Sandra Nascimento, Carol Araújo, Isabel Zanetti, Ludivine Eloy.

Ao professor Henyo Filho por efetivamente colocar no seu programa o debate das Mulheres das Águas, demonstrando disposição para nos incluir.

Ao professor Alessandro Oliveira pelas contribuições na qualificação do meu projeto.

Às professoras Geri Augusto e Cristiane Portela por terem aceito fazer parte de minha banca e pelas valiosas contribuições que deram ao meu trabalho. De igual modo, agradeço, a Dona Leia Merita, liderança espiritual, Marizelha Carlos Lopes do Movimento das Mulheres Pescadoras e Renata Lima que representaram a comunidade na Banca.

À Daniela Barros e Saulo Pequeno, que gentilmente revisaram e formataram a dissertação. Sou muito grata aos dois pela generosidade.

A todas as pessoas que emprestaram o cartão para compra parcelada de passagem e aos que viabilizaram as passagens. Muita solidariedade empenhada nesse processo.

Às pessoas diversas, pelas orações, pelas rezas, pelas macumbas. Essas são as águas da Bahia. Muitos esforços foram colocados em torno desta construção coletiva. Por isso essa dissertação não é só minha, de minha orientadora, do MESPT, da Universidade de Brasília. Ela é do meu povo e está à serviço da luta e da resistência.

RESUMO

Este trabalho é fruto de um diálogo diaspórico, multiétnico e geracional que buscou visibilizar a luta e a resistência de gerações de mulheres na relação transatlântica entre o Continente Africano e a Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas. Nesse sentido, as reflexões aqui desenvolvidas buscaram responder as seguintes questões: De que forma a identidade e a ancestralidade participaram (e participam) na construção da comunidade, na constituição do território e na luta por direitos? E, particularmente, qual o papel desempenhado pelas mulheres nesses processos históricos de luta e resistência? Como não considero ser possível pensar esse movimento de resistência sem considerar a influência do sol, da lua e do vento sobre as marés e, conseqüentemente, sobre nosso modo de vida e sobre o trabalho das mulheres pescadoras, acionei uma metodologia assim nomeada: *Com os pés na lama e o corpo imerso nas águas*. Um método próprio, orientando pela escuta as/aos mais velhas/os e às nossas ancestralidades, forjado em nossas territorialidades e nos espaços de produção do sustento, na organização comunitária, na produção da vida e na vida mesma. Ao longo da dissertação, falo da raça de Filomena da qual descendo, das mulheres/entidades que me constituem e a partir das quais articulo meus lugares de fala, para evidenciar uma luta coletiva, pautada por marcadores de raça, gênero e geração. Reconstituo a história de Conceição, uma mulher negra de posse e matriarca de várias gerações, que deu origem à comunidade, ao território e à igreja e cujo nome foi herdado por muitas de nossas mulheres. Aqui evidencio o protagonismo da mulher, negra, liberta, possivelmente ganhadeira, como muitas de nós. Descrevo as águas de fevereiro e março e os conflitos territoriais e socioambientais, denunciando as sistemáticas violências que são impostas ao meu povo, que violam nossos direitos à identidade e ao território e inviabilizam nosso modo de vida. Busco, igualmente, descrever e conceituar nossas marés de luta por meio dos conhecimentos ancestrais de mulheres e de homens das águas, mestres e mestras do saber tradicional. Por fim, tentando não concluir para não paralisar as energias, apresento uma reflexão sobre Ser/Estar militante-pesquisadora.

Palavras-chave: Quilombo Conceição; Território de Águas; Identidade Pesqueira e Quilombola; Protagonismo de Mulheres; Resistência.

ABSTRACT

This dissertation comes from a diasporic dialog, multi-ethnic and multi-generational, in an effort to turn visible the fight and resistance of generations of women in their trans-Atlantic relationship between the African continent and the fishing and Quilombola Community of Conceição de Salinas. The thoughts here developed tried to answer these questions: How the identity and Ancestry did participate (and how they currently do) in the building process of this community, this territory and the fight for rights? And in particular, what is the role of the women in the historical process of fight and resistance? Since it is impossible to think about this movement of resistance without consideration to the influence of the sun, the moon and the wind upon the tides, and thus, its influence upon our way of life and the work of the fishing women, the methodology used was named: *feet in the mud and body in the waters*. It is a method in its own, guided by the hearing of the elder and our Ancestry, forged in our own territories, in the spaces of livelihood, in the communitarian organization, in the making of life, and in life itself. Along the dissertation I talk about the Filomena race wick I descend from and about the women/entities that constitute me, from wick comes my speaking place, highlighting the collective fight, built by markers of race, gender and generation. Reconstituting the history of Conceição, it is presented that a black woman of wealth, and matriarch of many generations, gave origin to the community and the territory, having the local church and many other women named after her. From this is accentuated the protagonism of woman, black, free, possibly woman of income, as many of us. I describe the waters of February and March and the territorial, social and environmental conflicts, denouncing the systematic violence imposed to my people, the violation of rights to identity and to the territory, that make our way of living impossible. I seek, equally, to describe and conceptualize our tides of fight through the ancestral wisdom of women and men of water, masters of the traditional knowledge. Then, trying not to conclude to keep the energies flowing, I present a reflection about Be-Being militant/researcher.

Keywords: Quilombo Conceição; Water Territory; Fishing and Quilombola Identity; Woman Protagonism; Resistance.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) de Salinas, produzido pela comunidade com apoio equipes do Costeiro e Cartografia Social (2018).....	67
Mapa 2 - Quilombo Pesqueiro Conceição de Salinas, Salinas de Margarida - BA, produzido pela comunidade com apoio do Geografar, 2018.	83
Mapa 3 - Uso do território do Quilombo Pesqueiro Conceição de Salinas, produzido pela comunidade com apoio do Geografar, 2018.	114
Mapa 4 – Área de conflitos no território do Quilombo Pesqueiro Conceição de Salinas, produzido pela comunidade com apoio do Geografar, 2018.	146
Mapa 5 - Caminhos, lagoas e ruas no território do Quilombo Pesqueiro Conceição de Salinas, produzido pela comunidade com apoio do Geografar, 2018.	150

LISTA DE FIGURAS

Mulheres pescadoras da raça de Filomena, mariscando sarnambi no Costeiro do Rio da Igreja Conceição. Foto produzida durante a gravação do filme Vento Forte. Foto: Fabian Melo, 2014.....	Capa
Figura 1 - Mulheres pescadoras mariscando sarnambi (marisco), próximo ao costeiro da coroa do Carro, banco de imagens do Grupo Gaivota. Foto: Uendel Galter.....	14
Figura 2 - Articulação Nacional das Pescadoras.....	29
Figura 3 - Tia Esperança, filha de mãe Rosa e a Santa de sua devoção Nossa Senhora da Boa Esperança padroeira da Barra do Paraguaçu - banco de imagens do Grupo Gaivota. Foto: Uendel Galter.....	51
Figura 4 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição, banco de imagens do Grupo Gaivota. Foto: Uendel Galter.....	61
Figura 5 - Rg. De mãe Rosa- parteira de maior importância na história da comunidade, banco de imagens do Grupo Gaivota. Foto: Uendel Galter.....	63
Figura 6 - Pescadora Cândida de Conceição, emaralhada na rede mulher - banco de imagens do Grupo Gaivota. Foto: Uendel Galter.....	128
Figura 7 - Pescadora Marinha de Conceição, se preparando para ao mar colocar muzuá, banco de imagens do Grupo Gaivota. Foto: Uendel Galter.....	152
Figura 8 - Tripulação de pescadores de rede de fundo (batelão e socorro) no mar da Bahia de Todos os Santos,, banco de imagens do Grupo Gaivota. Foto: Uendel Galter.....	174

As fotos de Uendel Galter utilizadas foram produzidas no período de 2009 a 2011, referente a pesquisa popular para a produção do livro “*Salinas, o mar, a lama e a vida*”, e a de Fabian Melo em 2015 no intervalo das filmagens do filme “*Vento Forte*”.

SUMÁRIO

I MARÉ DE LANÇAMENTOS.....	14
1.1 Elas, as outras e eu: nossas trajetividades	15
1.2 Com os pés na lama e o corpo imerso nas águas	35
II MARÉ DE LANÇAMENTOS	51
2.1 Raça de Filomena: protagonismo de mulheres em luta pelo território	52
2.2 Heroínas que emergem das águas	58
2.3 Da diáspora negra ao território das águas: Conceição	75
2.4 Tecendo as redes da nossa história, mergulhando nas águas da memória	81
2.5 Protagonismo negro e feminino em Conceição.....	119
III MARÉ DE LANÇAMENTOS	128
3.1 Águas de fevereiro e março: marés de luta contra a expropriação territorial e indenitária	129
3.2 Marés de luta contra a expropriação territorial e identitária na Comunidade Pesqueira e Quilombola, Conceição de Salinas.....	140
Marés: águas de fevereiro e março.....	151
Marés Grandes.....	164
Marés Pequenas	167
Águas da ancestralidade	170
IV MARÉ DE LANÇAMENTOS.....	174
4.1 Fechamento-abertura	175
BIBLIOGRAFIA	182

I
MARÉ DE LANÇAMENTOS



Figura 1 - Mulheres pescadoras mariscando sarnambi (marisco), próximo ao costeiro da coroa do Carro, banco de imagens do Grupo Gaivota. Foto: Uendel Galter.

1.1 Elas, as outras e eu: nossas trajetividades

Elas, as outras e eu
Nós somos mulheres das águas, doces e salgadas
Um braço da Baía de Todos os Santos encontrando o Rio Paraguaçu
Mulheres da lama, mulheres do mangue
Mulheres do Quilombo Conceição, da UFRB, da UFBA, do MESPT, mulheres da experiência
multicultural, mulheres de identidade ancestral.
As águas nos banham e nos renovam
Os ventos sopram e nos levam, travessias e passagens que não nos roubam a identidade
A lama prende as nossas raízes, nos fixa no território onde estão a vida, a história e a ancestralidade
Águas, vento, lama e ancestralidade elementos que nos formam, nos conformam e nos transformam
(Elionice Sacramento)

A vida é como um importante Costeiro de Pesca, ou melhor, como um Território Pesqueiro e Quilombola, rico, produtivo, diverso e complexo, guiado por lua, ventos, muitas marés e ancestralidade. Neste território tem gente, conforme aponta Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP, 2012), tem cultura, tem vegetação, tem água, tem direitos garantidos, direitos negados, muitos direitos roubados. Eu, neste mar de elementos, ainda que nunca esteja na passiva (minhas ancestrais não permitiriam), me coloco e me submeto. Dialogo buscando entender a hora de avançar, de recuar, de me refugiar.

Não se trata de um submeter-se de quem se prostra diante do momento adverso provocado pelos fortes ventos. Falo em submeter-me na condição de quem se coloca a ouvir a voz da ancestralidade que se comunica por meio dos elementos e fenômenos da natureza, por meio de nós/outras naturezas.

Minha trajetividade e de meu povo (elas e nós) são de águas. Você compreende o que quero afirmar quando digo isso? Falo também para reivindicar nosso direito ancestral e transatlântico sobre as águas e o direito da própria água de seguir seu curso sem sofrer privatizações. O curso das águas, que também me trouxe aqui, não pode ser impedido. A água que é um bem comum do povo não deve se tornar mercadoria, de igual modo o direito dos povos à vida com dignidade, em seus territórios, não pode ser negado. Minha luta diária e das outras mulheres das águas que se atravessam em tempo e gerações, se dá em função do entendimento da necessidade de construir uma sociedade melhor para mim e para meu povo, nossa gente, o que implica em não perder de vista as chamadas miudezas do dia a dia, o cuidado e o convívio. O mundo melhor deve ser iniciado em nossos lares e em nossas comunidades.

Chamo de trajetividade os atravessamentos da história nos modos de vida de minha gente, que são marcados por experiências geracionais, culturais e religiosas, que por vezes se

aproximam e por outras se distanciam, mas que têm um elemento em comum, a água, em seus mais diversos tempos, espaços e movimentos.

Toda a minha ancestralidade teve grande envolvimento com as águas, e também, nos dias atuais, meus familiares e comunidade encontram nas águas sua principal fonte de energia e força no que tange ao sustento, trabalho, fé, cultura, identidade, visto que nós os pescadores e as pescadoras somos povos das águas.

A espiritualidade/ancestralidade de referência no Território Pesqueiro e Quilombola, símbolo de meu território especificamente, são Iemanjá e Nossa Senhora da Conceição. No mundo das águas de modo geral também encontramos Oxum, Nanã, Iara. Mulheres da lama dos manguezais, mulheres das águas. Para além destas que são consideradas entidades religiosas de devoção mais ampla e coletiva, na minha vida também são importantes: Veridiana/Maria da Conceição (quarta avó), Filomena (tataravó) Eliza (bisavó), Mãe Rosa (Tia e Bisa) Alta Cristina (avó), mulheres que nasceram e ancestralizaram-se neste Território, lugar sagrado que me renova as energias e junto com minha mãe, irmãs, sobrinhas e sobrinhas netas, sustentam meu caminhar, seja ele em terra ou no mar. São nossas mães de parto, mães do conhecimento tradicional, mães do saber ancestral.

Reconhecemos a importância destas mulheres, as respeitamos e reverenciamos, pois vivemos grande parte de nossa vida nas águas e delas recebemos, e queremos continuar recebendo, proteção e graça. Não queremos receber a punição de morrer nas águas, no rio ou no mar para encontrar Iara e Iemanjá. Diferente do que diz o poeta, não queremos morrer para encontrar Iemanjá.

A visão preconceituosa ou romantizada que a literatura construiu sobre nós nos impõe a responsabilidade de romper com alguns conceitos e contar nossa própria história com base nas especificidades e pluralidade do território. História de mulheres cujos corpos se misturam e se confundem com o território de terra, águas e ancestralidade.

Ao nascer neste corpo físico que serve de abrigo para meus sentimentos, meus desejos, minha consciência crítica, de parto natural e sem qualquer ajuda externa de parteira ou doula, numa relação de cumplicidade com minha mãe Maria José – fomos só eu e ela naquele momento – num sinal de independência e ao mesmo tempo na pressa de me apresentar para o mundo, caí/me lancei numa poça d'água/lama formada na cozinha de nossa casa, feita com chão de barro batido.

Ressalto que o local onde nasci e vivo até hoje com minha mãe, é o lugar onde também viveram meu avô materno, minha bisa e seus antecessores. Por se tratar da casa da mãe, é o local de encontro diário de toda família. Meus/minhas irmãos/as, Elizabete, Adeilton,

Adnilson, Edmilson, Azezildo Eliene, Elmira, Vania, Ednalva, Silvania, Jucilene meus/minhas sobrinhos/as Adilton, Mauricio, Suziele, Jeane, Daiana, Adilson, Tiago, Gabriel, Raquel, Carolaine, Emilaine, Paulo Ricardo, Suzane, Luiz Eduardo, Moises, Alisson, Livia, Eivore, Sofia, Adriele, Pedro e Caio, além das sobrinhas netas, Alice Vitoria e Elisa Helen, sabem o valor e a importância de nosso ambiente sagrado. Minha filha Dalila, Dinas e sua família, mesmo distante, sempre presente.

Chamamos este lugar de Casa da Mãe, em memória da bisã Eliza, vale incluir Elizamar e Gabriel nessa família também. A casa da mãe também é a casa de todas/os filhas/os e netas/os, local onde nossas/os amigas/os são recebidas/os com carinho e afetividade. Razão pela qual Rafael Silva e Jean Amparo se sentiram inspirados a construir uma poesia sobre a mãe maré e a mãe Zezé e suas semelhanças:

Mães: maré, Zezé, Conceição Quilombo
Mãe maré
No balanço das ondas
De noites tão longas
Me ensinou a trabalhar
E todo dia está a me alimentar
Mãe Zezé
Na beleza dos olhos, na doçura de sua voz, no aconchego do seu lar, não importa o momento,
podemos beber, comer, repousar
Igual à mãe maré, mãe Zezé,
Acolhe, alimenta, faz descansar
Mãe maré, com o balanço das ondas ADOYA
No oceano sem fim
Eu vi lua brilhar
Um esplendor clarão
Luar de um Quilombo
Resistência! Em Conceição.

A nossa embarcação se chama União Mave por agregar as primeiras letras dos nomes de nossos pais e de nossas/os filhas e filhos, ela também revela nossa união nas dores e conquistas. Nossa história se confunde com a história de luta em defesa do território e por direitos de nossa gente. Também é uma história marcada por muito amor e resistência, é movida pela compreensão de que somos o que somos por que temos uns aos outros, porque temos um território farto e uma ancestralidade que nos acompanha.

O relato que Carolina Maria de Jesus faz sobre as dificuldades da vida na favela, dá mais sentido à nossa luta em defesa do território. Se aceitarmos a expropriação do nosso território seremos mais uma comunidade nas favelas e periferias dos grandes centros. Nosso território nos garante o direito à especificidade e à dignidade. Uma luta pautada numa

intenção ancestral e coletiva de mudar o mundo sem necessariamente tomar o poder, a exemplo do Movimento Zapatista.

Sei que também existem movimentos legítimos de luta em defesa das favelas e das periferias, em defesa de seus lugares de vida e identidade. Nossa fala, portanto, não é de negação do outro, é de afirmação de uma especificidade que se manifesta e se fortalece em nossos territórios tradicionais. Como temos refletido no movimento, não existe possibilidade de vida para nós no conjunto do que somos sem os elementos que compõem nossa identidade.

Segundo Josemeire Alves Pereira no livro *Africanidades e Relações Raciais*, o surgimento das favelas brasileiras é resultado das mudanças socioeconômicas que caracterizam o fim do regime escravista e os esforços de construção de uma sociedade urbana industrial (Josemeire PEREIRA, 2014, p. 35)¹. Nós pescadoras/es, estamos na contramão deste processo, pois os espaços que nos sobraram e estrategicamente ocupamos foram os das beiradas dos rios e do mar, onde nossa identidade se constitui e se afirma também e onde se dão nossas lutas pela demarcação e regularização dos nossos territórios, conforme aponta Mercedes Solá, um movimento de R-existência.

Pensando minha ancestralidade, desde o Continente Africano até nossa presença nessa Comunidade, estamos na oitava geração que nossa memória dá conta de acionar. Minha relação com as águas não poderia ser superficial. Mergulhada em águas no ventre desfrutei de cuidado e conforto, logo ao sair do ventre me deparei com os desafios que as águas tendem a nos colocar. Morando em território de águas, diariamente sou desafiada a ouvir suas mensagens que se apresentam através de signos e códigos diferentes. Minha relação com as águas, eu repito, só poderia ser profunda. Vale dizer que nós, as pescadoras, nos auto afirmamos mulheres das águas. Pescadoras e pescadores são consideradas/os população das águas, e inclusive demos passos significativos para construção da política nacional de saúde da população das águas. Akotirene aponta o seguinte:

Sem dúvidas, mulheres negras foram marinheiras das primeiras viagens transatlântica, trafegando identidades políticas reclamantes da diversidade, sem distinção entre naufrágio e sufrágio pela liberdade dos negros escravizados e contra opressões globais (Carla AKOTIRENE 2019, p.31).

Não consigo lembrar-me da fase entre meu primeiro e sexto ano de vida, posso dizer apenas pelos relatos que escuto por parte de minha mãe que foram anos de marés de *maô* e

¹ Coerente com minha posição político-epistêmica, opto por indicar sempre nome e sobrenome das autoras e dos autores. Esse marcador de gênero visa a dar visibilidade à intelectualidade feminina com a qual dialogo.

ventos fortes (tempos difíceis). Minhas lembranças de infância estão muito relacionadas a elementos que se apresentam a partir dos meus 7 ou 8 anos, como a vivência nos costeiros de mariscagem/pesca, na mata para pegar lenha e coletar frutos, no rio onde íamos lavar roupas e, posteriormente, na nossa vida escolar.

Todas as lembranças de minha infância têm a maravilhosa presença de minhas irmãs e das amigas da época: Joseane Teixeira (Pop), Silvana Mendes, Rita Almeida. Minhas irmãs sempre presentes, seja na divisão dos trabalhos, disputas pelo alimento, ou nas brincadeiras. Éramos cinco meninas dividindo não só a mesma cama de casal, que quase todas as noites quebrava uma perna ou desmontavam os blocos que lhe serviam de sustento, calçando e vestindo quase o mesmo número, dividíamos também sandálias, roupas, matérias escolas. Na nossa vida cotidiana, era comum esperar o trio que estudava pela manhã chegar para passar os trajes e materiais à equipe da tarde. A vida me ensinou dividir!

Aprendemos a dividir coisas materiais, alimento e até afetos. O afeto de nossa mãe que sempre está disposta a acolher, nos ajudou a partilhar o pouco e o muito. Sempre falo nosso, pois não consigo pensar minha vida sozinha, minhas melhores e piores lembranças vem acompanhadas de minhas irmãs, irmãos e meus pais. Minha família é parte importantíssima na constituição de minha trajetória, sem ela as rotas que compõem minha trajetória não seriam tão ricas como são. Com isso não quero dizer que a vida foi marcada só por flores.

Sempre tive forte referência de família. O amigo Valter Cruz chama atenção para o suporte dado pela minha família, a fim de garantir minha contribuição à luta. Minha família e meu Território são para mim os bens mais preciosos, nunca se tratou de uma família como as representadas nas novelas ou nos filmes. Somos uma grande família negra, de território tradicional com muitas especificidades, padrões de condutas diferenciados, com problemas – como, por exemplo, o alcoolismo que vitimou meu pai – mas também com muito amor, um amor que não nos constrange. Um amor que sempre nos impulsionou a lutar, sem colocar panos quentes nas dores ou dificuldades, como dizem os mais velhos.

Ser uma mulher das águas tem uma conotação romântica, entretanto, ser mulher da lama, mulher do mangue tem outras conotações. A lama muitas vezes gera asco e afasta as pessoas, pois é vista como um local contaminado e poluído. Comparo o asco que a lama provoca, e na qual as mulheres pescadoras estão imersas cotidianamente, ao asco à burguesia sobre o qual nos falou o poeta Cazusa. O asco das vísceras dos pescados é outro elemento que nos impõem processos de discriminação. Esse asco não é inerente a nós, mas é usado como justificativa para as manifestações de preconceitos que nos são impostos.

O lugar da mulher, mais negra, mais pescadora do território tradicional pesqueiro e quilombola, também não foi contemplado pelo olhar de Carla Akotirene sobre interseccionalidade das mulheres negras. É preciso compreender também, que Carla Akotirene é uma mulher urbana negra que talvez não tenha se aproximado e/ou vivenciado o contexto das opressões enfrentadas pelas mulheres das marés e dos manguezais.

A vida, como a própria natureza, apresenta-se em tempos de calma e temporais. São muitas marés. Marés grandes e produtivas em diversidade e quantidade de pescados, marés pequenas de baixa produção e de menores esforços de pesca. Ambas pautadas em dores, labores e grandes aprendizados.

Entre sete e oito anos fui alfabetizada e desde a infância me apresentei muito inconformada com todo e qualquer processo de injustiça. Eu queria mudar o mundo e minha própria casa, torná-los lugares melhores para mim e para os meus. Fiz de um caderno de anotação meu diário e nele registrei revoltas e projetos de transformação, desde a infância e seguindo pela adolescência. Fui alvo de muitas piadas por ser considerada “salvadora dos fracos e oprimidos”. As tentativas de “salvação” do outro eram a minha própria.

Minha inconformidade e intervenções também geraram muitos incômodos à casa grande de meu município, que não tolera ver a capacidade de reflexão da senzala. Se no passado quando eu era uma menina eu já incomodava, agora incomodo ainda mais por ser uma mulher, estudante da Universidade de Brasília. “A Casa Grande surta quando a senzala invade a academia” como tem dito o povo negro e eu e a minha gente estamos aqui. Ventos e lutas nos trouxeram a espaços antes reservados só a burguesia branca.

Eu, minhas irmãs e irmãos, iniciamos a trabalhar na pesca, na roça, na mata (ambientes de trabalho de uma mulher pescadora) desde o ventre, como a maioria das mulheres pescadoras. E depois, logo nos primeiros passos, por ausência de um local como creche ou alguém de confiança para tomar conta de nós e também para aprender a tradição, muito cedo começávamos a trabalhar.

O professor Hugo Caetano (2013), intelectual negro do município, em sua dissertação de mestrado, retrata muito bem o papel dos territórios/costeiros de pesca como espaço formativo, mas ainda assim, não podemos perder de vista que nossa produção também serviu para colaborar com a família em tempos de maiores dificuldades econômicas. Os mais velhos diziam que um pão e um pedaço é igual a um pão e meio, o que significa expressar que toda contribuição é importante e necessária e, portanto, devemos valorizar cada esforço.

A capacidade de argumentação e articulação das ideias que desenvolvi na infância chamava muito a atenção das pessoas mais velhas. Dona Joana, a mãe da vizinha de minha

mãe, me chamava caridosamente de Dona Gaiata. Dona Zeu, a merendeira do antigo pré-escolar até hoje me chama de minha filha e me abençoa com várias sortes de benção. Albertina me batizou de juíza e assim me chama até os dias de hoje. Genésio Ferreira, o pastor da Primeira Igreja Batista do Cairu me chama de Doutora.

Também sofri vários tipos de opressões, meu pai reprovava minha ousadia de falar e me prometia várias surras. Se não fossem minhas irmãs mais velhas, algumas professoras, teriam arrancado com as unhas minha língua pelas vezes que eu as contestava. Os políticos e seus capatazes também deixavam evidente seu desejo de me ver amanhecer com a boca cheia de formiga.

Além de outros “problemas”, a leitura crítica, os questionamentos, a crença numa sociedade justa, além da luta pela liberdade religiosa, impôs-me a expulsão (mascarada de um convite delicado a se retirar ou se adequar) da Igreja Batista durante a presidência do jovem Pastor Silas Macedo. Durante um tempo, a Igreja Batista foi o local onde pratiquei minha fé, construí relações afetivas e aprendizados. Louvada seja a ancestralidade, pois fui expulsa da Igreja que anda de mãos dadas com o pior da política local e brasileira. Do mesmo modo, o questionamento a esquerda brasileira, ao partido que ajudei fundar no município, gerou uma tentativa de expulsão. Hoje ficam mais evidentes os erros da esquerda, e eu continuo ajudando na sua reconstrução.

Religião, política, e atividade de sustento são coisas dissociáveis. No passado a jornada de trabalho era pesada (mais que hoje), especialmente para a nossa idade. No entanto, mesmo pescando/mariscando, escaldando e catando os mariscos, escamando e secando os pescados – trabalhando em todas as etapas da cadeia produtiva da pesca quase todos os dias – éramos e somos muito felizes. Nas marés pequenas, íamos pegar lenha no mato e lavar roupas no rio e brejo, essas eram atividades reservadas para o final de semana. Quando mais tarde passamos a nos revezar para vender pescados junto à nossa mãe nas periferias de Salvador. A cada semana uma de nós ficava responsável pelas atividades de lavar roupa e pegar lenha. Com tantas demandas, ainda achávamos tempo para ir à escola. Minha mãe nunca permitiu que faltássemos à aula e ela, como muitas mães, ela acreditou no importante papel da educação escolar. Hoje, temos no poder um presidente inimigo da educação. Ele tem medo do impacto positivo da educação em nossas vidas. Minha mãe sempre acreditou.

A vida de modo geral nos costeiros de pesca e mariscagem nos proporcionou importantes aprendizados, mas a escola formal, mesmo com todas as perversidades, também teve seu papel e importância. A escola, assim como a Igreja e os partidos, muitas vezes é perversa, reproduz padrões hegemônicos e está a serviço do sistema e do capital, mas temos

que transforma-las por dentro. Deixo a tarefa para os que estão construindo a educação e quem tem mais habilidade para dialogar com o modelo de igreja e escola que esta colocado.

Ir às aulas muitas vezes era um tormento. Mesmo em uma comunidade onde a maioria da população é negra, o racismo e o preconceito eram muito presentes, especialmente no terceiro e quarto anos. As preferidas, elogiadas, bem tratadas eram as meninas brancas, que muitas vezes tinham leitura mais fluente, cadernos bem organizados em um determinado padrão, trabalhos limpos. Meu caderno muitas vezes estava sujo de azeite ou de salmoura dos pescados. Minhas tarefas escolares e das minhas irmãs eram feitas em meio às atividades produtivas. Mesmo quando nossa mãe queria nos poupar dos trabalhos íamos colaborar. Não achávamos justo deixá-la sozinha e até nas madrugadas quando o búzio tocava para avisar que o peixe chegou ao porto, levantávamos para escamar os pescados, trabalhávamos de maré a maré em épocas que o povo preto de comunidade tradicional não acessava as políticas públicas como as implementadas ou ampliadas nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Sobre as meninas socialmente brancas, na minha sala tinha três. Na verdade, estudamos juntas durante dois anos do primário (terceiro e quarto ano). Suas famílias também eram pobres, gente vinda das bandas de Maragogipe, mas não precisavam trabalhar todos os dias, além do mais, a cor da pele lhes garantia privilégios. Por outro lado, eram filhas de mulheres com escolaridade maior que a de nossa mãe e, portanto, podiam lhes ajudar nas tarefas escolares. Uma das meninas morava com os avós e ao tornar-se jovem perdemos contato, as outras duas não perdemos de vista.

Minha mãe não deve nada a mim ou às minhas irmãs. Fez o possível para nos garantir o melhor, transmitiu-nos a melhor educação para nos tornarmos mulheres e homens de bem. Se algo nos faltou, a responsabilidade foi do Estado brasileiro. Rosimeire dos Santos Silva, do Quilombo Rio dos Macacos, tem denunciado o analfabetismo no Quilombo. Para que ninguém tenha dúvida, deixa evidente: “se não sei ler nem escrever a vergonha não é minha, é do Estado que não me garantiu as condições”. A pescadora quilombola repete, por vezes, a referida denúncia.

Na nossa consciência de infância já reagíamos ao racismo e ao preconceito, que têm um longo caminho. Só que na época, era com violência física. Ao final das aulas escaurávamos as meninas até suas casas com objetivo de bater nelas para vingar os maus tratos que sofriamos da professora racista.

Nos ambientes escolares e posteriormente no movimento entendi sobre conjuntura e sobre a importância de não andar só. Sempre fui muito magra, parecia que qualquer sopro

seria capaz de me derrubar (a famosa saracura de brejo vestida). Irmã caçula de uma família grande. Quando estava na escola ou em outros ambientes sozinha, os colegas me abusavam, queriam me bater e eu muitas vezes me recolhia, a conjuntura não era favorável. Mas, quando eu estava com minhas irmãs e com o Pop (minha prima Joseane Teixeira), não nos acovardávamos de nada, na rua resolvíamos qualquer problema, sem levar desaforo ou preocupações para casa.

Quantos elementos, espaços e símbolos marcaram e marcam minha vida e minha história: mariscos, peixes, azeites, arguida, tenda, tapera, pressa, moenda, casa de farinha, araçá mirim, cavador, balaios, canoa, redes, murtas, murici. Bendito azeite, bendito peixe, bendita farinha presente em tantos momentos.

O próprio trabalho produtivo nos garantiu muitas alegrias, talvez as maiores alegrias de toda vida, e um importante processo de aprendizado que vou levar. Além de sermos educadas pelo trabalho também acessamos lazer no trabalho. Em meio às tarefas realizadas, atentando para a solidariedade e a coletividade, sempre tinha um momento de diversão, uma brincadeira, um banho de rio ou de maré, um momento para catar frutas, brincar de roda, de corda, pular macaco e garantir um pouco de leveza à infância e adolescência, supostamente comprometidas pelo trabalho. As ilhotas no fundo da roça sempre foram um dos melhores lugares para pegar lenha, era perto e não tinha tiririca e ainda podíamos catar ariu, murici e outras murtas na praia. Certamente, por essa razão, nas observações feitas por Rosana Gomes (2012) sobre a presença das crianças no costeiro de pesca não foram encontradas queixas que configurassem trabalho infantil.

Minha mãe, que não conheceu sua mãe e perdeu a avó (sua referência de mãe) aos 14 anos, sempre foi uma grande mulher e mãe. Salve Dona Zezé e vovó Lurdes a tia paterna que olha por minha mãe na ausência de sua mãe e avó. Pessoalmente conheço várias mulheres maravilhosas, mas mãe Zezé sempre foi fantástica, na minha vida, na vida de meus irmãos e irmãs. A mulher com maior importância, sem dúvida minha grande referência.

Eu, minhas irmãs e irmãos, nós não nos consideramos vítimas sequeladas pelo chamado trabalho infantil. Pelo contrário, as atividades produtivas muito nos ensinaram e aprendemos muito em cada trabalho realizado. Aprendemos o valor da vida, do território e de cada pessoa; aprendemos sobre as luas, sobre os cardumes de pescados, sobre os ventos; aprendemos sobre os tipos de mangues e sua importância, desde o tingimento das velas da embarcação até sua importância para reprodução das espécies; aprendemos tecer redes, capturar pescados, comercializar, beneficiar; aprendemos sobre comércio solidário e trocas.

Não estou aqui fazendo apologia ao trabalho infantil. A partir de minha de experiência e de minha família, estou tentando apenas fazer distinção entre trabalho infantil e a presença da criança/adolescente no território de pesca, protegida pelos olhares de suas mães, vivenciando o letramento que só é possível neste importante espaço de troca de saberes. Trata-se da vivência que gera conhecimento (Hugo CAETANO, 2013).

Aprendemos com nossos pais que ser pescadora é ter papel e importância, é ter para si e para os outros e colocar na mesa alimentos de qualidade e em diversidade (um aprendizado aprofundado com o movimento). Aprendemos que os manguezais são o berço de toda vida marinha. Adquirimos um aprendizado que não é possível acessar nos espaços formais de ensino. Nossa principal sala de aula foram os costeiros de pesca, nossos mestres e mestras, os homens e mulheres das águas.

As escolas regulares muitas vezes não falam nossa língua, não nos valorizaram, muito menos valorizaram nossa história e a história de nossa gente. Mesmo quando elas são geridas por pessoas da comunidade, infelizmente nosso saber é tratado como folclore e nosso modo de vida como algo que não dá futuro. O escravismo e sua estratégia de apagamento foram/são muito perversas. Ainda hoje temos que acionar a justiça para que o conteúdo referente à nossa história seja tratado nas escolas regulares, para além de uma abordagem folclórica em datas comemorativas, como o mês do aniversário da cidade. Vale registrar que existem algumas professoras comprometidas que tentam transformar os espaços educativos e desenvolvem ações e projetos para nos incluir, mas não inviabilizadas.

Na terceira série do primeiro grau, “perdi de ano” pela primeira e única vez em função de um processo de adoecimento e pela insensibilidade de uma professora. Elas, as professoras, têm muito valor, mas quando se sentem semideusas é um problema. Figuram como detentoras do saber. Conceição e o município têm muitas professoras de valor, mas estão presas nas amarras do sistema.

A professora muitas vezes chamava a mim, minhas irmãs e também aos nossos colegas de burros e burras e nos mandava estudar para não sermos pescadora/es iguais aos nossos pais. Sou fruto de uma escola que não valorizava o saber tradicional, que nega a pesca artesanal e as atividades agrícolas. Mas, não tínhamos nem temos vergonha desta profissão, muito menos do nosso modo de vida. Nossa identidade é nossa vida. Hoje, pessoas adultas, eu e meus irmãos e irmãs continuamos pescadoras/es de profissão, por tradição e por decisão política.

É importante dizer ao mundo que não viramos pescadoras e pescadores, mas nascemos com essa identidade. Trata-se de uma identidade que se constitui por herança ancestral e que

também é socialmente construída diante dos conflitos e das ameaças, quando a afirmamos e defendemos ao tempo que nos aperfeiçoamos nela. Nossa identidade construída vem sendo sistematicamente atacada pela imposição externa de um perfil de pescador(a), a tal ponto que quando alguém não se adequa ao perfil imposto é classificado como fraude. Me disponho a dialogar sempre, mas não estou aberta para acatar de forma subalterna os estudos que nos tiram a identidade e a relação com outros ambientes. Sei que podemos fazer várias travessias e, ainda assim, manter a identidade, mas também expandi-la.

Na adolescência já realizava todas as atividades da cadeia produtiva pesqueira, atuando na captura, beneficiamento e comercialização dos pescados produzidos por mim e pela minha família. Vale dizer que a pesca não é só captura como classificam os órgãos reguladores da política de pesca que não entende de pesca e através de leis e decretos nos tira direitos. Nossa tradição é dinâmica e muito se distancia das falaciosas concepções de pesca, exclusiva, ininterrupta e integral no que tange a profissão.

Aos 14 anos, depois de um desfile cívico, fiz o primeiro discurso em Praça Pública exigindo políticas públicas de educação. A partir daí fui fortemente atacada e perseguida pela comunidade escolar e pelas autoridades locais que tentaram a todo custo me calar. Não lembravam eles que muito azeite de dendê, muito sarnambi e muita mandioca nutriram minha existência e não seria qualquer coisa que me faria calar. Além do mais, o fato de eu pertencer à raça a qual pertenço me impõe compromisso com a luta. Luta em casa, na escola e na sociedade sempre marcou minha vida. Na família precisei denunciar meu amado pai por violência doméstica.

Ainda não tinha maturidade suficiente para compreender, entretanto, minha Africanidade ficava muito evidente em cada prática, reunindo o que as injustiças separaram como nos fala Eduardo de Oliveira (2014, p. 30). As voltas dadas em torno da árvore do esquecimento não foram suficientes para tirar minha memória e apagar nossa história. Aqui se manifesta aspectos de uma luta transatlântica.

Na comunidade e na escola, também no início da vida adulta, participei de muitas lutas ambientais, culturais e raciais, ainda sem possuir uma noção mais ampla do que significava a violência do racismo no Brasil. Lutas por direitos humanos e por direitos que não nos padronizassem. Na adolescência e juventude, ao invés de malas e mochilas, carreguei muitos sacos, baldes, cestos e balaios, cheios de água, peixes, mariscos, crustáceos, histórias, lápis e papel. Nossas canoas e nossas vidas acumulam conhecimentos ancestrais que sustentam nossos corpos/território.

Em 1998, participando de uma grande gincana promovida pela comunidade salinense chamada Porto da Telha, fui anunciada como ativista negra, sem ter noção do significado dessa palavra. Nesse tempo também não tinha sido apresentada às escritoras negras que lutavam por políticas e direitos humanos. Não tinha passado por nenhum processo de formação que me possibilitasse um olhar mais amplo no campo teórico para os processos. Neste período eu e minhas colegas escrevíamos um jornal no qual denunciávamos crimes ambientais e a ausência de políticas públicas no município. O gestor à época é o mesmo de hoje. Desde então ele já nos considerava suas inimigas.

Na natureza, o mês de agosto é marcado por temporais (chuvas e fortes ventos). Ele influencia fortemente nossa rotina e nossas vidas. De igual modo, uma maré boa/grande transforma o ritmo e a dinâmica da comunidade, ela fecha seu ciclo dando lugar à maré pequena que também tem valor e importância. Na vida enfrentei vários temporais de agosto. Ventos nortes e fortes que sopraram em vários momentos. Mas, não houve medo que nos imobilizasse nos meses de agosto, nem nas marés pequenas. Meus medos fortaleceram a luta.

Minha adolescência também foi marcada por amizades profundas, relações intensas de amor, afeto e compromisso com o bem coletivo. Faço destaque para Silvania Mendes, Rita Almeida, Roseane Santos, Cristiano Machado, André Paixão e Jair Andrade. Com o passar do tempo, algumas dessas relações não são mais as mesmas, mas elas cumpriram um papel importante naquela época.

Na infância e na adolescência, professoras como Miriam Carvalho que me alfabetizou e Norma Suely do Porto da Telha que fez parte do curso ginásial foram muito importantes para mim, e em dada medida, foram responsáveis por influenciar algumas das minhas escolhas como a opção pelo magistério e aproximação da Igreja Batista entre a infância e início da adolescência. Na verdade, apesar da crítica, sempre amei a escola e os que faziam a escola acontecer na prática, pois acredito na Educação transformadora.

Na lendária Ilha do Medo² eu e minha família enfrentamos um temporal de três dias que quase nos tirou a vida. Meu pai convocou uma reunião para decidirmos se queríamos “morrer em terra, de frio” ou se arriscaríamos enfrentar o mar na tentativa de voltar para casa e na possibilidade de viver ou morrer no mar, visto que nenhum socorro chegava. Todos e

² Existem algumas versões para a origem do nome popular da Ilha do Medo. Minhas memórias de infância guardam uma que considero de grande relevância. Contam os mais velhos que por volta de 1800, na ilha funcionou um asilo onde doentes terminais de cólera e leprosos eram levados para morrer. Entre essas pessoas, um Frade foi levado e depois que morreu sua alma passou a vagar pela Ilha e a assombrar a todas/os que se aproximavam com objetivo de se apossar do território brasileiro.

todas tinham direito a voz naquele momento. Segundo meus pais, quando a definição é referente à vida e à morte, cada um é seu próprio mestre e senhor.

Meu pai sempre nos disse que confiava nas águas, e nós sempre confiamos no conhecimento das marés e dos ventos de nosso pai, da nossa mãe e dos nossos irmãos mais velhos – jovens “dragões” do mar. Juntamos a confiança nas águas com a confiança nos nossos pais e decidimos pedir licença às próprias águas e aos ventos para voltar. Navegamos lado a lado com os ventos (Edmundo, 2018). Naquela época nossa embarcação era de madeira a remo, só três famílias na comunidade tinham embarcações a motor. Chegando ao porto, em agradecimento, caímos em lágrimas.

No fim dos anos 90 e início dos anos 2000, enfrentei, junto com 30 colegas, uma guerra um suposto diálogo sem avanços, nem trégua, contra a escola conservadora e racista e o poder político municipal opressor, para garantir o nosso direito de concluir o curso de magistério. Queríamos concluir o curso e colar grau tendo como madrinha da turma uma mulher negra, que o prefeito e a secretaria de educação tomaram por inimiga política, e queria nos impor a inimizade. Os gestores em primeiro momento concordaram com o convite, mas, na sequência, para humilhar a professora Dilma Costa, exigiram que retirássemos o convite. Dilma Costa de Jesus Lima, citada por Oliveira como pessoa destaque na vida educacional é uma pessoa de valor a qual conheci naquele ano, mas defendi com unhas e dentes, responsável por trazer o curso ginásial ao município.

O episódio de perseguição e repressão que se deu com essa última turma de magistério (minha turma) revelou a mim de forma mais efetiva toda perversidade do racismo colocado em prática para atender aos interesses do gestor e de sua secretária. Motoristas dos ônibus escolares e até mesmo os funcionários mais simples da secretaria da escola nos oprimiam, reproduzindo padrões hegemônicos. De igual modo, o delegado nos manteve detidas, obrigando-nos a confessar a autoria de uma carta-denúncia que desagradou o poder local. Minha turma do magistério, composta por 28 mulheres e 2 homens, foi maravilhosa. Éramos uma juventude com firmeza de propósito, ninguém roeu a corda, ficamos unidas até o final mesmo com toda tentativa de cooptação e toda negação de direito. A comissão de negociação e organização – que era composta por Daniel, Rosana Santana, Arilma Rocha, Poliana, Geolga Lago, Rose Caetano e eu – mostrou muita coerência e sintonia.

Durante muitos anos, guardei documentos, como intimação que recebi no período do meu magistério, as inúmeras denúncias que fizemos referente ao processo de racismo e de retirada de direitos também deste período, cartas de tentativa, de convite ou de expulsão da igreja ou do partido, outros documentos referentes às violências, e aos abusos do poder

municipal. Entendo a importância de tê-los guardado, e de hoje poder falar sobre eles. Falar sobre as opressões enfrentadas, e poder dizer que tenho as provas dessas opressões. Ao mesmo tempo em que posso dizer que as tenho, não mantenho mais só para mim ou na minha casa. A digitalização desses documentos possibilitou também partilhar essas informações com outros, em caráter também de segurança.

Por não acatar a determinação do poder municipal que queria humilhar a Professora Dilma Costa, fomos impedidas de entrar na escola e de usar o ônibus escolar. A secretária de educação, que também era professora de metodologia de ensino e supervisora de estágio, prendeu nossas pastas de estágios para tentar impedir nossa colação de grau. Eu e minha turma, concluímos o segundo grau por interferência judicial e dos órgãos estaduais de educação, entretanto, sem o direito de colar grau na escola Permínio de Souza Ferreira, onde passei muitos anos de minha adolescência\juventude. Em Salinas, as estruturas públicas têm donos e donas: Igreja de Antônio, Associação de Márcia, Valter, de Vania de Ivan, Colônia de Sr. Vadi, Escola de Mundinha, de Silas, de Rita de Mirian. Igreja de Romilson, de Neto, de Brandão ou Genésio são expressões usuais. Os gestores tratam como suas as coisas públicas e nós, em certa medida, legitimamos esse patrimonialismo. Mesmo tentando me contrapor, é possível que me batizem dona da associação na qual colaboro na coordenação.

No início dos anos 2000 também fizemos forte enfrentamento a carcicultura, empreendimento de criação de camarão em cativeiro que disputa o território da pesca artesanal, impactando fortemente o nosso modo de vida. A carcicultura foi responsável por vários crimes em Salinas e também por crimes de morte amplamente denunciados pelo movimento e por veículos de comunicação na época.

Os anos 2000 representaram um importante divisor de águas em minha vida. As amizades políticas de Azeildo Fernandes (que se tornou um irmão para mim e um filho para minha mãe), de Hugo Caetano, Alda Nunes, Rose Caetano, Andrea Rocha, Maristela Caetano, foram importantíssimas para mim em um período em que o conjunto de minha família não manifestava interesse pela luta política. “Hoje posso dizer que eu e minha casa fazemos luta”.

Diante de muitas ameaças e muitas lutas, era necessário se articular com outras/os e não mais fazer lutas isoladas no município. A luta isolada se tornou muito perigosa. Os coronéis locais não tinham freios e usavam várias estratégias para tocar seus planos ambiciosos. Conhecemos a articulação dos pescadores e das pescadoras da Baía de Todos os Santos (BTS) e passamos a fazer lutas mais coletivas a nível regional, o que depois nos levou para a articulação que se transformou no Movimento Estadual e Nacional de Pescadoras/es (MPP) e Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras (ANP). Contribuí na fundação do

movimento nacional e na sua consolidação. O movimento a nível mais amplo ao tempo que foi um refúgio, também foi um importante suporte, colaborando para dar mais visibilidade às nossas lutas. A bandeira da articulação muito me representa, não só na sua imagem e símbolo que revela as especificidades e diversidades das mulheres das águas, como também nas pautas que enchem de sentido nossas vidas.



Na luta e na pesca mulheres construindo direitos!

Figura 2 - Articulação Nacional das Pescadoras.

Sempre acreditei na pesca artesanal, na potencialidade dos territórios, mas também queria estudar, não para negar minha tradição e minha gente, como propunha a professora acima mencionada. Acredito no valor e na importância da educação nas suas múltiplas formas. Sem me distanciar da comunidade, das relações e modos de vida locais, participei de diversas palestras e cursos que aconteceram no município e fora dele. Tive que forçar e chutar portas e grades para entrar nos espaços e acessar direitos que me diziam serem privilégios. Muitas vezes acordando 1 hora da manhã para ir a Salvador vender pescados e depois seguir para os outros processos formativos.

Entre 2005 e 2009 trabalhei no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, e reafirmo que o trabalho das crianças no mundo da pesca não agride o direito à infância. Queria mostrar naquele espaço que na pesca não existe trabalho infantil, por outro lado, contribuí com meu povo também fazendo formação. Era algo que buscava/busco, mas não

queria bater cartão nem estar a serviço do poder público local que a cada dia se apresentava mais tirano, controlador e repressor. As/os professoras/es sentem na pele essa opressão, muitos tem denunciado nas redes sócias os ataques em seus direitos, ao tempo tem feito luta. Depois dessa experiência, surgiu a possibilidade de contribuir no projeto Escola das Águas e nos processos de formação do Movimento Nacional em torno da Campanha Nacional de Regularização dos Territórios Pesqueiros. Esse tipo de contribuição não me paga as contas, mas alimenta minha alma e fortalece meus ideais.

A Escola das Águas³ é um sonho de Dona Maria do Paraguaçu. Projeto de formação do Movimento dos Pescadores e das Pescadoras da Bahia que se tornou o espaço onde posso contribuir de forma voluntaria na formação de nossa gente sem romper com nossa identidade. O projeto de formação Escola das Águas aponta o que a professora Ana Lucia chama de Letramento de Re Existência, que faz enfrentamento aos processos de formação formais que ora nos folclorizam, ora nos negam, ora nos tornam invisíveis.

Aprendemos nas mais diferentes esferas sociais, porém, é a escola que se coloca em evidencia como o *locus* privilegiado de aprendizagem e, o que é um problema, o que mais sustenta um modelo de letramento que, via de regra, exclui outras práticas sem conseguir considerar diversos modos de usar a linguagem modos que fazem sentido, que caracterizam as histórias e trajetórias de letramento dos diferentes grupos em sociedade (Ana Lúcia SOUZA, 2014, p.39)

Vale reafirmar que nosso principal letramento se dá nos ambientes de pesca\mariscagem. Entre 2005 e 2006 participei de uma seleção para uma graduação em Filosofia. Não me vergonho de dizer que se tratava de um curso fraco, fruto de um acordo entre a prefeitura local e um centro\instituto de educação privada. Concluir o curso foi outro

³ A escola das Águas é um projeto de formação do Movimento de Pescadores e Pescadoras na Bahia, criada em 2011, com o objetivo de trabalhar o tripé da formação política, conhecimentos técnicos de nossa gente e elevação da escolaridade, oferecendo uma educação contextualizada a pescadoras(es) quilombolas, ribeirinhas(os), indígenas. Fruto do sonho de dona Maria do Paraguaçu, uma pescadora quilombola não escolarizada, entretanto muito sabida, que acreditava na educação formal como elemento importante na luta. Com pequenos apoios da CESE, Instituto Casa e Bahia Pesca, a Escola é uma experiência autônoma e inovadora e itinerante que se sustenta a partir do compromisso do movimento, representado pelas comunidades que acolhem o processo e do voluntariado de parceiros estratégicos. A escola iniciou com a participação de duas turmas compostas por 40 estudantes das quatro grandes regiões da Bahia com idades e séries diversas, as respectivas turmas receberam o nome de Altino da Cruz e Maria do Paraguaçu e foram responsáveis por ganhos importantes para o movimento tanto no estado como a nível nacional, a exemplo da articulação de jovens pescadoras(es) quilombolas que posteriormente fundaram a articulação Nacional da Juventude. A escola também garantiu acesso e permanência de dezenas de militantes na universidade e além disso vem contribuindo no empoderamento das lideranças que passam a reivindicar mais autonomia e protagonismo em suas lutas.

desafio. A prefeitura manteve apoio até o final do processo para as turmas de pedagogia e administração, mas do meu curso foi retirado o apoio. O grupo ligado ao instituto rompeu com a prefeitura e acabou fazendo “delação”, tornando público que a situação foi provocada por vingança, visto que minha aprovação e de outros colegas como Andrea Rocha da Comunidade de Encarnação, Valdinei Reis da Comunidade de Cairu, não foram aceitas pelo poder local que na calada da noite tentou nos excluir da lista, segundo denúncia do administrador e sócio do instituto. Valdinei foi indicado por nós e eleito como orador da turma, menos marcado que eu, na cerimônia de colação de grau e fez o nosso desabafo usando os clássicos da filosofia (foi nosso acordo).

Hoje a comunidade tem a alegria de vivenciar trinta e quatro aprovações para as universidades públicas estaduais e federais, são estudantes quilombolas, ligados ao movimento local. Destes, 28 estão cursando, três mudaram de curso e três não conseguiram ficar em outras cidades, mas seguem em resistência. Algo nunca visto antes. Dentre estes estão quatro sobrinhos e uma irmã, e cerca de sessenta estudantes de todo estado vinculados a escola das águas também foram aprovados a partir de 2016. Isso é fruto da importante política de reparação racial e social, as chamadas cotas raciais e sociais, e dos cursos específicos de formação contextualizados e promovidos pela escola das águas.

Tanto no episódio da graduação quanto do magistério, tinha sido advertida/orientada a não participar de processos seletivos para estudos ou emprego, visto que não seria aprovada. Estamos na Bahia e o coronelismo aqui ainda é muito forte. Salinas tem no poder um coronel sem patente que aterroriza. Aqui todos os absurdos têm precedentes como, dizia Otavio Mangabeira, mas eu não tinha preocupação nem desejo de obter os ditos empregos. Os supostos donos de Salinas controlam as estruturas de poder, mas não controlam marés, ventos e luas. Os fenômenos e elementos que me navegam não se deixam controlar, razão pela qual estou aqui.

Mesmo com muitas dificuldades, concluí o curso de Filosofia que foi, ao final, assumido por uma universidade particular da capital. Fiquei em dívida com a universidade e como não precisava do chamado canudo para emprego ou coisa semelhante só em 2017, para o processo seletivo do mestrado, solicitei o diploma. Hoje sei que não poderiam ter me negado o diploma em função da dívida. Conhecimento do direito é poder.

Acho que o mais importante para o momento é dizer que sou a 6ª geração da minha família materna, vivendo no Território Pesqueiro e Quilombola de Conceição de Salinas. Estamos na 8ª geração de mulheres que lutam. Sou pescadora por tradição, profissão e também por decisão política. Os conhecimentos adquiridos nos espaços formais de ensino têm

sido colocados a serviço do movimento, da luta e do meu povo, a serviço da resistência. Frequentemente o capital se articula com muita força em nossos territórios e tenta negar o valor e a importância da luta. Em todos esses momentos temos que resistir.

Tenho defendido a viabilidade da pesca artesanal, articulada a agricultura familiar e a criação de pequenos animais, como estratégia viável e sustentável na construção da autonomia e do fortalecimento da liberdade de não ter patrão. Nos últimos anos, tenho ocupado espaços estaduais, nacionais e internacionais de debate e, em cooperação com outras pessoas/grupos, tenho publicado reflexões sobre nossa luta. Como mulher preta, reconheço que os espaços que ocupo não são meus. Também reconheço que nossos passos vêm de longe e, nestas terras, tem se dado num diálogo multiétnico.

Como afirmei anteriormente, nossas noções de letramento se dão no costeiro de pesca, a partir da apreensão dos conhecimentos de luas, mares, ventos. É verdade que, como afirma a professora Ana Lucia Silva e Souza, numa perspectiva sócio histórica:

O conceito de letramento precisa ser tornado em sua dimensão plural. Falar de letramentos nos remete a um conjunto de práticas e usos sociais de leituras, da escrita, da oralidade e outras modalidades de linguagem realizadas pelos sujeitos, com diversas intencionalidades e em diferentes contextos sociais e culturais pelos que transmitem (Ana Lucia, SOUZA, 2014, p. 38).

Chego ao Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais, da Universidade de Brasília (MESPT/UnB), num momento de maturidade. Para o país era um contexto de golpe político, de intensificação do ódio racial, do machismo e da misoginia, de aumento do conservadorismo. Desde então, acredito que estamos em uma maré que favorece e propicia a luta pela união dos povos, pelo fortalecimento da identidade e pela autonomia. Maré pequena no que tange a “crescimento econômico”, mas de grande potencia para a luta política.

Duas semanas antes do inicio das atividades do primeiro módulo do curso, sofri um acidente. O ônibus no qual eu viajava, retornando de uma atividade formação que fui realizar com as pescadoras de Cumuruxatiba no extremo Sul da Bahia, capotou. Cheguei para as aulas no primeiro módulo quebrada, mas fui, também pela necessidade de não perder a disposição e de aprender com a vida. No diálogo com minha filha Dalila Conceição – que me tomou como mãe, visto que não tenho filhos biológicos – e seus primos e primas, tenho dito: quando a vida nos dá uma segunda chance temos que seguir remando. A letra da música de capoeira fala sobre resistência quando tomamos uma rasteira.

Não tenho o costume de planejar futuros distantes, na minha tradição concluímos uma pescaria para iniciar os preparos para a próxima. No momento, estou vivenciando a experiência de me tornar mestra pela Universidade de Brasília e acho importante evidenciar que, pela tradição pesqueira, já sou mestra e essa é a mais alta patente de minha gente. A Universidade de Brasília tem muito prestígio e é muito respeitada, mas não sonhei com essa conquista. Ainda que a considere importante, foram as águas que me trouxeram e eu me deixei levar pelo movimento delas. Confesso que foi uma experiência enriquecedora, especialmente pelas relações construídas.

O processo me presenteou com irmandades e amizades mais importantes que títulos. Entretanto, o título também está vindo junto com a finalização desta escrita e com a aprovação da banca. Mesmo com todas as ressalvas a Brasília, o mestrado foi uma experiência maravilhosa, primeiro pela proposta de composição de turmas multiétnicas, com a presença de representantes de vários povos, pelo conteúdo e pela equipe. Ser apresentada a uma literatura que rompe com a prática de uma história única, saber que posso me valer de uma escrita que não me impõe a negação é uma grande satisfação e razão de muita alegria.

Comecei a escrever este memorial em um momento que, por orientação médica, fui impedida de participar do terceiro módulo do curso realizado em dezembro 2017, em razão de nódulos que apareceram em meu pescoço após o acidente de ônibus. Mesmo com problemas de saúde, estava vivendo um momento de muita completude e sentia que estava fechando um ciclo e cumprindo um importante papel na família, na comunidade e também no movimento. Mas também sentia que era um momento de reorientar minhas decisões políticas e minhas pescarias, como em 2011 quando um tumor fez meus ovários crescerem e torcerem, algo que acontece com uma pessoa, em cada um milhão. Tenho a impressão que as tensões enfrentadas ao longo da vida motivaram o problema, mas é verdade também que essa situação me levou a recuar um pouco das lutas locais e a me dedicar à Escola das Águas.

Isso tudo me dava mais certeza de que quando vamos fazer uma pescaria em costeiros de pescas mais afastados de nossas comunidades e municípios, temos a necessidade de um planejamento mais antecipado. Se algumas pescarias de conhecimento estavam sendo em Brasília, em território adverso, uma melhor preparação é necessária. Agora estou em um momento de recuo, das lutas estaduais, nacionais e internacionais. Sei que cumpri um papel, especialmente no que tange a preparar outros. O território do meu corpo, minha comunidade e minha família, precisam de atenção. Penso que temos que saber ir e voltar. Fazer as pequenas e as grandes tarefas.

As mensagens que o corpo nos envia, servem para nos fazer repensar nossas práticas e refazer os caminhos, se possível, sem abandonar a luta, mas, reposicionando-a. O capotamento do ônibus me deixou uma cicatriz na testa e sequelas no corpo. O colega Tiago, sinalizou para um terceiro olho, afirmando que quando ele aparece temos uma mensagem a entender. O acidente que sofri em 11 de julho de 2017 e o problema que estou enfrentando hoje me abre o terceiro olho, tal como aconteceu em 2011 e em outros momentos significativo em minha vida.

Ao longo dessa trajetividade pessoal e coletiva, resumidamente narrada acima, tenho compreendido que meu povo é historicamente vitimado por projetos de extermínio que nos privam de viver com liberdade no território e em conexão com a ancestralidade. Para enfrentar a situação, a comunidade tem se articulado em luta e tem mobilizado apoios para construir instrumentos que fortalecem a afirmação de sua identidade e delimitação de seu Território Tradicional, o que envolve articular parceiros estratégicos a nível local, estadual e nacional.

Enquanto pesquisa engajada e ancestralmente orientada, seu principal objetivo é analisar o papel da identidade e da ancestralidade no processo de territorialização da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas e na luta por direitos. O protagonismo feminino, a identidade e a ancestralidade tiveram papel preponderante tanto no levantamento das narrativas que ajudaram a reconstituir nossa história, quanto nas ações que visam a fortalecer a organização, a resistência e a luta comunitárias. Os objetivos específicos da pesquisa são os que se seguem: Reconstituir o processo de territorialização da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, por meio das narrativas de nossas lideranças comunitárias e espirituais; Analisar os documentos e os registros oficiais que contam a história da comunidade à luz das narrativas das lideranças comunitárias e espirituais, que são detentoras e guardiães de nossa memória coletiva; Mapear e narrar as lutas históricas da comunidade e os interesses do capital que atualmente expropriam o território e ameaçam nossos direitos; Mobilizar parceiros, constituir alianças e redes de apoio, realizar processos pedagógicos de afirmação identitária, visando ampliar e fortalecer a luta comunitária por direitos e em defesa do território ancestral.

Com efeito, duas questões nos orientaram ao longo dessa pesquisa: De que forma a identidade e a ancestralidade participaram (e participam) na construção da comunidade, na constituição do território e na luta por direitos? E, particularmente, qual o papel desempenhado pelas mulheres nesses processos históricos de luta e resistência?

1.2 Com os pés na lama e o corpo imerso nas águas

Com os pés na lama e o corpo imerso nas águas da Baía de Todos os Santos e do Rio Paraguaçu é como nomeio a travessia metodológica desta pesquisa. Um processo construído a partir das especificidades de minha gente, a qual possui identidades construídas, atacadas, algumas vezes negadas em construção e reafirmadas. Aqui explicito as opções epistêmicas e metodológicas que nortearam o desenvolvimento da pesquisa e a minha escrita.

Vale dizer que não se trata de um trocadilho, ou palavras usadas para, de forma rasa, apontar algo que possa parecer interessante ou inovador, mas não tem raiz em si mesma. A definição metodológica que proponho, é fruto de uma vivência de mais de trinta anos neste território tradicional, que tem tempos e modos de vida próprios. É fruto também das observações das experiências de pesquisadoras(es) que muitas vezes não compreenderam as especificidades de um território pesqueiro quilombola.

Alguns elementos que abordarei aqui, não serão entendidos por quem não tiver abertura para compreender o contexto da tradição pesqueira artesanal e do território pesqueiro quilombola. A tradição passa no corpo e os aprendizados também, como nos lembra Davi Pereira Júnior em uma fala que fez em março de 2019 para a equipe que compõe o Projeto Quilombos.

Como não tinha a intenção de me pautar em metodologias formais, que apesar de consolidadas academicamente muitas vezes não dialogam com a realidade, tenho me desafiado, como quem se deixa levar pelas marés, a construir processos de pesquisa que não nos enjaulem em uma perspectiva epistêmica colonial, falocêntrica, brancocêntrica, desde o método.

Nós, o povo de Conceição, pescadoras e pescadores em sua quase totalidade, somos conhecidos por andarmos de pés no chão, sentarmo-nos à porta e acolhermos a todos sem exceção. Pescadoras/es são povos que se movem pelos horários das marés, por determinação da lua e dos ventos, gente que conhece as espécies de pescados pelo movimento das águas. Qualquer intervenção realizada em uma comunidade pesqueira, para ser bem-sucedida, tem que se dar em profundo diálogo e imersão nas águas e na lama dessas especificidades, como se propõe alguém oriundo do local.

Tem a consulta para marcar, uma matrícula para renovar, uma viagem para fazer, então deixa a maré ficar pequena. Esta pesquisa colocou-se, assim, em respeito às especificidades deste território tradicional pesqueiro e quilombola e especialmente em

respeito a nossa gente que, muitas vezes, precisa redirecionar a resistência frente às opressões colocadas, dissimular a luta e até fingir-se de indiferente.

O percurso metodológico, de caráter auto etnográfico coletivo, foi constituído por diálogos invidiais com lideranças e em grupos, por análise de documentos históricos, pesquisas em cartórios, em paróquias e no Instituto Geográfico Histórico. De certo modo, segui os passos de Almir de Oliveira na construção de seu livro *Salinas da Margarida: Notícias Históricas* (2000), na ausência de uma literatura anterior que cumprisse esse papel. O autor empenha esforços para contar a história de Salinas e sua importância com foco na produção do sal e no olhar para a sede do município, mas com o propósito de criar minha própria rota.

O caráter auto etnográfico da pesquisa será percebido do início ao fim da dissertação que se coloca a dialogar de forma profunda não só com as categorias nativas como com o modo que a comunidade as aciona. Rita Laura Segato, em seu artigo sobre gênero e colonialidade, articula a ideia de tapeçaria para falar de história coletivamente construída, em que aponta:

Quando a história é tecida coletivamente, como os pontos de uma tapeçaria, onde os fios desenham figuras, as vezes aproximando-se e convergindo, as vezes distanciando-se e seguindo em direção oposta, é interceptada, interrompida pela força de uma intervenção externa, este sujeito coletivo pretende retornar os fios, fazer pequenos nós, suturar a memória e continuar. Nesse caso, podemos chamar de devolução da história, uma restituição da capacidade de tecer seu próprio caminho histórico, retomando o tramado das figuras, tecendo-as até o presente da urdidura, projetando-as em direção futura (2012, p. 112).

No caso específico dos territórios pesqueiros quilombolas e da nossa comunidade, a arte de cozer redes de cordão, produzir esteiras, cestos e balaios, é constituída por esforços coletivos de muitas mãos e corpos, em espaços e tempos diferentes. Algumas mãos e corpos estão envolvidos em desfilar o cordão, tratar a palha e/ou o timbó. Outros corpos e mãos são responsáveis pela tarefa de costurar as peças ou fazer os trançados e outros, ainda, por fazer os entralhos e encalhos (juntar uma peça na outra e fazer os reparos finais). Há ainda os que cuidam da Palmeira, Pés de Timbó, de onde se que extrai a palha respeitando as fases da lua para garantir a reprodução e continuidade da árvore.

Nesse sentido, a minha auto etnografia vai aos poucos se convertendo numa auto etnografia coletiva, pois compreendo, como diz Reawyn Connell, que “entender e teorizar a

partir do encontro colonial é uma tarefa desafiadora, além de ser trabalho para muitas mãos” (2012, p. 12). Aqui, muitas mãos estão envolvidas em cada detalhe da pesquisa.

Por vezes revisei o arquivo do Grupo Gaivota, pesquisadores populares da comunidade que preocupados com o ataque ao Território, à identidade e à memória, a partir de 2008 fizeram um levantamento dos aspectos sociais e culturais da comunidade. Produziram livro, revista, material informático e guardam um conjunto de informações em cadernos de anotação e áudios.

A Câmara Municipal, de forma verbal, informou não ter documentação referente à história de Conceição em seus arquivos, logo estamos falando de uma comunidade que ficou à margem da história oficial. Problemas respiratórios e questões alérgicas crônicas, por um momento, me impediram de avançar na consulta aos documentos antigos, que na maioria dos casos estavam muito deteriorados. Em razão disso, uma análise mais criteriosa ao livro de Almir de Oliveira e uma escuta atenta às narrativas da comunidade, assumiram espaço de destaque nesta pesquisa, entretanto sem desprezar consulta a documentos cartoriais, e análise dos processos que correm na justiça, documentos da Secretaria, arquivo da cúria e outras fontes.

Juntamente com a coordenação da Associação de Pescadores e Pescadoras de Conceição – que este ano passou a se chamar Associação de Pescadores, Pescadoras e Quilombolas de Conceição – articulamos o apoio de organizações parceiras para a realização de oficinas sobre Território, Identidade, Direitos de Povos e Comunidades tradicionais, bem como para a realização de oficinas de cartografia nas quais foram produzidos mapas sobre o território e suas formas de uso, mapa da área, que a comunidade possui Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) concedido à comunidade no ano de 2015, conforme processo de nº 04941.002628/2014-84, além de mapas dos conflitos que afetam a comunidade. Além dos mapas também foram produzimos matérias informativos e denúncias. As informações produzidas pelo Grupo Gaivota entre 2008 e 2011 foram comparadas com as informações levantadas durante a pesquisa. Construimos e fortalecemos uma importante rede de parcerias em torno da pesquisa.

No processo, tudo foi determinado pelos horários das marés, pelas fases da lua e pela direção e força dos ventos, pelas águas de fevereiro e março que algumas vezes limitaram as atividades, e que outras vezes destravaram o processo. Atrevo-me, então, a conceituar metodologicamente a pesquisa de *pés na lama e corpo imerso nas águas*.

Já ouvi falar de pesquisa pés no chão, de pesquisa militante, mas estou falando de algo de diferente, estou propondo a sistematização de algo no qual estamos profundamente

imersos. Não estou me reportando a um contato momentâneo, a uma luta pontual. Falo de uma imersão ancestral. Trata-se de uma imersão que tem implicações, pois efetivamente me deixo ser afetada por ela e pelos seus desdobramentos.

Para além de uma militância ou de um compromisso acadêmico pontual, esta pesquisa impulsiona a minha própria vida e influência no fortalecimento de lutas que já ocorrem no território. Nas marés grandes, quando o território pulsa em diversidade e quantidades de pescados e mariscos, e nós, as mulheres da comunidade, estamos muito envolvidas com as atividades relacionadas ao nosso sustento. Nesse período, ficam inviáveis as rodas de conversas, articulações políticas internas mais ampliadas e formações, bem como a incidência para fora.

Sendo pescadora, muitas vezes também estou junto com as mulheres nas marés grandes, só que trabalhando na produção, na extração, transporte, limpeza e beneficiamento de pescados e mariscos. É também no labor pesqueiro que exercito o processo de escuta atenta para a pesquisa, visto que nos costeiros de pesca e mariscagem surgem muitos casos, contos e músicas que contribuem para os escritos. As conversas se deram de forma espontânea e livre, pois um roteiro de questões pré-elaboradas, com perguntas e anotações, poderia interferir na dinâmica do trabalho, constranger ou mesmo artificializar o diálogo. Nos processos produtivos, dedos, mãos, corpos e mentes devem ficar à disposição do trabalho de captura e beneficiamento dos pescados. Os costeiros de pesca e mariscagem, as cozinhas das casas, os fundos dos quintais, as canoas, as calçadas, os roçados e beiras de praia, constituem para mim espaços de aprendizado e, ao mesmo tempo, *locus* de pesquisa.

Foi também em algumas marés grandes que realizei o trabalho individual de levantamento bibliográfico, transcrição dos diálogos e produção textual, visto que limitações de saúde algumas vezes me impossibilitaram de participar dos processos de captura de pescados, especialmente nos últimos meses da pesquisa. Entendo que toda produção acadêmica que tenha como *corpus* um território tradicional, mesmo se de responsabilidade de um filho da terra (membro orgânico), eticamente deve estar a serviço da comunidade. Daí o compromisso com o resultado deste mestrado estar além da aprovação da banca, pois a comunidade espera os frutos da pescaria para que possamos partilhar quando eu retornar deste mar de conhecimentos diferenciados. A comunidade é minha principal banca avaliadora e sua avaliação está sendo constante.

Os estudantes quilombolas que estão na universidade ao tempo que colaboram no levantamento de informações, também aguardam o resultado deste trabalho que se apresenta numa escrita em primeira pessoa de vozes coletivas e servirá como referência em seus

trabalhos de conclusão de curso. Vale dizer que parte destes estudantes são também colaboradores na pesquisa. Neste sentido, Vânia Conceição e a juventude da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, assumiram papel estratégico na mobilização e no fortalecimento dos processos de diálogos, entrevistas, oficinas nos diálogos com seus familiares.

Diante dos conflitos tentei levar a cabo a orientação de não andar só, e para realizar as pesquisas de campo, dentro e fora da comunidade, sempre contei com a companhia da comissão de apoio pesquisa, de familiares, companheiros do movimento e outros parceiros, além da professora Ana Tereza Reis da Silva, minha orientadora, e colegas do mestrado.

Para garantir as remadas rumo às águas da história da territorialidade da Comunidade Pesqueira e Quilombola de Conceição de Salinas, evidenciando o protagonismo das mulheres, tomo de empréstimo as vozes das mestras da comunidade, registradas por meio de entrevistas e diálogos e com o compromisso de visibilizá-las e ampliá-las. Sem títulos acadêmicos, suas falas são o principal embasamento para meu trabalho, pois possuem muitos saberes e, desde seus lugares de fala, experiência e resistência, gozam de credibilidade e respaldo perante a comunidade. A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2009) afirma que os conhecimentos tradicionais e científicos são distintos, porém importantes e que devem dialogar entre si. Essas vozes têm muito valor e aqui terão papel fundamental na garantia da legitimidade desta pesquisa e de meu posicionamento.

Além das vozes da comunidade, tinha tomado a decisão político-epistêmica de utilizar preferencialmente escritos de mulheres, negras, nordestinas e de pessoas comprometidas com a luta do povo preto. Conheci as escritoras negras pelas quais me interessei em 2011, nas atividades do projeto Escola das Águas, quando a intelectual negra Vilma Reis nos apresentou Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Cidinha da Silva, Mel Adum. Jucilene Ferreira Cerqueira, mulher negra da periferia e importante colaboradora da Escola das Águas também nos apresentou Ana Lucia, Henrique Freitas, Jorge Augusto, Gomesa Gonçalves literatas negras que passaram a contribuir com nossa gente e nossa luta. É fato, contudo, que muitas escritoras e intelectuais negras, baianas e brasileiras não dominam ou não têm interesse pelas questões territoriais que vou abordar. Em razão disso, me abri às produções dos homens brancos, sulistas e até estrangeiros que, a partir das suas perspectivas e abordagens, trazem contribuições relevantes à pesquisa. Como tem me dito minha professora e orientadora, Ana Tereza Reis da Silva, existem pessoas e grupos que mesmo não sendo racializados, violentados e oprimidos, lutam contra o racismo e a opressão e em favor dos direitos dos povos subalternizados. Portanto, não posso desprezar as

produções de mulheres e homens brancos que têm dedicado suas vidas a essas causas e são aliados estratégicos dos povos e comunidades tradicionais.

Além das mulheres, apresento também as falas de alguns homens da comunidade. Tal como no diálogo com mulheres como Índia, Maria, Meire, minha mãe, com muitos dos homens citados no texto não realizei entrevistas estruturadas, sistemáticas, e muitos deles não participaram de oficinas com o objetivo de falar dessa territorialidade. As falas destes homens, que uso de forma autorizada neste texto, são fruto de conversas realizadas nos portos, sejam eles no Porto da Casa do Pescador onde me sentei algumas vezes para conversar com Marmeleiro, Porco Espinho e Gilmar, no Porto da Rua do Fogo onde conversei com Helinho, Marcelo, Déo, Elinho, Val, e também no Porto do Rio da Igreja e da Coroa do Garro. Essas conversas subsidiaram as informações que trago sobre a territorialidade, sobre a produção, práticas de pesca, estratégias de manejo, e também sobre mulheres como Totonha, e sua relação com o território.

Pensando nas insurgências e nas ausências, escrevi um texto/ensaio/artigo que é uma provocação especialmente às mulheres negras, baianas, urbanas, no sentido de evidenciar que os problemas que as afetam, também afetam nossa existência como povos e comunidades tradicionais. A conjuntura de ataque e as tentativas de nos dividir me fez refletir e não publicar o material, mas, realizei uma roda de conversa com as mais próximas. Algumas mulheres presentes nesse diálogo acharam que também devo envolver os homens negros nessa prosa e chama-los a um compromisso maior. Contraditoriamente, nas comunidades pesqueiras e quilombolas, a maioria dos nossos parceiros são homens e mulheres brancas ou instituições historicamente brancas, mas que em dada medida tem se mostrado comprometidos com a nossa luta (não cabe aqui refletir as razões).

Realizei diálogos com intelectuais que têm produzido reflexões sobre as comunidades Tradicionais, como Taise Alves, Kássia Rios, Tatiana Dias Gomes, Denilson Alcântara, Cintia Beatriz Muller, profissionais da área de História como Mariana e Marina e além disso e com pessoas mais próximas que eu não poderia deixar de dialogar, como Hugo Caetano, Almir Oliveira, que escreveram sobre Salinas e sobre mulheres pescadoras/marisqueiras. Vale ressaltar que tanto Hugo Caetano, Francisco Jose Souto, Thais Dias Gomes, assim como e quilombola antropóloga Roseni Santana, articulam a identidade de marisqueira para definir a mulher trabalhadora da pesca e não a identidade de pescador artesanal como impõe os documentos dos órgãos reguladores da pesca e as normas vigentes. Já na reta final da pesquisa também me aproximei do grupo da cartografia social do recôncavo e foi possível estabelecer importantes trocas com a equipe que é coordenada pelo professor

Franklin Plessmann De Carvalho. Thais Dias Gomes, na defesa da sua dissertação de mestrado nos ofereceu uma poesia que nos descreve assim:

*Quando a maré encher não mais serei coleta
Serei corpo locomoção, transposição
Em casa sou fumaça, sou cata, sou prosa, sou pirão
Aos sábados sou feira, sou venda, sou arrumação
Para no domingo ser farra e dançar até o chão
Quando a maré encher, volto a ser canção
(Thais Dias Gomes)*

Os diálogos individuais com as pessoas mais velhas da comunidade, nascidas e criadas, foram feitas no tempo e no ritmo delas, independente dos horários das marés que definem o subir e o descer para extrair os pescados, mas também influenciados por elas, vistos que as dores do corpo também se agravam nas luas cheias e marés boas. Já as atividades em grupos foram realizadas em períodos de marés pequenas, onde a produção pesqueira está bem limitada e as pessoas se dispõem a colaborar com a pesquisa com mais abertura. Essas conversas e entrevistas foram feitas com mulheres e homens com idade superior a 40 anos, tendo três ou quatro exceções, mas me ative majoritariamente às contribuições das pessoas com mais de 60 anos, tendo em conta a liderança intelectual, política e espiritual destas pessoas na comunidade.

Tratei com o respeito que se deve as diversas questões das divergências políticas, religiosas e discordâncias de modo geral. No que tange aos aspectos políticos partidários, a comunidade e o município são completamente divididos entre amarelos e azuis, os quarenta e os cinquenta e cinco. Os quarenta são os que seguem uma linha mais aproximada da chamada esquerda e os cinquenta e cinco os mais ligados a lógica da direita, representado pelo atual prefeito e seus aliados. As disputas políticas pautadas na violência e na propagação de mentiras, como se vivencia hoje no Brasil, é uma realidade em Salinas há muito tempo. Não posso, nem quero negar que também tenho posicionamento. Entretanto, cuidei para que meus posicionamentos não distanciassem os que pensam a partir de outras perspectivas. Foi difícil, visto que o simples fato de me pedir uma informação pública poderia prejudicar um servidor e/ou servidora que muitas vezes está orientado a não me disponibilizar qualquer informação que me “facilite a vida”.

Considerando que a maioria de minhas interlocutoras são mulheres, chefas de família, idosas, com baixa escolaridade e muitas ocupações, considerando também a orientação epistêmica desta pesquisa de privilegiar as narrativas orais, elaborei um roteiro com poucas perguntas. Mesmo assim, na maioria dos casos, foi bastante complicado obter as

respostas às perguntas na ordem em que elas eram apresentadas. Como respostas às perguntas mais “estruturadas”, as pessoas diziam que não sabiam muita coisa daquele assunto. De outro modo, quando eu as deixava falar livremente, vários elementos surgiam, e, na proporção que o diálogo fluía, eu retomava as perguntas iniciais. Especialmente aquelas sobre as mulheres que mais contribuíram para o fortalecimento da comunidade e as referentes aos processos de territorialização e afirmação indenitária, costumes, religião e aspectos geográficos e históricos.

Eu sou muito chegada às cozinhas das casas dos mais velhos e, me valendo positivamente disso, com alguns conversei longamente, por vezes entrando na noite ou por horas dia adentro. Muitas coisas sobre as quais falávamos não tinham necessariamente relação direta com a pesquisa, mas eram momentos de dar e receber afeto.

Entre as minhas referências tem pessoas com sobre nomes iguais, também tinha muita preocupação em garantir visibilidade às mulheres pescadoras e nesse sentido, optei por usar nome e sobrenome em minhas referências.

Antes de iniciar a pesquisa para o mestrado, tive o privilégio de testemunhar diálogos entre minha mãe e sua vizinha Madalena de Jesus, depois que elas se aposentaram a vida ficou mais leve no que tange a trabalho. Elas falavam sobre as lembranças de suas infâncias e juventude. Dona Mada não apresentava saudades, avaliava que naquele tempo tudo era muito difícil. Nas rodas de mariscagem também sempre surgiram muitas histórias, relacionadas as últimas décadas. Meire, Delza, Nonoca, Tia Índia ou Jovelita Carmo, Cotinha ou Nilza, Barbinha ou Barbara Teixeira, Bibi ou Marilia, Duci e Alda de Maria ao tempo que mariscavam costuravam redes de diálogos. Algumas dessas memórias serão acionadas ao longo da dissertação. E alguns momentos, a fim de melhor difundir as memórias dos mais velhos entre os que futuramente irão acessar essa narrativa, vocês pensarão que perdi o rumo da pescaria, usarei de repetições que chamarei de retomadas, para organizar as ideias, não estou perdida no oceano de informações. Sei em quais costeiros quero ancorar para botar e tirar os lanços, mas farei desvios e repetições estratégicas. Mesmo não tendo dúvida que escrever e falar são coisas diferentes, procuro escrever muito próximo da forma que penso e falo, para garantir uma melhor compreensão a minha gente e por ser esse o meu jeito próprio de me relacionar com a leitura e com a escrita. Não uso termos rebuscados nem palavras de difíceis, pois como nos diz Geri Augusto (2016), a língua não pode nos separar.

O professor Henrique Freitas, referindo-se à oralidade e à escrita, no que ele chamou de tessitura ficcional, convida-nos a refletir sobre o seguinte:

Apesar de se falar muito sobre oralidade e escrita africanas nos textos críticos, há dois fatores que precisam ser destacados: o primeiro é o risco da dicotomização dogmática que fere a lógica linguística do *continuum* e interpretação entre oralidade e escrita (MARCUSCHI, 2005), em vez de funcionarem simplesmente como opostos; segundo os gêneros literários orais, mesmo quando apontados nas análises não entram para serem estudados no campo (Henrique FREITAS, 2016, p.97).

Eu, em alguns caminhos orientados por Almir de Oliveira, fui ao Estado de Sergipe entender mais sobre Manoel de Souza Campos, comendador que primeiro expropriou as terras da Fazenda Conceição terras de Nossa Senhora, de Conceição e as colocou a serviço do capital, da Companhia Salinas, pois, mesmo não querendo dar destaque a ele em meu trabalho, sua presença no município tem impacto na história de opressão de nossa gente.

Há um conjunto de mulheres com as quais conversei, cujas narrativas irei acionar de forma aleatória. Outras, acionarei de forma mais contextualizada. Mas, é importante dizer que minhas principais interlocutoras foram: Tia Terezinha de Jesus, Tia Maria Esperança, Dona Zequinha/ Maria Angélica, Albertina Bispo, Maria Jose Conceição, Vania Conceição Sacramento, também interlocutores como Raimundo Bispo, Joel Teixeira e Adeildo Manoel do Sacramento (meu pai).

Esta pesquisa em nenhum momento se posiciona de forma neutra, pelo contrario, assume a intencionalidade de revelar, denunciar, construir estratégias que possibilitem produzir justiça epistêmica, ambiental e territorial. Essa postura guarda relação com minha presença no Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, da Universidade de Brasília (MESPT/UnB), hoje tenho mais consciência da importância do programa. Algumas vezes me perguntei o que estava fazendo ali. Às vésperas da qualificação, quando os conflitos territoriais se aprofundaram, a ancestralidade me chamou atenção para a responsabilidade e a oportunidade de estar em um espaço estratégico e poder “fazer o papel falar”, como nos diz a matriarca da Família Verón Guarani-Kaiowá. Fazer o papel falar para evidenciar nossas lutas e construir narrativas contra hegemônicas. Com a tarefa mais específica de mobilizar a comunidade, articular parcerias e sistematizar as lutas em defesa do território e por direitos na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, compreendo a razão pela qual fui conduzida pelas águas até aquele espaço.

Em um artigo sobre mulheres negras e a ciência no Brasil, de Bárbara Carine Soares Pinheiro (2019) que deixa interrogações sobre ser Cientista, somos convidadas a revisitar os porões da história para darmos vez e voz a narrativas históricas invisibilizadas que nos proporcionarão uma descolonização dos padrões do que vem a ser ciência e cientista. É

preciso um olhar atento para a história para compreendermos os passos que nos conduziram até aqui e para termos sensibilidade e empatia com as existências negadas e inferiorizadas.

O chamado de Bárbara Carine nos leva não só a questionar a ciência e as verdades colocadas por ela, mas propor outras formas de fazer ciência. Eu não me considero intelectual ou cientista nos padrões exigidos. Minha intelectualidade está à serviço da luta e a ciência que produzo está de mãos dadas com a comunidade. A opção por essa forma engajada de produção do conhecimento tem sido (des)classificada por muitos como militância, em uma clara intenção de questionar sua legitimidade enquanto pesquisa cientificamente referenciada. Então, se é assim, eu não sou cientista.

Minha tarefa não foi só a de escrever uma dissertação, mas, sobretudo, a de fortalecer o protagonismo do meu povo, em especial da juventude e das mulheres que dividem comigo a autoria desta pesquisa. Como diz o poeta “eu acredito é na rapaziada” e também acredito que a revolução será jovem e feminina. Ao longo da pesquisa, colocamo-nos na mira dos empresários e do poder político local que, para atender aos interesses do capital, tem tentado destruir nosso território, modo de vida e tradição. Além disso, através de várias estratégias, têm tentado nos criminalizar e cooptar. A maré de luta é potencializada por ondas de ataques sistemáticos.

Por meio da coordenação da Associação local de Pescadores e Pescadoras Artesanais e do movimento, a comunidade tem acompanhado todo processo da pesquisa. Além de autorizá-la, tem contribuído de forma efetiva para sua realização, pois reconhece que ela trará subsídios para o fortalecimento da luta por direitos e em defesa do território tradicional pesqueiro e quilombola.

Também constitui a parte empírica da pesquisa uma série de oficinas, seminários e encontros. Para a realização dessas atividades precisei me submeter a agenda definida pela coordenação da associação e a agenda do movimento a nível regional, estadual e nacional. Como a coordenação também é composta por jovens estudantes que tem tempos diferentes de estudos e que moram na comunidade, mas estudam em municípios como Salvador e Amargosa, compatibilizar as agendas sempre foi um desafio.

As oficinas tinham como objetivo, além da formação, a produção de material sobre a comunidade. Se analisarmos os mapas oficiais, tantos de Jaguaribe como da Ilha de Itaparica, Conceição não aparece e quem não aparece é como se não existisse. Por isso a partir de oficinas de cartografias produzimos nossos mapas desde nossos olhares coletivos.

Aconteceram oficinas específicas sobre território, identidade e direitos, reuniões e eventos mais ampliados com apoio do Grupo de Pesquisa GEOGRAFAR/UFBA, da AATR-

Associação de Advogados e Trabalhadores Rurais do Grupo de Pesquisa da Cartografia Social. Nas marés abertas, cujo ritmo de trabalho para o sustento é mais intenso, foi mais favorável para pesquisas bibliográficas, reuniões e entrevistas com agentes públicos e pesquisadoras/es que já atuaram no município e região.

Marés e luas articuladas determinam o ritmo no território. O professor Francisco José aprendeu com as pescadoras de Acupe, Santo Amaro-BA, como se dá o desenvolvimento dos pescados influenciados pelos movimentos da lua. Nas luas minguantes e crescentes de cada mês cumprimos a agenda mais ampla com a comunidade, inclusive com a participação das crianças e dos mais velhos. Algumas atividades foram organizadas em quadrimestres, de acordo com a disponibilidade dos parceiros externos. No entanto, como os movimentos das marés nem sempre convergem com as agendas externas, algumas mudanças foram necessárias.

É importante destacar também que nesta tarefa que me ponho de escrever uma *história conceicana de Conceição*, faço alusão à ideia cunhada pelo historiador indiano Dipesh Chakrabarty (1992) que reivindica uma *história indiana da Índia*, como uma forma de colocar em perspectiva as vozes que a violência colonial silenciou. Nesse sentido, muitas vezes faço inferências a partir das falas dos nossos mais velhos, para suprir as ausências e os silêncios das narrativas oficiais em relação à história da comunidade. Faço inferências nas descontinuidades das informações, nas lacunas, como quem junta peças a fim de entalhar uma feição que nunca se revela plenamente. O que quero dizer é que minha pesquisa não é um trabalho arqueológico e historiográfico cartesiano. Não se trata, portanto, de negar outras versões da história e colocar no lugar o mito de origem que sustenta a história de Conceição, mas de demonstrar que meu povo tem sua própria versão de nossa história.

Para auxiliar nessa tarefa, constituímos, como já mencionado anteriormente, uma comissão para dar apoio, suporte e acompanhar o desenvolvimento desta pesquisa/intervenção/colaboração. A comissão era formada por pessoas da comunidade e do município, que estão ligados às instituições locais. É o caso de Terezinha de Jesus, Danilo Sodré, Azeildo Fernandes, Vania Conceição, Maria Claudia e André Luiz Silva Santos e Tio Joel Teixeira, Maristela Caetano, Renata Lima, Suziele Santos, Dalila Conceição Correia.

Pessoas como Tio Joel e Tia Terezinha, com quase noventa anos, foram consultados diversas vezes a fim de averiguar se uma informação repassada estava de acordo com suas lembranças. Azeildo, Maristela e Dalila ajudaram articulando as entrevistas fora da comunidade e ajudando na análise dos livros de Batismo da Igreja do Município e de outras cidades. Vânia, Renata, André, Danilo, Suziele Santos, estudantes quilombolas, contribuíram

no levantamento de informações sobre as famílias da comunidade e no mapeamento do território ancestral, além de terem se revezado para acompanhar as pesquisas as igrejas e no cartório. Maria Cláudia, juntamente com outros membros da associação e com estudantes, contribuiu na articulação de seminários e oficinas sobre temas de interesse da comunidade, respeitando os horários das marés. Meus pais e Edielso oficialmente não faziam parte da comissão, mas também me acompanharam e colaboraram, tanto no georreferenciamento do território como no levantamento de informações nas igrejas e cartórios do município vizinho. Tínhamos um combinado de não me deixar andar só. A comissão se reunia, junto com outros colaboradores da comunidade que tinham disponibilidade, para avaliar as ações e sua importância para o levantamento das informações necessárias à pesquisa e para o fortalecimento da luta e da resistência.

Nesse processo, busquei instigar o grupo GAIVOTA (como as gaivotas) apontando o caminho do pescado, sinalizando a possibilidade de pescarias favoráveis para que outras(os) cumpram seu papel na luta comunitária, especialmente os estudantes que estão na universidade. Portanto, minha tarefa nesta pesquisa foi, também, provocar, inspirar apoiar a construção sociológica e o fortalecimento das nossas identidades.

Listo abaixo algumas das atividades que foram realizadas ao longo o desenvolvimento da pesquisa:

- De julho a outubro de 2018, aconteceram reuniões e eventos como oficinas, seminários e audiências públicas que tiveram um duplo propósito: fortalecer a resistência e a luta comunitária e colocar em movimento a pesquisa colaborativa para mariscagem de dados e registro de narrativas.
- De novembro de 2018 a fevereiro de 2019, realizaremos conversatórios com os mais velhos nas cozinhas e quintais das casas. Fizemos um levantamento prévio, por rua, das pessoas que são reconhecidas como detentoras da memória coletiva e que desejassem contribuir com o processo de reconstrução da história e da constituição ancestral do território. Esse período foi estratégico também para mariscar as narrativas dos filhos da comunidade que estão fora, como o Padre Edson Menezes e Maria de Liberato, que em suas posições estratégicas tiveram acesso a documentos importantes sobre a história da comunidade, a constituição ancestral do território e nosso modo de vida.
- De março a junho de 2019, fizemos atividades de legitimação da pesquisa, inclusive a partir das vozes ampliadas da comunidade sobre as informações levantadas. Foram realizadas rodas de conversa para que a comunidade definisse o que poderia ou não

compor a dissertação e quais questões ainda precisavam ser melhor esclarecidas e exploradas.

- Só foi possível dialogar com Almir de Oliveira, autor da produção mais completa sobre Salinas, em julho de 2019 nos festejos do aniversário da cidade, entre os Festejos de Santo Antônio, São Joao, São Pedro e Santa Luzia. Ao tempo que participei dos festejos, também retomei algumas pesquisas no cartório de Maragogipe, Itaparica, Nazaré. Fui também a Jaguaripe, Barreiras, Jeribatuba, Amargosa, Salvador em busca de informações complementares sobre a comunidade. Nesse meio tempo comi muito milho e amendoim, bebi licor nas comunidades vizinhas. Visitei companheiros de luta dos territórios vizinhos e que mantém forte relação conosco.
- Pensei em reservar os meses finais de conclusão do mestrado só para a sistematização da escrita, mas não foi possível. Tivemos que manter a dinâmica de reuniões, oficinas e realizar a escrita ao mesmo tempo, visto que os conflitos não têm dado trégua. Por outro lado, o tempo é um senhor poderoso que faz sua própria gestão.

Durante o ano de navegação para realizar as ações voltadas à pesquisa (de julho de 2018 a julho de 2019), também usei como estratégia participar ativamente dos eventos e das festas de afirmação das identidades tradicionais. Nas luas cheias e novas, quando as atividades produtivas e de sustento no território estão mais pulsantes, realizei atividades como: visitas aos arquivos e acervos históricos dos cartórios, igrejas, prefeituras e câmaras dos municípios de Salinas da Margarida e Itaparica; entrevistei representantes de órgãos públicos e empresas responsáveis pelos conflitos socioambientais e pesquisadores/as que estudam questões pertinentes à comunidade; fiz pesquisas bibliográficas e análise de documentos cartoriais e das associações dos movimentos.

Das atividades que foram realizadas ao longo à pesquisa, aponto alguns dos processos que tiveram incidência positiva sobre os processos de organização comunitária:

- Reconstrução do processo de territorialização da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, por meio das narrativas de nossas lideranças comunitárias e espirituais;
- Análise dos documentos e dos registros oficiais que contam a história da comunidade à luz das narrativas das lideranças comunitárias e espirituais, que são detentoras e guardiães de nossa memória coletiva;
- Mapeamento das lutas históricas da comunidade e dos interesses do capital que atualmente expropriam o território e ameaçam nossos direitos;

- Mobilização de parceiros, constituição de alianças e redes de apoio e realização de processos pedagógicos de afirmação indenitária, visando ampliar e fortalecer a luta comunitária por direitos e em defesa do território ancestral;
- Construção de mapas da comunidade: mapas dos conflitos, das formas de usos, dos modos de produção material e imaterial da vida;
- Sistematização de dados e elaboração de peças de denúncias das violências e violações de direitos, com o apoio de instituições parceiras.

Essas ações, produzidas por meio de uma pesquisa engajada na qual a comunidade assumiu um papel de sujeito epistêmico, tiveram significativa relevância para o fortalecimento da luta em defesa do território e da identidade coletiva. Do ponto de vista acadêmico, o estudo também contribuiu para demonstrar que é possível construir uma ciência que dialoga com os conhecimentos tradicionais, cumprindo o papel social de produzir conhecimentos à serviço de quem mais precisa, das populações vulnerabilizadas. Na perspectiva de ampliar o diálogo entre a comunidade e a academia, inclusive com a participação de colegas, professoras e coordenação do curso, e de pesquisadoras/es aliadas/os de outras universidades, realizamos o Setembro da Resistência em 2018, no qual estavam presentes a professora Ana Tereza Reis da Silva, da UnB, a colega-irmã Elizamar Gomes, e as professoras Tatiana Dias Gomes da UFBA e Marcia Spyer da UFMG.

A dissertação que resultou desta pesquisa não será um conjunto de dados e análises guardados em uma gaveta ou armazenados em um sistema de informação online. Ela será um instrumento vivo de luta e resistência construído pelos próprios sujeitos em diálogo estratégico com a academia.

As reflexões e ações que foram empreendidas ao longo desse estudo buscaram responder as seguintes questões: De que forma a identidade e a ancestralidade participaram (e participam) na construção da comunidade, na constituição do território e na luta por direitos? E, particularmente, qual o papel desempenhado pelas mulheres nesses processos históricos de luta e resistência?

A dissertação está assim organizada. No primeiro lançamento – este que se lê – falo de mim, delas e das outras, das minhas e das nossas trajetividades. Das travessias que me trouxeram até aqui, das pessoas e processos que me atravessaram e que colaboraram de forma decisiva para que eu me tornasse mestranda da UnB e me engajasse em uma pesquisa interessada na sobrevivência do meu povo e na sua luta por direitos. Também descrevo minhas escolhas epistêmicas e o percurso metodológico que forjamos ao longo da pesquisa. Um método próprio, por assim dizer, orientando pela escuta às nossas ancestralidades e

forjado em nossas territorialidades e nos espaços de produção do sustento, na organização comunitária, na produção da vida e na vida mesma.

No segundo lançamento, falo da raça de Filomena da qual descendo, das mulheres/entidades que me constituem e a partir das quais articulo meus lugares de fala. Tive a intenção de evidenciar uma luta coletiva, pautada por marcadores de raça, gênero e geração. Identifiquei e apontei mulheres que fizeram e ainda fazem luta, demarquei o chão que elas pisaram ou pisam e, além disso, pontuo suas contribuições à luta, em dimensões diferenciadas. Estou evidenciando que a luta histórica de nossa gente não se trata de carreira solo, de uma luta deslocada, mas que carrega marcas da negação e do preconceito. Trata-se de uma resistência histórica, de uma luta de mulheres que se apresenta em tempos e dimensões diferentes.

Neste segundo lançamento, trago também a história de Conceição: concepção, comunidade, território, monumento, entidade, pessoa. Ao mesmo tempo mulher negra de posse e matriarca de várias gerações, que deu origem à comunidade, ao território e à igreja e cujo nome foi herdado por muitas de nossas mulheres. Aqui evidencio o protagonismo da mulher, negra, liberta, possivelmente ganhadeira, como muitas de nós. Uma mulher que os racismos epistêmicos, sociais e culturais invisibilizaram e a quem, nesta pesquisa, torno presença e emergência. Muitas interrogações surgiram ao me propor escrever sobre ela, pois, como diz Conceição Evaristo, os brancos podem dizer a nosso respeito, mas quando a gente se apropria do nosso discurso, é motivo de interdição. Busco deixar claro que Conceição é símbolo de uma resistência marcada pela raça, pelo gênero e pela luta por reconhecimento, demarcação e proteção do território tradicional e ancestral Pesqueiro e Quilombola Conceição de Salinas.

No terceiro lançamento, descrevo as águas de fevereiro e março e os conflitos territoriais e socioambientais. Minha tarefa é de denunciar as sistemáticas violências que são impostas ao meu povo, que violam nossos direitos à identidade e ao território e inviabilizam nossos modos de vida. Tais violências se fundamentam nas mais diferentes formas de racismos: estrutural, ambiental, racial e étnico.

No lançamento de fechamento-abertura, reafirmo que entro no mestrado e nele permaneço não como uma pesquisadora militante, que usa da sua condição de lutadora do povo para fortalecer a ciência e/ou a pesquisa. Primeiro e sempre, eu sou militante, no momento estou pesquisadora com o objetivo de fortalecer a luta, de modo nenhum se aplica o inverso. Busquei construir uma relação de troca entre os territórios e a academia como comunidades de aprendizagens. Reconheço a importância da academia e quanto mais ela for

capaz de acolher as demandas de minha gente, tanto mais será melhor. No momento além de permanecer militante e pescadora, estou pesquisadora. Então, posso dizer que sou uma militante que, estando pesquisadora e tendo a possibilidade de pescar/mariscar outros conhecimentos, vivencio alguns privilégios, mas, também, situações de muita vulnerabilidade frente à violência do capital.

II

MARÉ DE LANÇAMENTOS



Figura 3 - Tia Esperança, filha de mãe Rosa e a Santa de sua devoção Nossa Senhora da Boa Esperança padroeira da Barra do Paraguaçu - banco de imagens do Grupo Gaiivota. Foto: Uendel Galter.

2.1 Raça de Filomena: protagonismo de mulheres em luta pelo território

Somos mulheres das águas doces e salgadas
Revoltosas ou paradas
Nanã, Iemanjá, Oxum, Iara, Conceição, Nossa Senhora da Boa Esperança
Em diálogo sincrético com Iansã/Santa Bárbara
Barbinha, Belazinha
Senhora das Candeias
Mulheres em ato, potência e ancestralidade
Mulheres em movimento, superando o lamento
Pescadoras, agricultoras, quilombolas ou indígenas
Mulheres que lutam e cedo madrugam
Que produzem alimentos e geram fomento, garante sustento
Mestras do saber tradicional, um conhecimento sem igual
Também articulam conhecimentos científicos
Educamos em casa, nos costeiros de pescas, e incidimos na academia
Para não matarem nossas ideologias
Que fundamentam a luta de raça, classe e gênero
Nossa história não é só de harmonia e alegrias
Não somos só as mulheres do lar, do amar, do cantar e sambar
Estamos constantemente a nadar contra e a favor das correntes que os ventos teimam soprar
Somos mulheres do lutar, do transformar, do resinificar
Histórias de dor em resistência
É mentira!! Não somos fortes em essência
Somos passado, presente e futuro
Somos resistência, essência
Resistimos por nós
Pelas nossas ancestrais e pelas gerações futuras, como justificou dona Maria do Paraguçu
Mulheres das águas
Nossos filhos e nossas casas, sustentamos
Somos chefes de família
Somos a grande mãe preta que acolhe e recebe
Mas também temos necessidades de ser acolhidas e cuidadas
Mulheres das águas em ação
Seja para fazer transformação social, cultural, intelectual
Defesa do patrimônio imaterial, do território tradicional
Mulheres das águas do mar
Da lama do mangue, das águas dos rios, lagoas e lagoas
Dos costeiros lamosos, cascalhoso ou arenoso
Maré- Mulher: territórios feridos, violentados, atacados
São águas que sustentam o corpo da mulher e enriquece o território da maré
Mulher, maré, águas, pescadora, extrativista, ribeirinha
Mulher, maré, águas
Corpos/costeiros atacados, desejados, privatizados
Eu, você, elas e nós
Mulher, maré, águas
Somos transformação, ação e muitas vezes emoção
Luta e resistência são nossos nomes e sobrenomes
Protagonismo e invisibilidade conflitam com a história
Nós somos mulheres das águas
 (Elionice Sacramento)

A poesia que abre este texto evoca as especificidades do ser mulher-negra-pescadora-quilombola, em uma dimensão interseccional, que apresenta meu *lugar de fala* (RIBEIRO, 2017). Neste trabalho, escrito inevitavelmente em primeira pessoa, me afirmo através da

interseccionalidade identitária apontada acima, em meio à invisibilidade, à negação de direitos, às ameaças impostas pelo capital, pelo racismo, pelo machismo, aos quais nós mulheres pretas resistimos. Valendo-me da definição da escritora negra Cristiane Sobral, alego que em minha poesia “as personagens não representam, elas são. Há uma consciência política, ideológica e estética e uma referência às tradições, à ancestralidade, à contemporaneidade e um protagonismo negro”, pois, “em um país racista, quem não se afirma não existe, trata-se do rótulo dar visibilidade” como a mesma ressaltou em mesa que dividimos com Carla Akotirene em evento realizado pela coordenação do grupo de Atuação Especial de Proteção aos Direitos Humanos e combate a discriminação e do grupo de atuação especial em Defesa das Mulheres e da População LGBT, realizada pelo Ministério Público. Estabelecido este importante ponto de partida, é preciso situar que esta seção tem por objetivo evidenciar o protagonismo das mulheres negras e pescadoras da comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas, na luta pela por direitos em defesa de suas identidades de mulheres, pretas, pescadoras, mariscadeiras, quilombolas entre outras, bem como em defesa do território tradicional em que habitam.

Apesar de focar aqui histórias específicas, registro que somos muitas no movimento e em movimento, somos ancestrais, as mais velhas e as mais novas também. Sobretudo compreendemos que o movimento social, entendido de forma ampla, nos constitui “como um dos sujeitos sociopolíticos presentes no associativismo no Brasil porque eles foram, e ainda são, as bases de muitas ações coletivas no Brasil” (Maria da Glória GOHN, 2013).

Nós estamos estruturadas nos grupos de pescas e mariscagem, grupos de dança, nos Centros, nos terreiros, nas igrejas, nas associações locais e em coletivos mais complexos como a Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras, o Movimento de Mulheres Camponesas, o Movimento de Mulheres Negras, ocupando as universidades, entre outros territórios, enquanto movimento orgânico. Este se configura na ação cotidiana de mobilização das pessoas, de modo coletivo ou individual, para dar conta de nossas necessidades imediatas e da necessidade de nossa gente a partir de nossas próprias competências e habilidades, a fim de que não fiquem paralisadas quando as macroagendas regionais ou nacionais emperrarem, por diversos motivos, no avanço de suas pautas. São as relações que se estabelecem no próprio movimento da vida e das águas que mobiliza “ideias e valores e geram saberes e aprendizado coletivo” (Maria da Glória GOHN, 2013). Esses movimentos são impulsionados também por luas, marés, ventos e pelas necessidades concretas do dia a dia. É nesse movimento de vidas e pela vida das mulheres negras, indígenas e afro-indígenas que, no momento, quero me pautar.

Valendo-me do conceito do pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos (2015) sobre os saberes orgânico e sintético como um dos principais traços da produção do conhecimento, afirmo que o movimento das mulheres pescadoras também é duplo: movimento orgânico e movimento sintético. O primeiro movimento, aquele produzido a partir de um saber orgânico e ancestral nas comunidades, por meio das atividades produtivas de sustento, culturais e identitárias como rezas, macumbas, dentre outros, via de regra, não aparecem externamente e não são reconhecidas como uma forma de ação política com potencialidade de transformar as condições de vida das quilombolas/pescadoras.

Trata-se de lutas subterrâneas sem espaços para divulgação nas mídias convencionais: a revolucionária luta cotidiana das mulheres negras e indígenas dos territórios tradicionais, cujos ganhos e conquistas não são contabilizados como contribuições sociais, culturais ou econômicas relevantes, sendo apagadas das linhas do tempo. O segundo movimento nasce da necessidade de responder às demandas cotidianas localizadas, as quais têm impactos em questões externas levando a cavar/mariscar/pescar um pouco mais e em costeiros mais distantes, construir estratégias e ao mesmo tempo provocar ações mais refletidas, politicamente dialogadas, abertas e que sofrem um conjunto de influências. No referido movimento, as redes são mistas e quilométricas, seus impactos positivos e negativos também são diversos, mas a necessidade de enfrentar de forma global os problemas que também são globais, os justificam (Geri AUGUSTO, fala proferida em 2019).

O *modus operandi* histórico dos corpos das mulheres negras nas sociedades a que pertencem tem sido mais que extraordinário, e, de fato, sua atuação caracteriza-se como revolucionária e transgressora. Uma resistência que propicia proteger a vida tanto dos seus filhos e filhas como de outras mulheres através de códigos, procedimentos e signos específicos. Isso viabiliza, por exemplo, descobertas de possibilidade de produção em lugares improváveis para realização da agricultura e da mariscagem/pesca. Essa transgressão proporciona que saberes e fazeres sejam repassados mesmo na ausência de escritas ou da tentativa de silenciamento da oralidade. Neste sentido, ante uma profunda desvalorização dos corpos negros e indígenas que estão colocados, na melhor das hipóteses, como força de trabalho explorado e mão-de-obra barata, a ancestralidade feminina vinculada a uma *oralitura* (Leda, MARTINS, 2003) um líquido que escorre ultrapassando os mais diversos obstáculos, que resiste e ninguém contém.

Não é só o movimento de luta cotidiana das mulheres de Conceição de Salinas, Quilombo Conceição, que gera incômodos no combate à invisibilidade social e no cumprimento de uma pauta que atenda às dimensões de mulher, quilombola, afro-indígena,

pescadora. A teórica e feminista interseccional bell hooks, ao abordar trajetórias das intelectuais negras, relata a invisibilidade destas, a resistência, a aceitação de seu valor e contribuição importante nos debates sociais e, ao mesmo tempo, o ataque ao seu modo de ser e estar no mundo:

Vivendo numa sociedade fundamentalmente anti-intelectual é difícil para os intelectuais comprometidos e preocupados com mudanças sociais radicais, afirmar sempre que o trabalho que fazemos tem impacto significativo nos círculos políticos progressistas, nos quais o trabalho dos intelectuais raramente é reconhecido como uma forma de ativismo. Na verdade, expressões mais visíveis de ativismo concreto (como fazer piquetes nas ruas ou viajar para um país do Terceiro Mundo e outros atos de contestação e resistência) são consideradas mais importantes para a luta revolucionária que o trabalho mental (bell hooks, 1995).

É importante salientar que hooks não fala de qualquer intelectual para abordar aspectos referentes à negação dessas intelectuais. São as intelectuais negras que estão em pauta neste debate, assim como são, em percentual significativo nesta pesquisa, as intelectuais dos territórios tradicionais, as mestras das marés, detentoras de outros saberes que, de igual modo, são invisibilizadas. A invisibilidade e a negação da importância e contribuição das mulheres negras foram fatores decisivos que nos impediram, por exemplo, de contar a história de Maria Felipa, marisqueira (pescadora) da Ilha de Itaparica que teve papel fundamental na luta pela independência da Bahia. Vale esclarecer que como Salinas pertencia a Itaparica, em um dado momento da história, falar de Itaparica era falar do Quilombo Conceição. Assim também foi a história de Carolina Maria de Jesus, uma escritora negra moradora de uma favela em São Paulo nos anos 1960, contemporânea da aclamada escritora Clarice Lispector, mas que não figura nos livros didáticos nem como indicação de leitura nos espaços formais hegemônicos de ensino no Brasil.

Jacimara Souza Santana, intelectual negra, escreveu sobre mulheres africanas de Moçambique e revelou muitas semelhanças entre as lutas dessas mulheres e as nossas lutas, seja pela conquista de uma maior visibilidade como por direitos. Chama-me atenção que essas mulheres, assim como nós, também articulam luta política, vivenciam um conjunto de opressões e controles e desenvolvem atividades agrícolas de sustento e tarefas domésticas. Segundo Santana (2014):

As mulheres habitantes das áreas rurais ou urbanas, ainda que de forma variada, também estavam envolvidas em teias de relações familiares, nas quais lhes eram exigidos certos comportamentos em respeito a princípios sociais. Para Sheldon, o controle da produção das mulheres foi essencial para o patriarcalismo rural e a mudança da posição do grupo feminino na

sociedade ameaçava o poder político e econômico dos chefes (Jacimara Souza SANTANA, 2014 p. 180).

Sobre a produção das Mulheres Moçambicanas, Jacimara Santana chama à atenção ainda para o seguinte:

Apesar dos homens também trabalharem na agricultura, eram as mulheres que administravam os celeiros, e somente elas eram reconhecidas socialmente como alimentadoras do grupo familiar. A pertença da filiação era legitimada pela passagem do nome ancestral – durante a realização dos ritos de iniciação – e essa era também uma função atribuída unicamente às mulheres (Jacimara Souza SANTANA, 2014, p. 180).

As culturas são diferentes, mas as realidades de invisibilidade, sobrecarga de trabalho e opressões muitas vezes são semelhantes. As redes que invisibilizaram as mulheres negras são lançadas e sustentadas por grandes estruturas fomentadas pelo capitalismo e pelo patriarcado. Um racismo estrutural que se articula de forma global em rede, e é em rede que devemos reagir para enfrentar as marés de problemas que elas desencadeiam.

Do meu lugar de fala (não só de representatividade, mas de legitimidade), coloco-me a fazer justiça epistêmicas e a contribuir para que a violência do silenciamento imposta a minha gente seja superada. Por outro lado, coloco-me a tarefa de ampliar as nossas vozes, de forma coletiva, contribuindo na construção de estratégias que possibilitem a mim e as outras falarmos em nosso próprio nome.

A pauta da visibilidade tem nos acompanhado ao longo das últimas décadas, entretanto, no momento atual, diante de um ataque mais violento às mulheres e aos Povos e Comunidades Tradicionais, tem sido necessário refletir de forma mais cuidadosa sobre a visibilidade, visando a segurança das informações sobre nosso território e a segurança das nossas vidas. De um lado, está a necessidade de pautarmos as nossas demandas, de outro, a necessidade de protegermos e guardarmos nossos segredos e os segredos de nossa gente.

A invisibilidade não é o único problema imposto às mulheres negras, mas ela nos tem causado grandes prejuízos, visto que não se garante direitos para quem não existe ou não é vista. Assim, para os que querem expropriar nossos territórios, a condição de invisibilidade é oportuna e as vidas das mulheres negras e indígenas, tão ameaçadas pelas elites e pelos projetos do capital, tornam-se alvo de agressões. Mulheres que diuturnamente precisam lutar para enfrentar as mais diversas formas de racismos (institucional, ambiental, racial) e as violências de gênero, confrontando-se também no momento atual com a presença do fascismo que já aponta fraturas profundas na sociedade brasileira.

A experiência de escritoras como Lélia González, Sueli Carneiro e Simone De Beauvoir nos leva a perceber que muitas vezes não nascemos mulheres, assim como não nascemos negras com consciência de raça, gênero, mas tornamo-nos mulheres, enfrentamos o branqueamento e nos tornamos negras. Nossa consciência da condição racial, social e de gênero é construída. Nossas identidades de gênero, de raça e até de classe são construídas no enfrentamento às desigualdades e às injustiças. Isso me faz pensar por que só me sinto pobre quando estou fora da minha comunidade onde as coisas só se resolvem ou são encaminhadas com dinheiro ou pelos jogos dos interesses.

No que tange as categorias de raça e etnia para as comunidades pesqueiras quilombolas e, especificamente pensando em Conceição, existe uma mistura na compreensão dos conceitos, entretanto, sentimos na pele que não somos todos iguais, e, portanto, é perceptível, como afirma Guimarães (2003), que há uma pluralidade na questão:

O que é raça? Depende. Realmente depende se estamos falando em termos científicos ou de se estamos falando de uma categoria do mundo real. Essa palavra raça tem pelo menos dois sentidos analíticos, um reivindicado pela biologia genética e outro pela sociologia. No nosso mundo real as raças existem (Alfredo GUIMARÃES, 2003, p. 95).

Ainda segundo Alfredo Guimarães (2003), raças existem e justificam as desigualdades e as divisões entre as pessoas. A noção de raça criou as hierarquias e fundamentou certo racismo doutrinário. Como vivemos no mundo real, ficamos com a dimensão sociológica ou antropológica de raça apresentada.

Raça, gênero e etnia são bem presentes no debate sobre direito ao território. Somos uma comunidade expressivamente negra, na qual o marcador de gênero é muito presente e as mulheres não só são maioria na comunidade, como também nas atividades produtivas, associativas, nas organizações culturais, indenitárias e religiosas. Além disso, tenho sido provocada em minha *práxis* acadêmica e em minha militância política a refletir sobre a influência indígena Tupinambá presente nos modos de vida da comunidade. Os chamados indígenas misturados do Nordeste além de terem sido as “muralhas” que receberam no peito todo processo de colonização, como nos aponta a antropóloga Silvia Guimarães (2018), também acolheram nossas/os ancestrais escravizados/as e trazidos/as à força, por meio de alianças que buscaram modos de enfrentar as mazelas de um sistema escravocrata.

A forma que nos relacionamos com a natureza, com o sagrado, é reinventada a partir da interação com os chamados Povos Originários. Em palestra realizada no II Narrativas Decoloniais em Interculturais (2019), o filósofo Wanderson Flor do Nascimento lembrou que

fomos trazidos em corpo e ancestralidade, mas que aprendemos a nos relacionar/reconectar com a ancestralidade a partir dos elementos encontrados aqui, entrando em conexão com a espiritualidade indígena.

Minhas ancestrais, as principais pessoas em que me inspiro, são mulheres negras, pescadoras, quilombolas ou afro-indígenas, que operam politicamente a partir das fronteiras dessas identidades, por isso não consigo mais pensar em produzir qualquer tipo de conhecimento sem levar em consideração as intersecções de raça, gênero e etnia.

Barbosa (2015) apresenta em sua obra (com base nos trabalhos de Lélia) Lélia González *O feminismo negro no palco da História*, um conjunto de elementos que evidenciam a presença do racismo e do sexismo na cultura brasileira, representados no mito da democracia racial, na construção da figura da mãe preta, na tentativa de camuflar o racismo e nas opressões que fortalecem as desigualdades.

Por isso, nas minhas escolhas de escrita me inspiro em Conceição Evaristo e em seu conceito de *Escrevivência* (2017), pois a escrita/vivência que tenho acionado não é só a minha, mas é especialmente derivada das vivências das minhas ancestrais e do coletivo de mulheres que componho, nos ciclos familiares, nas relações comunitárias ou nas militâncias mais amplas como a construída na Articulação das Mulheres Pescadoras em nível estadual ou nacional, no diálogo com os outros movimentos e na recente aproximação com as mulheres do Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT).

Como disse Conceição em entrevista ao “Nexo” em 26 de maio de 2017, “minha escrita é contaminada pela condição de mulher preta”. No meu caso, mulher preta, pescadora e quilombola.

2.2 Heroínas que emergem das águas

Um importante movimento de disputa de narrativas e luta pela valorização das matriarcas, e para que não haja apagamento efetivo de suas histórias, acontece atualmente na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas, protagonizado por gerações de mulheres ligadas a Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras (ANP) a nível local, estadual e nacional.

A Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras, foi fundada em 2005 e tem como objetivo, articular mulheres nas beiras de praias, rios e lagoas, empoderando-as para fazerem o enfrentamento ao racismo e ao machismo, defenderem seus territórios além de lutarem pelos direitos trabalhistas, previdenciários e outras políticas públicas e direitos. A Articulação

tem 14 anos de fundação e está presente em 18 estados do Brasil, sendo mais difundida e fortalecida no Nordeste Brasileiro. Mulheres como Joana Mozinho do Pernambuco, Rita de Cassia do Rio Grande do Norte, Luzanete Maria e Maria Eliene do Ceará, Irany Silva, Lenira Calheiros, Eliete Paraguassu, Alice Silva, Marizelha Lopes, Barbara Ramos da Bahia, Josana Serão no Pará, Lurdes no Espírito Santo, Eva Maria e Luciana em Minas Geras, Marli e Deise do Rio de Janeiro entre outras são grandes símbolos da luta das mulheres pescadoras a nível nacional e em seus estados. O estado do Pernambuco onde moram as primeiras mulheres que possuíram Carteira de Pesca, hoje assume a secretaria nacional da articulação, enfrentando todas as violências impostas pela conjuntura atual. Entre as bandeiras de luta da articulação está direito a política pública e direitos territoriais. A bandeira símbolo também revela a diversidade das mulheres pescadoras, ribeirinhas, indígenas, quilombolas e muitas vezes caiçaras.

Nós, as mulheres da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição, das quatro últimas gerações que mencionarei a seguir, somos ligadas a articulação das mulheres pescadoras, sendo que estamos orientando Eliza Helen Sacramento Oliveira na construção da consciência de pertença, pois ela ainda é uma menina de pouca idade e sem maturidade para fazer escolhas.

Tendo como referência as matriarcas ancestrais, primeiro Conceição – mãe das mães, igreja, entidade, fazenda, comunidade, quilombo, nome e sobrenome das filhas – quatro gerações de mulheres incidem hoje junto à juventude local uma luta para não “deixar morrer” a história de sua comunidade e de suas matriarcas: Veridiana (1ª geração); Filomena Maria da Conceição (2ª geração); suas filhas Mãe Rosa, Maria Eliza da Conceição, Teca, Totonha e Matilde entre outras (3ª geração); Tia Esperança, filha de Mãe Rosa (4ª geração); Maria José, sobrinha de Dona Esperança (5ª geração); Vânia, filha de Maria José Jose Conceição Sacramento (6ª geração); Lívia Helen Sacramento da Silva, sobrinha de Vânia Conceição Sacramento (7ª geração); Elisa, prima-segunda de Lívia (8ª geração)

Inicialmente cito essas mulheres como referência para reafirmar uma presença de 8 gerações de pescadoras agricultoras no território. São as gerações que a memória atual é capaz de acionar, mas diversas outras mulheres lutadoras serão citadas além dessas. Temos por exemplo, as jovens mulheres Crissiele Rosa da Boa Morte, Fabiane Conceição Barroso, Carolaine Sacramento Barroso, Julia Gomes, Daiana Sacramento da Purificação, Renata da Silva Lima, Renata Teixeira dos Santos, Emily Rodrigues Teixeira, Ana Carolina do Nascimento Santos, Débora Carvalho dos Santos, Michele Maria de Jesus Silva, Sirlene Dias de Jesus, Raquel Lima Sacramento, Kalindh Guimaraes Aguiar, Thássila Calianine dos Santos

Damasceno, Suziele Sacramento Santos, Claudiane Lima Neves, Maisa Macedo, Rosileide primeiras da comunidade a entrarem das Universidades Estaduais e Federais pela política de reparação racial e social, as chamadas cotas. As jovens que estão acessando direitos frutos da luta estão assumindo a tarefa de continuar lutando pelo fortalecimento de nossa memória e história, de igual forma, para que outras e outros acessem a universidade e possam permanecer com seus direitos garantidos.

Jovens como Adailton Conceição Pereira, André Luiz Silva Santos, Danilo Sodré, Jean Borges Amparo e Mauricio Santos, e Carlos Augusto também acessaram a universidade, mas não são sujeitos neste trabalho.

Jeane de Jesus Sacramento, no curso de Educação do Campo, tem se articulado com outras comunidades e movimentos a fim de construir alianças estratégicas no fortalecimento da luta local e mais ampla. Essas meninas-mulheres têm sido importantíssimas na luta em defesa do território, especialmente frente os atuais ataques impostos pelo empreendimento Parque das Margaridas que avança sobre nosso território. Tratarei disso nas próximas seções.

Estamos diante de uma encruzilhada onde a ancestralidade provoca o passado e o presente a se colocarem frente à frente, convocando as novas gerações a fazerem a defesa da memória, a promoverem atividades artísticas e culturais, formação política, bem como reivindicarem junto aos órgãos públicos políticas de direito, fortalecendo também a luta pela preservação do patrimônio cultural imaterial que é a memória coletiva.

Essas gerações atuais carregam consigo a tarefa de “rastrear os guardados da memória”, como nos diz a poeta Ana Cruz, “por meio dos traços, dos fragmentos deixados pela herança de suas antepassadas” (Zilá BERND, 2012, p. 31). Tarefa na qual me incluo e que envolve a “construção indenitária baseada na procura das origens, que não negligencia os rastros deixados pela palavra materna e projeta-se no respeito à alteridade e no reconhecimento da diversidade da nação brasileira” (Zilá BERND, 2012, p. 31).

Para subsidiar a escrita desta seção, que tem a tarefa não só de situar meu lugar de fala, mas também os lugares de falas das nossas, realizei alguns diálogos a fim de identificar mulheres com reconhecida importância pelo papel desempenhado na comunidade. Quatro nomes foram recorrentes e unânimes: Filomena, Rosalinda, Eliza e Totonha. Na percepção da maioria das matriarcas e lideranças com as quais conversei, a importância dessas mulheres está ligada às suas contribuições coletivas, pois foram parteiras, rezadeiras, conhecedoras dos segredos da terra, pessoas caridosas e solidárias – embora algumas mulheres de posse também tenham sido citadas. É preciso destacar a coincidência que une essas mulheres, qual seja o fato de serem mãe e filhas. Atrevo-me a chamá-las de mães de santo, mães da terra e mães do

parto. Filomena é da segunda geração e é mãe das outras três, elas são as mais velhas da raça à qual pertencço.

“Vocês são quem são porque são da raça de Filomena. Mulheres de luta e resistência. As pessoas dessa raça não levam desaforo para casa, especialmente as mulheres que são de muita fibra” (Maria da Conceição, 2018). A fala de dona Maria traduz uma das nossas expressões mais corriqueiras quando falamos de raça como sinônimo de linhagem e descendência. Esta fala também traduz a importância e o valor dessas gerações de mulheres que lutam.

Conceição mulher, negra de posses, que segundo Dona Ruth e dona Silvina chegou a nossa região por volta 1700 e mandou construir a Igreja. Foi e é a mulher mais poderosa do território. Ela, independente de ser pessoa ou entidade é em si e, para além de si, todas nós. E mais, é fazenda Conceição. É Comunidade/Quilombo Conceição de Salinas. É entidade, Nossa Senhora da Conceição. É o nome da Igreja. É nome Escola e sobrenome de muitas famílias. Conceição é a mulher que concebe a comunidade e sua história!



Figura 4 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição, banco de imagens do Grupo Gaivota. Foto: Uendel Galter.

A contribuição de Veridiana da Conceição à comunidade foi gerar Filomena. Talvez não fosse necessário dizer muitas coisas sobre ela, visto que ao falar de Filomena e de toda sua raça estaremos elucidando a importância de Veridiana, mas o pouco falar se justifica pelo fato de existirem poucos relatos sobre a história de Veridiana. Nos diálogos aparece a informação de que a mãe de Filomena se chamava Veridiana, entretanto, não foi possível ampliar as informações, como os livros de batismos das Igrejas ligada a freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus da Pirajuaia não guarda informações da época não posso afirmar se foi batizada ou não.

Nos documentos da Igreja disponíveis que tivemos acesso em Salinas e municípios vizinhos não encontramos informações de batismos, muito provavelmente em razão de sua idade. Considerado os relatos sobre a origem da comunidade, Veridiana teria cerca de 200 anos e do acervo da Igreja ao qual tivemos acesso constam documentos de batismo com pouco mais de 100 anos. Alguns documentos da secretaria e arquivo da cúria e são deste período, mas não foi possível acessar em tempo hábil as informações necessárias e desejadas.

Filomena parteira foi uma grande matriarca, uma das mulheres que há cerca de 180 anos contribuiu significativamente para povoar a comunidade. Teve mais de dez filhas e filhos, os quais ocuparam espaços estratégicos de contribuição social à sua gente. A maioria das famílias nativas da comunidade é de sua raça/descendência. Morou na Rua do Fogo e era devota de São Pedro padroeiro dos pescadores a quem se oferecia Caruru.

Sobre o dia da morte de Filomena, Dona Zequinha (Maria Angélica) me falou: “eu tinha cerca de 8 anos, mas lembro-me do dia que Filomena morreu. Foi no dia em que estava acontecendo sua festa em homenagem a São Pedro. Para essa festa vinha gente de muitos lugares. Filomena era uma mulher muito respeitada”. No diálogo com o senhor Joel Teixeira ele apresentou um amplo olhar para o território e para modo de vida de sua gente e, além disso, pontuou seu inconformismo com a situação de negação da importância das mulheres na comunidade:

Não quero morrer antes de vê Mãe Rosa ser honrada. Não entendo porque uma pessoa que tanto bem fez nessa terra não é reconhecida. Tantas escolas e outros espaços com nomes de pessoas que nada fizeram, e mulheres como Mãe Rosa, como Totonha e Eliza com a importância abafada (Joel TEIXEIRA, 2018).

A indignação de Seu Joel Gomes Teixeira deve-se ao apagamento da história de mãe Rosa: Rosalina Teixeira da Conceição. Mãe Rosa, que nasceu em 15 de outubro de 1871, dezoito dias depois da promulgação da lei do ventre livre, morreu aos 114 anos de idade e até

os 106 anos, segundo relatos, realizou centenas de partos e não há registro de nenhuma morte de recém-nascidos e nem de parturientes em sua prática. Hoje, mesmo com os conhecimentos científicos avançados, a mortalidade materna e infantil cresce especialmente no que tange às mulheres negras nos hospitais e maternidades públicas.

A violência obstétrica vitima cada vez mais mulheres negras, como tem denunciado a pesquisadora Emanuelle Góes em virtude do racismo institucional e de uma epistemologia eurocêntrica e falocêntrica no campo da saúde, que despreza os saberes tradicionais relacionados ao parto natural (BRITO, 2017) Ela era a parteira de maior respeito e prestígio, considerada “mãe” de centenas de meninas e meninos da comunidade. Ela recebeu este saber da sua mãe Filomena e repassou para a sua filha Vevéia que também goza de muito respeito na comunidade. Mãe Rosa também teve uma irmã parteira, entretanto, com menor influência na região.



Figura 5 - Rg. De mãe Rosa- parteira de maior importância na história da comunidade, banco de imagens do Grupo Gaivota. Foto: Uendel Galter.

Dona Bebe, Berenice, avó de Crissielle Rosa, estudante quilombola do curso de Jornalismo nos fala que muitas mães da comunidade têm outra dívida com mãe Rosa, que é a escolha do nome dos seus filhos e filhas.

Dona/Tia Esperança, tia avó de Michele, estudante quilombola no Curso de Letras, filha de mãe Rosa e que está com 92 anos e atuante, devota de nossa Senhora da Boa Esperança, padroeira de Barra do Paraguaçu, lúcida e expressando seu amor por nossa terra Conceição, afirma que “se teve uma pessoa que só fez bem a essa comunidade, foi sua mãe” Maria (ESPERANÇA 2018). Dona/Tia Esperança é uma das matriarcas vivas mais velhas da descendência de Filomena, com uma grande habilidade para acolher, receber com a melhor da culinária regional, goza do respeito e consideração dos filhos e filhas da comunidade e até hoje luta para não deixar morrer a memória de sua mãe e de sua gente.

Outra mulher de grande importância, porém com pouquíssimo registro acerca de sua atuação na comunidade, assim como as demais, foi Totonha Cajoeiro. Mãe de Santo da comunidade, com projeção em quase todo o Recôncavo e Baía de Todos os Santos, era considerada a curandeira de maior relevância: “Totonha Cajoeiro só fez o bem. Ela recebia orientações de seus encantados e fazia curas, só trabalhava pelo e para o bem” (Joel TEIXEIRA 2018).

Além de seu Joel Teixeira, Dona Terezinha também reconhece e aponta o valor de Totonha e suas irmãs:

Três mulheres eram muito importantes nesta comunidade, elas eram suas parentas. Você sabia? Eliza, a vó de sua mãe, lutava muito. Fazia plantações do brejo do limão até os cajueiros brabos, depois do campo. A casa da rua do fogo ficou para sua mãe, mas as roças não sei. Ela não se deixava dominar e ainda lutava pelas mulheres. Ela dizia que uma mulher deveria parir de um e de outro, mas que de homem ruim só deveria parir um filho, não aceitava para si nem para as outras qualquer tipo de violência. Totonha era uma grande mãe de santo, muito procurada por essa gente toda da região. A outra era Rosalinda, também chamada de mãe Rosa, parteira de mãos cheias, de coração e espírito, nunca perdeu uma criança ou uma mãe no parto (Terezinha JESUS, 2018).

Eliza Maria da Conceição, ou da Luz, Eliza era uma mulher de muita luz alguns a chama assim, era conhecida pela habilidade com a agricultura: roçava e plantava uma grande extensão de terra sem a ajuda de qualquer homem que pudesse ser classificado chefe da família. Ela possuía casa de farinha onde produzia especialmente farinhas e beijos. Uma mulher libertária, arrimo de família, a frente de seu tempo e que também lutava pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Só na Rua do Fogo, uma das principais da comunidade e que também está entre as três primeiras, das casas habitadas de janeiro a janeiro mais de 40% são famílias de sua descendência.

Tia Terezinha, com lágrimas nos olhos nos diz ainda:

A luta de sua avó e de sua mãe pelas vidas das mulheres não salvou a sobrinha dela, Sabrina⁴, uma mulher muito trabalhadora, que matava até cinco porcos por quinzena para vender, foi morta a golpes de foice pelo marido quando prepara o molho para a comida dele. (Terezinha JESUS, 2019).

Aquele homem que veio de fora, lá de cima, tirou a vida de minha tia. O desabafo de tia Terezinha constitui dor para muitas de nós, visto que a violência doméstica e o feminicídio está muito presente em nossa sociedade.

As falas acima mencionadas revelam a importância de quatro grandes mulheres: Filomena Maria da Conceição e suas três filhas, as irmãs Rosalina Teixeira Conceição, Maria Eliza da Conceição e Totonha Cajoeiro, as quais ousou titular em um ensaio a parte, respectivamente, como dito acima, mãe de Parto, mãe da Terra e mãe de Santo. Além dessas três, Filomena teve outras filhas e filhos que contribuíram não somente com o crescimento populacional, mas também social e econômico da comunidade.

Dona Zequinha, avó de Julia Gomes, estudante quilombola no curso de Computação na UFBA, 85 anos, guardiã de São Roque (tradição da comunidade), também nascida e criada no Quilombo Conceição, como sua mãe Maria, sua avó Leandra e a sua bisá Virdiana, reafirma a importância especialmente de Filomena e de suas filhas Mãe Rosa e Totonha Cajoeiro. Ela revela ter conhecido Filomena em sua infância e também lembra o dia do seu falecimento como já dito, em que ofereceria um caruru com grande festa ao padroeiro das pescadoras/es, com a participação de muita gente das redondezas. Vale ressaltar uma vez mais que, embora as falas sobre a importância de Filomena, Mãe Rosa, Totonha e Eliza seja recorrente, várias outras mulheres foram citadas e tentarei de algum modo falar de suas histórias. Todas elas são/eram mulheres das águas, da lama, dos manguezais que carregam/carregam o estigma da sujeira, do fedor, do atraso e do primitivismo, questões que potencializam/potencializam a tentativa de apagamento da sua memória.

Na passagem a seguir, Elinho Borges fala da potência espiritual de Totonha:

⁴ Desde a violenta morte de Sabina, o que hoje chamamos de feminicídio, no terreno onde era sua casa na rua do Fogo, onde morou Filomena e onde o sangue inocente de Sabina escorreu, nunca mais se ergueu paredes ou nasceu plantaço. O território onde essas mulheres viveram e que testemunhou essa violência, mesmo tendo um proprietário, segue intacto, gorando cuidados com suas memórias.

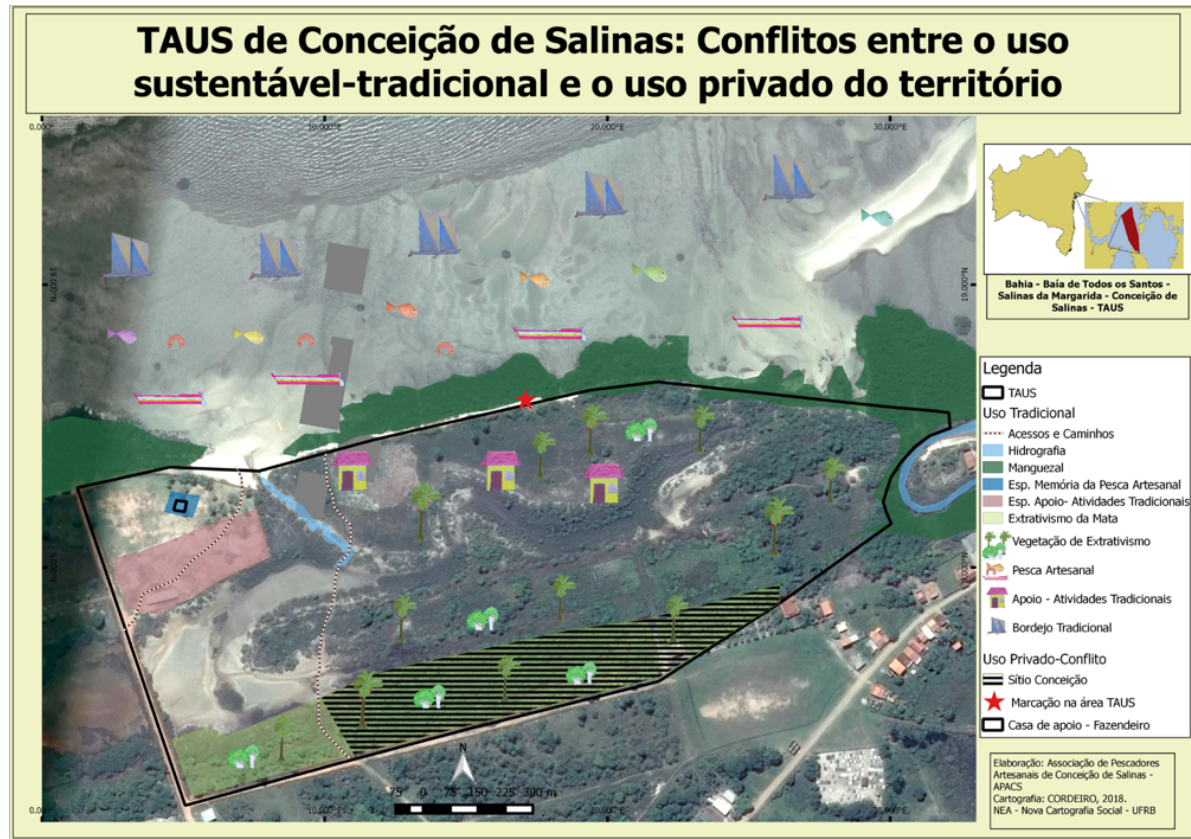
O Barracão de Totonha era onde hoje é a casa do finado Gildasio, ai na Rua do Fogo, o pai de Lucia Teixeira. Eu alcancei Totonha velinha, já corcovada, mas quando ela entrava no salão com orixás e encantados, ninguém ficava do mesmo jeito. Que coisa linda!! Velinha ela dançava de um jeito! Quando ela morreu o barracão ficou abandonado, ninguém tinha coragem de mexer. Eu ainda rapaz e o finado Pelaz que desmanchamos o Barracão (Elinho BORGES 2019).

Além de Elinho, Marcelo Santos Conceição também afirmou ter conhecido Totonha e falou de suas características físicas e de sua autoridade como guia espiritual.

Tal como estas mulheres, Maria Felipa, nossa conterrânea, negra, marisqueira, capoeirista teve sua contribuição à independência da Bahia ocultada. Em uma genealogia da resistência empreendida desde Filomena, identifiquei outras mulheres que estão fazendo a defesa do território e de nossos direitos, em movimentos constituídos de forma orgânica e/ou sintética, a exemplo de Maria José Conceição, Vania Conceição Sacramento, Livia Helen Sacramento Silva e Eliza Helen Sacramento Oliveira que recebe este prenome em homenagem a sua penta avó Eliza da Conceição.

Essas mulheres lutaram contra a violência da implementação das carcinculturas (criação de camarão em cativeiro), pela mitigação do impactos do Estaleiro Enseada Paraguaçu e Gasoduto Manati, pelo reconhecimento das doenças ocupacionais em mulheres pescadoras, pela conquista de direitos trabalhistas e previdenciários, por políticas de saúde e educação específicas, pela conquista do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) em importante área da comunidade que vai do Rio da Igreja até a Coroa do Garro, pelo reconhecimento do Território como Comunidade Quilombola, pela reparação e garantias de direitos frente ao grande impacto da maré vermelha⁵, crime ambiental provocado por forte contaminação na Baía de Todos os Santos que ocorreu em abril de 2007 as vésperas da Semana Santa quando acontece a pescaria da partilha e representou importante divisor de águas no que tange a documentação das mulheres pescadoras.

⁵ Maré vermelha é um fenômeno supostamente natural que provoca manchas de coloração escura nas águas do mar. O fenômeno é determinado pelo crescimento excessivo de algas microscópicas presente no plâncton marinho, num processo chamado floração. As referidas algas são tóxicas e provocam a morte de diversos pescados, como aconteceu na Baía de Todos os Santos em 2007, causando grande impacto a região.



Mapa 1 - Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) de Salinas, produzido pela comunidade com apoio equipes do Costeiro e Cartografia Social (2018)

Essas Mulheres, também lutam em defesa do projeto de lei para a proteção e a Regularização dos Territórios Pesqueiro e contra as diversas tentativas de expropriação do nosso território – como por exemplo, a violenta implementação do Loteamento Costa Dourada e do Loteamento Parque das Margaridas do grupo imobiliário Bahiana Engenharia – bem como pela manutenção de um ambiente saudável e sustentável.

Na sua luta cotidiana, as mulheres aqui citadas, e outras, enfrentam um conjunto de violências sociais, culturais, epistêmicas, étnicas e de gênero. Essas violências a que são submetidas às mulheres afro-indígenas não são sem propósito. De modo algum a sociedade racista, machista e classista admitirá o valor das sujeitas que são tratadas como suas propriedades. Continuam tentando impedir que mulheres negras e indígenas produzam um conhecimento autocentrado apesar das importantes referências ancestrais e atuais que perfazem minha/nossas trajetória(s): Maria Felipa, Luiza Mahin, Dandara, Maria da Conceição, Filomena, Eliza, Detinha, Candinha, Buju, Esperança, Lucineia Macedo (primeira vereadora do município), Maria José, minha mãe, Vânia, minha irmã, Livia, minha sobrinha, Eliza, minha sobrinha-neta, Flavia Brito, primeira advogada nascida e criada na comunidade,

Crissiele Rosa, nossa Jornalista e primeira jovem da comunidade a entrar na universidade pelas políticas afirmativas, dentre outras.

Reportando-me às mulheres, não posso deixar de citar Heloíza Conceição Teixeira, popularmente conhecida como Quinininha, uma das filhas de Mita e Neta de Teca. Heloíza reside no Rio de Janeiro, tem casa na sua comunidade de origem e destaca pelo amor ao Território Pesqueiro e a Pesca Artesanal. Quando chega à comunidade é a primeira a ir para maré e a última a voltar para casa, realiza várias artes de pesca por amor, por prazer. Não gosto dessa expressão, visto o conjunto de ataques que temos enfrentado, mas quando Heloíza passa, tem sempre alguém a dizer: essa é pescadora de “verdade”. O território, a pesca artesanal, a comunidade e o seu modo de vida não saem de Heloíza.

Eu posso dizer que tenho referências, tenho em quem me espelhar e também tenho sobre quem falar. Nesse sentido, ponho-me a dialogar e, ao conversar com mãe Zezé sobre algumas mulheres importantes da comunidade ela aponta Sandra Teixeira, Gilmaria, mãe de Flavia, Candinha, Zilda, Dona Vené, dona Zequinha, mãe Aurea, Fiinha, Silvinha e Zeu, Meire, Marinha, Barbinha, Salfira, Maria. Vale destacar que Dona Zeu e Dona Silvinha, pela sua importância comunitária e religiosa já foram citadas pela professora Ana Claudia Nunes em sua dissertação de mestrado (2018). Maria Ana, também da raça de Filomena, titulada Heroína da Murteira já foi cantada em versos e por Jair Alves de Oliveira, segue a baixo um trecho que revela como era a vida de Ana antes de se tornar evangélica:

*Ana Preta adepta do Samba
E da religião Africana,
Candomblé e atabaques
Era assim a vida de Ana
Onde houvesse batuque
Não me pegue, não cutuque
Fazia rodar a baiana
(Jair Alves de OLIVEIRA).*

As razões da importância dessas mulheres são diversas, segundo minha mãe, vão desde a aptidão para o trabalho, amor pela terra e profissão afirmação pela identidade, até aspectos afetivos relacionados à amizade.

Também foi citada Belazinha, avó do professor Américo Carvalho, devota de Santa Barbara responsável por um grande caruru na comunidade e a mãe de Miraldo um dos grandes defensores da Tradicional Corrida de Canoas.

Vânia, uma das grandes lutadoras no território, lembra-se de dona Carminha, parteira da Praia Grande e mãe de Luciana Almeida, Dona Belinha, uma merendeira de mãos cheias.

Dona Belinha, além de cozinhar bem preparava o alimento com alegria. Lembrei-me de um trecho de uma canção cantada em nossa infância: “Merenda boa, bem gostosinha, quem preparou foi a dona Belinha”. Vania também não deixou de falar de Maria Angélica Silva Peres que se tornou filha da terra e foi/é mãe de parto e umbigo de muitos dos nossos irmãos e irmãs da Comunidade.

Marinha do Campo da Bola também é uma importante mulher citada por Vania e esse reconhecimento se deve ao seu esforço, animando outras mulheres e homens, para manter o Arraia da Massambé, a festa das mães que faz parte do calendário de atividades da comunidade.

Nos parágrafos acima foram citadas mulheres de outras linhagens familiares, que estão para além da raça de Filomena, com o propósito de pontuar suas presenças. Mas, não me deterei em descrições sobre elas visto que não é minha proposta. Para o momento, a intenção é explicitar uma luta de gerações.

Cada uma das mulheres da raça de Filomena, de gerações distintas, mas pertencentes a uma mesma linhagem, tem dado importante contribuição para nossa luta e resistência em defesa do território, do modo de vida e buscando garantir condições necessárias para não deixar a memória de nossas ancestrais ser enterrada.

Por tudo que minha bisavó Eliza Maria da Conceição e suas/nossas ancestrais, e as gerações de mulheres da raça de Filomena, representaram e representam para a comunidade, para seus netos e netas que cuidou e tomou como filhos, especialmente pelo que Eliza da Conceição representou na vida de minha mãe, lhe dedico, a elas e as outras, o poema Vozes de Mulheres de Conceição Evaristo (2008):

A voz de minha bisavó
 Ecoou criança
 Nos porões dos navios
 Ecoou lamento de uma infância perdida
 A voz de minha avó
 Ecoou obediência
 Aos brancos nonos de tudo
 A voz de minha mãe
 Ecoou baixinho revolta
 No fundo das cozinhas alheias
 Debaxo das trouxas
 Roupagens sujas dos braços
 Pelo caminho empoeirado
 Rumo a favela
 A minha voz ainda
 Ecoa versos perplexos
 Com rima de sangue e fome

A voz de minha filha
 Recorre todas as nossas vozes
 Recolhe em si
 As vozes mudas caladas
 Engasgadas na garganta
 S voz de minha filha
 Recolhe em si
 A fala e o ato
 O ontem – o hoje – o agora
 Na voz da minha filha
 Se fará ouvir ressonância
 O eco da vida – liberdade.

Dentre os conhecimentos ancestrais que foram legados por essas mulheres, Maria José, uma das nossas, recebeu de sua avó Eliza o saber de tratar com a terra, o gosto pela produção pesqueira e agrícola, como nos conta Geri Augusto (2016):

Dona Maria Zezé Sacramento cresceu sem os pais, os quais perdeu ainda nova. Seus avós a assumiram e, quando sua avó faleceu, seu desejo manifesto foi de que a velha casa e sua respectiva roça passassem diretamente para Maria Zezé. Os filhos dela realizaram este desejo à risca. Os pais daqueles senhores muito provavelmente foram africanos escravizados ou afrodescendentes nascidos no Brasil (“crioulos”), visto que a escravidão no Brasil só terminou legalmente em 1888. Ou talvez foram entre os muitos negros que se libertaram mesmo antes disso. Talvez também tivessem ancestralidade tupi, o que seria muito comum para alguém vivendo em quilombos nas ilhas, ou na área do continente que forma o arco da região do Recôncavo, e, claro, o “sangue” dos portugueses, errantes e incansáveis, que estabeleceram suas fazendas de gado e plantações de tabaco e mandioca nessas terras, à base do trabalho escravo (p. 33).

Augusto segue descritivamente apresentando em seu texto os elementos que unem e distanciam o passado e o presente, mas sem destoá-lo, sobretudo quando personifica o quintal:

Eu perguntei a Maria Zezé se ela havia aprendido sua forma notável de cultivar plantas e vegetais com sua avó. “Não exatamente”, ela respondeu. “Minha avó plantava sobretudo mandioca e melancia, e nós dependíamos da horta para nossa alimentação básica e de primeira necessidade”. Aquela horta quilombola foi o suplemento para uma família que vivia do auto sustento a partir das contribuições do mar e do respectivo trabalho árduo, mas gratificante, quando significa liberdade. O jardim da Dona Maria Zezé não é o mesmo do tempo de sua avó. “Eu coloco as coisas no solo onde eu acho que elas vão crescer e na companhia de plantas que favorecem isso” (Evidentemente, isto garante à horta aquele aspecto variado e desordenado, aquela pluralidade de colheita e sombreamento que tanto frustrou os cientistas coloniais ontem e que hoje desaponta a monocultura do agronegócio). Entretanto, a mandioca e a melancia ainda são de grande importância aqui (Geri AUGUSTO, 2016, p. 33).

A roça a que Augusto se refere fica do fundo da casa da Rua do Fogo que foi referida por tia Tereza, não se trata da roça ampla com casa de farinha que ficava entre os fundos do brejo do limão e cajueiros brabos perto do campo e que foi expropriada. Além do cuidado com a terra e sua morada (casa da mãe), contrariando o sistema e o capital, esta quilombola também construiu no coração das suas filhas e filhos o amor pelo território e pelo seu modo de vida.

Vânia, na comunidade e na universidade onde cursa Educação do Campo/Água, tem levantado a bandeira da defesa do território e dos direitos das mulheres em oposição ao machismo e ao racismo. Com a missão de honrar o legado de sua bisavó e os ensinamentos de sua mãe não tem baixado a cabeça para o capital nem para o poder empresarial e, em função disso, tem sofrido junto com sua família um conjunto de ataques que visam enfraquecer a luta. Livia Helem, “que já nasceu velha” (como dizem os mais antigos), é observadora e tem grande capacidade de fazer leitura de mundo. Podemos ver sua postura especialmente no documentário de Anderson Caldas Maré Vermelha e Marisqueiras Guerreira. Ela compreende a importância do território e da luta e traduz a referida importância em seus escritos, além disso, desde cedo vem participando ativamente das atividades agrícolas da mariscagem como uma grande parceira de sua avó Zezé. Sua mãe faz questão de esclarecer que a relação com o trabalho tradicional de sua gente não lhe priva o direito de estudar. A narrativa de Livia Helem (2018), citada a seguir, demonstra sua consciência aguda sobre a história e a importância de se afirma nossa identidade pesqueira e quilombola:

Minha linda comunidade

Minha comunidade sempre foi um lugar muito acolhedor e com muita fartura, tanto de pescados como na agricultura. As pessoas sempre foram solidárias umas com as outras. Quem tinha mais repartia com os que tinha menos, principalmente na época da Sexta-feira Santa. Todo pescado era para distribuir para que todos tivessem sua mesa farta de alimentos. Sem falar no respeito que os mais novos têm pelos mais velhos de passar e pedir a benção.

De tudo que minha mãe conta, o que me chama mais atenção é a forma que todos da comunidade viviam indo para os rios lavar roupas acompanhadas pelos filhos. Depois de colocar as roupas para enxugar, todos iam pegar manga, caju. Aproveitavam o momento também para pegar um fecho de lenha. Ao retornar para casa, as crianças em sua maioria ainda arranjavam um tempinho para brincar de esconde-esconde, de comidinha de folha, amarelinha. iam para a praia para vê quem fazia o bolo mais bonito de areia, pular corda.

Todos tinham a liberdade de colocar colchão ou esteira na porta para dormir e, com a casa aberta, dormia na porta com toda liberdade.

Mas, infelizmente, isso tudo foi acabando. O progresso foi chegando na nossa comunidade para tirar nossa liberdade de viver, acabando com os nossos rios, as nossas matas e sem falar do nosso mar tão rico, tanto em beleza quanto em todas as espécies de pescados, que hoje não são mais encontrados por conta da degradação ambiental e dos grandes empreendimentos.

Também tem compreendido a importância da leitura e da escrita para falar do seu lugar de vida e identidade, Eliza Helen, que constitui a oitava geração da família. Recebe o nome de sua quarta-vó Eliza e parte do prenome de sua tia. Desde cedo acompanha as lutas e as atividades políticas com toda beleza da infância. Eliza, acompanhada sua mãe, suas tias avós ou suas primas, tem participado desde cedo de audiências públicas, reuniões com procuradores até oficinas e agenda em órgãos, os mais velhos dizem que é de pequeno que se faz grande.

Meninas/mulheres que já nascem matriarcas pela necessidade de lutar para fazer a defesa de suas vidas e da vida das outras meninas-mulheres de sua comunidade, o que também gera reflexos nas lutas mais amplas em nível de Bahia e Brasil. O que moveu e move o coração das gerações de mulheres ancestrais como Conceição, Filomena, as irmãs Rosalina, Eliza e Totonha, e que também move os corações de Esperança, Maria José, Vania, Lívia, Eliza é o amor pelo seu território e pela sua gente, que impulsiona a luta por liberdades e justiça social e que a muitos nós inspira. Como nos ensina bell hooks, sem amor, nossos esforços para libertar a nós mesmas e a nossa comunidade mundial da opressão e da exploração estarão condenados. Hooks defende que o amor tem papel estratégico na luta e eu consigo percebê-lo com muita veemência na experiência de resistência e luta das mulheres das águas de Conceição.

Esse diálogo remete a história que nos conta Ana Maria Gonçalves em *Um Defeito de Cor* (2014) sobre a viagem de África ao Brasil e a saga de Kehinde, atravessando oito décadas. Ao tempo que falo da saga de contribuição de oito gerações de mulheres do Quilombo Conceição, que além de plantar, pescar/mariscar, realizar cuidados físicos e espirituais de sua gente têm se desafiado a dominar a escrita por meio da política quilombola – a exemplo da presença das nossas jovens mulheres em Universidades Públicas, estaduais e federais através das políticas afirmativas – a dialogar com governos e intelectuais da academia, confrontar projetos desenvolvimentistas para fazer a defesa de seus territórios, de seus direitos e de suas vidas. Estou falando também de tantas outras, as que não suportaram as

viagens nos navios negreiros e foram lançadas no Atlântico, as que tiveram seus seios arrancados e seus corpos violentados, as que doaram suas vidas e nos mantem em resistência ancestral.

Parte significativa da história de Kehinde acontece no Recôncavo Baiano, na ilha de Itaparica (a qual Salinas pertencia politicamente até 1963 visto que Salinas tem 58 anos de emancipação política). A história de Kehinde não inicia nem se encerra nela. Gerações de mulheres orientam sua história e sua vida. Tal como na vida de Maria José, a presença de uma avó que na infância lhe cuidou e passou os mais importantes ensinamentos, entre eles a necessidade de estabelecer laços de solidariedade com outras mulheres negras.

Nesse sentido, o que estamos construindo no MESPT é a aplicabilidade dos ensinamentos repassados/adquiridos no navio negreiro, na difícil travessia pelo Atlântico. É a reafirmação do pacto feito nos porões e nos portos de comercialização, no litoral e nas matas a partir do encontro com os povos indígenas.

Quando olhamos para a história, compreendemos as diversas opressões a que as mulheres estão submetidas e também percebemos o cruzamento de raça, gênero e classe. As opressões de classe, raça e gênero (DAVIS, 2016) geram uma maior vulnerabilidade em nós. Se somos pretas, pobres e urbanas temos um perfil de opressão que pode ser agravado quando somos mulheres, pretas, pobres, pescadoras e de território tradicional. Dividindo uma mesa com a escritora Carla Akotirene em evento promovido pelo Ministério Público nas atividades do julho das pretas (2018), dias antes do primeiro lançamento do seu livro sobre interseccionalidade e Feminismos Plurais, foi possível dialogar sobre as opressões vivenciadas pelas mulheres pescadoras na Bahia e no Brasil.

Os ataques que as mulheres pescadoras da “raça de Filomena” vêm enfrentando no território ao longo de oito gerações, como a pichação da homenagem que fizemos à mãe Rosa, é fruto de um racismo sistemático que gera um conjunto de violências muitas vezes reproduzido por nossos irmãos e irmãs, que se colocam como capitães do mato de sua própria gente. Vivenciamos também o ataque ao espaço dedicado a memória viva da pesca artesanal, local onde dezenas de mulheres fazem beneficiamento de pescados e tinha grafites em homenagem a mulheres pescadora produzidos pela juventude da comunidade. O braço do Estado com poder institucionalizado de matar opera fomentando e potencializando conflitos e divisões. As calúnias disseminadas pela Vereadora Marcia Regina (em campanha na época) sobre mãe Zezé ter ganhado um prêmio que nunca existiu e de eu ter recebido recursos para fazer luta revela uma tentativa de interdição da minha fala e escrita (Conceição EVARISTO, 2018), além disso, uma intencionalidade de atacar nossa credibilidade junto a nossa gente.

Considerando o contexto temporal de três séculos e os contextos político-geográficos da relação de Conceição com Itaparica, com o território indígena Tupinambá, estamos falando aqui de mulheres das águas, de manguezais, afro/indígenas, pescadoras/agricultoras. Algumas destas vivenciaram o processo de escravização oficial, foram mulheres subalternizadas e em dados momentos silenciadas. Ao mesmo tempo foram mulheres a frente de seu tempo que contribuíram social, cultural e economicamente de forma significativa com a sociedade de sua época e com gerações futuras, e não tiveram sua importância reconhecida.

As políticas de higienização da saúde passaram a criminalizar, por exemplo, os conhecimentos das parteiras. O eurocentrismo e suas religiões e saberes impõem também uma forma de crença que transforma em demônio os encantados e orixás, além de tratar como bruxas pessoas com conhecimentos específicos. A cobiça do capital transforma modos de vida tradicional em atraso. De fato, não encontramos nas ruas, nas praças e repartições públicas referências às nossas ancestrais, não existem espaços que falem da importância de sua memória. Nossa cultura e história foram silenciadas. O patrimônio imaterial (as ciências das matas, a tradição pesqueira, as rezadeiras, as parteiras) não estão inclusas nos estudos sociológicos como referências; a produção pesqueira não é item obrigatório na merenda escolar, na alimentação fornecida nos hospitais e postos; não existe na cidade onde está localizado o quilombo Conceição um espaço que evidencie a cultura da pesca e afins. Tudo aqui converge para a anulação do saber produzido pela alteridade em um flagrante e sistemático epistemicídio.

Antes de dar proa nesta embarcação me dirigindo a outro costeiro de pesca/mariscagem, considerando nossa relação com Pirajuaia, amplio minha rede para citar a importante professora Lídia Cora Passos que a comunidade descreve da seguinte forma: Nascida em 26 de março de 1911, falecida em 16 de fevereiro de 1954. Sua vida foi um exemplo continuado de perfeita elevação dos sentimentos de amor e compromisso com sua gente tanto no que tange aos aspectos educacionais e religiosos como comunitários. Contam as pessoas de Pirajuaia que a professora Lídia Cora era respeitada por todos e todas na comunidade, visto sua destacada contribuição. Diferente das mulheres negras de Conceição que vem sendo sistematicamente atacadas e invisibilizadas, a professora, também mulher preta de comunidade tradicional, é mais uma das exceções à regra. A comunidade e as autoridades da Pirajuaia reconhecem seu valor e a homenagearam colocando seu nome na escola municipal.

Para encaminhar minha embarcação para outro costeiro de conhecimento, os próximos lançamentos, finalizo afirmando que oito gerações de mulheres lutaram e lutam pelo

direito de nascer, de crescer, de viver e de se ancestralizar no seu território tradicional e, para tanto, diuturnamente tem confrontado o capital, os sistemas e os interesses de distintas épocas. Meu interesse de trazer à tona a memória dessas mulheres não é somente pelo desejo de visibilizar a luta ancestral dessas mulheres, mas de promover justiça epistêmica. Uma luta que não se deixa frear pelas barreiras impostas, pelas ausências, pela invisibilidade ou pelo capital. Uma luta que assume novas formas em corpos negros diferentes, mas que perpetuam suas ancestralidades no enfrentamento ao silenciamento.

Os corpos negros que ousam lutar em defesa de interesses coletivos não são aceitos, compreendidos, muito menos reconhecidos. As vidas que ocupam estes corpos são tratadas como se não fossem boas o suficiente para merecerem estar ou terem seu nome em lugares estratégicos. Muitas vezes elas são vilipendiadas, sua memória é atacada, isso porque historicamente foram colocadas em lugares de inferioridade e/ou de não-lugar. A negação destas mulheres tem o objetivo de afirmação de um outro oposto.

Concluo reafirmando que apesar da invisibilidade imposta, as mulheres pescadoras e afro-indígenas, em contraponto, reexistem, resistindo num movimento mais político de luta ancestral e histórica pelo território, pelos direitos de gênero e pela reconstrução da memória. A referida luta especialmente na conjuntura atual se materializa na articulação de raça, gênero, classe, como aponta Ângela Davis (2016), e a geração no nosso caso específico. Nas especificidades que nos levam a assumir a vanguarda da luta, somos a extensão do movimento de mulheres negras do Brasil responsável por importantes conquistas. Um dos mais respeitados do mundo, que revela sua potência na conquista de políticas de direitos como aponta Sueli Carneiro (2003) em *Mulheres em Movimento*. Pois, como diz Conceição Evaristo: “Eles combinaram que iriam nos matar. Nós combinamos que não vamos morrer”.

2.3 Da diáspora negra ao território das águas: Conceição

Dizer quem é Conceição não é uma tarefa fácil, especialmente quando consideramos que não existe só uma, mas muitas Conceições. Vou tentar abordar ao longo desta escrita um pouco de cada uma delas. Algumas das minhas abordagens são fruto da interpretação das falas do/as nossas mais velhas (matriarcas) e lideranças da comunidade e parte delas estão presentes neste estudo. Outras abordagens são sínteses e interpretações de documentos históricos, uma tentativa de fazer costuras como quem tece uma rede, já que os documentos

ditos oficiais pouco dizem, sobretudo de um pequeno povoado do recôncavo que tem 302 anos de luta e resistência.

Conceição, a força que surge das águas, é força ancestral, atemporal que se personifica em um corpo físico, que realiza ações no campo material e ao mesmo tempo se transforma e se mantém entidade e ancestralidade, sem deixar de ser, entretanto, demasiadamente humana. Uma mulher que faz a viagem pelo Atlântico atua com protagonismo na edificação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a qual os vigários da época, em suas cartas, não fazem menção à qual freguesia pertence:

No livro do registro da freguesia do arcebispo da Bahia, elaborado no governo do Exm^o. Sr. Arcebispo Dom Joaquim Bonçáveis d’Azevedo, datado de 1877, consta que a Freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus da Pirajuia, a qual Salinas estava subordinada, foi criada no ano de 1717, pelo Arcebispo Dom Joao Monteiro da Vide e tinha então as seguintes Capelas filiais: Nossa Senhora da Encarnação, Jesus Maria José do Dourado (particular), Nossa Senhora da Conceição do Porto⁶ da Telha (em ruínas) Nossa Senhora da Boa Esperança da Barra (Almir OLIVEIRA, 2000 p. 136)

No decorrer dos tempos surge uma referência à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, feita em 1757, cerca quarenta anos depois de sua edificação, quando o Conselho Ultramarino solicita ao vigário informações sobre a região, mas a citação se deu como ponto de referência territorial não como registro da existência da Igreja. O trecho do relatório diz o seguinte: “Em distância de meia légua, fica a outra capela filial que é da virgem Nossa Senhora da Conceição, cuja povoação que conta com poucos vizinhos, tomou o nome da mesma senhora”.

A experiência histórica de construção e fortalecimento da territorialidade a partir de inúmeras resistências e retomadas, será uma constante nesta escrita, que se propôs levantar informações sobre Conceição Território, Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, povoado pertencente a Jaguaripe e Conceição Fazenda que se consolida no território expropriando e impondo formas de vida baseadas na exploração de trabalhadoras e trabalhadores negros e afro indígenas, a partir de relações escravistas e/ou análogas, como as meias e terças, mas também, como descreve João Jose Reis, através da conciliação e do conflito. Neste sentido, Reis evidencia que, nem só herói nem apenas vítima do sistema foram

⁶ Vale esclarecer que a Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Porto da Telha, a que se refere a descrição, ficava na comunidade de mesmo nome, a mais antiga entre as comunidades de Salinas. Não se trata, então, da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

os escravos brasileiros. O escravo foi sujeito de sua própria história que, além disso, tem uma tradição de rebeldia que se expressa de forma variada e surpreendente, como as fugas temporárias, as sabotagens, as revoltas e os quilombos. Sua trajetória é marcada por negociação e conflito, muitas vezes acionando as autoridades para garantir seus direitos.

Uma conexão entre a história de Conceição, mulher negra de posses, e outras mulheres negras, também livres e de posses da mesma época que tem tradição de luta, resistência e rebeldia, é possível de ser feita, especialmente no que tange as mulheres ganhadeiras que atuavam na Freguesia da Conceição da Praia, em Salvador, e as pescadoras, ganhadeiras e quilombolas de Conceição de Salinas que vendem seus pescados próximo as freguesias mencionadas, nas imediações do Comercio ao Bonfim, tento especialmente como pontos Chaves a feira e o mercado do peixe. Na Bahia várias mulheres negras se organizaram em confrarias/irmandades para comprar sua liberdade, nos tempos em que o escravismo era oficial em todo território nacional. Paula Regina, em seus estudos sobre a Comunidade Pesqueira e Quilombola do Rio dos Macacos também faz forte referência a importância das irmandades no Recôncavo e na Bahia (Paula Regina CORDEIRO, 2018)

Segundo Richard Graham, por volta de 1700, todo mundo, independente de classe e de cor, pertencia a uma irmandade. Esses sodalícios, dedicados a honrar determinado santo, faziam obras de caridades (Richard GRAHAM, 2013 p.51), mas além de realizarem obras de caridade e honrar um determinado Santo, as irmandades tinham finalidades políticas de fortalecimento da luta pela liberdade. Graham também revela algumas Conceição mulher, livre e de posses, que viveu um século a frente do período que marcou a suposta existência da nossa Conceição:

Rosa Maria da Conceição, mulher analfabeta da África Ocidental, comprou a própria liberdade e tirou licença para vender na rua em 1819. Ela relacionou não uma, mais quatro casas no testamento que fez em 1838, excluindo a de dois andares, de pedra onde morava, duas casas de pedra de um andar (com pisos de pedras) e outras pequena de taipa. Rosa e o marido doente, com quem casara em 1804 eram donos do espantoso total de 30 escravos, apesar de 15 serem crianças. Dos adultos 08 eram mulheres, todas africanas (Richard GRAHAM, 2013, p. 79).

Falar de Conceição Mulher vinda de regiões da África, que constitui posses na Bahia, entre a Baía de Todos os Santos e o Recôncavo, certamente a partir de trabalho de ganho, que constrói e dá o nome de Igreja de Nossa Senhora da Conceição, representa uma importante insurgência que tem um impacto no coletivo das mulheres negras de Conceição, do Recôncavo e da Bahia. É animador para as mulheres e meninas negras ter referência de

mulheres negras que tenham papel e importância (Djamila RIBEIRO, 2018), eu hoje tenho essa referência.

Uma mulher transgressora que foge ao padrão da mulher negra construído pela sociedade racista e pautada no patriarcado. Uma sociedade que a todo tempo está colocando a mulher como aquela que nasce para lavar os pratos (Cristiane SOBRAL, 2010) viver na senzala, trabalhar lavouras ou ser a ama-de-leite dos/as filhos/as de um senhor qualquer. Conceição de fato é Conceição e transgressão, ela ensina a todas nós a transgredir (bell hooks, 2015).

Estou trabalhando com histórias orais e as que acessei apresentam mais de uma versão da história de constituição da comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas. Não se trata, entretanto, de mentiras e/ou verdades, são elementos distintos capazes de serem acionados pela memória e em contextos diferentes. Potencializo, por uma posição político-epistêmica, a versão da história que evidencia o protagonismo feminino, visto que esse é o meu lugar de fala, sem desprezar, contudo, as outras versões baseadas em outras perspectivas.

A história de Territorialização do Quilombo Conceição, que conseguimos acionar, inicia a partir de 1700, no auge do escravismo. Nesse período já tinham negros e negras livres e libertas segundo Richard Graham. Posteriormente, também há registros de muitas mulheres ganhadeiras e pescadores roceiros-escravos no forro de Itaparica no século XIX (1860-1888), como nos aponta Wellington Castellucci (2008) nos seus estudos sobre Ilha de Itaparica. Vale lembrar, também, que antes de nossa chegada e dos colonizadores, os Povos Tupinambá já habitavam essas terras.

No que tange a população negra de Itaparica, Castellucci Junior (2005), em conferência realizada no XXIII Simpósio Nacional de História de Londrina, afirmou que:

Acredita-se que na década de 70, 36,7% da população escrava da Bahia estivesse concentrada no Recôncavo Baiano, ou seja algo em torno de 72 a 81 mil escravos estavam a trabalhar em lavouras de cana, transportando mercadorias, executando atividades na pequena agricultura de subsistência e serviços urbanos, além de outras tarefas. Como área insular pertencente ao recôncavo, Itaparica não concentrava em seu território grandes planteis e (...) cerca de apenas 4,064% dos escravos do recôncavo estava residindo na Ilha. O que faziam e como viviam esses escravos nos forros na Ilha de Itaparica no decurso da segunda metade do século XIX, foram questões extraordinariamente revelada pelas fontes históricas sobre aquele lugar.

Na segunda metade do século XIX, os escravos viventes da Ilha de Itaparica não estavam concentrados em grandes propriedades rurais, diferentemente da parte clássica

continental do recôncavo, onde as *plantations* concentraram até as vésperas da abolição uma soma bastante significativa de cativos trabalhando nos canaviais e em outras tarefas. No que tange aos aspectos gerais da catequização e colonização na Ilha e Recôncavo, Almir de Oliveira aponta a presença dos jesuítas em nossa região e a influência de sua força colonizadora:

No ano de 1560, os padres da Companhia de Jesus, fundam o primeiro estabelecimento na Ilha de Itaparica, a partir do qual passam a exercer sua secular influência em toda área circunvizinha, levando aos índios tupinambás, seus primitivos habitantes, as noções primeiras da civilização europeia. Este trabalho atingia, entre outros, os hoje municípios de Cachoeira, Jaguaripe, Maragogipe, Nazaré, Santo Antônio, São Felipe e Salinas da Margarida, além, naturalmente, da própria Ilha de Itaparica e da Ilha do Medo (Almir OLIVEIRA, 2000 p. 39)

É possível perceber, pela referência à catequização dos Povos Indígenas Tupinambá, que habitavam nossas terras, seja no Jaguaripe, no Recôncavo ou na Ilha de Itaparica, que as formas de catequização certamente foram determinantes para se instaurar os dos primeiros conflitos, não só de caráter territorial, como religioso e cultural. Paula Cordeiro (2018) pensando Kirimurê e os conflitos que giraram em torno de sua resistência aponta:

Em março de 1549, com a chegada do primeiro governador-geral Tomé de Souza, deu-se início à construção da cidade de São Salvador e conseqüente guerra à Kirimurê dos Tupinambá. Durante os três primeiros governos gerais ocorreram ataques dos portugueses aos Tupinambá gerando a destruição da natureza, dos sítios sagrados e a transformação dos seus modos de vida. Os Tupinambá reagiram, queimaram canaviais, se recusaram a viver sob o julgo da escravização (Paula Regina, CORDEIRO, 2018p. 39).

Para além do conflito, de modo a incorporar a possibilidade efetiva de conciliação, na luta por direitos e as conquistas pelas revoltas e fora delas, Richard Graham (2013) aponta que já em 1755 pessoas de cor nascidas livres representam quase 24% da população de Salvador. Vale esclarecer que Salvador está situada na grande Baía de Todos os Santos, a mesma Baía, banha cerca de 14 municípios, entre eles a parte do Recôncavo onde estão localizados os nossos povoados, comunidades, distritos. As comunidades do Recôncavo e ilhas, historicamente mantiveram forte relação com a cidade, provendo alimentos para ela, visto que a mesma nunca foi autossuficiente neste aspecto, e não se manteria sem suprimentos vindo do Recôncavo, como ficou evidente na luta pela independência da Bahia também conceituada como guerra do alimento. Além de manter relação com Salvador, as comunidades do Recôncavo e Ilha se relacionavam entre si, tanto para realizar atividades laborais, festejos e

outras. Escravizados ou libertos a população negra sustentou a economia portuguesa, assim como hoje, nas formas contemporâneas de escravidão, ainda sustenta outros países com seu trabalho e as riquezas naturais dos nossos territórios. Como afirma Paula Regina Cordeiro

No Brasil, a escravização africana na Baía de Todos os Santos, fora fundamental para a consolidação do sistema agroexportador da cana-de-açúcar. Para alcançar lucros exorbitantes e sustentar o projeto colonial, os impérios europeus lançaram mão de um processo civilizatório que afetaria outros povos, culturas e impérios do continente africano. Estabelece-se assim a estrutura social, política e econômica baseada em critérios que envolviam a submissão de povos pelos aspectos fenótipos (Paula Regina CORDEIRO, 2018, p 42).

João José Reis, historiador baiano, uma grande referência para os estudos sobre a escravidão no século XIX, em suas obras, também revela uma relação que se estabelecer por meio das conciliações e conflitos como já mencionei antes, o que, em dada medida, evidencia não só uma vivência pautada em imposições ditatoriais e extremamente violentas de um senhor contra negros e negras “indolentes”, nem só a passividade das/os negras e negros que se deixaram escravizar. Não se trata de uma postura somente heroica ou somente omissa, mas da capacidade dos homens e mulheres negras de, a partir de suas habilidades e competências, construir possibilidades de barganhas e lutas por direitos, de construir e reivindicar direitos em espaços improváveis, que viabilizasse seus modos de vida. É provável que algumas relações como as dadas em nossa comunidade tenham sido desta natureza. Mas, vamos remando e ancorando em alguns portos da nossa história, de nossa luta e resistência no sentido de construir outras possibilidades. Pensando as relações escravistas no XIX, Elivane Passos Oliveira, escreveu sobre o cotidiano da mulher negra na Bahia no século XIX nos dizendo o seguinte:

As relações escravistas nas ruas de Salvador do século XIX se caracterizavam pelo sistema de ganho. No ganho de rua, principalmente através do pequeno comércio, a mulher negra ocupou lugar destacado no mercado de trabalho urbano. Encontramos tanto mulheres escravas colocadas no ganho por seus proprietários, como mulheres negras livres e libertas que lutavam para garantir o seu sustento e de seus filhos. As escravas ganhadeiras, como se chamavam, eram obrigadas a dar a seus senhores uma quantia previamente estabelecida, a depender de um contrato informal acertado entre as partes. O que excedesse o valor combinado era apropriado pela escrava, que podia acumular para a compra de sua liberdade ou gastar no seu dia-a-dia. Geralmente os senhores respeitavam as regras do jogo, embora a legislação fosse omissa sobre este assunto.

O Laboratório Geografia dos Assentamentos Agrário (Geografar), da Universidade Federal da Bahia, nos chama atenção ainda para o fato de que a historiografia contemporânea vem afirmando que negros/as foram sujeitos de sua história, desenvolvendo uma sabedoria política peculiar na luta pela conquista de seus espaços de autonomia na sociedade em que vivem (GEOGRAFAR, 2019, p. 21). João Reis (1989) também aponta essa autonomia e revela uma postura nada passiva da população negra, uma presença que não condiz com os extremismos ou essencialismos.

2.4. Tecendo as redes da nossa história, mergulhando nas águas da memória

Segundo Stuart Schwartz (apud Ênio COSTA BRITO, 2009), falar da Bahia no período colonial era falar do Recôncavo e este sempre foi sinônimo de engenhos, açúcar e sujeitos escravizados. A afirmação também se aplica ao Quilombo Conceição, Salinas da Margarida e outras comunidades do Recôncavo e da Ilha de Itaparica. Eu amplio a reflexão para afirmar, com base na história, que também é sinônimo de catequização e extermínio de cultura, de tradição e dos povos. Neste sentido, no tocante ao patrimônio arquitetônico de Salinas, Almir Oliveira faz uma reflexão mais atual, apontando que:

Lamentavelmente, contudo, nenhum homem público do município, fosse prefeito vereador ou mesmo simples político, empreendeu campanha que tivesse por objetivo ao menos preservar o rico patrimônio físico e arquitetônico deixado pela outrora poderosa empresa (Almir OLIVEIRA, 2000, p. 131).

Os elementos que impulsionam o olhar de Almir para o descaso dos políticos, é uma ondinha diante do mar de negligência e ataque ao patrimônio imaterial, natural e cultural de nossa gente, constituindo evidência clara de racismo ambiental, institucional e estrutural. Existe uma ação orquestrada de ataque ao modo de vida e à tradição e descaracterização do território.

Conceição sofreu os impactos da escravização oficial e de outros sistemas semelhantes. As relações servis, o compadrio, as bajulações em alguns casos, ainda se manifestam nos dias atuais. Na relação com a terra, além do arrendamento pago especialmente à Companhia Salinas, até 1969, posteriormente à Companhia Salinas Agro Pecuária, onde os pagamentos de terças e meias estavam presentes nas relações e se estenderam até início dos anos 2000. Processos semelhantes foram estabelecidos também no

trabalho na pesca, por meio dos quais pescadores/as destinavam metade da produção para os proprietários dos instrumentos/artifícios de pesca e a outra metade era dividida com toda tripulação de pescadores/as, que algumas vezes podiam ser compostas por um número significativo de pessoas, entre 3 ou 8, dependendo da arte de pesca que se realizava.

A comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas pertence ao município de Salinas da Margarida que está situada no Recôncavo Sul, é banhada pela Baía de Todos os Santos e faz fronteira com o conjunto de municípios como Saubara, Maragogipe, Jaguaripe, Vera Cruz e Itaparica, conforme mapa a baixo. Jaguaripe está localizada na parte mais abaixo na relação com Conceição e Itaparica mais a frente. Conceição já pertenceu a esses municípios (Jaguaripe e Itaparica), mas sempre se relacionou de maneira profunda com os demais, inclusive com Salvador, capital do estado da Bahia. As relações estabelecidas são de diversas naturezas, mas podemos destacar a compra e vendas de produtos da pesca e agricultura, atividades sociais e religiosas de crenças diversas.

Veia me relata que sua mãe, como muitas outras mulheres além de abastecer Salvador de alimento também lavava de ganho para pessoas de Salvador, atravessava a Baía de Todos o Santos na lancha para pegar roupas para lavar e depois levava de volta.



Mapa 2 - Quilombo Pesqueiro Conceição de Salinas, Salinas de Margarida - BA, produzido pela comunidade com apoio do Geografar, 2018.

Em relatório preliminar do Laboratório Geografar sobre Conceição (2019), consta que a formação do Quilombo Conceição de Salinas, não se deu da forma clássica, considerando os elementos da casa grande, negros fugidos e agrupados em locais longínquos

e de difícil acesso. Mas, a casa grande e a senzala estavam presentes se consideramos que, até cinco décadas atrás, pertencíamos a Itaparica e antes a Jaguaripe e que as senzalas fizeram parte da história destes territórios, tanto nestes municípios como em grande parte do Recôncavo e da Bahia. Não dá para pensar a nossa territorialidade só a partir da emancipação política de Salinas que acaba de completar 57 anos em 27 de julho de 2019, muito menos a partir da exploração do Sal. Por outro lado, não podemos pensar a casa grande e a senzala só a partir de elementos físicos, mas de qualquer forma, penso que foi construída uma visão equivocada sobre os Quilombos e as comunidades Quilombolas, pois a vivência cotidiana na comunidade apresenta marcas visíveis de luta e resistência. Nas citações abaixo aciono as evidências clássicas da presença da escravidão e, portanto, da resistência, trazendo na sequência, uma constatação da resistência pautada na experiência:

Wanderley de Pinho identificou a existência, em 1630, de 31 engenhos na Bahia. Eram os seguintes: engenho de São Tiago, Engenho Velho, Engenho de Santo Antônio, Engenho de Nossa Senhora da Penha de França, Engenho de Nossa Senhora da Luz, Engenho de Capanema, Engenho da Taperande, Engenho da Batatinga - da região do rio Paraguaçu e Cachoeira; Engenho de Azevedo e Engenho da Santa Cruz na Ilha de Itaparica, Engenho do Conde. (Luiz Vianna FILHO 2008, p. 76).

O quilombo Pesqueiro Conceição de Salinas é fruto de uma experiência histórica, assentada sobre um longo caminho de resistência a partir da permanência e que, ao longo do tempo, foi constituindo seu modo de vida (GEOGRAFAR, 2019, p.9).

Vianna Filho (2008) apresentava uma extensa relação dos engenhos da Bahia. Selecionei apenas alguns tendo como propósito evidenciar, entre eles, o da Ilha de Itaparica e de outros municípios mais próximos como da região Paraguaçu. Sobre a localização do território, a vizinhança e as relações territoriais estabelecidas por volta de 1700, busquei informações no Vigário, na sede da Cúria em Salvador, as quais foram endossadas pelos estudos de Almir Oliveira (2000). Não há dúvidas da presença de escravismo, inclusive praticado pelo Comendador Campos, pela imposição de uma cultura pautada pela igreja e pela expropriação.

Mesmo com a prova cabal da existência dos Engenhos, não me pautarei por “justificativas clássicas”. Prefiro dialogar com a experiência histórica de luta e resistência, apontada pelo Geografar. Uma conceituação de Quilombo está colocada a partir do Conselho Ultramarino, embasada em uma visão que não evidencia as vozes dos sujeitos e que apontam interesses coloniais sobre o território e o trabalho escravo. Neste sentido Alfredo Wagner aponta:

Os primeiros estudos levaram a uma referência histórica do período colonial. Quase todos os autores consultados, seja do presente ou do passado - por exemplo o clássico de Perdigão Malheiro, *A Escravidão no Brasil*, um ensaio histórico, jurídico e social que é de 1866, até os recentes trabalhos de Clóvis Moura, de 1996, trabalharam com o mesmo conceito formal de quilombo. Um conceito que ficou por assim dizer, frigorificado. Esse conceito é composto de elementos descritivos e foi conduzido em decorrência de uma “resposta do rei de Portugal” em virtude de consulta feita ao Conselho Ultramarino, em 1740. Quilombo foi formalmente definido como: “toda habitação de negro fugido, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda não tenham ranchos levantados nem se achem pilões nele” (Conselho Ultramarino, 1740, apud ALMEIDA, 2002, p. 59).

Alfredo Wagner prossegue em sua análise sobre essa conceituação clássica, dizendo:

Desta forma, esses cinco elementos funcionaram como definitivos e como definidores de Quilombo. Jazem encastoados no imaginário dos “operadores do direito” e dos comentadores com pretensão científica, daí a importância de relativiza-los, realizando uma leitura crítica da representação jurídica que sempre se revelou inclinada a interpretar quilombo como algo que estava fora, isolado, para além da civilização e da cultura, confinado em uma suposta autossuficiência e negado a disciplina do trabalho (Alfredo Wagner ALMEIDA, 2002, p. 60).

As forças antagônicas que disputam o território da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, valeram-se da definição clássica de quilombo e tentaram enfraquecer a luta a partir de uma campanha contra o que alguns chamavam de atraso. Foi amplamente divulgado que a comunidade teria que se adequar à essa conceituação para ser reconhecida como comunidade quilombola e, por conta disso, seria privada de seus direitos. Continuando suas reflexões sobre o conceito de Quilombo, Alfredo Wagner apresenta o olhar de Perdigão Malheiro:

No que se diz respeito a questão da moradia, e a questão da quantidade mínima, o próprio jurista Perdigão Malheiro faz uso da ideia de “reunião”, ou seja, o Quilombo como uma ação coletiva de moradia, trabalho e luta, se opondo não somente aos mecanismos opressores da força de trabalho, mas principalmente a lógica produtiva Plantation. A ação deliberada da fuga desdobra-se no outro elemento estratégico, qual seja a área de cultivo, também designada roça. Assim embora a chamada roça não apareça como elemento característico destes quilombos, em conformidade com o discurso jurídico que busca legitimá-los como “agrupamentos de vadios que se negam ao trabalho”, existe copiosa documentação que enfatiza as áreas de cultivo e demais benfeitorias nos quilombolas. (Alfredo Wagner ALMEIDA, 2002, p. 60-61).

Segundo o jovem pescador quilombola Edielso Barbosa, do Território Quilombola Baixão do Guai, “Quilombo ou ser quilombola é sinônimo de luta e resistência” (2019), de igual modo a Dr. Guiomar, em oficina realizada com a comunidade em setembro de 2018, esclarece que afirmar-se Quilombola é fazer um compromisso com a luta. Essa definição, diz muitas coisas sobre a disposição das mulheres pescadoras quilombolas em fazer luta em defesa da identidade e por direitos. Essa luta, como o próprio Alfredo Wagner diz, é uma luta entre poder econômico e força indenitária. É nesse sentido que aceito o convite de Alfredo Wagner de fazermos uma leitura crítica sobre quilombo e, no que tange especificamente à comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, estendo esse convite para a comunidade de modo geral e para as forças antagônicas à nossa luta e resistência.

O conceito clássico de quilombo é inadequado para o passado, mesmo considerando o período, e especialmente para o presente considerando os interesses que avançam sobre o território e a nossa identidade. Nesse sentido, torna-se mais adequado para a comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, o conceito de Quilombismo, cunhado por Abdias do Nascimento (1980).

Como já abordado, não reivindicamos um lugar de comunidade quilombola ou de quilombo pautado na visão racista e segregadora conceituada pelo Conselho Ultramar e difundida ainda hoje em Salinas da Margarida. Muito menos, nos afirmamos meramente a partir da identidade de negras e negros fugidos que permanecem em locais isolados sem relações multiétnicas e sem sofrer outros atravessamentos, como o de ordem religiosa, urbanísticas ou culturais. O conceito de quilombo que reforça o local do atraso, longe da suposta civilização, sem acesso a políticas públicas, sem capacidade de produção e pautado no essencialismo não nos representa. A identidade reivindicada e afirmada está pautada nas experiências de lutas, lutas por liberdade a partir das bases, fundadas em valores culturais repassados pelos povos africanos. Luta pelo fortalecimento das organizações democráticas e pelo direito de afirmar e defender modelos econômicos que contrariem o modelo proposto pelo padrão colonial. Luta pela vida das mulheres, da juventude negra. Luta em defesa da memória de nossa gente e pelos nossos direitos, inclusive pelo direito de viver, como nos anuncia o Quilombismo de Abdias do Nascimento (1980) – que também se constitui uma herança dos movimentos sociais que já em 1940 estavam em luta, e antes disso também. O quilombo que nos define, de forma resumida, se é que é possível, se caracteriza pela luta multicultural, pelas liberdades, em defesa da natureza, do território como bem coletivo, e pelo modo de ser e viver.

Paula Regina Cordeiro (2018), referindo-se à Comunidade Quilombola do Rio dos Macacos, o quilombo mais emblemático do Brasil nos dias atuais, entende a identidade Quilombola e Pesqueira como elementos complementares. De fato, para nós, essas identidades são complementares e, muito provavelmente em razão disso, são sistematicamente violentadas. Sempre houve uma forte pressão para que as/os negras/os não assumam suas raízes étnicas.

Como disse anteriormente, a formação da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, com presença a negra, se dá a partir da Construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e de alguns sítios e fazendas. A relação com Jaguaripe e Pirajuaia, tanto no aspecto político, geográfico e religioso, também é algo que não se pode perder de vista neste importante debate.

Não é possível fazer uma abordagem respeitosa e ampla de Conceição e de seu processo de territorialização, sem considerar a importância da Freguesia da Nossa Senhora do Bom Jesus da Pirajuí, das relações estabelecidas com as comunidades do entorno, da dimensão religiosa, e a importância localização geográfica estratégica. Pirajuaia talvez tenha sido a comunidade mais importante entre as Ilhas e Recôncavo (as Comunidades de Maragogipe, Jaguaripe e Salinas), entretanto, o olhar para sua gente, seu patrimônio religioso e cultural não corresponde ao nível de sua importância. Na passagem abaixo, constatam-se os vínculos geográficos:

O Vigário Antônio Nunes Pinheiro d Almeida'- Gonçalo Pedro de Souza, proprietário de Vinte Braços de terra na freguesia, digo Fazenda do Araça, terceiro distrito da Vila de Jaguaripe, pertencente a esta freguesia de Madre de Deus de Pirajuaia, cuja Fazenda tem quintos e cinquenta braços de frente com oitocentos de fundo, as quais repartem pelo norte com as terras da Ponta da Margarida (destacamos) e pelo sul com a parte da terra denominada Sítio, e pelos fundos com terras do encapelo de Nossa Senhora da Conceição, onde preenchem oitocentas braças de fundo, que as houve por falecimento dos seus pais Alexandre de Souza e Teodoro Martins virgens (Almir OLIVEIRA 2000, p. 27-28).

Ainda sobre a importância de Pirajuaia, Richard Graham nos diz:

Tendo saído em seu Barco para a Bahia nesse glorioso dia da Aclamação da Sua Alteza, voltou com um documento assinado pelo sargento-mor em comando de Pirajuaia (povoado rebelde à beira mar que dava para o lado oeste da Ilha de Itaparica) (Richard GRAHAM, 2013, p.257).

A relação da Comunidade com o distrito de Pirajuaia foi tão profunda que parte significativa da documentação das famílias, relacionadas a batismo, casamento, óbitos, entre o período de 1717 até 1910, se não estão com o conselho Ultramarino, passaram pela Freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus da Pirajuaia e posteriormente seguiram para as Igrejas que mantém relação com a mesma, como as de Itaparica, Jaguaripe, Jeribatuba, Amargosa, e para as Secretarias da Arquidiocese de Salvador, as quais visitei. Assumi um compromisso com lideranças religiosas de Pirajuaia de ampliar os estudos sobre nossa região para além desse trabalho e da pesquisa.

Antes de aprofundar a discussão sobre Conceição, apresento um olhar mais amplo para o território da Fazenda Conceição, visando evidenciar que o território reivindicado pela comunidade se refere a uma área menor que o território ancestral total que vivencia as problemáticas mais complexas reveladas pela cadeia sucessória da Fazenda Conceição.

A comunidade Conceição de Salinas, conforme contam os coordenadores da Associação de Pescadores e Pescadoras de Conceição – hoje chamada Associação de Pescadores, Pescadoras Artesanais e Quilombola –, realizou um intenso debate referente sua identidade Quilombola, com reuniões nos espaços públicos e sociais, diálogos e oficinas. A partir desse amplo debate se auto declarou quilombola e pescadora e solicitou à Fundação Cultural Palmares reconhecimento de sua identidade, conforme determina o procedimento legal. Em 03 de janeiro 2017, após a comunidade receber visita de técnicos que tinham como propósito averiguar *in loco* os fatos narrados pelos representantes da comunidade, a Fundação Cultural Palmares certificou a Comunidade Conceição de Salinas como Quilombola. Tratarei desse processo de forma mais detalhada na próxima seção.

A partir de então, o Estado a nível Federal, passou a ser responsável pela defesa da comunidade e dos seus direitos já instituídos e reconhecidos. De imediato, em conjunto com a coordenação estadual do movimento, a comunidade solicitou reunião com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para abertura de processo, a fim de solicitar início imediato dos Estudos Territoriais para fins de delimitação da área.

Devido a forte mobilização da comunidade, articulada com o Movimento de Pescadores e Pescadoras da Bahia, com a Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras e com a Articulação da Juventude, por duas vezes, o INCRA se comprometeu a priorizar os estudos da comunidade em razão do agravamento dos conflitos e da violência. Contudo, alegando limitação de recurso, não cumpriu o compromisso. O compromisso foi repactuado com a indicação de se iniciar e concluir os estudos em 2019, incluindo a contratação da empresa para realizar o relatório antropológico. Esse acordo/compromisso consta em ata da

reunião realizada em 20 de setembro de 2018, mas nenhum passo foi dado neste sentido, entretanto os estudos preliminares do geógrafo sobre a comunidade pode cumprir tal papel. O compromisso foi registrado em documento e entregue as/aos representantes da comunidade.

Segundo Paula Regina, importante intelectual negra e parceira do MPP, em especial da Articulação da Juventude Pesqueira Bahia:

Território quilombola é compreendido como o espaço necessário à reprodução cultural, religiosa, social, ancestral e econômica, sendo à base da organização social e da identidade cultural dos grupos negros em diáspora. Atualmente existem alguns instrumentos jurídicos e técnicos para a regularização desses territórios (Paula Regina CORDEIRO, 2018, p. 23).

Naquele mesmo dia 20 de setembro de 2018, a comunidade tomou conhecimento que tramitava no INCRA um processo para descaracterização do território da Comunidade, a fim de transformar de área rural em área urbana. O processo havia iniciado em 2017, quando a prefeitura, na gestão do Prefeito Wilson Ribeiro Pereira, fez a solicitação de descaracterização ao INCRA sem consultar a comunidade. Como não reuniu a documentação necessária, a Bahiana Engenharia/Empreendimentos, representada por Lucas Bahiana, entrou novamente com o pedido, desta vez apresentando a documentação necessária, mas, também, sem qualquer consulta prévia, contrariando o que determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre direitos de Consulta dos Povos e Comunidades Tradicionais. Por meio do Chefe de Divisão e Ordenamento da Estrutura Fundiária, Sr. Vasconcelos Figueiredo, a comunidade também tomou conhecimento que já estava na mesa do presidente do INCRA um parecer positivo para ser assinado. De imediato as representantes da comunidade acionaram a procuradoria Federal a fim de garantir proteção do direito territorial e conseguir que o INCRA agisse com cautela e revisse as assinaturas de aprovação do pleito. A descaracterização territorial tinha o objetivo de facilitar o Licenciamento do Parque das Margaridas e, além disso, desconfigurar a relação do território de terra e água, indispensáveis a identidade de pescadoras e quilombola.

Vale dizer que a identidade de pescadora artesanal que se constitui uma herança ancestral como dito, mesmo presente no território, durante muito tempo também foi uma identidade profissional e social negada, atacada. A maioria das mulheres pescadoras, por exemplo, só foram afirmar na sua identidade de pescadora e acessar documentação de pesca a partir de 2007, tendo o fenômeno da maré vermelha como um dos marcadores importantes dessa mudança. Somos levados negar nossa identidade, usando mascaras brancas em peles negras como afirma Franz Fanon (2008).

A identidade de pescadora e quilombola não são identidades conflitantes e de modo nenhum a afirmação de uma delas inviabiliza a outra como tentaram disseminar as forças antagônicas de nossa luta, a fim desarticular a resistência.

Ao tempo que a comunidade, com forte participação das mulheres da raça de Filomena, tocava uma luta mais ampla pelo reconhecimento por parte do Estado de sua identidade quilombola, em paralelo também tocava a luta contra o retrocesso dos direitos trabalhistas e previdenciários vistos os ataques impostos pelos decretos presidenciais 8484 e 8425. Em 2014, depois de muitos ataques (incêndios, destruição de plantios e de instrumentos de pesca e até ameaça à vida) e a fim de enfrentar a expropriação de suas roças pela M.R Empreendimentos Imobiliários, os grupos familiares ligados à Família Conceição Sacramento (Sacramento Santos, Sacramento da Purificação, Lima Sacramento, de Jesus Sacramento, Macedo Sacramento, Sacramento Neri, Sacramento Silva, Conceição Sacramento), entraram com processo na Secretaria do Patrimônio da União (SPU), solicitando um Termo de Autorização de Uso (TAUS) da área que faziam uso histórico. A área também foi alvo de uma liminar de manutenção de posse movida pelas famílias com apoio da Associação de Advogados e Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR). Depois de muita luta e resistência, a SPU concedeu o pleito às famílias, ampliando para outros grupos familiares que também faziam uso de uma área próxima à roça, local onde Marcos Ramiro fez aterramento ilegal, sem licença, e mantinha cercas visando construir um empreendimento hoteleiro.

A SPU, dona da área, junto com policia Federal fez uma operação para retirada de cercas ilegais e cadastrou as famílias que faziam usos diversos da área. Algumas foram identificadas por fotos e foram convocadas a apresentar documentos para cadastro. Cerca de 30 famílias foram cadastradas como beneficiárias da área, as primeiras vinte já tiveram seu direito publicado no diário oficial e as demais estão em processo. Vale destacar que além dos grupos familiares ligados a família Conceição Sacramento, Carmem Lúcia dos Anjos de Lima, Alta Cristina dos Santos Santana, Edna Santana das Neves, Jucilene dos Santos, Maria da Piedade das Neves, Marileide dos Santos da Luz, Marivalda Liberata, Osvaldo Neves, Sheila Souza, Silvana Mendes, entre outras, também foram beneficiadas.

É importante lembrar que um percentual importante da Fazenda Conceição é constituído de áreas úmida, cuja competência de fazer gestão é da SPU. De igual modo, é importante esclarecer que a área da qual a comunidade possui o TAUS, refere-se a uma pequena área chamada de marinha. Entretanto, além de existir processo de solicitação de ampliação da área reconhecida como das famílias da comunidade, a comunidade solicitou ao INCRA e a SPU que o TAUS seja convertido em Concessão de Direito Real de Uso (CDRU).

Não estamos todos na mesma luta com base em uma única perspectiva. Numa sociedade em disputa, existem forças antagônicas dentro da luta também. Mesmo entre nós tem aqueles e aquelas que se colocam a serviço de nossos antagonistas, agem como se fossem Estado e/ou burguesia. Fanon avaliou como adoecimento os processos de afirmações extremistas e as mudanças da afirmação para negação. Nesse sentido, ele nos diz o seguinte: “Fiz um balanço completo de minha doença. Queria ser tipicamente negro – mas isso não era mais possível. Queria ser branco – era melhor rir” (Frantz FANON, 2005, p. 120). O agir como branco, como elite, defendendo os interesses do opressor muitas vezes é uma postura presente entre nós.

Segundo a cronologia salinense construída pelo escritor e pesquisador Almir de Oliveira (2000) em seu livro Salinas da Margarida Notícias Históricas – que bem que poderia se chamar cronologia de Conceição – em 1887, às vésperas da suposta abolição da escravatura, Manoel de Souza Campos alforriou dezenove escravos (pessoas escravizadas) em sua propriedade, na hoje Salinas da Margarida que antes era uma mata da fazenda Conceição. Vale dizer que sua suposta propriedade está dentro do território da Fazenda Conceição, pois Manoel se dizia dono tanto da Fazenda Conceição como Santa Luzia. Mas, Conceição é território em disputa e foco desta escrita no momento. O memorial descritivo apresentado na assembleia de Constituição da companhia Salinas, revela que a hoje Salinas Sede são terras da Fazenda Conceição, de igual modo que o patrimônio das Terras de Conceição é apresentado como capital de sua constituição.

As certidões de inteiro teor levantadas nos cartórios de Maragogipe, Itaparica e Nazaré revelam inicialmente o surgimento de duas matrículas, uma da fazenda Conceição outra da fazenda Santa Luzia, em cartórios diferentes. Ao ser transferida para o Cartório de Nazaré, as matrículas das Fazendas Conceição e Santa Luzia tem sua numeração alterada e o conteúdo já não revela as mesmas informações. De igual modo, não existe uma referência objetiva a matrícula mãe e/ou originária, gerando dificuldade nas pesquisas. Posteriormente a Certidão de inteiro teor das referidas matrículas, revela que as fazendas Conceição e Santa Luzia se fundirem gerando uma quinta numeração de matrícula.

Outra questão que merece destaque é o fato de existir no Cartório, nº 6.253, Livro 02 de 08/09/2010, um memorial descritivo da área onde as supostas terras do Sr. Didi são citadas 16 vezes como confrontante às áreas da Fazenda Barra no Povoado de Conceição. Chama atenção, além da rasura no ano do registro, o fato de que seu Didi (Edvaldo), que foi secretário de infraestrutura da prefeitura por muitos anos e trabalhou nas empresas que sucedeu a Companhia Salinas, aparece como proprietário das terras de Conceição, hoje

Fazenda Barra. O senhor Marcos Ramiro, que conforme memorial descritivo da matrícula mãe tinha comprado parte da Fazenda, não figura na atual descrição.

Almir Oliveira (2000), não faz qualquer abordagem sobre os impactos da escravização, nem aponta o fato de ter existido uma pressão internacional, especialmente da Inglaterra para as alforrias acontecerem, considerando os interesses da época e o fato da escravidão não ser mais um sistema interessante e rentável. O autor registra que Manuel de Souza foi premiado por Dom Pedro II com o título de Comendador pela Ordem de Cristo depois das alforrias. É importante considerar, entretanto, que a maioria expressiva de nossa gente (a população negra) por diversas formas já tinha conquistado sua liberdade. Convém destacar também que durante muito tempo, a escravidão foi oficial em todo território Brasileiro, inclusive no nosso povoado do recôncavo/ilha e ainda sofremos seus impactos:

O Brasil jamais passaria sem escravos. E o vice-rei, Conde de Sabugosa, não fazia mais que repetir o que dissera ao rei, em março de 1731. É certo e infalível que este o Estado não pode subsistir sem escravos para trabalho de engenho, culturas das fazendas de cana, tabaco, roças de mandioca e lavor das minas. (Luiz Vianna FILHO, 2008 p. 48)

Em 1700 a preocupação com o termino da escravidão já era presente, mas ela só se deu em 1888 e não foi uma princesa branca que libertou os escravos brasileiros. Nosso povo se libertou com sua própria luta e resistência. A presença dos Comendadores Campos e Horácio Uripia Júnior em nosso território foram marcadores do processo de expropriação territorial que se perpetuou mesmo depois do fim da escravidão oficial (com o suporte de novos atores e de antigos que se mantiveram, de algum modo), sinalizando um escravismo silenciado pela propaganda do desenvolvimento e do crescimento econômico que favoreceu a poucos e gerou profundos impactos sociais e ambientais. Suas presenças expropriatórias disfarçadas de desenvolvimento impõem novos e diferentes conflitos.

Ao pesquisarmos na sede do Instituto Brasileiro Histórico- IBGE, em Salvador, tivemos acesso à documentação do município. Entre outras informações contidas na pasta, está um breve histórico da localidade, onde é referida a existência de duas grandes Fazendas (Santa Luzia e Conceição), ambas pertencentes ao comendador, o qual estabelece textualmente no documento: “aproveitando o apicum deu inicio a duas Salinas – Salinópolis e Salinas da Margarida” (Almir OLIVEIRA, 2000 p. 24).

Não temos elementos para esclarecer como essas duas Fazendas passaram a pertencer ao comendador Manoel de Souza Campos, mas não temos dúvida que as áreas de apicuns não poderiam lhe pertencer visto que se tratar de área litorânea, pertencente à União um bem

difuso e coletivo. O comendador era um homem poderoso e de grande influencia, isso pode ter facilitado manobras como as que hoje vemos implementadas pelo atual prefeito Wilson Pedreira para favorecer a implementação de empreendimentos imobiliários e direta ou indiretamente se favorecer, visto que se trata de um empresário do ramo.

Fui a campo conferir informações sobre as referidas fazendas. A matrícula da Fazenda Santa Luzia estava no Cartório do Município de Maragogipe e a da Fazenda Conceição, a matrícula mãe na Ilha de Itaparica, os desdobramentos da fazenda Conceição no cartório de Nazaré, ambos os municípios fazem limite e mantêm relações com a comunidade, ou mantiveram relações mais profundas décadas atrás. Me chama atenção que em distintos momentos históricos, as duas fazendas foram apresentadas como de propriedade de uma mesma pessoa, mas com matrículas em cartórios diferentes de municípios distintos, enquanto que no INCRA trata-se de uma matrícula só.

A cadeia sucessória também revela que Marcos Ramiro não era só o novo proprietário da Fazenda no início dos anos 2000, como pensavam as lideranças de Conceição, mas era também o representante legal de Benedito Dourado da Luz e sua esposa. Marcos Ramiro, homem branco do Sul, assumiu uma postura diferente dos administradores, capitães do mato, e ficou conhecido pela comunidade pelo seu interesse em lotear o território e impulsionar a chamada gentrificação, tornando-nos periferias do projeto do capital. A situação é confusa, pois uma terceira leitura na cadeia sucessória nos ajuda compreender melhor os fatos: Benedito Dourado da Luz já era um homem idoso e doente quando vendeu a Fazenda e/ou uma parte dela. Marcos Ramiro era seu procurador e constituiu uma empresa que comprou quilométricas extensões de terras supostamente de propriedade de Benedito. As terras expropriadas de Conceição foram vendidas a preço de banana como se diz e os pagamentos divididos em 20 vezes.

Em entrevista concedida aos jovens da Comunidade, André Luiz da Silva Santos, neto de Silvio, Danilo Sodré, neto de Però, e Carlos Augusto, neto de Tentem, que receberam a incumbência de levantar informações para a os primeiros passos da cartografia, os nossos mais velhos identificaram e apontaram pessoas que trabalharam para donos de fazenda cobrando impostos referente à produção e também arrendamento de terra, estes eram classificados como capitães do mato, entre os citados temos: Ricardo, marido de dona Rosa, o pai de Lessa, o senhor Florisvaldo, pai de Mônica, Joel de Zezé e Zé Carlos. Segundo relatos, eles atuaram até o início dos anos 2000.

Em 1989 eu era uma criança, era comum lavar no rio com minha mãe e irmãs. Lembro que a comunidade se encheu de cercas para fazer pasto de criação de bois. Para acessar os rios

e áreas de extrativismos tínhamos que malhar cercas ou romper cancelas, muitas vezes fomos tratadas como animas do pasto de Benedito Dourado da Luz, que tinha como principal estratégia de violência colocar cercas e limitar nosso acesso. No início da adolescência eu e minhas irmãs já íamos para o rio e para a mata, sem a companhia de nossa mãe, mas na companhia de outras mulheres mais velhas, visto que nossa mãe estava incumbida de outras tarefas. Quantas e quantas vezes testemunhamos as mulheres mais velhas, algumas não estão mais entre nós, cortarem cercas e arames que nos impediam o acesso aos rios e a mata.

Quantas carreiras dos bois de Benedito Dourado Luz levamos? Lembro-me de Dona Bibi ou Marília (in memória) a mãe de Arlene e Mundinha da Rua das salgadeiras, que tomaram carreiras e quedas correndo dos bois. Dona Livinha e Noca se protegiam nos rios do dendezeiro torto que era todo cercado e não tinha como os bois passar. Meire nos conta que muitas vezes ela teve que usar seu corpo um pouco mais jovem e mais forte, para proteger Dona Maizinha que insistia em continuar lavando no rio, mesmo limitada pelas cercas e com ameaças dos bois. Os bois brabos na mata tornavam tensa a atividade de catar frutas e extrair lenha. Dona Barbara Teixeira, a filha de Tieta – a quem tenho muita dificuldade de chamar de finada Barbinha, por conta de seu sorriso largo e de sua capacidade de rir da vida e de si mesmo – ria de suas quedas e das quedas de minha mãe e com muita ironia fingia uma aceitação das mudanças que nos eram impostas.

As mulheres acima mencionadas nasceram e se criaram em um território livre de cercas. Relacionaram-se com sua comunidade e com outras comunidades a partir da perspectiva de um território tradicional, ancestral, coletivo e partilhado também com as comunidades vizinhas, algumas constituídas a partir do território de Conceição.

O conjunto estrutural que deu lugar a exploração do Sal em Salinas, primeiro pelas pessoas físicas, Campos e Uripia, e depois pela Companhia Salinas, foi organizado a partir do trabalho escravo já que esse era o sistema vigente à época. Todo patrimônio (descrito em ata da segunda assembléia de constituição do Companhia Salinas) que os comendadores apresentaram como capital para constituição da Companhia Salinas, foi erguido pela nossa gente com suor e sangue escravo e/ou trabalho servil e mal remunerado.

Em entrevista, a ex-prefeita do Município de Salinas da Margarida, Elba Chagas Santos, fala que aqui na localidade onde está situada a Fazenda Conceição não existiam disputas territoriais e as famílias se estendiam pelo território até onde cabiam suas forças para cuidar do mesmo. Ela também cita nomes de famílias que na relação com as autoridades locais, em décadas passadas, expropriaram grandes extensões de terra, assim como grupos e profissionais que, na relação com os empreendimentos que sucederam a Companhia Salinas,

passaram a se dizer donos de sessão de exploração do sal tendo como argumentação uma suposta indenização.

É importante lembrar que as famílias pagavam arrendamento à Companhia Salinas da Margarida, referente aos terrenos e as casas na Fazenda Conceição, e aos comendadores antes da companhia ser fundada. O comendador Campos, que tinha sessão para explorar sal, mantinha tanques de criação de peixes, explorava piaçava e outros vegetais e além disso cobrava arrendamento as pessoas da comunidade. As filhas e filhos da terra, herdeiros de Nossa Senhora da Conceição.

Dona Maria José Conceição (minha mãe) me apresentou recibos⁷ anuais que foram pagos por sua avó, a senhora Maria Elisa da Conceição, à Companhia Salinas, até os últimos dias de sua vida, por volta de 1960, referente ao arrendamento de terreno.

A estudante quilombola Sirlane Dias, também nos apresentou recibos de arrendamento pagos pelo seu bisavô que mantinha um sítio. Ana Carolina, estudante quilombola, a fim de comprovar sua relação ancestral com o território, nos apresentou uma carta de cobrança de foro de arrendamento remetida à sua avó, enviada pela Companhia Salinas. A cobrança se referia ao arrendamento do terreno no qual a família possui casa e a jovem mora com seus pais.

As(os) estudantes quilombolas, preocupados/as com os ataques às suas identidades tem empenhado esforços, juntamente com a coordenação da Associação de pescadores/as Quilombolas, para reunir elementos que evidenciem sua tradicionalidade ancestral, bem como a relação com o território. Cientes das ameaças aos seus direitos seus familiares também têm sido importantes aliados na luta.

A presença dos Comendadores Manoel de Souza e Horácio Uripia que levou à constituição da Companhia Salinas, marcou o aprofundamento de uma violenta história de expropriação dos territórios afro-indígenas. Um divisor de águas na história dos povoados que posteriormente passaram a pertencer ao município de Salinas da Margarida. A história oficial da conta de evidenciar que os pedidos de sessão para exploração da área, por meio da produção de sal, iniciaram por volta de 1877. Vale dizer que a sessão foi concedida por cinco anos e de forma pouco esclarecida se estendeu por décadas, passando a segundos e terceiros.

⁷ Os recibos referentes a pagamento de arrendamento que encontramos ao longo da pesquisa, são muito antigos e se encontram bastante danificados. Em razão disso, não conseguimos obter uma imagem com boa qualidade para inserir no corpo do texto.

Essa é uma prática estabelecida no Brasil, adentro e afora, desde as Sesmaria como vemos na obra *Das sesmarias à propriedade moderna* (VARELA, 2005).

Quatro grandes grupos empresariais ligados a aquicultura são apontados no processo de expropriação histórica do território em área que vai da banca até a Camboa, da frente da Ponta do Mangue ao Porto da Tela, nas áreas onde se localizava a Ponta da Margarida, terras de Conceição. Entretanto, outros atores, como o próprio gestor municipal que expropriou uma importante faixa de beira de praia para construir seu hotel sem atentar para legislação vigente, bem como empresários ligados à construção, à empreendimentos hoteleiros e turísticos e o latifúndio disfarçado de minifúndio, impõem a incorporação de outros modos de vidas no território.

Ivete Ferreira, embora não aprofunde, chama atenção para ampliação desses empreendimentos no livro *Um Horizonte que Desponta! Salinas da Margarida*, lançado dias antes da defesa desta dissertação:

Que Wilson Ribeiro Pedreira não nasceu em Salinas, que o então prefeito que está no quarto mandado, abril em Salinas um comercio onde vendia carnes e Cereais. Em seguida, abriu casa de Construção e eletrodoméstico MACOPEL, não foi difícil ampliar seu comercio, abrindo outra loja de material de construção em Vera Cruz, Casa Comercial Coroa, bastante conceituada e de grande valor comercial não somente para os moradores da Ilha como, também para todo Recôncavo Baiano. Em Salinas, construiu hotel, Salinas Praia Hotel, que representa um grande empreendimento em hospedagem para o município (Ivete FERREIRA, 2019, p. 438).

Podemos perceber que durante mais de um século, a área que visivelmente gerou mais cobiçada, chamou atenção do capital, é onde se instalaram as Salinas e outros empreendimentos que a sucederam como a Pescon, Companhia Química do Recôncavo, a Maricultura. Estes empreendimentos se implantaram fruto de manobras que passam por cima das leis de terras, das normas territoriais, das leis ambientais, de acordos coletivos.

É importante esclarecer que pelo período histórico em que viveram, os comendadores não foram sesmeiros, mas certamente foram herdeiros dos sesmeiros que caducaram ou beneficiários das leis de terra. Na aula sobre Direito Agrário, a professora Tatiana Dias Gomes (UFBA) nos esclarece como se deu a distribuição de terra em Sesmarias. Explicou que as referências de limite eram frágeis, o que possibilitava aos sesmeiros ampliarem suas supostas terras. Sendo as medições toscas e não tendo o governo português condições de fazer a gestão do processo, abriram-se brechas para avançar nas terras. Sobre sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia, Nelson Nozoe aponta:

Tendo sido concedida para solucionar questões peculiares ao reino português de fins do século XIV, a aplicação da lei das sesmarias no extenso e inexplorado território da colônia brasileira, não obstante as reintegradas tentativas de adaptação as condições aqui vigentes, resultou no uso mais ou menos generalizado da posse como recurso de acesso a terra, que culminou, por sua vez, com a suspensão das concessões de terras em sesmarias, em 1822. Até a promulgação da lei de terras, ocorrida em 1850, a posse manteve-se como expediente isolado de apropriação privada das terras publicas (NOZOE, p3).

Essa obrigatoriedade, do cultivo ou exploração de algo, nas terras brasileiras, para garantir os lucros imperais, deixou um passivo de extermínio de povos e culturas. Um genocídio denunciado pela população negra e pelos povos indígenas. Às custas da violação dos Povos e Comunidades Tradicionais esse genocídio ainda impera, alimentando pelo capital internacional que continua de olho nas riquezas brasileiras.

Ademir Cerqueira, estudioso do município e secretario da Câmara e Vereadores, nos fala com propriedade sobre o assunto da expropriação territorial e os problemas oriundos dele. Voltarei a esse tema no próximo lançamento, no qual tratarei mais detalhadamente dos conflitos territoriais.

Sobre a expropriação do território e outras questões relacionadas, posso dizer que existem muitas situações que não são explicadas, como as inconsistências e as incoerências referentes às normas jurídicas da época ou ausência delas. Propriedades eram constituídas sem atentar para sua função social como determina a lei de terras no Brasil ou, quando atentam, o fazem a partir de uma perspectiva de exploração desenfreada voltada para o lucro e não para atender os interesses da nação ou para alimentar o povo brasileiro. De forma escancarada as autoridades burlam normas e processos, conforme aponta o histórico da distribuição fundiária no Brasil. Pessoas supostamente esclarecidas se valem do nosso desconhecimento sobre o direito para se apropriar de terras da comunidade.

Parte do nosso território se constitui de terras devolutas do estado, terras de marinha que as autoridades, aproveitando do seu poder político, se apropriam para construir e ampliar hotéis, restaurantes, espaços de eventos particular e toda uma estrutura pública que favorece a interesses particulares. Em meio a uma fala potente, Ademir Cerqueira pergunta como os empresários poderiam doar aquilo que não lhes pertenciam? Essa pergunta não tem uma resposta fácil. E se fosse fácil, não poderia justificar o injustificável.

A pergunta apresentada por esse intelectual Salinense exige uma reflexão mais profunda e demanda uma incidência ainda mais qualificada para fazer justiça territorial e impedir que as arbitrariedades avancem. É possível perceber que as irregularidades na relação

com a terra no passado, abriu precedentes importantes para legitimar os violentos processos que hoje se manifestam no território tradicional, colocando em risco não só os aspectos físicos e materiais como também todo patrimônio imaterial de nossa gente.

As gerações que viveram em Conceição de Salinas, nos tempos de Conceição mulher, Veridiana, Filomena, Eliza, Esperança tiveram que enfrentar algumas problemáticas diferenciadas das hoje, que tem relação com uma nova tentativa de apagamento nossa identidade e história. Uma concessão de exploração de um produto mineral, depois ampliada ao direito de cobrar foro e repassada a grupos e empresas que passam a doar e vender terras no território como se fossem de sua propriedade. Não só o sal, diversos produtos foram explorados nas terras de Nossa Senhora, nas terras de mulheres e homens pretos que foram explorados e violentamente vilipendiados.

É importante atentar para a forma que se dá o crescimento das propriedades ligadas ao latifúndio e ao capital. Em 1800 tínhamos duas ou três Fazendas e alguns pequenos sítios como a Ponta da Margarida. Posteriormente surgem vários outros sítios e Fazendas cuja forma de repasse não são esclarecidas, especialmente em junção das Fazendas terem um registro em Cartórios de pouco mais de 30 anos e o território de mais de três séculos.

O Geografar com base em dados do IBGE sobre os imóveis de grande porte, enfatiza que no que tange ao Território de Salinas da Margarida, o quadro se revela bastante duvidoso, merecendo uma atenção das autoridades competentes e uma reflexão mais profunda sobre o fato:

Outra informação, também sem muito aprofundamento, mas que pode levantar algumas questões para refletir sobre a estrutura da propriedade da terra em Salinas da Margarida, é a série histórica dos valores totais do número de estabelecimentos e área, na série histórica de 1970 a 2006 (GOGRAFAR, 2019, p.36).

Das questões que são difíceis de serem explicadas, dos jeitinhos que burlam a legislação, vou tomar como exemplo uma situação envolvendo nossa Comunidade e Encarnação de Salinas, citada por Almir Oliveira. Ele esclarece que até o ano 2000, tanto Conceição como Encarnação, mesmo sendo tratadas formalmente como distrito, nunca deixaram de ser povoados:

Ao final do século XX o município de Salinas da Margarida continua sendo como foi constituído, criado em 1962, apenas por único distrito- a sede municipal. Apesar de vereadores e prefeitos se referirem, mesmo em documentos oficiais, aos distritos de Conceição de Salinas e de Encarnação, isto não corresponde à realidade administrativa, sendo tal assertiva indevida, pois as referidas localidades não passam em verdade de povoados. Para que

tal situação fosse modificada, isto é, os referidos povoados passem realmente à condição de distrito, é necessário haver uma lei nesse sentido, e essa lei simplesmente não existe, pois jamais foi aprovada pelo poder legislativo (Almir OLIVEIRA, 2000, p. 168)

Entre as inúmeras questões encobertas também temos a ausência de informação sobre impactos ambientais causados pelos empreendimentos que chegaram ao território, desmatando manguezais e plantas nativas, substituindo por outras culturas, e a ausência de informações sobre as primeiras famílias, oriundas do continente africano que residiram nestas terras, relacionando seu papel estratégico e relevância social, cultural e econômica.

Ao longo dos tempos, o município e as comunidades vem enfrentando um conjunto de impactos, fruto do racismo ambiental e estrutural imposto as comunidades negras e indígenas. Mas, as violências não foram aceitas sem resistência. Desde o século XVIII, marcador das grandes revoltas na Bahia, nosso povo tem resistido. Lutamos pela independência do Brasil e especialmente da Bahia, participamos das diversas revoltas como a dos Males, Balaiadas, Sabinada e outras.

Segundo Vânia Conceição, em Conceição e todo município Salinas da Margarida, somos, predominantemente, uma população negra, mas falar de escravização, de luta e de resistência negra se construiu em um grande tabu. Existe uma perversa tentativa de silenciamento e apagamento das questões relacionadas à nossa força ancestral e à nossa identidade. Sempre disseram que nós éramos carneiros, ordeiros e até subservientes. Como em toda sociedade, na comunidade existem algumas pessoas com essas características, mas, de modo nenhum representa a postura da totalidade de nossa gente. De modo geral somos gente de luta.

É verdade que alguns estudiosos apresentam informações que nos levam a descartar a possibilidade de ter existido relação casa grande e senzala no limitado espaço geográfico e político que compõem o Território de Salinas. Mas, não podemos perder de vista que essas delimitações são pouco expressivas da diversidade das relações estabelecidas ao longo do tempo, já que as fronteiras físicas não eram limites da nossa territorialidade. Como nos ensina Dona Zequinha (Maria Angélica):

Nós mariscamos em todos esses costeiros, os pertos e os longes, como Ilha do Medo, Barra, Cordeiro, Madeiro. Íamos em grupo e tanto na ida como no retorno uma mulher aguardava a outra. Se alguém tivesse dificuldade de encher seu balaio as outras ajudavam e ninguém era largada (Maria Angélica, 2018).

Os limites que classificam o Município Salinas da Margarida, não consideram nosso pertencimento ao recôncavo e as senzalas que pelas terras do recôncavo existiram. Nem colocam em pauta as relações familiares, afetivas e as trocas estabelecidas historicamente. Do mesmo modo, não se fundamenta a tese dos historiadores Francisco e Urania de Queiroz, que pós reunião pública realizada em 18 de abril de 2018 na câmara de vereadores, quando, usando de forma equivocada os estudos de Castellucci, tentaram contestar e atacar a identidade quilombola da Comunidade, afirmando inclusive que nossa comunidade não tem cultura, segundo a mesma, razão pela qual não seria Quilombola. Se desejarem cabe os professores que são multiplicadores de opinião explicarem a sua comunidade o que é cultura? Sabemos que os professores agiam em apoio ao gestor municipal que na mesma oportunidade, além de tentar agredir lideranças, ameaçou destruir “essa coisa de comunidade quilombola”. Não é legítima a afirmativa que o escravismo não imperou e não deixou suas marcas na/em Conceição. Ainda que ele tenha sido pautado por outras formas de controle do trabalho e dos corpos, ele existiu assim como as formas de imposição dos processos de escravização:

O que dizer dos escravos? O que lhes aconteceu pode ser distinguido com base em suas relações com os donos e no tipo de dono a que pertenciam. Os escravos, ao ganho, muitos dos quais eram vendedores de rua ou carregadores, estavam na mesma categoria dos livres e dos de foros, decidindo por conta própria se saíam ou ficavam, da mesma forma que escolhiam onde morar e o que fazer todos os dias (Richard GRAHAM, 2013, p. 246).

Os pronunciamentos acima mencionados não se deram em plenária, mas em diálogo a parte, testemunhado por várias pessoas. O ataque a comunidade e a sua identidade se deu em diversos espaços. Também não procede o argumento apresentado pela professora que a comunidade não tem cultura, será que a tradição pesqueira, as festas tradicionais de cunho religioso e as produções artísticas da juventude não constituem cultura? Mas, é verdade que existe uma grande ausência de investimento em atividades artísticas e culturais para a afirmação da identidade, um ataque sistemático ao modo de vida e tradição. Deveria ser responsabilidade da escola e da gestão fortalecer nossa identidade, ao invés de ataca-la e tentar destruí-la.

O coronelismo e as posturas de fazenda ainda são muito presentes em Salinas nos dias atuais. Isso é potencializado pelo gestor que sendo um grande latifundiário da região, para

agradar aos seus, acerca de três anos tenta colocar rodeio no Festival de Marisco⁸, por exemplo, como se ele fosse uma marca da cultura local, e nossa comunidade extensão de seu latifúndio. Os filhos de Salinas e de Conceição não são produtores de gado, até os pastos estruturados por Benedito Dourado da Luz tinham voltado a ser mata. Em décadas passadas algumas famílias de Conceição mantinham um ou dois animais que funcionavam como uma poupança para eventuais emergências, mas com ausência de espaço para criar, visto a expropriação, tal pratica foi se enfraquecendo.

O comendador de Souza Campos, muito “respeitado” nacional e internacionalmente, era um escravocrata. Seus sócios e a elite salinense também. A escravidão era coisa comum e nenhuma pessoa branca de posse conseguia viver sem pensar em possuir escravos. É provável que minha terceira avó Filomena, que teria hoje mais de 170 anos, conforme cálculos usados pela antropologia (Tiago RODRIGUES, 2019), e outros grupos familiares, tenham sido escravizados pelo comentador e/ou seus pares. Rosalina, que nasceu em 1871 logo que passou a vigorar a Lei do ventre Livre, mais precisamente, 18 após sua promulgação pode ter sido beneficiada pela Lei do Ventre Livre, mas provavelmente suas irmãs mais velhas como vovó Eliza e demais, sua mãe Filomena e sua avó Veridiana, conquistaram a liberdade por outros meios.

Se por volta de 1870 o “nobre homem” que se tornou comendador, mantinha uma relação de senhor e proprietário com os escravizados, é importante pensar como se davam as relações no século anterior. Será que todos os grupos que por aqui circulavam ou habitavam eram negros/as livre e libertos que conquistaram sua liberdade no trabalho ganho? Essas perguntas ainda não posso responder, mas o fato de não ter tido engenhos nos limites geográficos de nossa Comunidade – isso pensando o lugar morado sem considerar os lugares usados (SANTOS, 2007) –, não significava que não houve escravização. A história revela que houve sim.

Não estou querendo apresentar ou defender aqui a construção de uma territorialidade que se dá a partir da chegada de negras e negros fugidos, de agrupamento de poucas pessoas sem disposição para o trabalho. Minha intencionalidade é outra, e parte dela está contemplada na escuta dos elementos apresentados pelas histórias de origem, visto que as escritas ditas

⁸ O Festival de Marisco é um evento Cultural Construído pelas pescadoras, marisqueiras de Salinas da Margarida com apoio de Irmã Raquel e da Secretaria de Assistência Social e Turismo, a fim de agregar valor ao pescado, evidenciar a importância da produção pesqueira artesanal e empoderar as mulheres pescadoras. O Festival teve sua marca apropriada e sua missão distorcida, tornando-se um mega evento do capital, sem respeito ao ambiente e privativo de grandes cervejarias.

oficiais não deram conta de apontar. Posso atestar que quando o escravismo era vigente já existia no território uma presença negra tanto livre e liberta, quanto escravizada.

Salinas que hoje é um município, foi um povoado que se tornou distrito em função da Companhia Salinas empreendimento que ganhou visibilidade pela produção do sal, que produziu, ou melhor, explorou, vários elementos em nosso território. Por ter tido um crescimento populacional e econômico maior que Itaparica e outros municípios vizinhos, conforme Almir de Oliveira (2000), Salinas foi emancipada. Isso ocorreu quando a produção do sal já tinha entrado em declínio.

César Augusto Machado (2007) nos diz que além da exploração do sal, tinha também a exploração da piaçava nativa e do dendê, mas a pesca sempre foi a principal atividade econômica em Salinas. O potencial pesqueiro sustenta a história, a cultura e a economia salinense há gerações.

O relatório produzido para a assembleia legislativa para a Constituição da Companhia Salinas da Margarida, aponta elementos sobre o território referente a diversidade de riquezas naturais e potencialidades do território da Fazenda Conceição, as quais não se mantêm com a mesma dimensão de produção diante dos sucessivos ataques do capital.

A grande Fazenda Conceição faz parte do estabelecimento das Salinas com uma extensão de 1 ¹/₂ léguas de fundo e mais uma de frente, com cerca de 10.000 mil tarefas. Tem um grande número de piaçaveiras que podem ser calculadas em 50.000 mil pés, da melhor qualidade que se exporta deste Estado; pela sua fibra excelente que alcança os preços mais altos do nosso mercado. Possui três rios correntes e as pastagens para criação denominada de Caperengo e Queimado (Ata da segunda assembleia dos acionistas da companhia Salinas da Margarida, apud OLIVEIRA, 2000 p. 95).

Dos 50 mil pés de piaçaveiras identificados no território, que as famílias faziam uso e o capital expropriou, não sei se ainda achamos mil. Ao longo dos anos, sem qualquer pudor, aconteceu um sistemático desmatamento na mata nativa e ataque ao nosso modo de vida. O relatório continua a descrição:

Tem excelentes terrenos para plantação de cereais, café, fumo, algodão, cana, mamona etc. Possui grandes sítios de dendezeiros, coqueiros, mangueiras, cajueiros e outros arvoredos frutíferos, que se acham arrendados a diversos lavradores; bem como oito animais de serviço. Parte do povoado de Conceição e povoado Porto da Telha são reideiros da dita fazenda cujo arrendamento atinge presentemente a cifra de dois mil contos de reis (R\$.2.000.000) anuais. (Ata da segunda assembleia dos acionistas da companhia Salinas da Margarida, apud OLIVEIRA, 2000 p. 96).

A produção do sal foi muito importante para Salinas e para a sua história que passou a ser evidenciada a partir do início do século XX. Entretanto, nossa história enquanto povo que possui raiz em um território tradicional é maior que a história da Companhia Salinas e começou antes de 1800, antes mesmo 1700. Trata-se de uma história transatlântica, em diáspora, de dor e resistência. Sobre a diáspora, Denise Carrascosa diz:

Vinda do grego clássico, a palavra diáspora, associada ao movimento de dispersão de comunidades geograficamente territorializadas e eticamente ativas, ao nomear os movimentos negros-atlânticos funciona como reversora do sentido implícito de perda sublinhado na separação para reafirmar a continuidade diferencial e constantemente reatualizadas dos vínculos étnico-cultural e estético-corporais entre a subjetividade e comunidade que se tornam afrodiáspóricas nos diversos tempos e espaços, localizadas nas rotas do Atlântico Negro (Denise CARRASCOSA, 2017, p.21).

Uma história que não caiu no esquecimento, mesmo diante das várias tentativas de apagamento e ataques, é também marcada por encontros como nos chamou atenção a liderança indígena Sônia Guajajara, na Conferência sobre o Brasil na Brown University (EUA), realizada em maio de 2019. Visto que os povos originários já estavam aqui e tinham uma forma de vida estabelecida, os que não foram exterminados receberam os povos africanos e conjuntamente construíram modos de vida pautados no respeito à ancestralidade, à mata, às águas, em conexão profunda com a natureza.

Sobre o tráfico negreiro, Luiz Vianna Filho denuncia os seus horrores:

Movimentando milhões de africanos de um lado para outro do atlântico, o tráfico negreiro tem seu maior aspecto de horror e infâmia na diáspora forçada de dezenas de povos de etnia negra. Mas, a questão histórica do tráfico negreiro não se esgota na sua fase mais conhecida. De fato, há muitos outros aspectos, cada qual mais complexo e múltiplo. É assim que se deve considerar a questão da transferência forçada de milhões de africanos para as Américas, como consequência que essa sangria demográfica produziu na África (Luiz Viana FILHO, 2008, p. 60).

Referente a essa temática, Marizelha Lopes, pescadora de Ilha de Maré na Bahia, uma das mais importantes lideranças do MPP, lembra constantemente que quando fomos trazidos a força para esse país, ao conquistarmos com luta e resistência nossa libertação, os espaços que nos sobraram foram as beiras de praias e dos rios. Ocupamos esses espaços e nos aquilombamos nestes territórios, criando e recriando os nossos modos de vida frente às inúmeras violências da escravização e aos impactos da viagem transatlântica. “Nada nos foi dado de graça, não fomos beneficiados por sesmarias, por capitânicas hereditárias, somos luta e

resistência”, diz a pescadora quilombola que tem se desafiado a entender de química e também a biologia marinha para qualificar o debate no enfrentamento às empresas que ameaçam a vida. Marizelha e Eliete Paraguassu, nos dizem ainda que em sua Ilha de Maré, elas tem nome, sobrenome, linhagem e território, na capital é só mais uma.

Em oficina realizada com mais de trinta pais de estudantes quilombolas para tratar aspectos da identidade quilombola e questões territoriais, Ulisses Souza Silva, irmão da professora Urania Silvia de Queiroz, (professora que ataca a identidade quilombola) pai da estudante que se afirma quilombola Michele Maria de Jesus Silva, que também é sobrinha neta de Rosalina da Raça de Filomena e acessou a Universidade Pública através políticas afirmativas, as casas da comunidade eram em estilo de ocas indígenas, redondas e de palhas, tapadas com barro. Até uns vinte anos atrás quase todas as construções eram feitas através de mutirões e as famílias eram solidárias umas com as outras na realização das tarefas.

A Rua do Fogo recebe esse nome porque que as casas eram de palhas e sempre que uma casa pegava fogo as outras também incendiavam, gerando um grande fogaréu na comunidade. Mas, por ser uma rua muito populosa e barulhenta, inclusive até início dos anos 2000, tinha nome de Rua da Ondina. O nome Ondina era uma classificação pejorativa, que buscava dizer “Rua dos Nicos”, barulhentos, uma espécie de macaco).

A Rua das Palmeiras, que já se chamou Rua do Beco, passou a chamar rua das Palmeiras depois que Ricardo Mansinho plantou, no terreno a frente de sua casa, uma palmeira que ficou muito bonita e vistosa. Esse terreno depois veio a ser habitado pela família de Valdete Macedo, nos conta Tia Índia, filha de Ricardo e avó da estudante Quilombola Claudiane Lima, que cursa Educação Física na UFBA por meio das políticas afirmativas.

Vale esclarecer que as informações que obtive de Meire Sales, Tia Índia ou Jovelita Lima, Dona Maria Acácio, minha mãe, não foram fruto de reuniões ou oficinas, foram repasses feitos nos costeiros de pesca e mariscagem. As parceiras de minha mãe e ela, são dessas mulheres completamente apaixonadas pela maré e pela tradição pesqueira. Mesmo aposentadas, estão sempre envolvidas com as diversas atividades da cadeia produtiva da pesca.

Suely Crispina Silva Santos – a mãe de André Luiz, nosso artista e estudante Quilombola que cursa Educação Física na UFRB e que além disso canta a tradição e a cultura da comunidade –, partilha um pouco da sua rotina de trabalho na infância, adolescência e juventude, ajudando sua família na roça, fazendo extrativismo de dendê na mata e além disso fazendo a coleta de mariscos especialmente no Cordeiros, importante costeiro de pesca e mariscagem.

José Carlos dos Santos, conhecido como Zezinho, pai de Ana Carolina, estudante quilombola que cursa Computação, lembra-se de seus pais José Lucio dos Santos e Antonieta Gonsalves dos Santos (Tieta e Zé Raio) e de toda experiência de vida no território: a relação com a mata pegando dendê para fazer azeite e especialmente a extração de caju para doce. Os doces de sua mãe Antonieta, eram famosíssimos pelo sabor e textura.

Nossa territorialidade é pautada pelo o trajeto/rota transatlântico de uma diáspora África-Brasil e Brasil-Brasil, que também nos possibilitou grande conhecimento do mar e que garante especificidades ao nosso modo de vida. Assim nos explica Terezinha:

Muitas famílias chegaram para morar e plantar aqui quando éramos jovens, pessoas vindas aí de cima, das comunidades de Maragogipe. Eu não me lembro de todo mundo, mas a família de Mané do Fato veio, o pessoal de Dividi e também o homem que matou sua Tia bisavó Sabina (Terezinha JESUS2018).

Adeildo Manoel, para falar do território, faz uma viagem pelo Olho de Vidro, Mata Nova, Enseada. Fala das festas populares e religiosas, das extrações de palhas, da confecção de esteiras, vassouras, então eu pergunto a ele sobre as famílias de Dona Nilda, a mãe de Carminha, o pessoal de Leonardo, e ele me diz:

Esse pessoal trabalhou muito por aqui, tive muitas roças e sempre viveu bem, mas é gente vinda de fora. Acho que porque aqui tinha mais local para plantar e era mais perto de Itaparica e Salvador para vender. Leonardo foi muito meu amigo, fizemos um pacto que quem morresse primeiro, avisaria ao outro como é do outro lado (Adeildo Manoel do SACRAMENTO, 2018).

Além das pessoas que plantavam e pescavam/pescam para manter a comunidade e os municípios vizinhos, tinham aquelas famílias que possuíam Saveiros e outras embarcações fazendo transportes: “Aqui tinha muitos mestres Saveristas, donos de saveiros como Liberato, Maroto, Milinho. Seu tio Pirambu trabalhou muitos anos para Liberato e sua família, era um grande conhecedor do mar, hoje um saudoso homem do mar, fala muito de suas lembranças” (Maria Jose CONCEIÇÃO, 2018).

As embarcações marítimas no Recôncavo e em Conceição sempre tiveram grande importância. Especialmente quando não se tinha transportes terrestres, todo transporte de pessoas e produtos eram feitos pelas águas. Na luta pela independência da Bahia essas embarcações e os homens das águas também cumpriram importante papel.

Marujos, capitães e donos de barco se encontravam com estivadores e carregadores, com pequenos e grandes comerciantes, no celeiro público à beira da Baía em Salvador. Até 1785, a maioria das embarcações que transportavam farinha de mandioca, encorava na Baía perto da Praia. Ali a farinha era vendida para os que se aproximavam em barcos (Richard GRAHAM, 2013, p. 147-148).

Já pesquei em Itaparica, em Madre de Deus, em Candeias, na Ilha do Medo e em vários outros lugares. Toda tribulação saía daqui, remava por horas e, chegando ao costeiro com o rancho para passar a semana, a gente arrumava o local para dormir nos intervalos das pescarias. Em todo porto de pesca, fazíamos amizade (Antônio do Rosário BARBOSA 2018)

Ainda hoje, pescadoras e pescadores, canoeiros da comunidade de Conceição de Salinas circulam pelas diversas comunidades do recôncavo e Salvador, Madre de Deus, Baía de Todos os Santos, Rio Paraguaçu. Circulam pelas diversas comunidades realizando atividade da pesca, trocas, vendas dos produtos, participam também de eventos e fortalecendo os laços de amizade e solidariedade.

O irmão de Cachedo, batizou nossa tripulação de a creche. Quando a gente chegava em Itaparica com meu pai (eu, Del, Firo era a sua tripulação), no mercado de peixe, as mulheres que vendia mingau e Cacheado, o amigo para quem vendíamos os pescados, tinha muita preocupação com a gente, não era assim Del? (Adenilson Manoel do SACRAMENTO, 2019).

Marinheiros e mestres desfrutavam de uma mobilidade geográfica necessária, o que significava que pessoas de cor cruzavam o Recôncavo, subiam e desciam pela costa baiana, encontrando, por onde andavam escravos confinados na terra firme, outros negros e mulatos, brancos, pobres e proprietários de barcos de melhor condição. Em suas conversas, reforçavam o que tinham de comum, relatavam experiências, questionavam suas próprias opiniões arraigadas, trocavam ideias e partilhavam conhecimentos. E, marinheiros que eram, espalhavam notícias (Richard GRANHA, 2013, p. 143).

A população das águas, expressa com alegria a sua relação de liberdade estabelecida com as águas e com o território pesqueiro e quilombola, Conceição de Salinas:

Depoimentos posteriores revelaram que barqueiros e mulçumanos se reuniam com outros da mesma religião para realizar refeições rituais em Salvador e que um barqueiro escravo participou de forma ativa da rebelião. Um africano forro que tinha um barco foi acusado, junto com a mulher, de participar do movimento porque a polícia encontrou em sua casa indícios de culto e escrito muçulmanos (Richard GRANHAM, 2013, p.145).

Perguntei a Maria de São Pedro, filha de Lurdes, tia-avó paterna que olhou por minha mãe, em quais lugares elas circulavam e quais eram seus territórios de vida e de trabalho. Ela, então, me respondeu:

Minha mãe, que você, seus irmãos e primos consideraram como avó, trabalhou muito, sem limite de lugar. Eu aprendi com ela, não teve local nessas redondezas que eu não fosse trabalhar para garantir o sustento. Trouxe mariscos do Madeiro, do Cordeiro, do Galvão, da Ponta do Mangue, Camburui, do Dourado, na cabeça, de canoa sem vento, no jegue. Sua tia está assim graças a muito trabalho. E Deus que lhe faça feliz minha filha (Maria de São Pedro - PEPEU, 2018).

Peço licença para dizer que, especialmente, essa benção é musica para meus ouvidos. Tia Pepeu, a prima de minha mãe, tem a benção mais bem botada que conheço. A territorialidade estabelecida nas águas, garantiu uma ampla circulação dos negros africanos, livres e libertos no passado e no presente. As embarcações e as mulheres e homens circulavam ainda que vigiadas e suas presenças eram determinantes de alguns processos estratégicos como a articulação de revoltas.

Embora cerca de cem embarcações oriundas dos Portos do recôncavo costumassem apontar em Salvador todas as semanas, a maioria vinha de poucos lugares. Podiam ser vigiadas. Os líderes patriotas sabiam que a persuasão seria insuficiente e puseram uma guarnição em Jaguaripe. “Dada a sua crucial importância, essa cidade demandava a maior segurança para privar de receber dali os socorros de farinha e [outro] viveres. Interromper o tráfico na Bahia eram para os insurgentes a chave do êxito”. Nas palavras de um oficial da marinha francesa que escreveu de Salvador em julho de 1822 (Richard GRAHAM, 2013, p. 224).

As embarcações que circulavam na Baía de Todos os Santos e no Recôncavo, também demarcavam uma territorialidade do povo negro que aqui habitava, pessoas que necessariamente não se mantinham fixas nos espaços de moradia, mas que circulavam. A construção da territorialidade se dá na construção e reconstrução de aprendizados e modos de vidas, na conciliação e no conflito, na luta e na resistência.

Conceição foi e é uma comunidade de grande importância, que tem como filhos pessoas influentes. Aspectos relacionados ao fator econômico da produção do sal, proporcionaram para Salinas Sede uma visibilidade maior, mas ela foi o último povoado a construir uma Igreja. Conceição, Porto da Telha, Dourado, Barra do Paraguaçu já tinham suas igrejas a mais de dois séculos, mas aspecto econômico superou e ao mesmo tempo fortaleceu o religioso. É sabido que em um determinado período da história, a importância das

localidades era medida pela presença ou não de uma igreja. A edificação da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas e de 1717 e caracteriza sua significativa importância.

Em 1876, por exemplo, a hoje sede do município, Salinas da Margarida, vista por este ângulo religioso/político, era um lugar sem qualquer preponderância na vida das comunidades próximas. Tanto é assim que não tinha em suas terras nenhuma Igreja, enquanto as demais áreas do território, como Barra do Paraguaçu, Conceição, Dourado e a Encarnação, já haviam elevado seus templos. A Margarida, como era chamada a localidade, era, em suma, um lugar sem nenhum valor, sem nenhuma importância.

Os documentos históricos, contudo, não revelam a significativa relevância da comunidade de Conceição. Mesmo os documentos da Igreja deixam lacunas no que tange a evidenciar o patrimônio histórico e cultural de nossa gente. Almir Oliveira (2000) afirma que Conceição, Encarnação, Barra do Paraguaçu, as comunidades vizinhas, tinham mais importância que a Ponta da Margarida (Salinas Sede) por terem edificações religiosas. Mas essa importância foi apagada pelo capital. Salinas, passou a ser a sede do município, com tensão e visibilidade, e as comunidades, povoados e distritos passaram a ser discriminados e receberem as sobras das políticas públicas. Hoje, de certa forma a consciência do poder do foto potencializa a luta por investimentos em políticas públicas.

Os serviços essenciais funcionavam na sede e para acessá-los era necessário fazer caminhadas pela pista e/ou banca ou ir de canoa. Os estudantes de Conceição eram chamados de xangozeiros, pessoas que trabalham com Xangô, pescado de baixo valor comercial. Muitas vezes apontados e reconhecidos por chegarem à festa calçados e logo estarem com os pés no chão, de fato essas são marcas do povo de Conceição.

Conceição, a terra de Nossa Senhora, teve sua história apagada das narrativas ditas oficiais, distanciada da história do Recôncavo, da Baía de Todos os Santos, das Ilhas e da Bahia, como se não fizesse parte desde território sua importância ficando a margem, o que torna mais necessário o exercício de visitar os porões de nossa história a fim de enfrentar uma ausência de informações sobre nosso território e reposicionar Conceição ao centro. Essa ausência impõe a responsabilidade de fazermos o enfrentamento para garantir visibilidade. Sueli Carneiro nos fala que para o ser se afirmar precisa construir o não ser (Sueli CARNEIRO, 2005). Conceição de Salinas, a terra de Nossa Senhora, tornou-se um não ser na história clássica.

Na ausência de maiores informações em livros e documentos públicos, as remadas apontaram na direção de outros costeiros de conhecimentos que precisávamos aportar: as

importantes contribuições da oralidade, as histórias que os mais velhos ouviram dos seus pais e que nos repassaram.

Padre Edson Menezes, um filho da terra muito prestigioso, reitor da Basílica do Bonfim (íntimo de Nossa Senhora da Conceição, de São Roque e do Senhor do Bonfim), me transmitiu suas impressões sobre a ausência de informações específicas sobre a comunidade de Conceição. Segundo Edson, pelo fato da comunidade ser pequena no que tange ao número populacional e muito pobre no que diz respeito aos aspectos econômicos, não chamava atenção dos grupos e pessoas a fim de se interessarem a escrever sobre ela, seu povo e suas inúmeras riquezas.

Mas me chama atenção que muitas figuras importantes para o município, como o professor Guilardo Falcão de Campos, primeiro diretor do curso ginásial implementado em Salinas, bem como Permínio Ascânio de Souza Ferreira o quinto prefeito, filho de Letâncio Arcilino Ferreira, moravam em Conceição e, ainda assim, não construíram uma narrativa de valorização de seu lugar de habitação e vida, de modo a deixar registros relevantes na literatura oficial. Recai sobre nós a responsabilidade de fazer justiça epistêmica e já começamos a fazer.

Conceição é mãe de grandes mulheres como as centenas de pescadoras e marisqueiras. Faço um destaque especial para Laurinha e Safira que se mantem na atividade pesqueira com mais de 80 anos numa relação de amor ao território e expressão de vitalidade. Nossas mais velhas que diariamente fazem luta e impulsiona os fazeres e saberes e sabores, inclusive, movimentando a economia. Conceição é terra da jovem Advogada Flavia Brito (particularmente alguém que tenho orgulho); e para homens Bispo Josefa, seu irmão Padre Edson além e o Padre Álvaro.

O Território Pesqueiro e Quilombola Conceição de Salinas é a comunidade com maior expressão pesqueira do município, conforme numero de embarcações, quantidade e diversidade de pescados que diariamente chegam aos portos (Coroa do Garro, Praia Grande, Porta do Bar, Casa do Pescador, Tentem e Gravatá), talvez de todo recôncavo e Baía de Todos os Santos se analisarmos o percentual de pessoas que efetivamente realizam as atividades da cadeia da pesca. Ganhadeiras, veranistas, atravessadores das comunidades vizinhas e do entorno, vêm comprar pescados em Conceição, sabem que a produção é farta e diversa.

O povo de Conceição é hospitaleiro e acolhedor por natureza, devotos de Nossa Senhora da Conceição e São Roque e além da Penitência, que é uma festa tradicional de grande relevância na região, o povo lhe agradece em romarias pelas graças recebidas. Quem vive do mar, sabe a importância de cultuar Iemanjá e anualmente um grande presente é

organizado pelos pescadores, com destaque para Bonfim, filho de Dona Aurita também da raça de Filomena e de Epifânio. O presente que mobiliza várias embarcações sai da Casa do Pescador em direção a canal em agradecimento a rainha do mar.

A culinária é rica, a comunidade, oferece aos seus visitantes o melhor dos frutos da terra e das águas. Mas, não temos um espaço cultural de referência onde o culinária e o artesanato sejam apresentados. As cozinhas das casas, os fundos dos quintais e os roçados, além de serem locais de trabalho, de encontros e celebração, também são espaços de exposição das diversas riquezas locais.

O turismo na comunidade é familiar e/ou indenitário, pois são os filhos dos filhos da terra que movimentam o turismo e eles são alojados nas casas dos parentes ou em suas próprias casas chamadas casas de veraneios . Dialogando com Dona Noêmia, mulher de 86 anos, moradora da rua do fogo, ela descreve com muita beleza, as riquezas de nosso território, especialmente vivenciada em sua juventude.

Saudades dos bailes, dos cordões de reis, do carrossel de Agnelo, da forma diferenciada que acontecia a Penitência de São Roque com participação de gente desses lugar todo, roupas lavadas e pés no chão, a gente com a tarefa de receber e alimentar a todos que chegavam; o cinema, a casa de Show do pai de Badego, a chegada, a Romaria de São Roque e todo rito em torno dos festejos a Nossa Senhora da Conceição (Noêmia CARVALHO, 2018).

Dona Noêmia, falou do seu grande companheiro, de sua mãe que tinha mãos precisas na arte de tecer com birros, Dona Tidinha, que beneficiou siri até seus últimos dias. Além dos bordados e catados, fazia uma variedade de cocadas maravilhosas que, especialmente, as crianças apreciavam. Não posso deixar de dizer que, tal como os doces e as caldas de caju de Tieta, tive a alegria de experimentar das cocadas de dona Tidinha.

Tia Terezinha de Jesus, com uma memória fantástica, fala das relações afetivas, de respeito e cuidado. Dos elementos que levaram muitas pessoas da sua geração a saírem para salvador e outros estados do Brasil como o Rio de Janeiro, mas faz questão de evidenciar que essas pessoas não perderam a relação com a comunidade nem com o território. Mantém casa na comunidade, participam das atividades culturais e religiosas, passam férias e as principais datas comemorativas. Tia Tereza e Dona Noêmia são amigas de toda uma vida. É comum os filhos da terra que moram fora se visitarem e fortalecerem os laços de afetividade e amizade em outras territorialidades.

A festa de Nossa Senhora da Conceição é comemorada em janeiro para garantir a participação dos filhos da terra e dos filhos dos filhos da terra que

moram fora. Antes, quando a vida da pesca e da roça era mais difícil, algumas pessoas saíam a procura de recurso, mas todos os anos quando chega as férias vem para Conceição. Vem passar as férias e fica até o carnaval. Eu tenho casa em Salvador, mas essa é minha terra (Terezinha JESUS, 2018).

Fortalecendo o que nos diz Tia Terezinha de Jesus, sobre os filhos da terra também serem da terra, o professor José Américo C. Carvalho, neto de Belazinha devota de Santa Bárbara, nos fala sobre o (re)encontro com sua da identidade de pessoa da terra comprometida e conseqüentemente do (re)encontro com sua gente, partilhando de suas memórias e da herança ancestral:

Apresentar as águas sagradas de Conceição de Salinas me parece tão fácil... neto desta terra, sublime terra, de farta maré, com um senhor manguezal de uma fé inabalável e um sincretismo que torna-se aprendizado. A mistura do sagrado e do profano se encontram comigo aqui.

Cheguei criança a esse encanto, sendo sempre um visitante puro, com um olhar singular, mas a vida nos leva a mariscar ideias, apropriar-se desta terra, envolver-se com esse povo, também meu povo. Querida Belazinha, vovó querida, que espera os netos na época das férias com mangas carlotinhas, peixes fritos e moquecas... muita gente fora apresentada a esta terra ou melhor terra.

Conceição, Nossa Senhora, Salinas da gente, das gentes (Bruna, Teófilo, Valdomiro e tantos outros...). Firmei nesta terra com meu pai, filho nato de Conceição de Salinas, das lembranças plurais, dos geladinhos, da cocada de Caló, do armazém de Nozinho, da tia Moreninha (a Baiana) e de tantas outras trazidas quando deixei o olhar do menino veranista para o adulto da terra, pois passei a compreender as minhas sanguíneas relações da herança trazida e deixada em num e nos demais que agregam essas histórias, essas histórias. Mais do que compreender é interpretar essa relação e viver um pertencimento de valores que, com certeza, foram encontrados aqui.

Aqui porque escrevo daqui, desse lugar, dessa memória que marca também minha identidade. A vovó Belazinha aqui citada ensinou não só a mim, a importância da partilha que a partir da crença serve a todos, cantos, encantados e contados, muitas vezes vividos. Um caruru servido no roncar da trovoadas e relampejos dos raios anunciavam dezembro e ela estava pronta a gritar “Viva Santa Bárbara” e ao mesmo tempo a dizer eparrei Oyá! Salve Yansã, essa religiosidade deixada em nós, netos, filhos e bisnetos. Tudo era trazido pela tão conhecida Albatroz, que na minha lembrança só resta fotografia.

E por aí vou crescendo e entendendo o processo conjunto da identidade, das memórias e eternas heranças que na polissemia de viver chegam, permanecem. É preciso encontrar-me e ir para além avós: Vadu e Belazinha, esses que consagram a árvore genética e nos trazem o sentido de família, dos nossos e dos antepassados que por essas terras constituíram e plantaram sementes e fizeram germinar bons frutos na beleza de um povo salinense, em especial esse grande pedaço que chamamos Conceição.

O processo de relação com essa gente fora dito através de heranças aqui lembradas e (re)contadas nas falas das mais antigas, na experiência da oralidade que muitas vezes é deixada e não valorizada. Por esse caminho, eu, você... na construção efetiva das relações que ultrapassam os registros que

chamamos de “família de sangue” e como o importante deste caminho e caminhar, estar atentos aos movimentos vitais é desvendar amizades, lutas movimentos sociais, juntar-se, desenvolver projetos que alimentam a alma, fortalecem o espírito e agucem criticidade social, política, econômica e religiosa.

Chega assim um sinal vermelho ao mar e aquele menino com olhar exclusivo de veranista, passa a sinalizar a vontade, o sonho de poder pertencer a esta terra, seja no verão, no inverno, nas marés azuis, verdes e porque não nas vermelhas e negras também? Foi desse jeito manso e humilde que volto à minha gente, vou no túnel e na minha bagagem trago pessoas aguerridas, solidárias, que encantam-se não só com as belezas naturais, mas com a diversidade cultural passando o olhar também como eu para o jeito social de organização de uma comunidade, do povo que se desorganiza na travessia do mar e se organiza na solidariedade e na partilha da maré.

A força e o poder estão no povo e desse povo a gente se alimenta, do vitaminar-se e acordar para a mão e mãos que unem a mandioca, contribui e faz sempre acordar esse chão (CARVALHO, 2012).

Mas, diferente de Américo, de Miraldo, de Zecolino, Heloiza, Marina, Tia Tereza e muitos outros, alguns filhos dos filhos da terra nascem, crescem e permanecem com o olhar de veranistas, passam pela comunidade sem uma conexão com ela e os seus.

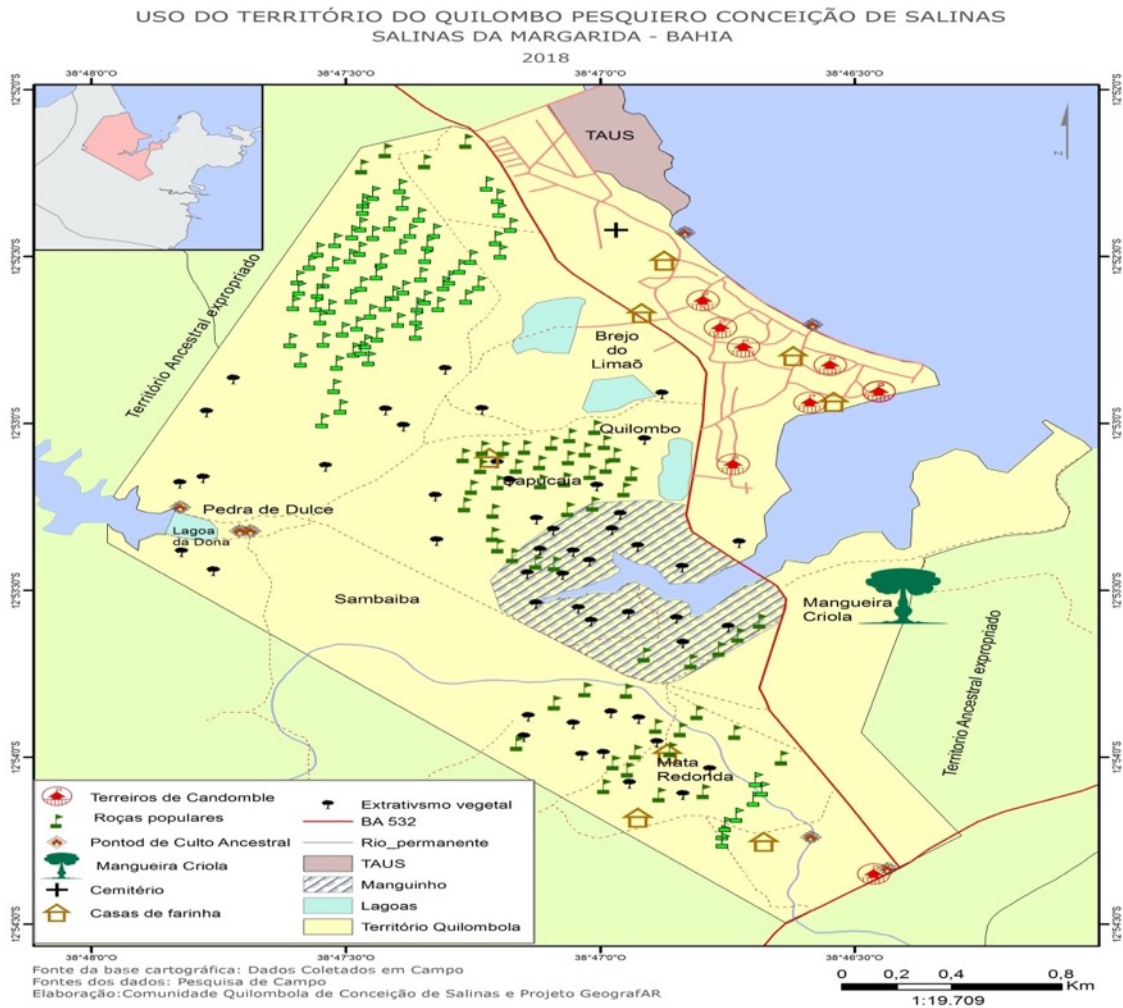
Em Conceição, além das relações de parceria e solidariedade, chama atenção os laços familiares e de parentescos que maioria das pessoas tem, umas com as outras. As famílias sanguíneas são extensas e ainda se abrem para acolher parentes mais distantes, os que nasceram e se criaram aqui, quase todos são parentes. São muitas(os) que fazem parte da raça de Filomena. Nesse sentido, a tentativa dos Advogados de Lucas Bahiana, dono do Parque das Margaridas, de atacar a identidade quilombola da comunidade afirmando que se trata de coisa de uma família (a família Conceição Sacramento da Raça de Filomena e Ricardo Mancinho), só colaboram para evidenciar os fortes laços de parentescos entre nossa gente. Pedir benção aos mais velhos é uma prática tradicional e comum.

Como é próprio de uma comunidade tradicional, os usos do território de terra e água são diversos. Na nossa experiência, pescadoras e pescadores não moram no rio e/ou no mar, nem vivem somente da captura de pescados, muito menos o peixe ou crustáceo é uma única espécie alvo da pescaria, como tentam nos impor os órgãos regulamentadores que constroem monoculturas no mundo da pesca artesanal e que não dialogam com quem efetivamente vive e conhece os territórios de pesqueiros.

Para explicar melhor os usos do território, usamos como suporte alguns mapas produzidos pela comunidade, em parceria com o GEOGRAFAR e o projeto da Cartografia Social. O primeiro mapa apresenta a localização do território. Para além dos espaços traçados em pontos e linhas de limites para o momento, existem territorialidades ancestrais que

deixamos de fora do mapa, como por exemplo, as proximidades do Olho de Vidro, a Mata da Cotia, a Mata Nova área que está sendo chamada de Sítio Negreiros, os outeiros onde pegamos lenhas e frutas e até Salinas Sede que deveria se chamar Salinas de Conceição (explico melhor na maré de lançamento). Isso se deu por diferentes razões: o difícil acesso a alguns locais; a perda de relação com alguns espaços que foram ocupados por pessoas de fora, que impedem nosso acesso; há também espaços que são de uso compartilhado, além de estrategicamente, querer evitar no momento desgastes com muitos conflitantes, tanto no território de terra como de água, a exemplo do rio Paraguaçu, as pedras do Maia, a Mata Nova, Olho de Vidro, o mar da Baía de Todos os Santos, dentre outros. Sendo esses espaços coletivos, não podemos indicar como nosso.

O território, conforme o mapa a baixo, tem diversos usos e, mesmo com os inúmeros ataques, garante quantidade e diversidade de produção e, portanto, segurança alimentar. Mas, nossa soberania está ameaçada. Temos dito que estando em nosso território não nos sentimos pessoas empobrecidas e só nos damos conta de nosso “empobrecimento” quando saímos do território e enfrentamos a lógica do capital.



Mapa 3 - Uso do território do Quilombo Pesqueiro Conceição de Salinas, produzido pela comunidade com apoio do Geografar, 2018.

Nossa convicção e empoderamento a partir da compreensão da importância da nossa produção, o fato de não baixarmos a cabeça e não nos sentirmos menor na condição de pescadoras, agricultoras quilombolas, inspirou grupos do centro a construir músicas para as jovens de Conceição que se afirmam na identidade, na prática da profissão da pesca, sem deixar as vaidades de mulher: “As meninas de Conceição, são metidas a ter dinheiro, mas para a festa de janeiro, se acabam no cordeiro” (autoria desconhecida). Somos orgulhosas de termos no mar e no mangue um grande supermercado e maior empregador, de termos nos costeiros de pesca uma grande universidade e de não nos sentirmos miseráveis (Grupo GAIVOTAS, 2011).

A pesca artesanal somada à agricultura de subsistência é nossa principal fonte de renda, símbolo da história e da tradição de nossa gente, somos os pescadores/as roceiros de Castellucci. Considerando o Brasil, temos uma tradição de centenas de anos e se

considerarmos o mundo nossa tradição pesqueira artesanal é milenar. Somos produtores de alimentos e responsáveis por cerca de 70% de todo pescado produzido no Brasil, conforme dados apresentados pelo MPP-Brasil no lançamento da Campanha Nacional de Regularização dos Territórios Pesqueiros em Brasília, 2012.

Nossa mata é Atlântica e Restinga, nelas é possível encontrar cajazeiras, cajueiros, jenipapeiros, mangueiras, mangabeiras, dendezeiros, que se constitui em importantes elementos do sustento, complementares aos produtos da pesca e da pequena agricultura. Intercalando as plantações típicas da mata, temos as pequenas roças das famílias, muitas violentamente expropriadas pelo capital.

Os terreiros e locais de cultos aos ancestrais estão espalhados por todo território, alguns locais estão envolvidos no segredo e por solicitação das mães espirituais não foram explicitados no mapa. Entre os depoimentos colhidos, alguns não estou autorizada a publicar, Cristiane Sodré, filha da Grande Guerreira Perolina Maria dos Santos, da raça de Filomena, partilha uma importante e reveladora história:

Quando Dona Rosa, que é de Oxumarê, entrou para Igreja dos crentes, Silvinha assumiu o presente dele, que era colocado entre a Barra e a Enseada. Só as mulheres tinham autorização para entrar na pedra, local impressionante muito bonito, tinha uma abertura na rocha e com mesas e cadeiras naturais dentro, mas era muito escuro. Saíamos de lá com os pés sujo de um betume. Quatro homens tinham autorização de nos acompanhar até metade do caminho. Um dia um deles descobriu o segredo e bebendo comentou. Então, os capangas da Fazenda passaram a nos seguir para descobrir de qual pedra saía aquele betume que parecia petróleo, grudava como petróleo. Ameaçaram explodir a pedra e a entidade solicitou que parássemos de colocar o presente ali. A pedra se fechou e o segredo foi guardado. Se eles exploraram petróleo foi a partir de outro ponto, eles não conseguiram destruir a morada dos Orixás (Cristiane SODRÉ, 2018).

O jovem filho de Xangô, Rafael Silva da Silva, nos conta um pouco de sua história e fala com preocupação sobre a expropriação dos lugares sagrados:

Tudo meu foi colocado ali, no rio e na mata que estão construindo esse Parque. Como vão fazer desmatamento e impedir o acesso ao rio? Minhas coisas estão naquele rio, minhas coisas estão naquele rio! O meu Orixá e de todo povo do meu Ilê nasceram nesses rios e matas! (Rafael, SILVA, 2018).

No conjunto geral da conversa, mesmo muito jovem, Rafael revela com consciência o papel da espiritualidade de fazer justiça. Tudo nos leva a crer que se a justiça humana não cumprir o seu papel, a justiça espiritual será feita. Xangô é o Senhor da Justiça e sem qualquer dúvida ele fará, a natureza será sua própria vingadora. Nossa territorialidade é orientada,

determinada e até restringida pela ancestralidade, pela espiritualidade e por fenômenos da natureza. A lei de terra, as questões materiais mais objetivas, não dão conta de abarcar a especificidade e grandiosidade deste processo como nos diz Adeilton Conceição:

Nosso território? Quem diz é o pescado e o tempo, se o peixe tiver cortando no rio, descemos e/ou subimos o rio, se chegar uma informação que ele está na Matarandiba vamos para lá, se disserem que está na Bombassa esse será o nosso lugar. Se o vento sopra favorável subimos e descemos essa e outras Baias. Quem n orienta, é Deus, Nossa Senhora e as Águas! Agora não, que o camarão está vindo comer aqui no Porto, mas antes o local que menos pescava é onde morava (Adeilton CONCEICAO, 2018).

Sobre o rumo da vida, numa conversa banhada a cachaça, perguntei a meu pai se será possível uma mulher ter mandado construir a igreja:

Eu, minha filha, acredito primeiramente em Deus, acredito nas águas, acredito em Nossa Senhora da Conceição e nas mulheres. Nossa Senhora também é uma mulher, Conceição como vocês! A mulher faz tudo que quiser, até governou o Brasil (Adeildo, SACRAMENTO, 2018).

Meu Pai tem algumas pérolas, essa tem o objetivo de dizer que a versão para a história de Conceição a mulher preta de posses, tem muito sentido.

A igreja de nossa Senhora da Conceição, que dá nome à fazenda onde a comunidade se constituiu e à própria comunidade pesqueira e quilombola, é o mais importante patrimônio material (Américo NEVES 2009) é a construção mais antiga deste território tradicional. A edificação de Nossa Senhora da Conceição foi feita provavelmente por negras e negros (livres, libertos, foros ou escravizados) que já e constituía uma grande população no período, como aponta Vianna Filho:

O Padre Plácido Nunes, S.J., respondendo a uma proposta de Diego da Conceição, escreveria em 1738: “se nas cidades e nas Povoações como se não impedem e nem castigam os delitos (religiosos) nos negros que são hoje no Brasil muito mais em número que os Índios e por essa razão muito mais os delitos de feitiçaria, malefícios, calundus, danças em praças publicas da cidade”. Provavelmente o pernicioso “Reynaldo dos Negros” de que nos fala a carta do Conde de Sabugosa em 14 de abril de 1729 (Luiz Vianna FILHO, 2008, p. 86).

Na história de territorialização da comunidade, há uma lacuna entre o ano de 1717 e 1800, referente à chegada de Conceição, mulher, negra, de posses na Comunidade, a construção da Igreja, a história de sua mandatária e os elementos que apontam a presença das

primeiras famílias da comunidade. Pelas informações gerais, Veridiana Maria da Conceição, mãe de Filomena Maria da Conceição, seria a grande matriarca, uma das mulheres mais velhas da Comunidade (entre outras) que viveu por volta de 1820. Entretanto, Dona Ruth Carvalho da Silva Macedo, nascida em 24 de abril de 1938, filha de Maria José Carvalho da Silva, moradora antiga, nos conta que: “uma mulher negra, livre por possuir fortuna, mandou construir a igreja”. Sobre mulheres negras livres e libertas, Eliane Passos Oliveira (2010), diz:

As mulheres negras estavam concentradas, sobretudo, nas paróquias do Passo, Vitória e Conceição da Praia, onde serviam como domésticas. Mas sua presença também era significativa nas freguesias do Pila, Mares e Penha. A freguesia de Nossa Senhora do Pilar e Nossa Senhora da Conceição da Praia, ambos na Cidade Baixa, eram consideradas áreas essencialmente comerciais. Ali estava o porto de Salvador, recebendo e comercializando produtos de fora da província e do Recôncavo baiano. Nesse local encontravam-se dois grandes mercados, sendo o principal o de Santa Bárbara, onde trabalhavam negras vendendo diversos produtos, mas elas também comercializavam nas ruas e no cais frutas, verduras e, principalmente, comida pronta (Eliane, OLIVEIRA 2010).

Eliane nos traz outras informações que dialogam com aspectos apontados por Graham em sua tese sobre os modos de alimentar a cidade, das vendedoras de rua e a reforma liberal:

As mulheres libertas experimentavam uma situação no ganho diferente das escravas, pois no seu trabalho não interferiam os senhores e os produtos da venda lhes pertenciam totalmente. Apesar dessa diferença, desempenhavam a mesma função social que as escravas, circulando a vender produtos alimentícios e outros (2010).

Uma questão curiosa que me ajuda a tecer peças para a rede que estamos costurando, é o fato de a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, em Salvador, ser apontada como local de circulação das negras ganhadeiras libertas. Ainda que o estudo de Passos Oliveira se refira ao século XIX e o relato de Dona Ruth, baseado em suas memórias das histórias ouvidas de sua mãe, sobre o século XVIII, não me parece uma mera coincidência que a rota das negras libertas, referida por ambas, tenha sido a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Da mesma forma, não me parece coincidência que a negra liberta de posses que chega ao território, tenha mandado construir uma Igreja em homenagem a Nossa Senhora da Conceição e que, diversas mulheres pescadoras de Conceição, tenham habilidades com o serviço de ganho. Antes de chegar a nossa comunidade/povoado na província do Recôncavo, teria a

Conceição mulher, morado em Salvador, pelas bandas da Conceição da Praia? Sua fortuna teria sido constituída a partir do serviço de ganho na relação Salvador-Recôncavo?

De certa forma, como dizem os mais velhos, estou colocando o carro na frente dos bois, sem apresentar na sua totalidade o conteúdo do diálogo estabelecido com dona Ruth, estou provocando reflexões e construindo questionamentos. Postura própria de uma mulher pescadora liberta, que tem dificuldades de seguir padrões e obedecer aos formatos. São muitas idas e vindas, ondas que vão e vem logo apresentarei a tese da nossa mais velha em diálogo com outras.

Por volta de 1800, um viajante observou uma vendedora, negra, de fora, que tinham jóias e saias luxuosas, a exemplo de Rosa Maria da Conceição:

Também vendedora ambulante, Rosa Maria da Conceição, mulher analfabeta da África Ocidental, comprou sua própria liberdade e tirou licença para vender em 1819. Ela relacionou não só uma, mas quatro casas, no testamento que fez (Richard GRAHAM, 2013, p.79).

No início de 1800, com base nos estudos de Graham, localizo uma Maria da Conceição na Baía de Todos os Santos, mulher negra, de posses, analfabeta, que comprou sua alforria e constituiu patrimônio. Mas, ela não foi a única, outras mulheres ganhadeiras tomaram nas mãos o destino de suas vidas e construíram história. Por volta de 1864, localizo uma parda de nome Eufêmia Maria da Conceição, ainda vivendo em situação de escravização que foi comprada para atuar como ama de órfãos e depois libertada. Segundo Graham, Eufêmia Maria da Conceição foi mãe de leite até a época do casamento dos filhos que lhe foram entregues para cuidados (Richard GRAHAM, 2013, p. 199).

Apesar de já termos partilhado alguns dados e narrativas que nos ajudam a compreender a história da comunidade, o momento atual de ataques que potencializa a luta e a resistência, também nos impõe a necessidade de apresentar uma fundamentação mais ampla. Nesse sentido, é importante mencionar que a partir de 2007, por meio do projeto Resignificando Salinas, tocado por jovens lideranças do município (Andréa Rocha, Azezildo Fernandes, Elionice Sacramento, Hugo Caetano, João Cláudio, Silvania Mendes, Valdinei Reis, com apoio de fotógrafo Uendel Galter), muitos diálogos foram feitos com as/os mais velhas/os para embasar a escrita do livro *Salinas, o mar, a lama e a vida* (2010). Através destes diálogos foi possível acessar as memórias daquelas/es que são os guardiões de nossa história coletiva.

Das histórias que ouvimos, muitos elementos confluíram com a pesquisa de agora. Entretanto, surgiram elementos novos, os quais uso como base na fundamentação deste

trabalho, sem deixar de dialogar com os elementos que já estavam postos, sejam eles divergentes ou convergentes. O trabalho do Grupo Gaivota (2010), foi importantíssimo para minha pesquisa e também será para outros trabalhos, neste sentido vale reconhecer e registrar.

Recentemente e, como de costume, fui colocar em dia minha agenda de visitas às mais velhas da Comunidade. Saí da casa de mãe na Rua do Fogo/Ondina, entrei no Beco da Cajazeira, cumprimentando as pessoas sem parar. Meu primeiro ponto foi a casa de tia Maria, visitei Nice minha prima amada e segui para casa de Tia Pepeu que tem a bênção poderosa já mencionada. Abençoada por tia Pepeu fui ver Albertina que afirma orar por mim todos os dias, e sem qualquer pretensão de fazer pesquisa, segui para casa de dona Ruth. Em diálogo com Dona Ruth, ela me apresentou, mais uma vez, a versão para a história da Comunidade baseada no protagonismo de uma mulher negra, liberta e de posses, possivelmente uma mulher ganhadeira. Fui conversar com Dona Silvinha, mãe espiritual da Comunidade, das mais velha e mais respeitadas que também é irmã de Dona Ruth. Dona Silvinha confirmou a informação passada pela sua irmã, sobre a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e da sua mandatária Conceição. Na tarde do domingo que se comemorava o dia das mães, em 2017 dona Ruth tinha me contato pela primeira vez a versão da historia.

2.5. Protagonismo negro e feminino em Conceição

Eu, minha filha, acredito primeiramente em Deus, (não sou crente), acredito nas águas, na mãe das águas, acredito em Nossa Senhora da Conceição e nas mulheres. Nossa Senhora também é uma mulher, Conceição como vocês! Faça o favor, bote aí. Você esta escrevendo de verdade? Não fiquem falando bobagem que ninguém vai para o céu, a gente tem que lutar e fazer o bem aqui (Adeildo SACRAMENTO, 2018).

As palavras de meu pai se repetem de forma diferente mas com o mesmo sentido, revelando uma crença em Deus, nas águas (Iemanjá mulher), em Nossa Senhora (mulher) e nas mulheres. As perguntas de meu pai, também revelam uma dúvida, se suas palavras estão sendo efetivamente registradas.

Dona Ruth, com mais de 80 anos, nos conta que sua finada mãe Maria José Carvalho da Silva, conhecida como Ziza, ouviu de sua avó, que contava para suas filhas, que duas mulheres vieram de África para nossa região. Uma ficou em Conceição e a outra foi para o local onde se localiza Salinas Sedes (a Ponta da Margarida). A mulher que ficou em Conceição, negra de posses, tinha este nome e mandou erguer a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, sua padroeira. A outra mulher, que foi para o local onde estão localizadas as

Salinas, chamava-se Margarida e morou na Ponta da Margarida e deu nome a Salinas da Margarida. Esta versão sobre Margarida que dá nome a Salinas é classificada por Almir de Oliveira (2000) como História Romântica.

A versão da nossa história que coloca Conceição, uma mulher preta, livre e de posses como protagonista de nossa história é de extrema importância para o empoderamento de nossa gente. O que nos coloca diante do desafio de mariscar outras pistas, visando legitimar e dar visibilidade a essa narrativa. Tenho procurado nas diversas paróquias da região (Salinas, Pirajuaia, São Roque, Itaparica, Jaguaripe), documentos de batismos do referido período, mas não encontrei e sigo na busca. Assim, para além da pesquisa, como militante, junto a comunidade, seguirei nossa busca.

Essa narrativa evidencia elementos extremamente relevantes, que apresentam grande conexão com a história dita oficial assim como com os elementos da vida cotidiana da comunidade, que tem muitas mulheres pretas, donas de suas próprias vidas, pescadoras ganhadeiras, guerreiras por natureza como aponta Anderson Caldas em seu filme titulado *Marisqueiras Guerreiras*. Ainda assim, algumas perguntas permearam minhas buscas, visando garantir outras fundamentações a essa narrativa: o que teria levado uma mulher negra, vinda do continente africano a mandar construir uma igreja, também símbolo do poder colonizador? Era realmente possível ser uma mulher negra, livre e de posses nesse período histórico?

Outros autores como Robert Slenes (1999) já disseram que nas senzalas também havia uma flor e, que as relações familiares e afetivas eram estabelecidas, que os negros e as negras não foram pessoas passivas, mas que lutaram contra as injustiças e opressões de diversas formas. Vianna Filho e Richard Graham me ofereceram bons elementos para dialogar com as questões acima indicadas:

É, porém, sobretudo em torno do sincretismo religioso que podemos surpreender a larga influência banto, na Bahia, nesse século XVII. São dessa origem as festas religiosas que promoviam os negros baianos, nesta época. Mais apto a integração, o sincretismo religioso dos bantos logo se verificou no culto a São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, santos de sua preferência, na observação de quase todos os autores. Sobre a inovação desses Bantos funda-se a irmandade dos homens pretos, que tanto proliferaram na Bahia (Luiz Vianna FILHO, 2008 p. 81).

Nossa Senhora da Conceição pode não estar entre os Santos de preferência dos negros/as Bantos, mas há séculos vem sendo cultuada pela população de Conceição, na Bahia e Brasil a fora. Graham, por sua vez, aponta que como o costume de libertar os escravos era antigo, ao longo de dois séculos e meio, milhares de não brancos nasceram livres. Já em 1755 pessoas nascidas livres ou forras, representavam quase 24% da população de Salvador.

Considerando as relações de Salvador com o recôncavo, é possível sim que tenha havido negras libertas no recôncavo e nas Ilhas, antes mesmo de 1717. Ainda segundo Graham, certa mulher negra forra, de nome Rosa Maria da Conceição, que nasceu no final dos anos de 1700 e em 1804 era, junto com seu marido doente, donos do espantoso total de trinta escravos, além de vários imóveis (GRAHAM, 2013, p.79).

Não foi possível, no tempo da pesquisa, acessar documentos sobre Conceição, a mulher que nos enche de orgulho, referentes ao ano que chegou ao Brasil e onde foi batizada. Entretanto, vários elementos históricos fortalecem a nossa versão da história, tais como: por volta de 1757 cerca de 24% dos negros eram livres e libertos (GRAHAM, 2013); As mulheres representavam 80% da população que faziam a atividade de Ganho (Luiz Vianna FILHO 2008); Por volta de 1770, existiam negras libertas de posses (GRAHAM, 2013); A principal rota das mulheres ganhadeiras era a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Baía de Todos os Santos (Elivane Passos OLIVEIRA, 2010); As negras e negros do recôncavo e das Ilhas sempre circularam livremente por Salvador por vias marítimas abastecendo os celeiros e alimentando a cidade.

De fato, a historiografia aponta que entre os séculos XVII e XVIII muitas negras e negros já eram libertos na Bahia e no recôncavo. (Wellington CASTELLUCCI Junior, 2008) por exemplo, cita pescadores roceiros nos séculos XVIII e XIX, em Itaparica, como já mencionado.

Outro elemento importante em nossa argumentação é sobre a data de criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Pirajuaia. Existe uma lacuna no relatório do Vigário sobre a qual freguesia pertenceu a Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Ela não está relacionada entre as capelas filiais da freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus da Pirajuaia. Mas, tanto a comunidade, quanto o Padre Edson, filho ilustre da terra, responsável pela Igreja do Bonfim em Salvador, afirmam com muita convicção que em 2018 a Igreja completou 301 anos. Logo, ela foi criada em 1717.

É perfeitamente possível que a igreja de Nossa Senhora da Conceição, tenha sido construída por uma mulher africana e que ela não tenha sido mencionada pelo vigário como pertencente a determinada freguesia, porque de fato não pertencia a nenhuma freguesia religiosa da época, mas à própria Conceição. Pertencia às mulheres e homens negros que a construíram. Retomo o assunto da data da construção da igreja, para analisar a história a partir da tese apresentada por dona Rute Macedo, filha de Ziza.

Se a Igreja foi edificada no século XVIII, considerando o período e o sistema que determinava as relações da época, ela foi erguida por meio de trabalho escravo. E se a

edificação representava a importância da localidade, foi construída para atender aos interesses do grupo dominante, que era servido por outros grupos formados por mulheres e homens em situação de opressão e vulnerabilidade. Essas teorias caem por terra diante dos elementos apresentados por nossa mais velha e confirmado por sua irmã Silvina. Uma exceção à regra, uma história de superação fundamentada na luta histórica das mulheres. Conceição Evaristo diz que as mulheres negras precisam explicar por que só a tornaram conhecida aos 71 anos (Conceição EVARISTO, 2017). E a nossa Conceição, o que diria à sociedade salinense, baiana e brasileira sobre o apagamento que lhe foi imposto por três séculos?

O protagonismo das mulheres, negras, das pescadoras ganhadeiras reverbera fortemente na comunidade até os dias de hoje. Em Conceição, nós, as mulheres pescadoras, fazemos questão de dizer que não somos miseráveis, temos orgulho de afirmar que as conquistas que tivemos foram fruto de um processo de luta no mangue, na maré, na mata, no extrativismo e na venda dos diversos frutos da terra e das águas.

Se o processo escravocrata foi determinado por conciliações e conflitos como aponta João José Reis (1989) e outras literaturas importantes, Conceição teria se estabelecido no território há mais de três séculos e se utilizado do recurso popularmente conhecido como bater e assoprar? As relações certamente foram marcadas por elementos diferentes da hegemônica visão subalternizada sobre o Povo Negro.

O diferencial aqui colocado muito me anima, e anima igualmente o coletivo de mulheres com quem tenho dialogado. Também confere mais sentido à luta em defesa da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e do Território, herança de nossa gente como nos aponta o senhor Américo das Neves em entrevista ao Grupo Gaivotas.

Existe uma luta na comunidade para não deixar a morada Sagrada de Nossa Senhora cair. Essa luta tem sido especialmente protagonizada por mulheres como Dona Vené, Lizinha, Iva, Olga, Lucineia, Maria, Dourinha e tantas outras. Essa luta tem muitos sentidos e nós devemos apoiá-la, visto que não estamos falando de uma mera construção. Além de se tratar da morada de Nossa Senhora, trata-se, também, de valorizar a luta de Conceição e da necessidade de preservar a memória ancestral e imaterial da nossa gente. Estamos aqui falando de um local que certamente foi construído para recepcionar as manifestações de fé sincrética e/ou as formas de dissimulação da fé do Povo Negro que há mais de 300 anos fazem pulsar a vida neste território sagrado.

Como vimos, as relações eram escravocratas na época, mas seguindo as pitas da narrativa de Dona Ruth, é possível que os grupos negros que construíram a igreja já haviam conquistado sua liberdade. Seja por fuga, ou através da compra da liberdade sonhada. Eles

também poderiam pertencer a uma das confrarias do recôncavo. As confrarias eram formas de organizações presentes no Brasil escravocrata e serviam como estratégias para que negros e negras pudessem se organizar e se articular em função de uma causa que seria assumida de forma coletiva, tendo a bênção da igreja (só para lembrar).

Quanta irreverencia desse grupo de mulheres e homens negros. Seria Conceição da raça de Filomena ou Filomena da raça de Conceição? É muita transgressão, construir uma igreja que na época era símbolo de importância e poder às suas próprias custas! À revelia do poder da própria igreja e dos senhores de escravos. Conceição era de fato uma mulher de muita coragem, cuja história deveria ser apagada e silenciada. Se hoje nós as mulheres negras somos atacadas, imagine uma mulher a frente de seu tempo, em outras épocas. As versões oficiais da história de modo nenhum iriam mencionar a atitude transgressora desta mulher preta. Conceição existe e continua vivendo em e entre nós, seja como Igreja, Centro Comunitário, Comunidade, Fazenda, Quilombo, Escola, nome e sobre nome de muitas de nós.

As poucas informações oficiais sobre a Igreja de Nossa Senhora só fortalecem a perspectiva apresentada por Dona Ruth, conferindo-lhe legitimidade sem que haja qualquer tentativa de legação das outras perspectivas que já existem ou sejam construídas. Contudo, penso que algumas questões estão por serem respondidas. De forma generosa, comprometida com o repasse do conhecimento, enfrentando um temporal que caiu sobre a Bahia e Sergipe no mês de julho, Almir Oliveira e sua esposa, vieram à Salinas para contribuir comigo nos ajustes finais do capítulo sobre Conceição. Me receberam em sua casa e lhes fiz perguntas sobre o pequeno espaço dedicado a Igreja de Nossa Senhora e sobre Conceição em seu livro *Salinas da Margarida Notícias Históricas*, Oliveira então me respondeu:

Tudo que coloquei aqui veio de fontes bastante seguras, o que eu não consegui referência, preferi não colocar. Das muitas pesquisas que fiz, pouca informação encontrei sobre Conceição e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Almir Oliveira, 2019).

Vale lembrar que o recôncavo sustentou e abasteceu Salvador. Existia uma grande circulação de negras livres, libertas ou ganhadeiras entre o Recôncavo e Salvador, entre os séculos XVIII, XIX e XX. As relações se mantem nos dias de hoje. Me chamava a atenção que Almir e Oliveira, importante pesquisador, comprometido com a luta de nossa gente, e que fez um importante estudo sobre Salinas e sua história e, conseqüentemente, sobre os povoados que compõem o Município de Salinas da Margarida, tenha oferecido à Conceição uma

abordagem meramente constatadora da sua existência como povoado, assim como da existência da igreja.

Conversar com o escritor me fez entender que ele encontrou dificuldades semelhantes as minhas. A Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais e Quilombolas de Conceição tem empenhado esforços para construir um diagnóstico sobre o território, inclusive com o perfil das famílias e, para isso, tem buscado informações junto às secretarias de educação, assistência social e saúde. Todas as tentativas foram, contudo, infrutíferas. Até o Ministério Público foi acionado para solicitar garantir o acesso às informações. Os ofícios protocolados, que me foram apresentados pelos coordenadores André Luiz e Danilo Sobre, não foram respondidos, o que revela o completo descaso com a comunidade. Almir Oliveira me revelou também que até a câmara de vereadores, casa do povo, se negou a lhe disponibilizar informações sobre Salinas. Segundo Almir Salinas foi o local onde menos informações sobre ela mesma foi possível mobilizar. De fato quando solicitamos alguma informação, muitas vezes são colocadas exigências que não fazem sentido.

No que tange a Margarida a mulher da Ponta que dá nome a Salinas, também, eu defendo a versão da história protagonizada pela mulher. Não estou aqui querendo provar verdades e mentiras, repito, estou trabalhando com histórias de origem, e as memórias das mais velhas são meu ponto de partida/continuidade, minha maré de lançamento. Por essa razão, não posso deixar de mencionar o que nos revelou o senhor Américo das Neves em vida. As partilhas com ele se deram no período das pesquisas realizadas pelo Grupo Gaivotas, para a construção do livro sobre Salinas, anteriormente mencionado:

Sobre a história deste lugar, o senhor Américo das Neves, e outros mais velhos, nos dão algumas pistas: o proprietário de uma fazenda era um fiel devoto de Nossa Senhora da Conceição e construiu uma igreja batizada com o nome de sua senhora, o qual também dá nome à fazenda e para às pessoas da comunidade, negras e negros escravizados (GAIVOTAS, 2011).

A partir do que nos contou o senhor Américo, um homem certamente branco, proprietário da Fazenda e devoto de Nossa Senhora da Conceição, mandou construir a igreja em homenagem a ela. Ainda segundo seu relato, os negros e as negras foram levados a receber nossa senhora como sua padroeira, porém, na relação sincrética, a padroeira também era, e é, cultuada como Iemanjá, Oxum, Iara, deusas das águas doces e salgadas. Os relatos apontam que os festejos a Nossa Senhora foram colocados em janeiro para garantir a participação dos filhos da comunidade que moram fora, mas também possibilitou uma

aproximação com a Festa de Iemanjá a fim de fortalecer a relação sincrética entre o catolicismo e outras religiões de matriz africana.

São apresentadas aqui histórias contadas a partir de duas perspectivas, uma sobre a vivência masculina, e suas memórias, e outras sobre a vivência feminina, e suas memórias. Ambas do povo preto. É importante lembrar que o patriarcado e a branquitude estão incutidas na sociedade brasileira de forma profunda e que é muito difícil evidenciar mulheres, negras, como sujeitas com papel e importância.

Sobre o século XX, contam-nos também os mais velhos que, além dessas negras e negros que aqui já estavam habitando em casas espaçadas nas ruas da Praia, da Praia Grande de Cima e de Baixo e Rua do Fogo, duas famílias de negras/os libertas/os vieram trabalhar na área, em uma olaria de produção de telhas e tijolos. Sob a promessa de receber um pedaço de terra para viver, essas famílias povoaram esse território marcando as diásporas internas, construindo modos de vida e cultura influenciadas pelas práticas do povo indígena Tupinambá que habitaram a região no passado.

O Sr. Gregório, filho de Algimiro, importante mateiro que há mais de 60 anos mora e trabalha no território da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, tendo roças produtivas na Mata Redonda e na Banca, além de casa de Farinha, nos conta que ao chegar à região, plantando próximo à Banca, encontrou vestígios dessa olaria que ficava no Gravatá, próximo ao local onde morou a senhora Cecília, mãe de Miconga e Mucinho (GREGÓRIO, 2018).

As negras e os negros receberam terras no Gravatá, rua localizada em uma das ponta da comunidade, perto da Praia, situada próximo ao Porto das Canoas de Travessia e do Costeiro da Camboa. Anos antes, só três ou quatro ruas faziam parte do povoado composto por casas espaçadas de palha, barro e/ou tijolinhos, mas tanto para manter suas roças como para fazer extrativismo, a comunidade já se espalhava pela Mata Redonda, Simbaíba, Manguinho, Mangueira Criola, Pantaleão, Outeiros, Ilhotas, Fundo do Rio da Igreja e Caminhos da Enseada, Mata da Cotias, Pedrinhas, Olho de Vidro, Mata Nova, Mata, Camburui, Araçá entre outras territorialidades presente em Conceição.

Tal como no episódio do desmatamento dos manguezais do Gravatá, relatado pelo seu Américo das Neves, em empreendimentos posteriores, nossa gente, envolvida pelo discurso desenvolvimentista, foi “usada” para realizar trabalho semelhante, braçal e mal remunerado. São projetos que além de conflitarem com a defesa de nosso território, e de impactarem o ambiente, também destroem nosso modo de vida e tradição.

Seu Gregório e sua família, em uma das farinhadas em sua roça, também nos passou informações sobre a Casa de Farinha que a Família de Mané do Fato, avô de Jean Amparo, estudante quilombola no curso de Engenharia da UFBA, mantinha na parte da comunidade chamada Simbaíba, próximo ao Maguinho, a Mata Redonda e a Pedrinhas. A família de Mané do Fato e outras, em final dos anos 1980 e início dos anos de 1990, aproximadamente, foram expulsas da área para dar lugar à produção de azeite e fortalecer os negócios do capital. Em diálogo com as mais velhas, elas não lembraram com precisão se a fábrica de fato era de propriedade da Companhia Salinas, ou da Companhia Salinas Agropecuária. Algumas pessoas afirmam se tratar de uma mesma empresa.

Rosana Costa Gomes (2009) aponta que as mulheres trabalhavam tanto internamente na produção do azeite na fábrica como na cata do dendê na mata. As mulheres que realizavam serviços eram mal remuneradas, desrespeitadas e humilhadas. O relato das que trabalharam na Santa Barbara, fazendo beneficiamento de pescados, e das que trabalharam mais recentemente no plantio de dendê, a Palma Africana, são semelhantes e narram situações de assédio.

No que tange ao nosso modo de vida, o senhor Joel Teixeira morador da comunidade, de 84 anos, filho de coração de Totonha Cajoeiro, nos fala que a comunidade continua igual como era em sua juventude. As relações de trabalho, atividades produtivas, relações de confiança, amizade, solidariedade e partilha são marcas presentes na população há gerações. A pesca continua sendo a principal atividade econômica e as pessoas se importam umas com as outras. Tudo isso significa dizer que as mudanças urbanísticas pautadas e implementadas pela administração pública, que tem a construção civil como seus principais negócios nos atravessaram, mas não foram capazes de apagar nossa identidade. André Luiz Souza (2018), neto de Dona Zinha, nosso jovem pescador quilombola, músico poeta, descreve em seus raps (uma literatura considerada marginal) nossa comunidade e nosso modo de vida:

LAR, DOCE LAR!

Sou Quilombo Conceição! Do Rio dos Homens, Lagoa das Donas, Rio da Mata Redonda, cheio de mato ao redor, não tem onda no mar que nos ronda, "ó que onda!"
Dois do dois tem presente para iemanjá, quando chega o pirão, "vou manjá", "cê não manja" de como "manejá" a corda do Bordejo, "nós manja!"
Somos povos das águas, tipo, Filhos do mar! Quando chego da lida, vou logo, Mãe Zéu, te incomodo? Não! Me Reza? Nossa crença reforça, nos dá força, que nos leva e trás. Nossa força que faz com que os filhos se esforcem e se tornem mais.
Mas retornem para o "Lar doce lar" o Paraíso que eu preciso, quando eu sigo pela rua, reconheço todo mundo tipo sílabas, fácil se lembrar, "cê" não se lembra? Nós brincava na lama, mãe gritando: filho, se lavar! Que nós vai acompanhar São Roque, depois vai caminhar na roça. Tipo Roque Vaqueiro, nós acorda cedo no "Lar Doce Lar."
E que a tristeza não nos faça chorar! Não há nada que nós peça que não chegue não! Eu peço as águas que nos lave e que leve a mágoa embora, enxugue as lágrimas dos nossos corações.

E que a tristeza não nos faça chorar! Não há nada que nós peça que não chegue não! Eu peço às águas que nos lave e que leve a mágoa embora, enxugue as lágrimas dos nossos corações. Meu Quilombo Conceição, sente a pulsação, que esse coração é ancestralidade. Já dessa idade meus parentes eram escravizados, na cidade tínhamos prazo de validade.

Delimitaram nossas terras, pra nos fazer acreditar que somos nada! Pecado capital, em prol do capital, mandaram os capitães do mato pra causar o caos.

Destroem nossa plantação, quando vê desmatam nossas matas sem ter compaixão, querem nossas águas, dos rios que lavamos nossas fardas, lágrima escorre no rosto, vai ver, tem um pingo de nada!

Só queremos viver em paz, entende? Por nossos parentes que lutaram. Sempre, constantemente, somos alvos. Gente inocente, sente. Trezentos anos de correntes não foram suficientes não?

Me sento no cais, penso no caos que tá a vida e no casco de um barco uma pescadora "isca a isca". É lindo isso aqui! Viver nessa brisa me revitaliza, minha alma brilha e o corpo enche de vida aqui!

E que a tristeza não nos faça chorar! Não há nada que nós peça que não chegue não! Eu peço as águas que nos lave e que leve a mágoa embora, enxugue as lágrimas dos nossos corações.

E que a tristeza não nos faça chorar! Não há nada que nós peça que não chegue não! Eu peço as águas que nos lave e que leve a mágoa embora, enxugue as lágrimas dos nossos corações.

III

MARÉ DE LANÇAMENTOS



Figura 6 - Pescadora Cândido de Conceição, emaralhada na rede mulher - banco de imagens do Grupo Gaiivota. Foto: Uendel Galter.

3.1 Águas de fevereiro e março: marés de luta contra a expropriação territorial e indenitária

Começo este lançamento afirmando que pescadoras(es) e quilombolas são povos e comunidades tradicionais que forjam seu modo de vida por meio de elementos específicos que os constituem. Referencio essa afirmação com as palavras de minha mãe que enchem de sentido a luta que faço junto com outras mulheres em defesa de nosso território e do nosso modo de vida.

Tenho 69 anos, eu nasci e me criei em um lugar sem limites e sem cercas, eu, e tantas meninas do meu tempo, catava tudo que desse no mato e não fosse venenoso. A gente saía daqui para Enseada, da Enseada até a Pirajuaia, meus filhos (vocês) tiveram um pouco desse privilégio, mas meus netos não estão tendo o privilégio sequer de catar caju e mangaba sem ser chamado de invasor de terra (Maria José, SACRAMENTO, 2018).

Minha escrita também se referencia no grito de guerra do nosso movimento: “No rio e no mar, pescadoras na luta. Nos açudes e barragens, pescando a liberdade. Hidro negócio, resistir. Cercas nas águas e na terra, derrubar!” Esse grito de guerra traduz a mudança de postura dos povos tradicionais (pescadores/as quilombolas e indígenas) no enfrentamento dos interesses do capital e em defesa do território:

Durante anos as comunidades tradicionais viveram na terra, sem a menor preocupação com a regulamentação destas posses, para transforma-las em propriedade. É justamente no embate contra as forças opressoras do capital que estas comunidades, se encontram e se organizam para reivindicar o direito de permanecerem nas terras que habitam a sua ancestralidade (Denilson ALCANTARA, 2011, p. 81).

A maré faz muitas retomadas, como os povos. Ela se deixa levar em formato de ondas e se investe de alguns processos de repetições para completar seus ciclos. Os ciclos das marés também se repetem. Eu, como uma mulher da maré, muitas vezes retomo alguns aspectos já abordados em outras marés de lançamento, e o faço para garantir que aqueles e aquelas que não fizeram ou não farão a leitura de todo texto, possam entrar em contato com alguns aspectos da problemática geral já mencionada, a fim de conhecer seu contexto.

Os elementos aqui retomados têm relação com o processo histórico da comunidade e seus rebatimentos nos corpos do território e no território dos corpos das mulheres e dos povos das águas, que experiência a vida na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas. Para tornar mais compreensível essa escrita terei que incorporar, mais uma vez, o

olhar para a Bahia, Baía de Todos os Santos, Ilha de Itaparica e Recôncavo, a fim de pensar a Comunidade que influencia meu coração e meus pensamentos.

Para falar das águas de fevereiro e março e dos conflitos territoriais e ambientais na Comunidade Conceição de Salinas, é importante lembrar que o município Salinas da Margarida não existia em 1500. Do mesmo modo, na condição de povoado/distrito, não pertencia a Ilha de Itaparica até final de 1800, à qual só passamos a pertencer em 1891. Portanto, é necessário acionar elementos históricos que dialogam com o início da colonização e com os marcadores de construção dos arredores da comunidade, da Baía de Todos os Santos e do Recôncavo de modo geral, já que nossas relações foram estabelecidas a partir destes lugares políticos e geográficos. Não podemos também perder de vista que o município de Jaguaripe e a Freguesia de Nossa Senhora de Madre de Deus da Pirajuaia, eram nossa principal referência até mil novecentos e pouco, como dizemos na comunidade na ausência de precisão.

Aciono elementos da cronologia salinense (Almir OLIVEIRA, 2000, p. 353-362) para situar os caminhos da expropriação, dos conflitos e o histórico de luta e resistência. Me apoio também na cadeia sucessória da Fazenda Conceição e da Fazenda Santa Luzia, notícias de jornais e outras fontes históricas, para construir a linha do tempo na rota da grilagem em nosso território e região.

Proponho uma viagem pela Bahia e pelo Brasil, embalada pelos ventos e pelo vai e vem das ondas da nossa história de luta e resistência. O pescador Edmundo Fernandes, conversando com os amigos, partilha suas experiências de pesca, muitas vezes impulsionadas por ventos que não dialogam com as marés. Ele nos diz que o vento contrário, não é inimigo nem impõe medo. Que diante dos ventos contrários, os homens das águas precisam apreender a navegar lado a lado com o vento.

Nas primeiras remadas, apresento questões mais gerais relacionadas ao início à colonização portuguesas, e na sequência, outros elementos da colonização e da resistência histórica de nossa gente: Em 1560, os padres da companhia de Jesus fundaram o primeiro estabelecimento na Ilha de Itaparica, a partir do qual inicia o processo de colonização de toda área; Em 1620 é erguida pelos abastados senhor de terra Baltazar Aranha, a Capela em louvor a Nossa Senhora da Encarnação – comunidade vizinha a nossa; Em 1717 é criada, pelo arcebispo Dom Sebastião Monteiro da Vide, a freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus da Pirajuaia com as seguintes capelas filiais: Nossa Senhora da Encarnação, Jesus Maria do Dourado, Nossa Senhora da Conceição do Porto da Telha, Nossa Senhora da Boa Esperança da Barra (Almir, OLIVEIRA, 2000).

Essas filiais da freguesia ficam a menos de 10 quilômetros de Conceição, todas vinculadas ao mesmo município, e só a igreja de Nossa Senhora da Conceição não foi citada na relação ainda que tenha sido edificada no mesmo período. Provavelmente, após 1717 e antes de 1755. Uma ausência de precisão sobre o período de construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição permeia a história oficial. Mas a construção da igreja, independente da data, representa uma das primeiras presenças não indígenas na comunidade.

Um ciclo de desenvolvimento econômico se estabeleceu em Salinas a partir de 1800, em uma lógica de produção pautada pelo lucro desenfreado e pela exploração da força de trabalho. Navegando lado a lado com o vento, como nos orienta o jovem mestre de pesca, vamos perceber a violência do capital econômico não só em muitos processos da história local, como nos demais municípios da Bahia.

Nesse sentido, destaco abaixo alguns elementos relacionados o privilégio dado à Manoel de Souza Campos e a Horácio Urpia, para explorar sal na região, a chegada das fazendas de camarões, os caminhos da grilagem e a ação do capital econômico, por meio de empreendimentos como a Companhia Salinas, Companhia Agro Pecuária Salinas da Margarida, Loteamento Nossa Senhora do Carmo, Gasoduto Manati, Estaleiro Enseada do Paraguaçu, Costa Dourada da MR Empreendimentos Imobiliários LTDA, Parque das Margaridas da Bahiana Reis. Vale esclarecer que Francisco Marcos Ramiro e Lucas Bahiana Reis se apresentam como proprietário de 13 lotes, fruto da matrícula nº 1820, classificada como matrícula mãe da Fazenda Conceição. O Loteamento Nossa Senhora do Carmo também está vinculado a mesma matrícula. Apresento abaixo uma série de acontecimentos, referenciados em Oliveira (2000) e em minhas pesquisas nos cartórios da região, que nos ajudam a entender melhor esse processo,

Em 1877, através da lei provincial nº 1744 é concedido privilégio, por cinco anos, a Manoel de Souza Campos e a Horácio Urpia Júnior para estabelecerem Salinas para evaporação natural, tratava-se de uma concessão e não de compra. Esse privilégio representou um divisor de águas na expropriação do território da Fazenda Conceição que fazia/faz fronteira com a Fazenda Santa Luzia. Hoje, no INCRA, essas Fazendas estão fundidas em uma única matrícula, a matrícula mãe da Fazenda Conceição conforme identificamos durante a pesquisa. O privilégio de 5 anos, durou décadas, se estendeu pelo território, sendo repassados a outros grupos como propriedade.

Em 1891, constitui-se a Companhia e os comendadores Manoel de Souza Campos e Horácio Urpia apresentam a Fazenda Conceição como capital da Companhia, inclusive se estendendo às áreas umidades. Conforme informações do cartório de imóveis da Ilha de

Itaparica, contidas na escritura pública de 18 de agosto de 1891, lavrada pelo tabelião Antônio Domingues Mendes, ata da assembléia de 31 de março de 1891 reconhece a Fazenda Conceição como propriedade da Companhia Salinas. As terras, supostamente de propriedade dos comendadores, passam a ser da Companhia e de seus sócios. Em 25 de novembro de 1932, a Companhia Salinas da Margarida requer à delegacia do Tesouro Nacional da Bahia o aforamento de seus supostos terrenos, o que é concedido em 1933. Em 1956 a produção do sal entra em declínio, afetando também a pesca e a mariscagem com desmatamento, proibições, regramentos, diminuição do emprego.

Em 1980, é feita a abertura da matrícula 1.820, referente a Fazenda Conceição, quando criado o primeiro loteamento ilegal com desdobramento da Fazenda Conceição. O loteamento recebeu o nome de nossa Senhora do Carmo. Em 1981, Oscar Pereira Magalhaes Neto e Fernando Alves Torinho, na condição de sócios representantes da Agropecuária Salinas da Margarida, vendem a Benedito Dourado da Luz as terras da Fazenda Santa Luzia e da Fazenda Conceição.

Em 1989, Benedito Dourado da Luz registra um memorial descritivo de suas Fazendas, onde aparecem diversos novos imóveis fazendo limites com as Fazendas Conceição e Santa Luzia, renomeando as fazendas para Fazenda Barra, com uma nova matrícula.

A Companhia Química do Recôncavo (CQR) solicita licença ao Serviço do Patrimônio da União (SPU) para transferir domínio o útil dos terrenos, pois pretendiam repassar para terceiros. A CQR e a Pescon são empresas acículas que se apropriaram e expropriaram áreas da Fazenda Conceição numa relação antagônica com a pesca artesanal.

Também em 1989 a Agropecuária Salinas das Margaridas, sucessora da Companhia Agropecuária, abre matrícula de n 1.875 no Cartório de Maragogipe, da Fazenda Santa Luzia que tem inscrição no INCRA nº 321 168 000 280-2 junto com a Fazenda Conceição.

Em 1996, a Maricultura da Bahia S.A. adquire da Pescon, para implementar o projeto de criação de camarão em cativeiro. Uma exploração marcada pelo sangue e lágrimas dos/as pescadores e pescadoras.

Em 1999, representado pelo seu procurador, Francisco Marcos Ramiro, Benedito Dourado da Luz e sua Esposa, Maria Lucia Aragão da Luz, vendem parte da Fazenda Barra para a M.R Empreendimentos Imobiliários, ao próprio Marcos Ramiro.

Por volta dos anos 2002, o loteamento Costa Dourada se instala no território da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição e expropria uma importante área entre os fundos da Igreja, Ilhotas, Rios da Praia Grande, Campo. As terras de Igreja de Nossa Senhora foram loteadas, e até o terreno ao fundo, junto com o cemitério velho, foi loteado e vendido.

Nesse mesmo período, constitui-se na comunidade uma Ocupação/Retomada que recebe o nome de Quilombo da Sapucaia. Trata-se da primeira experiência de retomada no Quilombo Conceição, um marco na história de nossa luta.

Também foi nesse período que as roças foram expropriadas no Manguinho. Um Senhor com deficiências físicas foi violentamente expulso de suas roças e veio a falecer de banzo/tristeza como nos conta Azeildo Mendes. Uma retomada também denominada Quilombo localizada da Comunidade Cairu de Salinas, foi violentamente reprimida por força policial. Lideranças foram cooptada e a luta foi desarticulada.

A partir de 2005, Marcos Ramiro intensificou a estratégia de expropriação fazendo cercamento em áreas de beira de praia e impedindo e/ou limitando acesso à Coroa do Garro. A partir dos 2012 a roça dos grupos familiares ligados à Raça de Filomena e linhagem de Ricardo Mancinho sofreu sistemáticos ataques: três derrubadas de ranchos, queimada de material de pesca, destruição das plantações. Em 2016 a barraca do pescador Marcio foi incendiada em área do TAUS. Em outra área da comunidade, também áreas úmidas de competência da SPU, mas fora do limite do TAUS, mais de 40 famílias foram expropriadas pelo Parque das Margaridas. As famílias fizeram denúncias aos órgãos competentes em audiência pública realizada em 29 de setembro de 2017.

Em agosto de 2017 iniciou a implementação do loteamento imobiliário Parque das Margaridas, que está violando um conjunto de normas ambientais e expropriando o território tradicional e usando de milícia para expulsar famílias de suas roças históricas. Em 18 de agosto de 2017 homens armados invadiram a roça cultivada a quase 50 anos pela família do Sr. Antonio Gomes da Silva.

Em 2018, às vésperas das eleições presidenciais, a área do TAUS destinada para as mulheres fazer beneficiamento, foi invadida por um suposto dono que pichou uma arte feita pela comunidade em homenagem as mulheres pescadoras. O suposto proprietário escreveu *propriedade privada* e vem intimidando as mulheres que trabalham na área, inclusive ameaçando construir um muro.

Compreender melhor a dimensão das Terras de Nossa Senhora da Conceição, e as conexões entre as pescadoras e quilombolas das Comunidades, ajuda-me a perceber que se trata de uma mesma territorialidade mais ampla, complexa e diversa que a apresentada nos mapas. A forma violenta com que as Companhias Salinas e Salinas Agro Pecuária expropriaram e dividiram nosso território, inclusive produzindo e potencializado conflitos internos, não foi capaz de romper nossas conexões, relações de apoio mútuo e redes de cuidado.

Os fatos históricos acima mencionados, como as diversas formas de exploração das nossas riquezas pela Companhia Salinas, são vetores de conflitos. Vale ressaltar que além de Sal a Companhia Salinas fez exploração vegetal e produziu peixes em cativeiro nas terras de Nossa Senhora. É importante lembrar, conforme afirma Milton Santos, que:

Na América Latina, a colonização funda-se na expansão agrícola e na exploração mineira, responsável pelo comércio que alimentava a vida urbana. Essas atividades começaram antes da Revolução Industrial e também antes da revolução dos transportes, isto é, o começo da vida econômica moderna realiza-se num período em que a influencia de meios técnicos limitava a produtividade do trabalho. A necessidade de um grande numero de agentes para o desenvolvimento das atividades econômicas e administrativa e um dado importante quando se trata de interpretar o desenvolvimento do fenômeno urbano (Milton SANTOS, 2010, p. 11).

Os ataques, mas, também, as lutas e resistência, dão-se nos espaços aonde os povos vem construindo suas territorialidades e seus modos de vida e fortalecendo suas identidades. Pescadoras(es) e Quilombolas são povos e comunidades tradicionais que forjam seu modo de vida por meio de elementos específicos que os constituem, como afirma Denilson Alcântara:

assumindo as comunidades tradicionais enquanto sujeito histórico que vem interferindo em um processo de afirmação da diversidade social com uma existência social e política, reafirmando por um longo tempo de resistência, explicitando, na luta para permanecer na terra e pelo direito de possuir outro modo de vida pautado nas relações comunitárias: deve-se reconhecer que essas comunidades foram e são excluídas sistematicamente do processo de produção capitalista uma vez que o seu modo de vida não corresponde ao ideal competitivo de acumulação que existe, e constantemente não usufruem dos benefícios do capital. (Denilson ALCÂNTARA, 2011, p. 82).

Para as pescadoras quilombolas da comunidade Conceição de Salinas, o território é vida e não é possível ter saúde longe do dele. O território para nós é onde o pescado está e onde os ventos favorecem a pescaria, ou nos termos de Milton Santos:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como um território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Milton SANTOS, 2007, p.14).

Na percepção de Bertha Beker, a abordagem utilitarista de território não dá conta dos principais conflitos do mundo contemporâneo. Por isso “o território é primeiro o valor”, pois

a “existência é mesmo a imperiosa necessidade para toda sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecida” (Bertha BEKER, 2011, p. 50).

Como antagonista do território tradicional, que não é um lugar de atraso é um lugar de resistência e de vida, está o capitalismo, que desde o escravismo e até os dias atuais, continua dando régua e compasso, por meio de diversos tipos de dominação de classe, raça e gênero. Ele é impulsionador de um modelo de produção e consumo que favorece a classe dominante, constituída especialmente de homens brancos, forasteiros e/ou estrangeiros. O capitalismo gera a colonização de corpos e pensamentos, em pele negra com máscaras brancas, como argumenta Frantz Fanon:

A colonização quer mais que a subordinação material de um povo. Ela também fornece os meios pelos quais as pessoas são capazes de se expressarem e se entenderem. Ela identifica isso entre termos radicais no que cerne a linguagem e até no método pelos quais as ciências são construídas. Trata-se do colonialismo epistemológico (Frantz FANON, 2008, p. 15).

Estamos dando passos no sentido do enfrentamento do colonialismo, entretanto, descolonizar é uma ação insurgente que exige vigilância permanente, visto que se trata de um processo de mais 500 anos de colonização. Nesse sentido, no que tange a história oficial são poucos os registros sobre a luta história dos povos tradicionais e seus processos de resistência.

Por isso mesmo, para mim é uma postura político-epistêmica dar visibilidade à luta dos povos das águas, contra as diversas violências que lhes são impostas na tentativa de expropriação dos seus territórios de terra e água, pois, como afirma Mercedes Solá Pérez:

As comunidades agrárias camponesas, indígenas, afrodescendentes tradicionais, têm sido historicamente subalternizadas, inferiorizadas ou pretendidas como força de trabalho, e, portanto, possíveis de serem incluídas na lógica de proletarianização. Apesar disso, essas comunidades têm r-existido no campo, algumas nas suas terras (ainda que a maior parte sem título de propriedade, outras em terras de latifundiários e outras lutando pelo acesso a terra). (Mercedes PÉREZ, 2017, p. 37)

O território pesqueiro e quilombola é um território de terra-água, com espaços de usos comuns e coletivos utilizados por pescadoras/es e quilombolas, a fim de estabelecerem seus modos de vida, realizando extrativismo de pescados, frutos, folhas, raízes e cultos. Uma territorialidade exercida nos limites da Fazenda Conceição, Fazenda Santa Luzia e Fazenda Barra prioritariamente e para além dela.

O Movimento de Pescadores e Pescadoras da Bahia tem proposto um desenvolvimento pautado no respeito ao território, por meio de um diálogo constante com nossos modos de vida tradicionais e retirando da natureza apenas o suficiente para nossa sobrevivência. Um modelo que não extermine a Juventude Negra, não seja violento com as mulheres, não propague o genocídio de nossa cultura e que seja capaz de dialogar com a tradicionalidade dos povos.

O que temos proposto como modelo de vida muitas vezes vem sendo confundido com atraso, com retrocesso e empecilho ao desenvolvimento, tanto pelos governos, quanto por uma parcela de nossa gente que se deixa levar pelo canto do vigário e que, negando-se e negando também sua tradição e cultura, reproduz o discurso da elite branca. Frantz Fanon (2008) conceitua tal prática como forma narcisista de viver, na qual os negros buscam a ilusão dos espelhos que oferecem um reflexo branco, como num racismo do negro contra o negro.

Sabemos que a política desenvolvimentista em curso é exterminadora de Povos e Comunidades Tradicionais. Uma lógica iniciada pela coroa portuguesa para explorar nossas riquezas até a última “gota” e continuada por outras potências. Embora tenha assumido diferentes feições ao longo do tempo, essa lógica tem se intensificado.

O relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre os conflitos no campo revela o crescimento das violências, especialmente a partir de 2017, com a volta de forças conservadoras ao poder. Os conflitos que hoje se agravam, seguem um caminho histórico fundamentado nas bases da distribuição de terras e do enriquecimento de poucos às custas da exploração de muitos. Por volta de 1820, o comércio de gado e de carne também causava conflitos sérios na Bahia, tal como a exploração do pau brasil e vários minérios.

Desde os tempos coloniais, Conceição, o recôncavo e a Bahia têm seus ciclos econômicos pautados por modelos desenvolvimentistas que não consideram as práticas e os saberes dos povos tradicionais e, de igual modo, não contabilizam o valor das atividades produtivas artesanais.

Como marca de um capitalismo avassalador, que se impõe exterminando, invisibilizado e negando, as atividades artesanais não são consideradas trabalho e os seus resultados não são considerados como ganhos econômicos. O peso dessa exclusão é sentido especialmente na produção das mulheres. A desvalorização do trabalho das mulheres levou o movimento de mulheres trabalhadoras rurais a produzir uma cartilha para contabilizar a produção. A comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas tem cerca de 302 anos de história e cultura, marcada por muita luta e resistência protagonizadas especialmente pelas mulheres.

A pesca, tanto no passado como no presente, é uma dimensão importante de nossa identidade e constitui nossa principal fonte de renda. A constituição da comunidade a partir da presença de outros povos não originários, como já vimos, começou com a presença de negros/os escravizados e libertos e se deu junto com a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Posteriormente as relações de trabalho que se estabeleceram através de *terças e meias* e da exploração das riquezas naturais, evidenciam as marcas da colonialidade presente no território tradicional até os dias atuais.

A expropriação e exploração das últimas cinco ou quatro décadas, realizada especialmente pelos grupos que ocuparam nosso território, têm traços diferentes das impostas pela companhia Salinas e pelos sujeitos que a antecederam, como Manoel de Souza Campos e Horácio Urpia. Os novos empreendimentos além de limitar o acesso, fazem agravar a pobreza financeira, intensificar conflitos territoriais, assim como passam por cima das leis ambientais vigentes no país.

A partir de 1970, as famílias passaram a pagar arrendamento das terras à Companhia Salinas como obrigatoriedade, visto que a companhia tinha autorização do estado para fazer a cobrança. Antes o comendador já cobrava arrendamento, entretanto, baseado em relações diferentes. Não é demais lembrar que parte significativa dessas terras eram da União ou mesmo, no sentido tradicional do uso, das mulheres e dos homens que estabeleceram uma relação histórica com elas.

Entre o século XVII e XVIII, na produção de cana de açúcar, cada engenho era uma unidade econômica de organização social e era dividido entre: os senhores de engenho, donos dos meios de produção; a força de trabalho negra e indígena; os lavradores que moíam ou cultivavam cana de açúcar no engenho do senhor e, portanto, estava de alguma maneira submetidos a eles, os foreiros, a população rural livre que pagava uma taxa pelo uso de um pedaço de terra para fazer um roçado para alimentação e era considerado força de trabalho de reserva (ANDRADE, apud Mercedes PEREZ 2017, p.98).

A Família de Dona Antonieta Lúcia dos Santos, nos mostrou um documento de cobrança feita a ela em 02 de outubro de 1968 pela Companhia Salinas da Margarida, referente a aluguéis do arrendamento da uma área na Rua do Fogo. Vale dizer que Tieta era uma mulher afro-indígena que, como sua mãe, nasceu e se criou na comunidade, construindo-a com base em luta e resistência. As pessoas, donas da terra, herdeiras de Nossa Senhora eram tratadas como inquilinas.

Osnado/Vado, filho de seu Ricardo nos conta que além de pagar os impostos para trabalhar e morar na terra, ele e sua família tinham que dedicar um dia por semana para o

fazendeiro e suposto proprietário das terras da Fazenda Conceição (Companhia Salinas da Margarida e Salinas Agro Pecuária), plantando dendezeiro em área perto do poço de cima do cemitério. Ele ressalta que isso não tem muito tempo não. A fala de Vado se refere ao período anterior e/ou durante o início da presença de Benedito Dourado da Luz na área, e que depois passou a ter como negócio gado e cercas, a partir dos anos 1990.

Ao longo dos anos a pesca artesanal se fortaleceu e se intensificaram os conflitos com as práticas exploratórias, que foram implementadas por empresas do ramo da pesca como a Santa Barbara. A empresa prática uma produção mecanizada, com uso de produtos químicos nocivos a saúde, e que não valoriza as relações humanas e o conjunto de técnicas da produção artesanal. As empresas Companhia Química do Recôncavo, Pescon Pesqueira do Recôncavo, que foram beneficiadas pela sessão concedida aos comedores e se apropriaram das áreas úmidas, que são terras da união, protegidas por legislação específica, também produzem nessa lógica.

Esses empreendimentos são vetores de doenças ocupacionais que acometem as mulheres pescadoras, inclusive, geram forte impacto na saúde mental. As doenças ocupacionais em mulheres pescadoras tem sido uma preocupação constante e bandeira de luta da Articulação das Mulheres Pescadoras desde sua fundação em 2005. No último encontro Nacional, em 2017, as questões relacionadas à defesa de do territorial e à luta pela saúde constituem foram reiteradas como importantes bandeiras de luta.

Os empreendimentos geram um conjunto de impactos ao território e ao modo de vida da comunidade e, ao mesmo tempo, suscitam e potencializam conflitos históricos que são determinados pelas relações de gênero, raça e classe. As mulheres são as primeiras impactadas por esse modelo de desenvolvimento que tem, entre suas consequências, o extermínio da juventude negra. Mas esse modelo também impõe limites de acesso, desmata manguezais, restingas e a mata atlântica. Se estabelece aterrando e assoreando rios e nascentes e comprometendo a produção local, além de gerar outros conflitos sociais, como o ataque à produção pesqueira artesanal, desequilíbrio na produção, implantação de culturas exóticas.

Os empresários da carcinicultura justificam que não fizeram desmatamento de manguezal, que seus tanques foram construídos na área já desmatada pela Companhia Salinas, isto é, pelos comendadores Campos e Horácio Urpia, visto que antes da companhia ser instalada, eles já exploravam a área e se diziam donos das Fazendas Conceição e Santa Luzia. É verdade que a companhia Salinas potencializou uma prática de impacto no território, pois não havia legislação ambiental e as normas eram outras: produzir/explorar. A lógica

implementada desde o Brasil Colônia criou precedentes, mas os empreendimentos que surgem a partir de 1981 já precisavam observar as leis ambientais.

No segundo semestre de 2007, a Rede Mangue Mar-Bahia fez o mapeamento dos conflitos socioambientais e dos impactos da carcinicultura no estado da Bahia, especialmente nos municípios de Canavieiras, Salinas da Margarida, Acupe, Santo Amaro, Jandaia, Valença e Canavieiras. Referente à Salinas da Margarida, entre 2002 a 2006 o empreendimento foi multado por três vezes acumulando uma multa de R\$ 200.000,00. Em 2006 o CRA/IBAMA interditou temporariamente a Valença Bahia Maricultura por descumprir condicionantes e prazos estabelecidos nas autuações e por funcionar com licença de operação vencida. A publicação da REDE trazia ainda, a denúncia do assassinato de um pescador e de outras violências naturalizadas.

Um pescador de 25 anos foi abordado pelo chefe da segurança pública e também pela polícia militar, tido como torturador dos anos da ditadura e como chefe dos grupos de extermínio em Salvador. O pescador foi agredido com várias coronhadas de pistola no crânio. Em março de 2005, nas proximidades da Valença Maricultura, um pescador de 26 anos foi alvejado com vários tiros de escopeta. Em março de 2005, Paulo Marinho de Almeida, um pescador de 33 anos, pai de quatro filhos, foi sequestrado em praça pública por seguranças da empresa Valença Maricultura. Mantido em cárcere privado na guarita da empresa durante toda a noite, Paulo Marinho de Almeida, foi torturado e foi executado com um tiro na cabeça. O corpo foi jogado dentro de um tanque de camarão da Valença Maricultura. Seus familiares não tiveram acesso ao corpo, que foi entregue em caixão lacrado pago pela própria empresa.⁹

Nos últimos anos, muitos outros empreendimentos vêm se instalando nos Territórios Tradicionais do Brasil, como a Indústria Naval do Petroleiro, Turismo de Massa, Especulação Imobiliária, a Aquicultura. Os impactos desses empreendimentos levaram o movimento nacional de pescadores e pescadoras a lançar uma Campanha Nacional de Regularização dos Territórios Pesqueiros (2012), por meio de um Projeto de Lei de iniciativa popular para demarcar e regulamentar estes territórios e, a partir de objetivos estratégicos, mobilizar um debate junto à sociedade referente a importância da pesca e das/os pescadoras/es como produtores de alimentos.

⁹ Esses fatos foram descritos em matéria jornalística sobre Mapeamento dos Conflitos Socioambientais da Carcinicultura no Estado da Bahia, produzida pela Rede MangueMar-BA, em 2007.

A professora Kassia Rios (2017), durante pesquisa para sua tese de doutorado, constatou que a campanha contribui para animar e fortalecer a luta das/os pescadoras/es da Ilha de Maré em defesa dos seus direitos. As Comunidades de Ilha de Maré são referência de luta para as demais comunidades ligadas ao movimento de pescadoras/es da Bahia. Mulheres como Marizelha Carlos Lopes e Eliete Paraguassu, mesmo ameaçadas, seguem na luta em defesa de seus territórios e pelo direito a saúde de sua gente.

Do mesmo modo, as ameaças se ampliam. Por exemplo, está sendo gestado no Brasil um Plano Nacional de Desenvolvimento do Litoral Brasileiro ou Zona Costeira, que propõe ampliar a abertura à empreendimentos nos territórios pesqueiros e quilombolas. Todo litoral está fortemente ameaçado e as ameaças se dão de ponta a outra do Brasil, que são denunciadas no filme Vento Forte, de Patrícia Antunes. Os impactos acumulativos na vida e na saúde das pescadoras e pescadores, constituem estratégias de genocídio, já denunciadas pelas comunidades de Ilha de Maré-BA.

3.2 Marés de luta contra a expropriação territorial e identitária na Comunidade Pesqueira e Quilombola, Conceição de Salinas

Na situação específica de Conceição de Salinas vou tratar dos empreendimentos de impactos no sentido cronológico, em ordem decrescente, primeiro a partir das questões mais recentes e fazendo conexão com os demais acontecimentos. Mesmo fazendo uma abordagem mais geral, a totalidade do território Fazenda Conceição e áreas de influencias, meu principal *locus* é restrito à área do Território da Comunidade Conceição de Salinas, município de Salinas da Margarida.

Além das informações repassadas pelos cartórios de imóveis de Maragogipe e Itaparica, que são reveladoras das irregularidades no uso da terra por fazendeiros-grileiros, estudamos criteriosamente todos os documentos do processo que corre no Ministério Público do Meio Ambiente. Dentre as irregularidades, tivemos acesso a resposta do cartório de Nazaré enviada à promotora do meio ambiente, Mirelle Brito referente, em 25/10/2017, no âmbito do inquérito civil nº 190.9.208805/2017. Segundo o cartório, existe um conjunto de loteamentos ilegais no município de Salinas da Margarida e que o Parque das Margaridas está em situação irregular. Um mar de incertezas e irregularidades. Advogados da AATR – Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais da Bahia, que se manifestaram no processo que a comunidade move contra a Bahia Engenharia e Empreendimentos Imobiliários, apontam as

infrações cometidas pelo empreendedor e as manobras de facilitação impetrada pela gestão municipal. Independente disso, os loteamentos vêm sendo licenciados e implantados, de igual modo, as autorizações para exploração mineral (área) e outras autorizações também estão acontecendo sem atentar para os ritos e licenças cabíveis.

O empreendimento se instalou sem licença e a prefeitura montou, da noite para o dia, um Conselho para fornecer licenciamento ambiental, usurpando a competência do Estado. Além de não fazer consulta prévia comunidade e de autorizar a supressão de mata atlântica e restinga, desconsiderando a legislação ambiental, a prefeitura omitiu informações sobre a sobreposição com à área que é de uso tradicional a comunidade, sobre impactos do empreendimento e sobre seu tamanho. Por meio de estudos do GEOGRAFAR, constatamos que a área que explorado é maior que a revelada.

Dialogando com secretaria de segurança pública, INCRA e outros órgãos federais e estaduais, visando para proteger a família Gomes e seus direitos, um dos filhos mais novos do seu Tataria, Maison Gomes nos dizia:

Vocês têm ensinado à comunidade que é possível brigar com força, que podemos e devemos luta pelos nossos direitos, mesmo que por traz das violências esteja gente poderosa (Maison GOMES, 2017).

Diante do ataque à identidade, do retrocesso nos direitos trabalhistas e previdenciários, da fragilização das leis, da falta de confiança na justiça, muitas famílias, amedrontadas, têm desistido de lutar. Outros se deixaram cooptar.

As várias irregularidades relacionadas acima, revelam uma relação promiscua entre o poder público local e os representantes do empreendimento imobiliário. Membros da comunidade denunciaram em audiência pública que caminhões da Comercial Coroa, de propriedade do prefeito, colocaram material para inicio da pavimentação do empreendimento quando ainda não tinha licença. Essa irregularidade foi levada à SPU e foi denunciada pelo jornal Café Preto, em matéria intitulada *Tudo aqui é nosso: resistência cotidiana no Quilombo Conceição de Salinas*, de maio de 2019. A situação foi denunciada junto a órgãos ambientais, ministério público Estadual e Federal, que tem se mostrado moroso na apuração das irregularidades.

Em audiência pública realizada em abril 2018 e convocada pela promotora do meio ambiente, Lucas Bahiana fez a seguinte afirmação:

Dr. Os meus advogados da prefeitura, falaram que o projeto tem vícios, mas não é nada irreparável. Eu fui para a área com a viatura e homens armados, sim, mas não foi para ameaçar ninguém. Portava dinheiro e por conta da violência precisava me proteger (BAHIANA, 2018).

O loteamento Costa Dourada da M.R. Empreendimentos Imobiliários LTDA, de propriedade de Francisco Marcos Ramiro, que segundo informações do cartório de Maragogipe também era procurador de Benedito Dourado da Luz, chegou abrindo a comunidade em lotes, expulsou famílias de suas roças (especialmente entre os fundos da Igreja, na Ilhota, acima do poço e no rio da Praia Grande), vendeu áreas de uso coletivo como rios e poços. Até a área do cemitério velho foi loteada, revelando grande desrespeito pela memória ancestral de nossa gente. O poço que tinha a melhor água da comunidade, onde as mulheres da Rua das Palmeiras/Beco, Alda de Maria, Iraci de Goi e Nonoca de Aurita, colocavam água de ganho, foi cercado impedindo o acesso das mulheres e de toda a comunidade.

Mais uma vez a legislação ambiental foi ignorada e o poder público local criou várias estratégias favoráveis ao empreendimento. Nas áreas próximas às Ilhotas, nos fundos da Igreja, nas proximidades dos campos, acima do poço e nas imediações dos rios da Praia Grande, frente a sistemáticos assédios e violências, poucas famílias resistiram com suas roças. As que resistiram enfrentaram muita opressão e violência.

Um dos momentos em que as mulheres mais resistiram foi quando as áreas dos rios foram loteadas. Elas continuaram lavando nas brechas dos rios e muitas vezes cortaram cercas como forma de enfrentamento, mas acabaram sendo convencidas de que não poderiam brigar contra essas forças e foram esmorecendo. Mulheres como Jeane Damasceno, Rose Bispo e outras, foram processadas por Marcos Ramiro por resistirem na área acima do poço, onde hoje Lucas Bahiana reivindica a propriedade. O processo movido contra essas mulheres foi incorporado ao processo que Lucas Bahiana moveu contra as lideranças Danilo Sodré, Elionice Sacramento, Vania Conceição Sacramento e Mauricio Sacramento Santos, alegando perturbação da posse.

Benedito Dourado Da Luz, um produtor de gado cuja presença tinha como marca as cercas, estacas e arames, comprou terras da Fazenda Conceição e Fazenda Santa Luzia em 1989 dos sócios da Companhia Agropecuária Salinas Margarida. Ele instalou em Conceição a presença de um latifúndio que se utiliza dos recursos do arame e dos bois brabos para impedir, especialmente as mulheres, de se relacionarem com as águas e com a mata. Lavar no rio e catar frutas passaram a ser atividades extremamente perigosas. Mas, as mulheres usavam suas

estratégias para derrubar cercas e espantar os bois não sei se por “conciliação ou por conflito”, seguindo na luta por meio da labuta cotidiana. Benedito é um fazendeiro muito conhecido na Barra do Paraguaçu e, antes de fazer negócio com a Salinas Agro Pecuária, seu pai já mantinha relações com a Barra como contam moradores da comunidade (2018).

O estaleiro Enseada do Paraguaçu é o empreendimento que se constituiu como “menina dos olhos do governo do Estado da Bahia” e que, para ser implementado, contou com o apoio do governo Federal que, da noite para o dia, mudou o poligonal da Reserva Extrativista do Iguapé, gerando sobreposição com a área do Quilombo São Francisco do Paraguaçu. O Movimento das/os Pescadoras/es do Estado da Bahia denunciou a inviabilidade do projeto visto o impacto que seria gerado e em razão da importância da área para os pescadores extrativistas da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguapé e para as comunidades que estão no seu entorno e são beneficiárias da RESEX. O Estaleiro Enseada do Paraguaçu está no Território Político de Maragogipe, mas seus impactos sociais e ambientais foram sentidos, principalmente, no território geográfico e político de Conceição e nas suas imediações. Além dos impactos ambientais provocados pelo desmatamento de uma vasta área de manguezais, também ocorreram dragagem do Rio Paraguaçu, retirada de sedimento e lançamento em local impróprio próximo a Mangueira Criola/ Maguinho aqui em Conceição. Vários sedimentos tóxicos foram lançados em Conceição de Salinas, próximo ao Manguinho, e as águas dos córregos e riachos do Manguinho foram drenadas. Centenas de homens e dezenas de máquinas circularam no território. Além disso, vários impactos sociais ocorreram como o aliciamento de menores, fortalecimento do narcotráfico, extermínio da juventude negra, violência sexual.

O estaleiro deixou para Conceição, comunidades de Salinas de modo geral e para os municípios no entorno de Maragogipe, um passivo ambiental e social inseparável, marcado pelo aprofundamento das violências e morte, além da presença de uma polícia ostensiva que tem como objetivo proteger a propriedade e exterminar o povo pobre.

A Maricultura, que já foi do Recôncavo e hoje é de Valença, é uma empresa de produção de camarão em cativeiro que realiza suas atividades às custas do desmatamento dos manguezais, da expropriação das áreas de mariscagem especialmente utilizadas pelas mulheres. Em Salinas da Margarida, em área da Fazenda Conceição, a maricultura se apropriou de uma faixa de praia quilométrica, obrigando as mulheres a irem buscar seus mariscos cada vez mais longe. Águas contaminadas por produtos químicos usados na despescas e com hormônios usados na criação são lançados no mar gerando mortandade de algumas espécies e desequilíbrios ambientais.

A situação apontada agrava os níveis de adoecimento das mulheres, que têm a jornada de trabalho aumentada, como aponta estudos realizados pelo Serviço de Saúde Ocupacional (SESAO/UFBA), coordenado pelo Professor Eduardo Reis e que já teve a importantíssima colaboração da Professora Vera Martins e do Professor Paulo Pena, que dedicaram mais de uma década de estudos às questões relacionadas a saúde das pescadoras e do seu ambiente de trabalho.

Além de crimes ambientais, o empreendimento de criação de camarão em cativeiro é responsável por assassinatos de lideranças e por não cumprir normas que resguardam a saúde das/os trabalhadoras/es. Tal como tem feito o Parque das Margaridas, a carcinicultura se utilizou de milícia, da força policial e do aparato institucional do Estado para intimidar e operar sem cumprir regras mínimas.

O movimento em diferentes instâncias realizou, a partir de 2007, uma grande Campanha Nacional e Internacional contra o consumo de Camarão em Cativeiro e pela vida dos Manguezais, das mulheres e dos territórios tradicionais. Na oportunidade foi construído um documento chamado Carta/Grito de Fortaleza com as razões para não comer camarão da carcinicultura. Com apoio da Rede Manguê Mar Brasil e Rede Manglar Internacional, foi construída uma grande mobilização que conseguiu proibir novas licenças de Carcinicultura no Brasil. Com a mudança do Código Florestal, em 2011, os empresários da carcinicultura foram anistiados de suas dívidas e receberam injeção de recurso para retomar suas atividades com mais força.

Não só em Salinas da Margarida, mas em todo nordeste brasileiro e na América Latina, as indústrias camaroeiras, tem deixado um rastro de violência e morte nas comunidades Tradicionais de Pesca. Conselheiros da Rede Manglar tem denunciado o impacto desses empreendimentos no território e nos modos de vida.

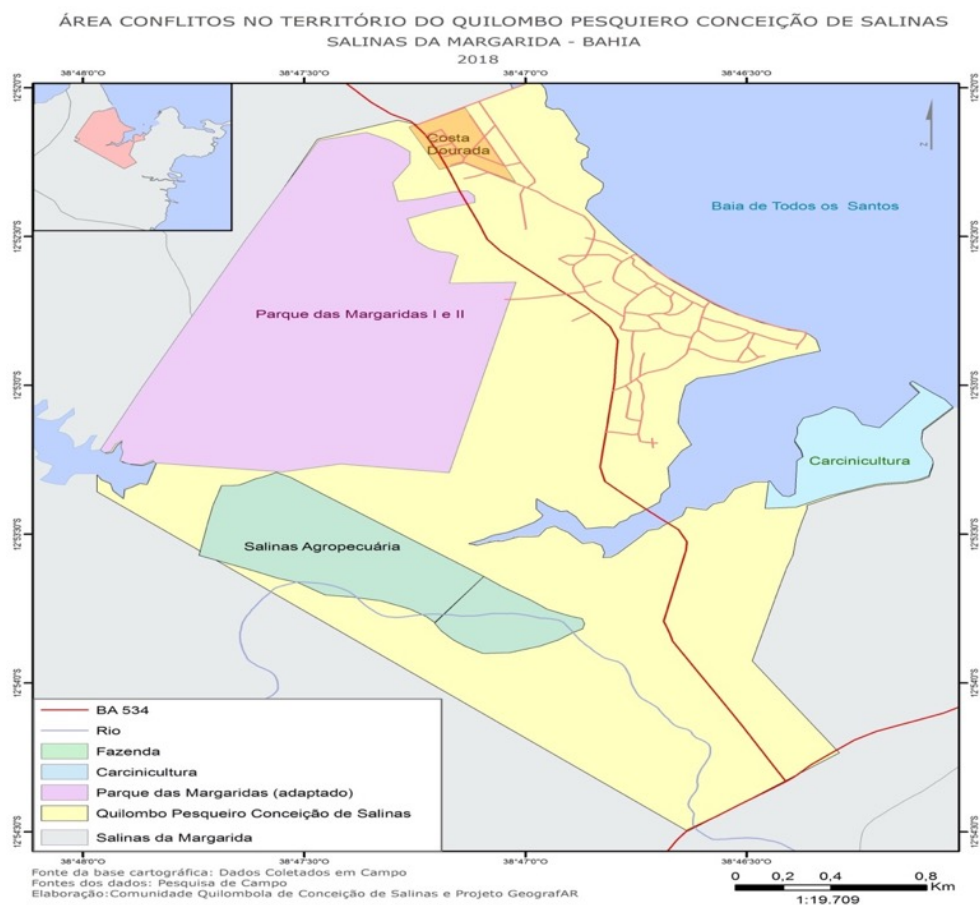
Os pescadores e pescadoras do Equador são exemplo na luta em defesa de seus territórios, e contra as empresas de criação de camarão, mas também existe resistência em países como El Salvador, Honduras, México, Guatemala entre outros.

O gasoduto Mantai, um consórcio do grupo Queiroz Galvão, instalou um duto para escoamento de petróleo que vai do Sul da Bahia, cortando a mata entre a Comunidade de Conceição e Cairu de Salinas, e desce a Baía de Todos os Santos até chegar às imediações da Baía de Aratu. Durante as obras aconteceu um crime ambiental. Um fio de aço se rompeu e raspou a laje da Machadinha, importante costeiro de pesca. A empresa só estabeleceu um diálogo com as comunidades impactadas depois de muita mobilização e denúncias. O duto, além de destruir um importante costeiro de pesca e mariscagem, tem cortado as redes quando

elas estão no mar em atividade. A área escavada para instalação foi fortemente impactada e alguns pescados não são mais encontrados.

A privatização das águas está dentro de um pacote de privatizações dos recursos naturais, lançado em 2005. Entre as áreas a serem privatizadas está a Ilha do Medo/Meio na Bahia de Todos os Santos, para criar Bijupirá em cativeiro, uma espécie exótica que não pode ser estressada. Ocorre que a Ilha do Medo/Meio, pertencente a Itaparica, é importante território de pesca e local de refúgio (onde pescadoras/es se proteger de tempestades) e de lazer para milhares de famílias de pescadoras/es. É parte do nosso território, que não está traçado em nosso mapa de uso, pois se trata de um território de uso coletivo e partilhado pelo conjunto das comunidades. Relacionamo-nos de forma profunda com ele, por meio do trabalho e de outros usos e, por isso, assumimos o protagonismo de mobilização das comunidades em sua defesa. A luta foi feita e impedimos a privatização, mas essa é uma ameaça que ainda nos ronda.

Diante de todas essas ameaças e para fortalecer a luta em defesa de nossos direitos, construímos um mapa dos conflitos que incidem diretamente no território reivindicado pela comunidade. Nesse sentido, alguns conflitos descritos acima, e que incidem sobre territórios de uso coletivo, não foram explicitados no mapa.



Mapa 4 – Área de conflitos no território do Quilombo Pesqueiro Conceição de Salinas, produzido pela comunidade com apoio do Geografar, 2018.

Conceição é um território tradicional sobreposto pela grilagem e pelos projetos do capital econômico. A elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor, conforme afirma Tatiana Dias Gomes:

Como o racismo é um fenômeno nacional, que não pode ser lido apenas como um “problema dos(as) negros(as)”, é importante observar os dividendos políticos e econômicos dos(as) brancos(as) nesse processo, como já nos alertou Maria Aparecida Bento (2014), psicóloga social e pesquisadora negra. Brancos(as) acumularam terras a partir dos genocídios dos povos originários e africanos, a partir da escravização dos africanos articulada a uma rede capitalista transcontinental, a partir de uma arquitetura jurídica que atribuiu o direito de propriedade privada sobre a terra apenas aos(ás) que pudessem pagar por ela ou dispusessem dos meios para fraudá-las/grilá-las. E, a partir de suas redes nos três poderes, direcionaram as políticas governamentais, e os recursos do orçamento público aos seus interesses, em detrimento de outros pontos. Por exemplo há registros historiográficos de comunidades quilombolas no Brasil desde o período colonial, no entanto, políticas públicas direcionadas a elas só contaram com previsão orçamentaria de 2005 a 2011 (Tatiana Emília Dias GOMES, 2019).

A professora negra do curso de direito agrário da Universidade Federal da Bahia, continua suas reflexões da seguinte forma:

Considerando todos esses elementos proponho a ideia de racismo fundiário para tratar dessa complexa rede que articula ações violentas dos brancos(as) contra os corpos, as culturas, os territórios e bens ambientais de negros(as) índios(as), as formas jurídicas, limitadoras e ceifadoras dessas cosmovisões, os estrangulamentos orçamentários e políticas estatais vocacionadas a fortalecer seus empreendimentos predatórios, a pilhagem secular de corpos, minérios, saberes etc. e projetos de mundo (Tatiana Dias GOMES, 2019).

As/os pescadoras/es quilombolas no Recôncavo da Bahia tem vivenciado o racismo fundiário nas suas múltiplas formas. O desmonte da política, na visão das pescadoras Barbara Ramos e Vania Conceição, é uma estratégia usada para levar as pescadoras/es, especialmente os jovens, a perderem o interesse pela sua identidade e seus territórios, irem para os centros urbanos e deixarem seus espaços de vida e resistência livre para o capital.

Não por acaso, cerca de 90% dos jovens pescadoras/es que completaram 18 anos a partir de 2014 estão pescando sem licença. Esses jovens, ao perderem seus territórios ficam impedidos de acessar os direitos trabalhistas e previdenciários, visto que desde 2013 no Brasil não são emitidos documentos de pesca com regularidade. É importante ressaltar que mesmo diante dos ataques existem muitos adolescentes e jovens desenvolvendo as atividades das cadeias produtivas da pesca, somada a outras complementares, como é próprio dos territórios pesqueiros.

Contrariando os projetos desenvolvimentistas, atualmente, cerca de 80% da população vive direta e indiretamente da pesca artesanal. Nosso grande potencial cultural, social e econômico, incluindo adolescentes e aposentados pela pesca, cada membro dos grupos familiares realiza todas as atividades ou pelo menos uma entre as atividades da cadeia produtiva. A essa atividade se somam agricultura de subsistência e a criação de pequenos animais. Lamentavelmente, a produção agrícola teve sua pujança diminuída nas últimas décadas por conta da cobrança de arrendamento, pela companhia Agro Pecuária Salinas da Margarida, Fazendas de gado de Benedito Dourado da Luz e Loteamento Costa Dourada.

Entretanto, a pesca artesanal continua com significativa importância não só cultural e social como também econômica. Importa destacar que não estamos falando de pesca artesanal conforme os padrões determinados pelo decreto nº 8425, de 30 de março de 2015, que impõe às pescadoras/es um modelo de pesca que não dialoga com o nosso modo de vida tradicional,

já que quem faz a gestão da política pesqueira no Brasil não entende de pesca artesanal. Esse tem sido um problema histórico especialmente para as mulheres pescadoras que, por conta desse decreto, dormiram pescadoras e acordaram trabalhadora de apoio à pesca artesanal.

A pesca como já dito, nas suas múltiplas artes e com suas abrangências, é a mais potente expressão indenitória e cultural da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas. A produção pesqueira artesanal, além de ser saldável, é rica em diversos nutrientes e expressa os conhecimentos ancestrais das mulheres e homens das águas.

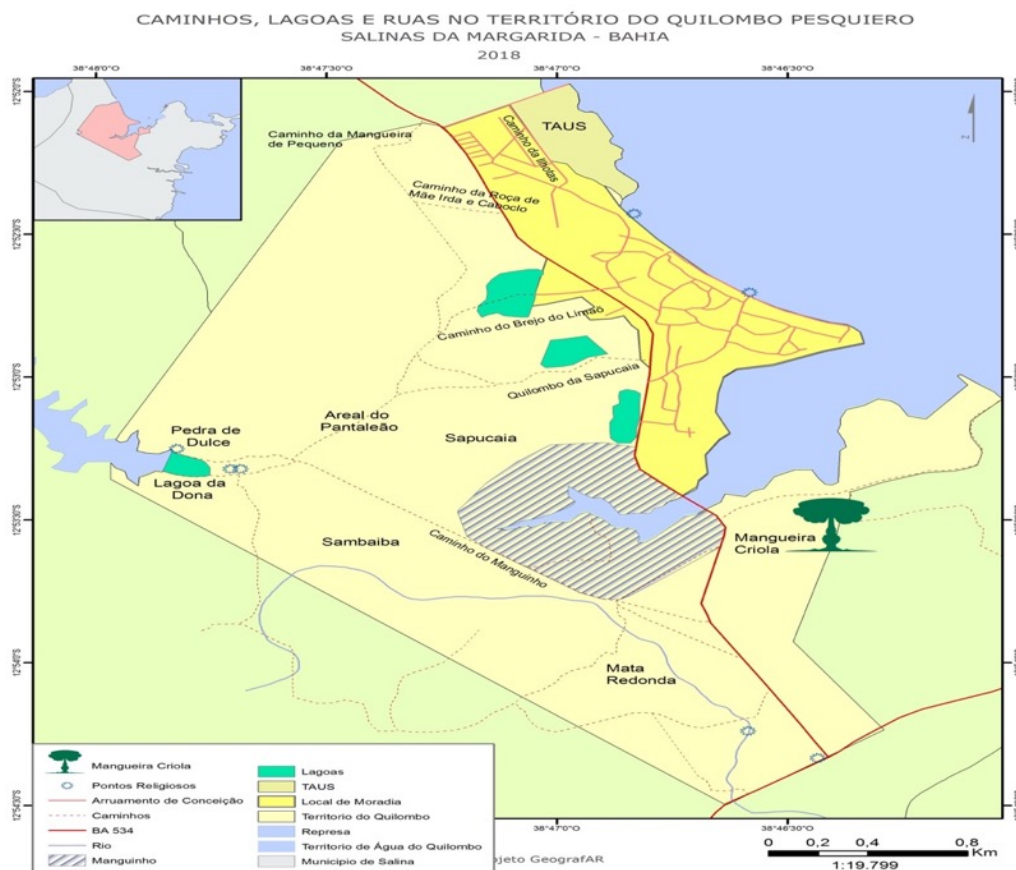
Ao longo destes anos, trabalhando com minha família na pesca e observando a dinâmica das águas e de sua produção, e especialmente depois que fui convidada para falar sobre agroecologia e sementes crioulas no Encontro da Teia dos Povos, em 2017, percebi a dimensão agroecológica dos pescados e mariscos. A natureza é a guardiã da semente e responsável por cultivar, regar e garantir o crescimento sem qualquer intervenção tecnológica ou humana. Coube a mim contextualizar a discussão geral sobre as sementes crioulas que não traziam a dimensão da produção das águas no âmbito da pesca. A ancestralidade me deu as palavras e as respostas necessárias às perguntas que me faziam.

Além dos impactos territoriais, as ameaças ao nosso modo de vida e à nossa tradição estão entre as nossas preocupações constantes. Os moradores da comunidade de Conceição são hospitaleiros por natureza e tem um modo peculiar de ser, viver e se relacionar que exige uma conexão profunda com o território, com a ancestralidade e com os princípios de solidariedade. Somos conhecidos por andar de roupas bem lavadas e de pés no chão, por sentarmos na porta e acolhermos sem distinção. Devotos de São Roque e de Nossa Senhora da Conceição, fé e labuta marcam a história de vida do povo de Conceição. Uma população que vive da pesca artesanal é essencialmente uma população de fé. Solidariedade e partilha são marcas do caráter de quem se permite determinar pela mãe-maré, pela natureza.

Além de sermos mulheres e homens de fé. Somos um povo que se move pelos horários das marés e por determinação dos ventos. Entendemos profundamente de conjuntura, pois muito cedo tivemos que aprender a ler o tempo e o vento como nos revela Richard Graham (2013). A necessidade de navegar no mar da África contribuiu em conhecimentos específicos sobre o mar e oceanos. Esse modo de vida próprio/singular fica profundamente impactado pela introdução de culturas externas que constantemente vem se impondo no território. Alterando não só o território no que tange aos limites geográficos, vegetação nativa, como todo um modo de vida. Não se trata de entrar em contato com outras culturas e sermos influenciados por elas, mas da tentativa de negação de nossa tradição, impondo elementos estranhos aos nossos modos de ser-estar e sentir-pensar.

Estamos falando de um conjunto de empreendimentos que destroem o território e, em troca, prometem geração de emprego e renda. Em dia 30 de junho de 2019, o Fantástico (Rede Globo), exibiu reportagem sobre o Estaleiro do Paraguaçu evidenciou a promessa de milhares de emprego, gerou grande impacto e não chegou a funcionar. Os empregos gerados, além de não mitigarem os impactos, não contemplavam a necessidade dos corpos femininos. Em meio ao declínio dos projetos econômicos, a pesca artesanal continua viável e sustentável há gerações.

A cooptação e as divisões também são estratégias utilizadas pelo capital para se firmar e configurar um tipo distinto de conflito, mais potente e avassalador que os demais. O Parque da Margarida que é responsável pelo principal conflito. Nega a presença da comunidade no território e alega que a comunidade não mantém mais relação com suas roças, rios, pedras e mata, tão necessária ao fortalecimento do nosso modo de vida tradicional. Entretanto, como o mapa de uso e dos caminhos apontam que, além de existir uma relação entre território de terra e território de águas, o território reivindicado pela comunidade compreende outros espaços além da área apontada no mapa. O território reivindicado poderia ser mais amplo, mas a comunidade tomou a decisão estratégica de reivindicar para o momento a área apresentada no mapa.



Mapa 5 - Caminhos, lagoas e ruas no território do Quilombo Pesqueiro Conceição de Salinas, produzido pela comunidade com apoio do GeografAR, 2018.

Até mesmo os documentos reunidos pelo empreendedor, apontam que a área do Parque das Margaridas está sendo expropriando de Conceição. Seus advogados tentam convencer a promotoria e a juíza federal que o empreendimento não está no território da comunidade, apesar de terem chegado há apenas dois anos e entrado com ação judicial solicitando manutenção de posse e nos impedindo de acessar a mata de onde sempre tiramos sustento. Em função da autorização de supressão da mata atlântica e restinga dada pela prefeitura e do impedimento judicial de acesso não sei dizer qual a real situação da área.

A luta para o fortalecimento da identidade quilombola é uma de nossas principais estratégias de resistência. Não por acaso, quando mais nos afirmamos diante do poder público como comunidade pesqueira e quilombola, mais se intensifica uma campanha difamatória incessante contra as lideranças e contra a nossa identidade quilombola.

Marés: águas de fevereiro e março

As águas de março são/foram cantadas por grandes artistas, provavelmente porque seus impactos eram sentidos em grandes proporções nos diversos ambientes. Em março e em fevereiro, as marés ultrapassam as outras marés grandes em volume e velocidade. Além de se destacarem por serem as maiores marés do ano, as águas das marés de março e fevereiro têm outras funções e importância. Trazem à tona problemas estruturais escondidos nas profundidades dos mares e oceanos e, também, levam de volta um conjunto de impurezas, lixos sólidos e outros contaminantes.

As águas de fevereiro trazem as impurezas e as águas de março vêm limpar as impurezas, dizem as mais velhas. A sua ação de limpeza e de transformação do ambiente se dá para além das áreas físicas. Tudo se transforma frente às águas de março.

Através das águas de março recebemos novas inspirações, somos liberadas/os das ações negativas, problemas são resolvidos e os ânimos são renovados. As águas de março são poderosas e representam renovação como aponta o poeta, são *promessas de vida no nosso coração* (Tom Jobim). Fomenta esperança no coração da terra, potencializando a produção. Março, mês dedicado às mulheres é um marcador de águas da resistência. Como as luas, as marés exercem grande influência sobre nossos corpos físicos e nossas dores emocionais. As águas de março são águas da vida, da esperança, do renovar.

Minha escrita propõe abordar três dimensões para a palavra maré, que permeiam a vida cotidiano da comunidade. Maré como ambiente costeiro e marinho, onde se realizam as atividades diversificadas da cadeia produtiva da pesca/mariscagem e que reúne um conjunto de atividades dentro da própria categoria de pesca. Maré como fenômeno climático que norteia e orienta o nível das águas e que determina o ritmo da produção pesqueira nos espaços de pesca e mariscagem. Maré como estado/condição/circunstância à qual as nossas vidas estão submetidas.

Essas três concepções de maré têm forte influência das águas. São marés que se deixam envolver, inundar, alimentar pelas águas e, em razão disso, pela complexidade das dimensões das marés. Para tratar a primeira dimensão de maré trago a imagem de nossos espaços de trabalho. Para nós, maré é diferente de praia. O ambiente da maré tem relação com a identidade e o trabalho, enquanto que a praia é local de banho, de turismo e de outras formas de lazer. A maré propicia a luta e a resistência.



Figura 7 - Pescadora Marinha de Conceição, se preparando para ao mar colocar muzuá, banco de imagens do Grupo Gaivota. Foto: Uendel Galter.

Algumas áreas do conhecimento medem os níveis das marés para orientar o trato nos ambientes marinhos, como os costeiros de pescas e mariscagem. A população das águas, pescadores e pescadoras, extrativistas de costeiros marinhos, povos e comunidades tradicionais, têm conhecimento ancestral sobre marés e ventos que independem das tecnologias ditas modernas. São conhecimentos tradicionais trazidos de África e aprimorados neste território, repassados de pais para filhos há gerações. Pescadores e pescadoras, em sua maioria são exímios navegadores, mas também têm os que não dominam as técnicas de navegação. Especialmente no Recôncavo e Baía de Todos os Santos muitas mulheres pescadoras não sabem nadar, visto ocuparem as atividades extrativas de mangue e beira de praia e na infância serem impedidas de se afastarem da beira do Estuário.

No debate mais geral, referente à situação política que enfrentamos no Brasil, na América Latina e em parte do mundo, tenho dito que olhar para as marés é muito semelhante ao olhar para a conjuntura. Pescadoras pescadores são povos que muito têm a dizer sobre a conjuntura, visto que nosso modo de vida e trabalho nos impõe a necessidade de uma compreensão profunda especialmente sobre tempos e ventos, pois não é possível desbravar as águas, lançar-se ao rio ou ao mar adentrar os manguezais, sem entender profundamente as

correntes marinhas, de lua e de outros elementos determinantes da relação no trabalho da pesca como os chamados riscos químicos, físicos e biológicos tratados nas oficinas sobre saúde ocupacional de pescadoras e controle social do SUS, realizada entre 2016 a 2017 em 11 estados brasileiros.

Para dialogar com a segunda dimensão da expressão maré, aciono a definição do dicionário Aurélio (2010) Maré “é o movimento regular e periódico das águas do mar, responsável pela sua subida e descida, que configura, por exemplo, a maré baixa e a maré alta”. Não me deterei ao aspecto da maré que revela a dimensão de alta ou baixa, de cheia ou vazia como dizemos, mesmo reconhecendo sua importância, visto que as marés baixas são favoráveis para a pesca de marisco.

Identifico também outras dimensões de maré como, por exemplo, a maré como potência feminina, mãe, que tem uma forma diferenciada de gestar a vida, seus recursos e os seus próprios tempos. Mas, não desenvolverei essa ideia aqui. Vamos levantar as velas, aprumar remos e as varas para tratar três dimensões de maré acima indicadas. Como dizem nossas (os) mais velhas (os): *nossa embarcação é pequena e para seguir com segurança não podemos ter olho grande e querer acabar com o costeiro de uma vez só*. Ou, ainda: *quem come e guarda, come mais de uma vez e tem reservas*.

Historicamente tenho pensado as alterações climáticas como fenômeno, mas, na verdade, trata-se de um estado determinado por um diálogo entre poderosas entidades, a Senhora das Águas, o Sol e a Lua. Para tratar a terceira dimensão de maré, terei um conjunto de exemplos, mas, antes quero mencionar uma expressão popular, que alguns considerarão uma metáfora, muito utilizada no cotidiano para explicitar as situações adversas e complexas que dizem respeito as nossas vidas: “estou em uma maré de azar”. A maré pode ser de benção, de enfrentamento ao asar e de muita luta.

O Dicionário Aurélio (2010) apresenta possibilidades de diversos sentidos figurados para maré. Por exemplo, maré como sentido de multidão, grande quantidade. Então posso dizer que uma maré de Povos e Comunidades Tradicionais ocupou a UnB. Maré pode se referir à disposição ou humor. Neste caso, se diz estou enfrentando uma maré ruim. Circunstâncias em um dado momento, maré de problemas. Conjuntura. Maré é ambiente e ao mesmo tempo e força que estimula os comportamentos, as ações.

Nossas vidas, na condição de povo preto do território tradicional, têm sido pautadas por intensas marés de luta. Hoje tem sido necessário lutar até pelo direito de lutar como nos fala a pescadora Barbara Ramos, da Comunidade Pesqueira e Quilombola Graciosa, localizada no baixo Sul da Bahia. Barbara representa as mulheres de sua região na

coordenação Estadual das Mulheres Pescadoras e suas reflexões têm contribuído com o fortalecimento da luta e com o movimento. O projeto de lei que tipifica a luta política e por direitos como formação de quadrilha, não será capaz de limitar as marés de luta nas diversas Comunidades Pesqueiras e Quilombolas da Bahia, especificamente no Quilombo Conceição de Salinas. Trata-se de uma luta influenciada pelas águas de fevereiro e março. As lutas são distintas e tem objetivos diferenciados em curto e longo prazo.

Mas o que é uma maré de luta na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição? Primeiramente é preciso dizer que elas se constituem no mangue, no mar, na mata, mas também nas feiras da capital, nas periferias, nas universidades e em outros territórios que temos disputado. Nós nos pautamos por algumas importantes marés, quatro ou cinco, que compõem dois grupos de maré de grande relevância. O conhecimento das marés, das luas e dos ventos é uma herança ancestral e é, no dia a dia, no trato com o ambiente e com as tradições que o conhecimento e repassado. Não são necessárias as estruturas formais de ensino e aprendizagem para garantir esses repasses. São conhecimentos repassados pela oralidade na vivência do território.

A maré também é adjetivada como mãe por nós, pescadoras/es e extrativistas, tanto de mar quanto de terra, pela sua capacidade de acolher, suprir, não deixar ninguém em falta. Na comunidade se diz que melhor que as mães Marias, Margaridas, Joanas, Zezé, só a Mãe Maré. Algumas embarcações de pesca, como a da pescadora Vânia Conceição, que colabora na articulação de grupos de diálogos para a pesquisa, recebe o nome de Mãe Maré.

É a Mãe Maré que fazem pulsar a vida e a resistência no território, impulsionando e fortalecendo a luta cotidiana de nossa gente. São quatro as principais marés que nos orientam: maré pequena, maré grande (que são as principais); maré morta; maré de lançamento, que é a mediadora entre um momento e outro da própria maré. A maré de lançamento é o divisor de águas, um importante sinalizador. No bojo de sua organização, as marés apresentam modo próprio e autônomo de se lançar. Alguns dizem que são entidades espirituais como Deus, Jesus ou Espírito Santo que estão agindo, que estão no comando determinando o rumo das coisas, o curso dos processos, sendo o leme da embarcação e do ambiente. Outros dizem que é obra da Senhora das águas e, no dia de sua homenagem, vão agradecer. Pescadoras em pescadores se mobilizam para levar presentes a ela.

As marés grande e pequena tem, cada uma, um ciclo de sete lançamentos. Um lançamento representa um dia e pode ser crescente ou decrescente (Francisco José SOUTO, 2004). No curso de 24 horas a maré fica baixa ou cheia duas vezes, garantindo duas marés ou dois períodos em que a maré está favorável, porque baixa, para realização do extrativismo

(ainda assim tem pescadoras que faz três mares, algumas de nós somos chamadas vaza maré). Quem não é oriundo de contextos tradicionais e não tem esse saber como herança ancestral, deve ficar atento as diferenciações dos tempos das marés. Se hoje a maré está completamente baixa e favorável para o extrativismo por volta das 5h da manhã e 5h da tarde, por exemplo, no dia seguinte ela estará favorável às 5h45. As alterações vão se dando com diferença de 45 minutos a cada dia e depois de sete dias, ao tempo que o ciclo muda se repete, como não se diz tudo de uma vez, pode ser que qualquer dia eu explique melhor. A sabedoria popular tem muito a nos ensinar sobre as marés:

Seja na pequena ou na grande cidade, a maré e a lua determinam os horários e a vida do pescador. Menina/filha você que sempre passa por lá quando vai viajar já viu aqueles batelão de pesca em Itapuã, os pescadores de lá tem que conhecer os lançamentos da maré como os de cá (Adeildo Manoel SACRAMENTO, 2019).

Com essas palavras, o objetivo de meu pai, era me esclarecer que as regras do mar é igual, tanto nos territórios pesqueiros que estão na capital ou fora dele.

Urani veio avisar que já voltou o atendimento com a enfermeira, falou que é para eu ir fazer controle. Essa semana não perco minha mare por nada, a maré está vazando até as pedras, está dando muitos mariscos até o ralacoco mijou ! (Maria Jose CONCEIÇÃO, 2019).

As marés têm as suas especificidades, muitas diferenças marcam o processo, entretanto, cada uma possui sua importância assumindo papéis na proteção do ecossistema, no equilíbrio das espécies, na nossa saúde como trabalhadoras da pesca. De modo geral, é importantíssimo mencionar o estratégico papel das marés na saúde do território tradicional. Considerando que não existem normas regulamentadoras no trabalho da pesca, a natureza (marés) é a principal aliada para regulamentar acordos que não são determinados por documentos. Nosso papel interativo é de entender os códigos das águas, das marés, e dialogar com eles, visto que também somos natureza:

Pesquei muitos anos em Itaparica com seu pai, às vezes ficava duas marés, ou de maré em maré, mas a gente sempre teve respeito com o pescado que estava ovado ou tem período de reprodução. Pescaria boa é da maré de boca de noite ou do lançamento da maré, também a feita em costeiros perto de casa. A gente saía para fazer o arrasto por volta de 6h da noite e logo estava de volta. É a maré que diz o horário que vamos estar em casa e se vamos estar em casa (Antônio BARBOSA, 2019)

Na Comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas, pescadoras/es se orgulham de não realizarem pesca predatória, de estabelecerem acordos de pesca sem

intervenção do Estado. O ordenamento da pesca do Siri é um grande exemplo. Na proposta de ordenamento, a partir da própria comunidade, na maré grande o muzuás está no mar e quando ela vai quebrando o siri fica ovado os muzuá vem para o porto afim de respeitar o período da reprodução das espécies. Essa é uma consciência de quem reconhece a importância de cuidar dos recursos que lhe sustentam, do seu bem.

Bombista não é pescador, é destruidor, essas comunidades por aí, Salinas, Cairu, Encarnação e as outras tudo tem colocador de bomba que destrói nossa maré. Mas, aqui em Conceição, nunca nasceu nem se criou um bombista. Somos pescadores de verdade (Pescadora anônima, 2018).

A fala do pescador a cima não revelei a fonte visto a delicadeza do assunto, mas sua afirmação e orgulho pelas praticas de cuidado consciente constitui exemplo para o povo das águas.

Esse longo preâmbulo me permite pensar de forma mais detida sobre as Marés de Luta na comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas. Comunidade que o Geografar em alguns estágios de sua pesquisa vai conceituar como Quilombo Pesqueiro Conceição de Salinas, visto a importância da pesca artesanal, e visando também desmistificar a ideia de que uma comunidade Quilombola se pauta só pela agricultura.

Esse é um olhar que revela um desconhecimento das marés que determinam a vida no Território Pesqueiro. Mas, vou descrever as marés de luta a partir de dois argumentos centrais. O primeiro, tomando por base a luta pelo sustento, que tem relação com as demandas imediatas da vida cotidiana: pesca/mariscagem, beneficiamento, comercialização, atividades domésticas, coletas de frutas e outros extrativismos. O segundo, relacionado as pautas coletivas e incidência política, com seus resultados de curto, médio e longo prazo.

Azezildo Fernandes Mendes (2018), pesquisador popular do amplo Território da Fazenda Conceição, com fortes relações com comunidade, tanto familiar, de trabalho e amizade, quanto de produção, nos chama atenção para o fato de que primeiro se luta pelo pão e depois se faz política para não inviabilizar os recursos que garantem o pão de cada dia. Ele nos diz ainda, que não podemos fazer política, deixando a casa pura/vazia tomando a família como inimiga. Dona Maria Tupinambá também nos orienta a fazer a batalha com o alimento garantido, visto que, para ela, a alegria vem das tripas e ganha a guerra quem tem alimento (Maria, TUPINAMBÁ, 2019).

A partir das reflexões de Dona Maria e de Azezildo, é possível refletir melhor sobre as estratégias que devemos estabelecer para garantir o sucesso na luta e também para que nossos familiares não se tornem inimigos da luta.

Nesse sentido, vale destacar dois importantes elementos, as lutas políticas se dão a fim de manter o território, os direitos e, conseqüentemente, não só o sustento, mas condição digna de vida, com garantia de direitos fundamentais. As lutas relacionadas à sobrevivência imediata muitas vezes parecem assumir maior relevância, entretanto, não posso dizer quem tem maior importância. Sei apenas que essas lutas estão interligadas e que uma dá suporte para a outra. O imediato, muitas vezes, mobiliza mais, entretanto, não é necessariamente o mais importante. Uma luta deve servir para subsidiar a outras.

Cito como exemplo uma grande mobilização que está se dando nas comunidades de Salinas, Recôncavo, Baía de Aratu e Bia de Todos os Santos (entre 2018/2019). Várias pescadoras/es que foram prejudicados no acesso a indenizações, articularam-se em diferentes municípios e procuraram a empresa para fazer a denuncia. A mobilização pela indenização tem uma proporção tão grande no município e fora dele que nunca presenciei algo semelhante no que tange a luta por direitos. Ranufo Peloso, pensador dos movimentos sociais, afirma que o povo se mobiliza por interesse e por necessidade e que nós, as lutadoras do povo, precisamos garantir as condições para que as necessidades mais imediatas do povo sejam atendidas. Em marés de vento forte é necessário lutar, lado a lado com o povo.

Às vezes as necessidades básicas de nosso povo os torna refém de políticas públicas assistencialistas que desarticulam a luta e enfraquecem a resistência. Na luta política e pelo sustento, a jornada de trabalho das mulheres pescadoras é exaustiva. Em 2018, fruto de um projeto que garantiu realização de oficinas sobre controle social do Sistema Único de Saúde (SUS) e Doenças Ocupacionais em Mulheres Pescadoras, foi publicada uma cartilha com o apoio Ministério da Saúde, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A cartilha trás o quadro da carga horária de trabalho das mulheres pescadoras, revelando uma jornada com excesso de atividades realizadas em um dia de luta pelo sustento e, muitas vezes essa jornada se dá articulada com as lutas políticas. Uma maré é a soma de sete dias de luta e ela pode ser marcada por uma determinada luta ou por um conjunto de lutas. Um dia de luta pode ser constituído por um conjunto de atividades da cadeia produtiva pesqueira, somado às atividades familiares e associativas.

Vera Martins e Paulo Pena se dedicaram durante mais de uma década a estudar o impacto do excesso das atividades de pesca na vida e na saúde das mulheres. Também organizaram o livro *Sofrimento negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e pescadoras artesanais* (2014). Destaco, nesse sentido, a força das mulheres em várias marés, suas resistências e constantes lutas pela construção de uma sociedade melhor para si e para sua gente. Tanto no passado como no presente, as mulheres têm protagonizado as principais

lutas, nas diferentes áreas, fruto de uma consciência de si e para além de si. Esse aspecto também tem sido analisado pela doutoranda Thais Dias Gomes sobre o enfrentamento das violências impostas as mulheres negras, pescadoras, marcadas por um conjunto de opressões que estão interligadas.

Os corpos das mulheres, que se confundem com os próprios movimento das marés, na conformação dos seus ciclos, são corpos que sofrem maiores impacto frente a perda do território, no processo de contaminação química e por dejetos, no extermínio dos homens negros e na prática de outras ações violentas impostas pelo capital.

Diante dos conflitos que hora se manifestam nos territórios, como “tempestades em dias de verão”, potencializados pela fúria avassaladora do capital que tem por objetivo expropriar e exterminar nossos modos de vida, torna-se necessário que a luta política produza ganhos também imediatos. É notório que nosso tempo, enquanto Povo e Comunidade Tradicional que vive sob ameaça, e os tempos das nossas necessidades legítimas, são diferentes dos tempos dos órgãos e até de parcerias que se movem por outras lógicas. O tempo de nossas necessidades tem nos levado a fazer luta de naturezas diversas, cotidiana e ininterrupta.

O Estado está a serviço do capital e dos seus interesses, e neste sentido, é eficiente para punir e reprimir as comunidades e ineficiente para cumprir seu papel de fiscalizar as empresas que expropriam o território. Se antes existiam divergências ou dúvidas em função do grupo que estava no poder, hoje os movimentos populares não têm qualquer dúvida de que o Estado, que se investe do poder institucional para matar, é inimigo declarado dos Povos e Comunidades Tradicionais. Está a serviço do capital, atua com o objetivo de privatizar e destruir todas as nossas riquezas. Autoriza a sociedade brasileira a cometer crimes contra mulheres, jovens, negros e indígenas, potencializando as opressões e as violências. Por essas e outras razões, as marés de luta são mais que necessárias.

Frente a uma conjuntura de ataques e violências que nos conchama à luta, não podemos esperar que os estudos do INCRA levem 10 anos para serem iniciados e concluídos. Não podemos esperar que o empreendimento destrua toda nossa mata, nossas pedras e fontes sagradas, que aterre nossos rios e nascentes, para só, então, os outros órgãos e instituições competentes se manifestarem. Num projeto em que judiciário, Estado e capital se aliaram para nos negar direitos, estamos por nossa própria conta. A morosidade e conivência dos órgãos fortalecem o ataque à nossa identidade e ao território, além de corroborar para o aprofundamento das violências. Os direitos dos povos tradicionais e os interesses do capital são forças antagônicas.

Um conjunto de estratégias vem sendo implementadas contra nós e nossos direitos, mas, de maré em maré, a gente luta. Lutamos com a influência da lua e do vento pelo direito de viver e pelo direito da própria mãe das águas. Os manguezais, morada de Nanã, é de grande importância para garantia e preservação do território. Logo, não é possível falar de territorialidade de territorialização da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, sem considerar a mãe de todos e também o modo singular como a vida se manifesta nesse ambiente sagrado. São mães da lama dos manguezais, mães das águas. Se a Constituição Federal vem sendo rasgada e as demais leis vem sendo flexibilizadas, cabe-nos recorrer às senhoras dos manguezais, das águas, da mata, para que elas ajam com justiça em favor da nossa gente.

O ciclo das águas é movido pela própria mãe das águas. Célia Regina Nunes, Coordenadora da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiros e Marinhos (COFREM), é uma mulher paraense que expressa em seu corpo a defesa das marés, chamada por ela como *meretórios dos manguezais*. Na mística que pulsa seu corpo militante para além do seu território tradicional, em cada manifestação pública, ela pede benção e licença a Nanã sua mãe/nossa e avó de todos.

Segundo mitologia africana Nanã é um vodú e Orixá das chuvas, dos mangues, do pântano, da lama, senhora da morte e responsável pelos portais de entrada (reencarnação) e saída (desencarne). Uma senhora muito respeitada pelas outras entidades e por nós. É a grande protetora dos manguezais, quem garante a reprodução das espécies e todo ciclo da vida marinha, é a vovó do mangue a quem pedimos benção.

Em função da violência que avança sobre nossos corpos, temos colocado em movimento uma luta de maré em maré, com pescarias de muitos lanços. Em uma pescaria de sustento só é necessário realizar vários lanços quando o resultado deles não é satisfatório. O mesmo se dá na luta cotidiana em defesa do território. No caso da luta realizada no mar do fortalecimento da identidade e defesa do território, são necessários muitos lanços. O que não significa, necessariamente, uma pescaria de *maô* ou de resultado pouco satisfatório. Na verdade, isso demonstra o fortalecimento da resistência da comunidade frente aos ataques sistemáticos do capital.

Além disso, os lanços das redes têm permitido ampliar os diálogos e a produção de dados que subsidiam a própria resistência. O capital tem uma forma de organização diferente da nossa e atua tendo ao seu serviço braços fortes do Estado que vão desde o executivo, legislativo e judiciário. O enfrentamento que a comunidade faz ao capital vem sendo sistematicamente combatido pelas forças que operam no Estado, numa lógica que atropela e

inviabiliza a segurança e a soberania do território. Os ataques nos impõem luta, e a luta justifica e subsidia a vida. Quanto mais a comunidade, seu modo de vida e tradição são atacados, maior a necessidade de estruturar formas mais qualificadas de resistência e luta.

Marés de luta que se manifestam frente à necessidade de incidir em defesa do território e do modo de vida tradicional. Defesa da forma de viver e de se relacionar com o território, com a ancestralidade. A luta e a resistência de nossa gente incomodam o capital que, de forma violenta, ataca não só nossos territórios como também nossas próprias vidas com ameaças físicas e outras como a cometida pelos capangas contratados pela Bahiana contra a família Gomes.

A luta que se faz no Quilombo Conceição é pelo direito de viver com dignidade no território ancestral, onde viveram nasceram nossos antepassados e nossos pais. O direito de existir para nós e nossa gente se manifesta em vários aspectos e está para além da garantia da alimentação ou da moradia.

Uma luta pela garantia e manutenção dos direitos fundamentais explicitados pela Constituição Federal, leis e instrumentos legais específicos como o Decreto 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Decreto 6040, além dos direitos constituídos nas comunidades que não estão inseridos no sistema jurídico oficial, mas orientam nossas relações com e no território, com a ancestralidade e com as outras existências não humanas.

Nossos opressores, de várias formas tentam não só nos invisibilizar e apagar nossa história, como, também, inviabilizar as marés de luta que protagonizamos. Com o propósito de nos calar, impõe ameaças sistemáticas não só ao território como às vidas. As ameaças provocam medo, mas não desarticulam a luta, alguns se deixam calar, mas outras seguem em resistência. De forma mais direta, as ameaças têm se dado contra os coordenadores da associação local, as famílias beneficiárias do TAUS e todas/os que resistem à implementação do Parque das Margaridas.

O relatório da visita técnica do INCRA à comunidade de Conceição, realizado em maio de 2017, apontam denúncias de um conjunto violações de direitos difusos da comunidade, assim como o relatório técnico encomendado pelo próprio Ministério Público do Meio Ambiente. As violências podem ser enquadradas como racismo ambiental, racial, de gênero e porque não dizer que trata-se de racismo estrutural. Existem, questões também relacionadas ao crime organizado, visto a atuação de uma espécie de milícia para expulsar as famílias de suas roças denunciada na audiência de 29 de Setembro de 2017 a SPU, SEPRMI, Gestão Municipal e outros.

Estamos nós aqui, no Recôncavo Baiano falando de milícia e quando eu falo de maré e de luta, de luta na maré, bem como de luta e maré, inevitavelmente, lembro-me de Marielle Franco da Favela da Maré, que foi brutalmente assassinada. Marielle da Maré, como muitas de nós, fazia a defesa de sua gente e de seu território, seu próprio corpo era um território que carrega as marcas das bandeiras de suas lutas”. Era um corpo marcado por diversas opressões que impulsionavam as lutas políticas.

As nossas histórias e as histórias de outras mulheres negras guardam semelhanças que estão para além de serem vítimas de uma violência pontual. Como nos aponta Conceição Evaristo (2014), Djamila Ribeiro (2017) outras intelectuais negras, temos a experiência de luta e resistência de enfrentamento ao racismo estrutural e a outras formas de racismo e ao patriarcado. Diariamente, temos sido mortas de varias formas, mas a morte de Marielle, uma parlamentar, que fazia a luta em defesa dos direitos humanos, impõe medos a muitas mulheres que lutam como nós. Mas, não é um medo que nos imobiliza, ao contrário, é um medo que nos coloca frente à necessidade de lutar de maré em maré, tanto nas marés pequenas como nas grandes. Neste sentido, a luta política, muitas vezes toma espaço também nas marés que deveriam ter maior relevância para o sustento. O assassinato de Marielle, que até hoje o Estado não esclareceu à sociedade brasileira, foi como uma “mensagem aberta” para todas nós mulheres pretas que ousam lutar de maré em maré. Ela, eu e outras mulheres pretas, somos a “carne mais barata do mercado”, razão pela qual também somos fortemente atacadas, desrespeitadas, ameaçadas e violentadas.

O estigma negativo posto sobre a maré, Maré de Conceição e de Marielle Franco, tal como sobre o mangue como lugares de atraso, de sujeira e mau cheiro, está muito distante do que efetivamente esses espaços representam. O mangue é extremamente organizado, é o espaço de produção, reprodução e manutenção da vida. A maré, como dizem as mulheres da comunidade no cotidiano e no livro *Salinas, o mar, a lama e a vida* (2011) são seus supermercados. Grandes provedores e empregadores!

Em muitas cidades, os grandes empreendimentos vêm sendo construídos sobre as marés, os manguezais, vegetação/madeira/ambiente. No que tange ao mangue como vegetação, trata-se da madeira mais resistente do território brasileiro, que vem sendo explorada há mais de 500 anos e ainda sim resiste, como é possível perceber na obra de Fernando Cordeiro de Almeida, intitulada *Manguezais Aracajuanos: convivendo com a devastação* (2010). Tanto o mangue (vegetação protegida), como o mangue (ambiente, ecossistema costeiro de transição entre biomas terrestres e marinhos), são símbolos da luta e da resistência, tal como a própria maré e as mulheres guerreiras da maré.

No universo da pesca artesanal, principalmente em ambientes costeiros e marinhos, luas, marés e ventos determinam a dinâmica da vida e a existência. Sobre a influencia da lua sobre as marés, mestras(es) do território tradicional entrevistadas por Francisco José, e por mim, nos ensinam:

“É, o povo entende, né? Por ocasião da lua o marisco rende mais, né?”. A quase totalidade das entrevistadas disseram que estes mariscos vão engordando durante o crescente da lua até ficarem gordos na lua cheia. “Quando a lua tá cheia eles fica mais cheinho. É por lua”; “Eles engorda por causa da lua. Tem lua que ele tá mais cheio (lua cheia)”; “O marisco tá mais gordo porque a lua ajuda. Quando a lua tá cheia ele tá cheio também”; “É, tem a lua cheia que ele fica maio repesa mais também, fica mais gordo”; ou ainda “É porque da lua, né? Quando chega a lua cheia, até os mediozinho assim tá tudo grossinho dentro. Bom! Aí pesa mais, tá tudo cheinho dentro. Aí quando chega a lua minguante, eles ficam murchinhos. Eu levo um balde desse e não dá um quilo e agora quando a lua tá cheia, a gente leva um balde que dá um quilo e cem, um quilo e duzentas... assim...”. Algumas marisqueiras e pescadores também estenderam esta relação outros mariscos: “Aliás, tudo na lua cheia acrescenta mais, né? Todos os marisco”. Esta associação entre lua cheia e peso-tamanho de animais já era feita por Cristóvão D. Lisboa, em apontamentos tomados entre 1624 e 1627 no Maranhão, quando afirmava que “o ceri (siri) é muito bom para comer e são muito gordos, principalmente quando é lua cheia ou quando é cabeça d’água, e a gordura é amarela” (LISBOA, apud SOUTO, 2004 p. 111).

Com em entrevistas e observações em campo, Francisco José continua teorizando sobre a influencia da lua sobre as marés e mariscos, articulando os conhecimentos tradicionais com as perspectivas de outros cientistas que também atestam as influencias mencionadas na reprodução e desenvolvimento das espécies:

A explicação desta relação foi feita com base na influência das maiores marés que ocorrem nesta fase: “Essa época eles tão mais cheios porque a maré. A lua é cheia, aí eles ficam mais cheio... acho que é por causa da estação da lua, né? Eu acho que sim. Eles engorda mais”, e que trazem mais alimento para os mariscos. “Quando a maré tá boa, eles tão se alimentando bastante, estão se desenvolvendo. Quando a maré fica pequena, vai ficando ruim, aí eles tão tudo sentindo falta”. NISHIDA (2000), afirma que “as marés de sizígia, de grande amplitude, apresentam uma dinâmica muito forte e durante a preamar, quando atingem um banco arenoso-lodoso, forma uma espuma que deve conter microrganismos do plâncton floculados, os quais servirão de alimento para o bivalve e à sua conseqüente engorda”. Nas luas minguante e nova, segundo marisqueiras, os animais diminuem de volume e o rendimento cai (“Porque na nova e minguante eles estão se criando, se produzindo mais, se criando”; “quando a lua tá minguante ele fica mais xôxo. Quando a lua tá cheia ele fica mais cheio, quando a lua vai minguando ele vai xoxando um pouco”; “Dizem que na maré da lua tá nova o marisco tá magro e quando a lua tá crescendo, vai melhorando. Diz o povo que é assim”; ou ainda “Ói, quando a lua tá cheia, aí as concha tá tudo gordinha. Marisco quando a lua tá nova, minguante assim,

ele tá magro, eu acho. Eu acho não. É!”). Segundo NISHIDA (1998 apud NISHIDA, 2000), “em bivalves, o grau de engorda, índice de condição, ou simplesmente condição, representa um dos métodos mais satisfatórios de avaliação da quantidade da carne em relação ao espaço intervalvar ocupado”. Este autor testou experimentalmente, através da utilização do Índice de Condição, a hipótese de catadores de “unha-de-velho” (*Tagelus plebeius*) de que estes mariscos “engordavam” nas marés de lua cheia e nova. Em Acupe, foram obtidos para a *A. brasiliana* índices médios de 20,23% para a lua cheia, 16,83% para a lua minguante, 19,38% para a lua nova e 15,3% para a lua crescente (Figura 32). Estes dados coincidem com os encontrados por NISHIDA (op.cit) e NISHIDA e NORDI (2000), mas corroboraram apenas parcialmente as informações das marisqueiras de Acupe, pois, se os menores valores ocorreram nas luas quarto-crescente e quarto-ninguante, os mais altos também foram obtidos para a lua nova. Ainda que o valor médio da lua cheia tenha sido superior ao da lua nova, a diferença entre eles não foi significativa estatisticamente (teste de Tukey), ao intervalo de confiança de 95%. Mudanças sazonais na condição de bivalves resultam de complexas interações de uma variedade de fatores, entre os quais estão alimento, temperatura e salinidade, sobre atividades metabólicas (HICKMAN e ILLINGRORTH, 1980). ARRUDA SOARES et al. (1982), verificaram que o rendimento de carne da *A. brasiliana* foi consideravelmente maior no verão (maior precipitação) do que nas demais estações do ano. Em trabalho sobre dinâmica de crescimento e nutrição desta espécie na Ilha de Madre de Deus (BTS), BAHIA (1995) verificou que as médias amostrais da variável peso das partes moles estiveram associadas à disponibilidade de alimento no ambiente ou à depleção de matérias orgânicas por estresse. Os dados obtidos experimentalmente em Acupe, portanto, podem ser explicados pelo maior aporte de alimento que, de acordo com NISHIDA (2000), ocorre nas marés de sizígia (luas cheia e nova). Apenas um pescador, 113 reconhecido na comunidade como um dos maiores pescadores de Acupe, pelo fato de dominar as diferentes modalidades de pesca e mariscagem locais, afirmou que os mariscos engordam nas luas cheia e nova (SOUTO, 2004, p. 112).

Provoquei um diálogo entre Deinho, Jorge (peixe que canta) os pescadores de Conceição de Salinas para compreendermos melhor qual é a visão dos mesmos referente a importância da lua nas relações para a reprodução das espécies e para o modo de vida:

A lua é tudo na vida da gente, ela governa tudo e até a maré. Você sabe menina/minha filha, quando a lua está cheia ou nova, as coroas e costeiros de pesca se modificam. Eu sempre levei vocês para dormir na Ilha em maré de lua. Vocês mariscavam duas marés, eu e meus amigos também pescava. Eram vários tipos de peixe, siri, camarão e lula. É a alegria de vocês, comento escaldado de lula com tinta, na beira do fogo olhando a lua. (Adeildo Manoel SACRAMENTO, 2019)

Ei amigo, esse posso novo de 15, 20 anos eu não sei. Mas, no nosso tempo tudo que agente ia fazer ne? Tinha que olhar para lua. Na hora de plantar tinha que esperar a lua, para colher também, até as mulheres tinham filho com impulso da lua. (Jorge MACEDO, 2019)

Marés Grandes

As marés grandes são ricas em diversidade e quantidade de pescados. Elas também propiciam acesso a uma extensão territorial maior, a fim de garantir exploração dos crustáceos e mariscos por mais tempo de trabalho, visto que a maré permanece baixa por um período maior. Algumas coroas e costeiros de pesca ficam escondidos nas marés pequenas e se exibem na maré grande, para serem contempladas e explorados, garantindo assim uma melhor produção. Esconder-se em um determinado momento e mostrar-se em outro é uma estratégia utilizada pela própria natureza, que é perfeita. Usando deste recurso, a natureza impõe ordenamento territorial sem necessariamente recorrer aos órgãos ou instituições de controle.

A possibilidade de acessar os espaços que nas marés pequenas não são possíveis de serem exploradas, é uma estratégia imposta pela própria natureza a fim de se proteger e de proteger as extrativistas do risco de sucumbirem ao apelo da exploração desenfreada imposta pela lógica do capital e às normas jurídicas do mundo da pesca como o Decreto 8425 que impõe as pescadoras/es a obrigatoriedade de pescar todos os dias e o dia todo de forma ininterrupta a fim de garantir direitos:

É a maré que diz onde devemos pescar, você está vendo aquele costeiro ali, tem tempo que não vaza, às vezes o vento está forte, não podemos fazer nada. O governo da pescaria primeiro é feito pela maré e pelo vento, depois pelo pescador (a) Você não estudou? Não é inteligente? E fica perguntando as coisas. Você devia saber mais do que seu pai que só estudou duas cartilha (Adeildo Manoel SACRAMENTO, 2019).

A maré grande sofre influencia da lua e é esperada com grande expectativa, visto que possibilita um retorno econômico maior para as famílias envolvidas nas atividades da cadeia produtiva da pesca. Mas como a maré é um ambiente de muitos mistérios e surpresas é importante dizer que muitas vezes vivenciemos excelentes pescarias sem que exista qualquer relação com a maré grande.

Alguns grupos familiares se dedicam a exploração dos pescados só nas marés grandes, especialmente os grupos que atuam na captura de mariscos, tamanha a proporção dos resultados da produção neste período. Com o planejamento de trabalhar da pesca, atuando só uma semana por quinzena, a/o pescador/a pode dar-se o direito de descansar das atividades produtivas de sustento nas marés pequenas, dedicando-se, assim, a outras atividades como as

associativas, de cunho político, organizativo, religioso e familiares. Uma relação sustentável de liberdade, garantida pela ausência de um patrão. Nessa relação a maré e a própria pescadora determinam seus dias e horários de trabalho:

Então, fiquei rica! De vez em quando eu fico rica e não quero sair da cama, esses tempos eu não vou mariscar não (Marineide de JESUS, 2019).

Eu não tenho patrão, não preciso bater cartão, quem faz meus horários é a maré. Tem período que eu quero acabar com a maré, vou direto e vocês (o povo lá de casa) fica dizendo que vou destruir a maré, outras vezes eu fico sem ir (vocês dizem que estou de férias) e a maré sempre me recebe de braços abertos (Eliene Conceição NERI, 2019).

Na pesca do siri com muzuá, existe uma maior preocupação com a reprodução da espécie. Em uma maré, o siri está bom para captura e em outra está ovado incompatível para captura. Nesse período, na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas a maré é respeitada e não se faz captura de siri.

Você conhece todo mundo aqui e sabe, aqueles materiais de pesca ali seus meus, de Vani/Chiquinho, de Marineide/Ninho, de Pina/Val. Sempre que a maré quebra, a gente traz o muzuá para terra e fica só pescando peixes, camarão outras espécies. A cada 15 dias o siri fica ovado e quem depende da maré de verdade tem que respeitar, as regras do mar (Marcelo SANTOS, 2019).

A jornada de trabalho realizada por uma mulher pescadora em uma maré de luta pelo sustento é exaustiva e insalubre, visto a exposição a cortes, furadas, contaminação de natureza diversificada. Ao mesmo tempo, é prazerosa e terapêutica pelo contato com a natureza e pela relação de liberdade. A pescadora Regina Lopes, de Ilha de Maré, relata a função terapêutica da maré no filme *Mulheres das Águas*, produzido pelo cineasta Beto Novais. Um dia de luta pode iniciar entre 3h ou 4h da manhã e encerrar entre 19h às 20h, compreendendo entre 12h a 16h.

Cabeça d'água é o auge da maré grande, o estágio crescente que se apresenta a partir do terceiro e quarto dia do período da maré grande. Trata-se da maior maré do período da maré boa e que sinaliza o abrir lugar para a maré igual. Na sequência, a maré quebra para iniciar um novo ciclo decrescente, o ciclo da maré pequena. Na cabeça d'água a maré de luta por sustento é mais intensa.

Vou lhe dizer uma coisa prima, tem pescadora e pescador que é rude, pesca a vida toda, mas não aprendem a lição do mar, muita mulher que nasceu nessa beira de praia não sabe nadar. Tem mais outra coisa, esse mar é muito rico e todo mundo vem para cá trabalhar (pescador não identificado, 2018).

Ana Tereza Reis da Silva, cabocla-ribeirinha de dois rios (Tapajós e Amazonas), diz que ser ribeirinha não lhe obriga a saber nadar. Colocando essas narrativas em diálogo, encorajo-me a dizer que sou uma pescadora nascida e criada na beira da praia/maré que não sabe nadar. E também que sou uma baiana do recôncavo, filha de um dançarino que não sabe dançar. Nesse sentido, segundo a narrativa do pescador, sou uma pescadora rude, que não sabe nadar.

Depois da cabeça d'água temos uma maré que chamamos de maré igual. Especialistas/tecnicistas que não são oriundos de contextos comunitários tradicionais dizem que não existe maré igual, mas, a vivência cotidiana das/os mestres e mestras de pesca apontam a existência de marés iguais sim. Existem dois dias em que, nos seus ciclos, as marés apresentam os mesmos movimentos e temporalidades de baixa e cheia. O limite, a distância, a abrangência e o volume das águas na praia, são semelhantes. Nos territórios pesqueiros, o modo de vida é muito específico e precisamos compreender o movimento das marés para não perdermos a hora, diz o ditado popular que missa e mare se espera ao pé. A cada lançamento existe uma diferença também específica. O tempo da maré e o nosso não são fixos. No território pesqueiro maré e lua determinam o ritmo e sempre bom frisar. Nossos tempos e nossas necessidades são outras, isso o capital não tem capacidade nem disponibilidade para entender:

Cabeça d'água representa o maior nível da maré, depois da cabeça d'água vem as marés igual e logo ela começa a quebrar, a maré pequena não é boa para algumas pescarias (Marmeleiro, TEIXEIRA 2019).

Citei as mestras e os mestres de pesca superficialmente, mas acho importante dizer que a condição de mestre e mestra é a maior patente da minha gente, e essa é a condição em que me apresento e que muito me orgulha. Toda vez que divido um espaço de debate com as pessoas ditas importantes faço mais questão de ressaltar essa distinção do meu povo.

Marés Pequenas

Nas marés pequenas a dinâmica é oposta á estabelecida pela natureza nas marés grandes. Não é possível acessar os costeiros escondidos. Do mesmo modo, não acessamos pescados e mariscos diversos, aqueles das Coroas encobertas não ficam disponíveis. Neste aspecto peço licença a Eliete Paraguassu, a Pescadora Dra. das coroas de pesca para abordar a questão. Em algumas coroas só é possível realizar a pesca/mariscagem usando a técnica do mergulho, entretanto, não é qualquer pescador/a que a domina. De modo geral, na maré pequena exige-se menos tempo dedicado à atividade e menos esforços para realização das tarefas que giram em torno da produção. Nesse sentido, outros ganhos são possíveis. Os costeiros de pesca e mariscagem podem descansar a fim de garantir reprodução e crescimento das espécies e quem realiza as atividades de pesca também descansa, pois a própria maré impõe como regramento.

A maré pequena é estratégica para a saúde das mulheres, para reprodução das espécies, para o descanso dos costeiros e para fortalecimento da maré de luta política. Vale ressaltar, mais uma vez, as marés pequenas têm grande importância, sem elas a maré grande não cumpre sua função. A maré pequena, que também é classificada como maré pouco favorável, pode ser interpretada como o atual momento político: desfavorável para a produção, entretanto, favorável para o fortalecimento da luta e da resistência. São nas marés pequenas que se constroem e implementam as pequenas revoluções.

Mas, é preciso atentar para as possibilidades apresentadas pela maré pequena. O modo como nos relacionamos com as marés pequenas, podem garantir ou não o fortalecimento da resistência e a capacidade de produção nas marés grandes. Nos seus estudos no Recôncavo e na Baía de Todos os Santos, as/os pesquisadoras/es Taise Alves, Kassia Rios, Francisco José vivenciaram o desafio de compreender o movimento das marés na escola da vida e na Escola das Águas.

Ainda pensando a conjuntura política, a maré pequena que estamos enfrentando, é preciso não perder de vista a oportunidade que ela nos proporciona de nos repensarmos enquanto movimentos de “esquerda”, de reavaliarmos nossas práticas, de recompormos nossa tripulação de pesca e redirecionarmos nossas pescarias em articulação e parceria com outras tripulações.

A maré morta tem raiz na maré pequena, mas se destaca por ausência de energias/força da lua e/ou do vento que possibilite o movimento de subir e descer das águas em uma velocidade considerada normal. A completude dos ciclos não se manifesta na sua totalidade, a maré não atinge a dimensão de completamente cheia, nem de completamente baixa. No seu ato de encher e vaziar, uma maré morta não consegue ser plena. Lenta para sair da praia (vaziar) e também para voltar para praia, ou encher, é considerada uma maré preguiçosa, sem vida.

Eu defendo que tal como as águas, também devemos viver sem pudor as “marés mortas”. Os nossos corpos e os ambientes como corpos, tem limites que precisam ser respeitados. Precisamos aprender ouvir nossos corpos e proporcionar para ele um descanso necessário, as mais velhas dizem que “corda muito esticada quebra”.

O período que chamamos de duas marés, destaca-se pelo fato de a cada 12 horas a maré completar um ciclo, enchendo e vazando, dentro de outro ciclo maior, como os lançamentos explicados cima. Então, todos os dias a maré completa dois ciclos, possibilitando a realização de mais de um momento de pesca/mariscagem nas atividades que dependem de uma maré baixa para serem realizadas. Geralmente, nas marés pequenas, os dois ciclos das marés, caracterizados pelo ato de encher e vaziar, ocorrem à luz do dia, movidos pelo sol e/ou pela lua, o que possibilita realizar dois períodos de trabalho no extrativismo ou mariscagem como falamos mais amplamente.

Os lançamentos das marés são de sete dias, ou seja, cada maré tem 7 lançamentos, tanto no período de maré pequena como de maré grande. No mês temos duas mares mais aberta e duas mares mais curta. Mas, quando dizemos que a maré está de lançamento, estamos falando de um momento específico, onde, a maré sai de um estágio para dá lugar a outro. Podemos citar, como exemplo, o fato de a maré pequena e/ou a mais curta, lançarem-se mais abertas para fazer introdução das marés grandes.

Saber que a maré está de lançamento para iniciar o período da maré grande é uma alegria nos territórios pesqueiros, especialmente para quem trabalha com rede de camarão de arrasto (que é diferente arrastões da pesca industrial), mariscagem e siri de muzuá. Fiquem atentas(os) quando alguém disser que a Maré lançou, isso significa que ela está favorável para pescarias mais produtivas.

Para garantir a realização das rotinas de trabalho nas marés de luta, colocamos em prática, no território, o que a professora Ana Tereza Reis da Silva chama de “redes de cuidados”. Nesses e em outros momentos, as(os) filhas(os) de uma passam a ser filhas(os) de todas. As crianças muito pequenas devem se acostumar com os colos não só das suas mães

biológicas, como das mães de amizade, tias, avós, madrinhas, visto que em um determinado momento a mãe biológica vai precisar se ausentar para enfrentar as marés de lutas em costeiros mais distantes de suas residências. Então, torna-se necessário partilhar a maternidade com aquelas que antes se chamavam mães de leite e mães de cuidado. Hoje são simplesmente irmãs, amigas ou amigas irmãs.

Já falamos que a maré é como uma mãe, dizemos também que as diversas mães do território, seja de sangue, de leite, de umbigo ou de afeto, são muitas, e todas elas as filhas e filhos recebem carinho e afeto.

A tarefa de cuidar em terra é desempenhada muitas vezes por mulheres que estão mais envolvidas com as atividades da cadeia produtiva da pesca ligadas ao beneficiamento e comercialização, em suas residências ou na beira da praia. Também por outras que, por questões de saúde ou outros resguardos, estão impedidas de realizarem o extrativismo propriamente dito, no mar aberto, manguezais ou em costeiros de pesca mais recuados de seus lugares de moradia.

Entre as mudanças que alteraram muito a atividade pesqueira artesanal na Comunidade Pesqueira e Quilombola, está a substituição do remo pelo motor (Grupo Gaivota 2011). Destacamos também o beneficiamento do peixe de baixo valor comercial como xangó e massambé utilizando tesouras que possibilitam tratar três ou quatro vezes mais pescados, no mesmo tempo de quando o trabalho é realizado com faca. Também foi implementada uma tecnologia simples que possibilita escamar centenas de peixes de uma única vez, como a prática de bater o peixe na água do mar, dentro de um saco de rede de cordão que não esquenta e mantém o peixe fresco por mais tempo.

As relações nas marés de luta pelo sustento, estabelecem-se através de um contrato que se institui com a lama, com as águas, com o vento, com os costeiros de pesca e com a própria espécie que se busca capturar (GAIVOTA 2011). Esses termos não estão ditos nas linhas escritas de um contrato registrado em um cartório. Trata-se de um contrato ancestralmente pactuado como nos revelam um pescador:

Na hora e no lugar que o pescado corta eu sigo ele, eu sei que o peixe está cortando pelo balançar das águas. Aprendi na comunidade indo para a pescaria desde criança (Crispim TEIXEIRA, 2019).

A maré tem seus tempos e as mãos humanas não têm poder de interferir em suas regras. Aprendemos através dos conhecimentos transmitidos pelas nossas mães e avós a respeitar os tempos das marés e, como orienta o ditado popular, “esperar ao pé”. Mesmo com

chuva é possível realizar as diversas atividades da cadeia produtiva da pesca, pois alguns ventos também são favoráveis e são conhecidos por muitos de nós. Entretanto, ventos fortes e raios são sinalizadores da hora de recolher os apetrechos de pesca e buscar abrigo em terra.

O pescado segue o curso das águas, subindo ou descendo as Baías, Enseadas e Rios. Olhos atentos e consciência detentora de um saber nos levam a capturar a espécie desejada no local que ela (a espécie) esteja. Certamente já mencionei que conhecemos uma espécie de pescado pelo balançar das águas, de igual modo conhecemos tipos de mariscos pelos riscos que eles deixam no costeiro de pesca ou pela forma de respirar. As mulheres pescadoras, muitas vezes, ao romper com a colonialidade do pensamento, revelam suas concepções de desenvolvimento, defendendo que crescimento é não deixar de ser quem é. Ao mesmo tempo celebram sua relação de liberdade pela ausência do patrão. Esses elementos fazem parte dos termos contrato com às águas, lamas, ventos e costeiros.

No livro *Salinas: o mar, a lama e a vida*, é evidenciada essa liberdade e as mulheres afirmam que seu contrato é com a lama, com o mangue e com a vida. Na atividade da pesca não existem normas reguladoras impostas por um patrão ou por órgãos como em outras atividades profissionais e de sustento. Nesse caso, as marés regem tudo, regem a produção, o ritmo de trabalho além de estabelecer régua e o compasso no trato com o território, influenciando o modo de vida, a tradição e a cultura.

Se a natureza/ancestralidade não criasse suas próprias estratégias de proteção do território, com tanto assédio por parte do capital certamente nós encontraríamos maiores entraves para manter uma relação respeitosa com ela, visto que os modos de vida operantes pelo consumo desenfreado, inviabilizam uma relação mais sustentável. É importante lembrar que nós também somos natureza e construímos pactos pela vida com ela. Não pensamos a natureza como ente desassociado de nós, somos parte dela.

Águas da ancestralidade

Mergulhando nas águas da ancestralidade, conseguimos entender e tentar partilhar os conhecimentos próprios de nossa gente. As escolas regulares/padrão não nos falam de luas, marés e ventos, muito menos nos ensinam a valorizar nossos conhecimentos ancestrais. São os nossos costeiros de pesca e mariscagem nossos primeiros e principais espaços de aprendizado conforme aponta Hugo Silva Caetano em sua dissertação de mestrado. Lá superamos as lacunas deixadas pelos espaços formativos formais.

As marés de luta se dão no território tradicional e fora dele, com o protagonismo da comunidade que possui muitos e variados conhecimentos dos seus espaços de atuação e vivência comunitária. Entretanto, tem sido necessário acessar outros espaços, construir habilidades e competências que possibilitem manejar as “armas do inimigo”, representando judicialmente e fazendo denúncias, construindo mapas, realizando oficinas de cartografia, promovendo debates sobre identidade, gênero e juventude, articulando reuniões, seminários, audiências públicas. Nesse processo, a juventude pesqueira e quilombola tem sido uma importante aliada.

A presença potente de estudantes da comunidade nas universidades Federais e Estaduais da Bahia, que se deu por intermédio da Escola das Águas e graças à luta de nossa gente pelas políticas afirmativas, tem sido de grande importância tanto para ampliar a consciência crítica e construir novas habilidades em diferentes áreas do conhecimento, como para fortalecer o debate na luta que se faz dentro e fora do território.

Outro elemento importante a ser destacado é o fortalecimento das alianças com professoras/es e outros parceiros. Essa estratégia tem se mostrado propícia para aumentar a tripulação e construir uma pescaria mais exitosa contra os retrocessos (maré de ruim) e pela permanência de nossos direitos. A luta não iniciou por esse motivo, mas as famílias da comunidade ficam muito felizes ao verem seus jovens adentrando à universidade (Lucineia MACEDO, 2019).

Por conta do agravamento dos conflitos, a maré de luta política, configurada por um conjunto de atividades de incidência, tem se dado de forma articulada com outras lutas, inclusive a luta pelo sustento. Neste sentido, não tem sido possível esperar as marés pequenas chegarem para fazermos a luta política. Um dos aspectos da incidência tem sido a capacidade de articular apoios em diversas áreas do conhecimento. A parceria também vem se dando com colegas, como as irmãs indígena e quilombola Elizamar Gomes e Valéria Porto, com minha orientadora Ana Tereza Reis da Silva, além de suas colegas e também estimadas professoras do MESPT, Mônica Nogueira e Cristiane Portela, com quem desejamos manter uma parceria que se constrói no respeito mútuo.

Na luta política, a maré grande se manifesta na maré pequena: grande para a luta, pequena para produção. No que se refere aos aspectos geográficos da produção para garantir que as pescadoras/es sustentem a luta por direitos, as atividades de incidência não podem se dar em marés produtivas. As marés grandes, no aspecto da produção, não propiciam a luta política. A luta política por direitos muitas vezes é incompatível com a maré de sustento.

Quando isso acontece, e é necessário realizar a luta política em maré grande, a luta fica esvaziada e se fortalecem os preconceitos sobre nós.

Durante muito tempo disseram que éramos preguiçosos, desorganizados e não participávamos de reuniões. Isso porque os mobilizadores externos não se atentavam para os movimentos das marés e para os modos de organização de nossas lutas. As atividades eram definidas sem diálogo com a comunidade e realizadas, muitas vezes, em marés grandes que são boas para o sustento, isto é, incompatíveis com a luta política. Apenas em algumas ocasiões, se a luta política acontece no território e não conflita com o horário da captura é possível fazer ao mesmo tempo luta por sustento e luta política e/ou quando a situação é de vida e morte. Não é possível pensar o território pesqueiro e sua organização sem olhar para maré e seus tempos.

Não seria redundante dizer que nos últimos anos, no que concerne a luta política por direitos, a maré grande tem se dado de forma constante no Quilombo Conceição de Salinas (lembrando que a maré grande na luta significa maré pequena no sustento). Ela tomou maior proporção desde o surgimento do loteamento Parque das Margaridas, que se instalou do dia para noite em nosso Território Tradicional de forma arbitrária e violenta. Diante de tantos ataques e retrocessos, muitas vezes a necessidade de fazer luta política de forma mais intensa se sobrepõe a uma maré. Assim as marés de luta também se sobrepõem, tornam-se necessárias, e fazemos a luta de maré em maré.

Em conversa com orientadora, Ana Tereza Reis da Silva, sobre um dia de luta na Comunidade Pesqueiro e Quilombola Conceição de Salinas, ela me fala da presença constante do fogo em suas diversas funções: cozinhar os alimentos, iluminar, aquecer e espantar insetos. A atividade que inspira seu olhar foi realizada na área do TAUS, costeiro da Coroa do Carro, Praia da Jega, área destinada a famílias para realizar diversas atividades ligadas a pesca artesanal e agricultura de subsistência, além de formação, atividades culturais e de lazer. Abaixo, compartilho um exercício de tradução de sua fala/narrativa, atravessado por meu olhar sobre esses territórios de luta:

Para as mulheres das águas o dia sempre começa antes do nascer do sol. À beira da praia, em frente à roça das famílias de Conceição Sacramento, um grupo de mulheres começa o preparo do alimento. Outras estão encarregadas de tarefas diversas, como preparar o ambiente da formação e os materiais que serão usados nas reuniões e nas atividades produtivas. Aponta gente pelos mais variados caminhos. Uns surgem pelos fundos da roça: vieram pelo caminho que dá acesso ao campo e ao cemitério ou à rua que recebe o nome fantasia de Baiúca; outros pelo fundo do Rio da Igreja ou pelo caminho da praia de dentro, meio encoberto pelos manguezais; outros, ainda, chegam pela beira da maré, trajeto considerado mais seguro porque mais

aberto, possibilitando uma visão mais ampla; tem também os que vêm pela pista, de carro ou de moto e estacionam na área de uso coletivo. Alguns grupos passam no local das atividades e vão capturar pescados ou chegam trazendo pescados para serem beneficiados durante as reuniões e processos de formação; outros chegam para colaborar ou participar das diversas formações e oficinas. Mas, no grupo também tem aqueles que estão de saída para uma reunião que vai acontecer fora, para realizar a comercialização de seus produtos ou para cuidar de questões de saúde. O fogo continua aceso, uma mais velha orienta o preparo do alimento que vai garantir a alegria as tripas (MARIA, Tupinambá) e as condições concretas para fazer as lutas e ganhar a guerra. O fogo e a luta não cessam naquele lugar de resistência como apontam as placas espalhadas pela área. O fogo que durante o dia tem a função de cozinhar o alimento, a noite espanta insetos, tem significados diversos na luta histórica dos povos e comunidades tradicionais (GEOGRAFAR, 2009).

Esse olhar é inspirado em uma semana de atividade no Setembro da Resistência de 2018, mas todo dia é dia de luta. Algumas lutas e resistências assumem um lugar de maior destaque na vida das mulheres pescadoras quilombolas de Conceição de Salinas: a luta contra a privatização da Ilha do Medo; o enfrentamento aos crimes da carcericultura, inclusive assassinatos; o enfrentamento ao impacto provocado pelo Gasoduto Manati; a luta contra os impactos da Implementação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu; a luta em defesa da regularização dos territórios pesqueiros; a luta pelo reconhecimento do território como comunidade quilombola; a luta pela sessão do Termo de Autorização de Uso Sustentável.

Essas lutas estão ameaçadas diante da ofensiva do Estado contra os Povos e Comunidades Tradicionais e da fragilização das leis ambientais. Mas, os ciclos das marés continuam e também nossa incidência em cada lançamento.

IV

MARÉ DE LANÇAMENTOS



Figura 8 - Tripulação de pescadores de rede de fundo (batelão e socorro) no mar da Bahia de Todos os Santos,, banco de imagens do Grupo Gaivota. Foto: Uendel Galter.

4.1 Fechamento-abertura

Entre a maré grande e a maré pequena, está a maré de lançamento. Eu não sou pesquisadora militante, sou uma militante que está pesquisadora. Refletindo sobre seu lugar na luta do movimento negro urbano, sua incidência e contribuição, inclusive na condição de pesquisador nas Comunidades pesqueiras Quilombolas de Santo Amaro-Ba, Samyr Ferreira dos Santos nos diz:

Minha pesquisa, por motivo do meu engajamento com a luta da articulação Quilombola e Pesqueira de Subaé, se classifica muito bem como pesquisa militante, ou engajada. Uma pesquisa que exige do pesquisador não somente a observação e a vivência de lugares pesquisados (Observação participante) como também uma atuação nos mesmos ou junto aos mesmos (SANTOS, 2016, p. 13).

Santos é um importante pesquisador e companheiro de luta do movimento, goza da confiança e do respeito das(os) pescadoras(es) quilombolas do Subaé, entretanto não é um deles e, por isso, classifica a si mesmo como um pesquisador militante. A experiência intelectual e acadêmica de Samyr e a minha se distinguem, entre outras questões, pelo fato de eu Ser uma militante que está pesquisadora e de ele ser um pesquisador militante. Para refletir sobre o SER militante e ESTAR pesquisadora, retomarei alguns relatos da experiência na luta cotidiana como sujeito político e o modo que o movimento e a necessidade de meu povo influenciaram na minha forma de me posicionar.

Não vou me delongar com as exemplificações de minha prática militante, visto que o capítulo de abertura já cumpre essa tarefa. Vou usar exemplos mais recentes, como as circunstâncias que esclarecem o movimento entre minha opção de tema de pesquisa e a mudança do tema. Uma mudança que foi orientada pela minha postura como militante que está pesquisadora.

Você é uma militante que está na faculdade, é você quem deve fazer os estudos de sua comunidade. Não importa se o Estado não vai reconhecer, não podemos aceitar a ousadia desse prefeito que ameaça a comunidade e lhe ameaça. Vamos articular parceiros, mas, como militante você tem que fazer dos seus estudos um instrumento para visibilizar a comunidade e também fazer dele uma denúncia. Isso também vai ajudar vocês a se protegerem da violência e das ameaças, desse prefeito (Marizelha LOPES, 2018).

Marizelha Carlos Lopes, tem acompanhado de perto a violência de Lucas Bahiana, suposto proprietário do Parque das Margaridas, contra a comunidade e o modo com que o

gestor municipal tem burlado a lei para favorecer o capital empresarial. Também testemunhou a ameaça pública feita pelo prefeito à comunidade e à nossa identidade, além da tentativa de me agredir, conforme queixa que apresentei à sexta câmara em junho de 2018.

Essa menina sempre foi assim questionando as decisões, fazendo denúncias. Nunca concordou com a gente. Fica com esse negócio de colocar o povo para lutar. Lutar por direitos! Os quilombolas! Quilombolas nada, aqui não tem quilombolas. Eu vou lhe mostrar uma coisa, vou acabar com esse Quilombo (PEDREIRA, 2018).

As palavras acima foram proferidas em 18 de abril de 2018, após tentativa frustrada do prefeito de Salinas de Margarida, senhor Wilson Ribeiro Pedreira, de convencer os técnicos convidados pelo movimento a retirarem o apoio à comunidade. Wilson é um latifundiário da região, empresário do ramo da construção e outros. Ele expropriou uma importante área da Fazenda Conceição, considerada de marinha (bem inalienável), onde construiu e ampliou seu hotel. Sua narrativa, ao tempo que representa uma ameaça a minha gente e a nossa luta e resistência, também expressa as forças conservadoras que sempre estiveram do lado do capital.

Diferentemente, meu lado nunca foi o lado do capital ou dos interesses individuais. Nunca aceitei injustiças e venho lutando pela construção de uma sociedade melhor. Sou uma mulher preta que ousa lutar. Essas identidades já causam incomodo e se eu somar a elas outras identidades de poder, como intelectual e pesquisadora, Manuel Castells (1999) não dará conta de explicar.

A autoridade que a identidade de Mestra em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais que a Universidade de Brasília me confere contribui para o fortalecimento da luta em defesa da minha gente. O antagonista da nossa luta reconhece o nosso lugar de militante coerente. Ao tempo que faz ameaças, que tenta incriminar, cooptar e visibilizar, não pode negar que eu e meu povo estamos do “lado certo da história”. E essa história não está sendo contada pela ótica do colonizador, mas da ancestralidade me conferiu a autoridade de conta-la:

Você tem uma tarefa, sua tarefa é garantir à ancestralidade o direito de continuar passando. E seu estudo pode contribuir para que a ancestralidade continue a passar nos corpos de outras pessoas. (Diálogo com Joseanes, colega do MESPT, em janeiro de 2018).

As ameaças feitas pelo prefeito, foram colocadas em prática a partir do uso da máquina pública. Além dos licenciamentos ilegais emitidos, as secretarias de Assistência

Social, Educação, Saúde e Turismo têm se negado de forma sistemática a informar nossa identidade autodeclarada nos documentos públicos. Os empresários, seus capangas e capitães do mato, atacaram de várias formas a imagem da mulher pescadora quilombola, inclusive pinchando uma homenagem feita à mãe Rosa. Mas, na condição de militante que está pesquisadora, eu tenho a tarefa de contribuir para que a ancestralidade possa passar.

Diante do agravamento do conflito entre a comunidade e os poderes locais, precisei mudar o tema da pesquisa – que tinha como foco o impacto dos decretos 8424/2015 e 8425/2015 na vida e na identidade de mulheres pescadoras – para dar visibilidade à luta local e denunciar as violências, como propôs Marizelha e confirmou a ancestralidade. Os representantes da coordenação da Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras reconheceram a importância de minha pesquisa e da minha postura militante que colocou o estudo à serviço das demandas mais urgentes de minha gente:

Se você fosse continuar falando dos impactos dos decretos 8424/2015 e 8425/2015 na vida e na identidade das mulheres pescadoras do Brasil, seria bom, mas se a vida da sua comunidade está ameaçada e você vai denunciar isso, está certíssima. Tem o nosso apoio, esse é seu papel (Joana, pescadora de Pernambuco responsável pela secretaria nacional, 2018).

Esse ser militante que enfrenta as ameaças do poderoso e temido gestor de Salinas junto com sua raça, não tem trajetória acadêmica. Sua trajetória de intelectualidade foi construída nos contextos comunitários, nos territórios pesqueiros e na luta, sendo Elionice Conceição Sacramento, descendente de grandes mulheres, filha Maria José Conceição Sacramento, neta de Alta Cristina, bisneta de Maria Eliza, terceira neta de Filomena e quarta neta de Veridiana. A mulher negra, militante, pescadora, quilombola que está pesquisadora e que, ainda fora da academia, já era Mestra do saber tradicional e intelectual.

A militante de esquerda está colocada e legitimada como menina/mulher que possui a confiança da coordenação do movimento, como nas palavras do Sr. Edson Falcão, pescador, quilombola da comunidade de São Tiago do Iguape na Bahia, proferidas na Universidade de Brasília para a professora Ana Tereza Reis da Silva e quarta turma do MESPT:

A menina Leo é muito importante para o movimento, mesmo nova é uma grande militante, está aqui nessa Faculdade, mas não está sozinha, nem pela sua própria conta e vontade. Nós estamos de olho e no apoio (Edson FALCÃO, 2018).

A fala de seu Edson aponta o olhar vigilante do movimento sobre mim e sobre os espaços que acessamos. Ela é extremamente importante para que eu seja mais vigilante

também, referente à minha postura de militante na academia, de militante pesquisadora, de intelectual do conhecimento tradicional. Neste sentido, não me deixei atrair pela universidade. Não fortaleci seus padrões hegemônicos, nem esqueci meu lugar de militante que, estrategicamente, está na academia para cumprir uma tarefa. Entre a maré grande e a maré pequena, na maré de lançamento que me leva à academia, o movimento e a ancestralidade, além de minha família e da comunidade, são a ampliação dos meus olhos e o meu apoio.

Em vida, o senhor João Virou, importante mestre de pesca da Comunidade, homenageado no Bordejo Tradicional Corrida de Canoas (2009), para falar da importância da juventude, do conhecimento, da autoridade e do respeito que as pessoas mais novas também possuem, usou a simbologia das autoridades das águas. E em diálogo com o grupo Gaivota, ao lhe perguntarmos como ele se tornou um dos mais importantes mestres de pesca e se sua autoridade tinha relação com a maturidade e o tempo de exercício da atividade, disse-nos:

São muitos anos de pesca, enfrentei muito vento. Conheço cada costeiro de pesca como a palma de minha mão (consigo ouvir minha voz dizendo para ele: e belas mãos). Aprendi olhar o tempo e ouvir o vento, sentir o cheiro da chuva. As famílias confiavam em mim e sempre deixaram seus filhos moços pescarem comigo. Me tornei um homem muito respeitado, mas também, tem moço, pessoa nova como você menina que é mestre (João VIROU, 2009).

Já disse que ser mestra ou mestre de pesca é a maior patente de nossa gente, no que tange a identidade pesqueira. O senhor João revela um conhecimento adquirido na escola da vida e das águas, mas essa intelectualidade não é reconhecida pelos espaços formais. Analisando seu conhecimento, e o conhecimento que tantas mulheres e homens das águas possuem e nos são transmitidos, não temos dúvida que existe uma intelectualidade para além da academia.

A militância comprometida e aguerrida em defesa da comunidade, colocam meu corpo negro e os corpos da minha família diante de ameaças constantes. As ameaças e as violências são protagonizadas por representantes do capital e dos poderes locais e, nesse sentido, a abertura para uma relação com a universidade contribui para o fortalecimento de nossa resistência.

Para atacar minha credibilidade de lutadora do povo junto à comunidade, a Vereadora Márcia Regina, que também se declarou contra nossa identidade quilombola, afirmando em audiência pública “como a professora Mara, não concordo que Conceição seja Quilombo”, levantou calúnia contra meus pais, acusando-os de receber prêmio de 40 mil reais como pescadores mais velhos em um concurso que nunca existiu. Nunca provou quem pagou a suposta premiação e nem quem organizou o falso concurso, muito menos quando ele se deu.

Com a intenção de enfraquecer a luta, Lucas Bahiana e seus advogados, acusam a comunidade de ser um falso quilombo. Difundem a calúnia de que a identidade quilombola é coisa de uma família da Raça de Filomena, assim como a luta em defesa de nossas roças no processo de solicitação do TAUS. Eu e minha gente incomodamos o capital por estarmos na contramão do sistema capitalista, somos lutadoras do povo, como disse Ranufo Peloso.

Vânia Conceição tem me ajudado a refletir e aceitar que sou intelectual. Certamente, na perspectiva de intelectual cunhada por Antônio Bispo, quando comecei, na infância e adolescência, a confrontar o sistema, já se apresentava a militante intelectual que existe em mim. Então posso dizer que sou uma intelectual do mangue, da lama e das águas. No entremeio do conhecimento tradicional e do conhecimento científico, coloco-me diante dessas múltiplas identidades de mulher, preta, pescadora, quilombola, intelectual do conhecimento tradicional e que está pesquisadora da academia, sem a necessidade de me negar, de negar minha identidade e minha história:

As experiências no campo da Pesquisa Militante, em geral, rechaçaram a dicotomia entre sujeito e objeto de pesquisa, logrando estabelecer processos mais horizontais com as coletividades, movimentos sociais e organizações políticas. Um processo desafiante que exige a democratização e a coletivização de todo processo de pesquisa, incluindo a escolha do tema, o desenho da pesquisa, os métodos e as ferramentas a serem utilizadas, as reflexões, as ações, os resultados e, inclusive, as publicações deste, devem ser um caminho dialógico e aberto no qual os movimentos sociais e as coletividades deixam de ser meros objetos de estudos a serem observados de maneira distante e neutra e passam a ser considerados sujeitos produtores de conhecimentos legítimos e participantes ativos na construção do saber científico (Jonathan Henri Sebastiao JAUMONT apud Samyr Ferreira SANTOS, 2016, p.12).

Eu chego com abertura no Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais – MESPT/UnB, como militante que tem uma história ancestral de luta coletiva em defesa da vida e dos nossos direitos. Reafirmo que entro no mestrado e nele permaneço não como uma pesquisadora militante, que usa da sua condição de lutadora do povo para fortalecer a ciência e a pesquisa. Busquei construir uma relação de troca entre o território e academia como comunidades de aprendizagens. Reconheço a importância da academia e quanto mais ela for capaz de acolher as demandas de minha gente, tanto mais será melhor. No momento além de permanecer militante e pescadora, estou pesquisadora. Então, posso dizer que sou uma militante que, estando pesquisadora e tendo a possibilidade de pescar/mariscar outros conhecimentos, vivencio alguns privilégios, mas, também, situações de muita

vulnerabilidade frente à violência do capital, especialmente por ser mulher, negra, que tem a ousadia de confrontar o sistema.

A militante pesquisadora que me propus a ser/estar, rompe com os padrões e busca construir novas possibilidades de relações, que possibilitem inverter a pirâmide do poder e romper com as desigualdades estruturais de uma sociedade de classes.

Minha pesquisa se dá articulada com a necessidade de minha gente de construir subsídios que fortaleçam nossa luta e nossa identidade, uma pesquisa pés na lama e corpo imerso nas águas da Bahia de Todos os Santos e do Rio Paraguaçu, em diálogo com outras baías, enseadas e oceanos. Uma pesquisa orientada pelas ancestrais e pelo movimento, profundamente comprometida na busca de respostas às necessidades concretas de nossa gente. Não se trata de um contato superficial com os elementos da identidade das pescadoras/es quilombolas, mas de uma imersão a partir de uma demanda em águas e da lama. Uma imersão que gera transformação, contribuindo na luta que fortalece o ser militante.

No exercício de SER limitante e ESTAR pesquisadora, articulei questões relacionadas aos conflitos, identidades, resistência e lutas territoriais. Na estratégia de me tornar pesquisadora de forma pontual, pesquisadora da academia, dialoguei com Antônia Lara sobre seu artigo acerca da trajetória das intelectuais negras militantes:

Não temos como discutir tais estratégias de luta, sem perpassarmos pelo conceito da identidade, na medida em que o cerne da questão que movimenta os movimentos e as mulheres negras a se mobilizarem na exigência de direitos, enquanto sujeitos históricos, é o conhecimento de uma identidade negra (Lana de Alencastre CEVA, 2009, p.2).

Na minha prática de militante que está pesquisadora, não deixei de contribuir com as demandas do movimento em função da academia. Continuei acompanhando e colaborando com a pauta da articulação das mulheres e apoiando a formação da juventude. Não deixei de cumprir minhas responsabilidades como representante da associação local e só me eximi de alguma tarefa quando foi importante deixar que outras pessoas assumissem essa tarefa com o seu protagonismo.

As atividades propostas pelo projeto de pesquisa se deram em conexão com a necessidade de fortalecimento da luta e articuladas com as agendas mais coletivas a nível estadual e nacional. Para que fosse possível fazer essas costuras e não ser obrigada a viver a academia no distanciamento com o território, dois elementos foram de extrema importância: a própria proposta e estrutura do MESPT e, além disso, a possibilidade de contar com a parceria e com a sensibilidade da minha orientadora, a quem agradeço.

Valorizando o esforço do coletivo de mulheres negras, composto por Ana Farani, Denise Carrascosa, Luciana Reis, Geri Augusto, Paula Campos e Raquel de Souza, para traduzir o Atlântico (2017), procuro manter uma escrita do jeito simples que falamos, tendo em vista que não faz sentido complicar a narrativa que aborda a história de luta transatlântica/diaspórica de nossa gente. Ou, como diz Geri Augusto (2017), a língua não pode nos separar.

Me encaminhado em rota de chegada ao porto, nesta maré, dizendo sobre a Baía de Todos os Santos o que nossas tradutoras disseram sobre Salvador. Peço licença a elas para, da capital, ampliar o olhar para as comunidades tradicionais que estão no entorno da grande Baía. A Baía de Todos os Santos e Conceição de Salinas estão sujeitas a uma força maior e tudo aqui se determina pelas águas:

Salvador está sujeita a essa “força maior” desde sempre, desde seus tempos de porto de recepção de navios negreiros. A nós tradutores do Atlântico Negro, interessa pensar e agir na abertura de modos outros de entrar e sair desta Cidade da Bahia, deste espaço de confinamento. Essas entradas e saídas cujo os horizontes podemos divisar tem passagens obrigatórias pelas águas – marinhas e fluviais, que testemunham o fluxo das rotas de nossa ancestralidade e seus lamentos, de nossas matriarcas e suas abayomis, no processo doloroso da diáspora como desenraizamento e dispersão forçado (Denise CARRASCOSA, 2017 p.20).

Com essa maré, não tenho o objetivo de concluir coisas no sentido de fechar, mas saio de uma maré grande, produtiva no que tange a pesquisa, e me preparo para viver a maré pequena considerando todos os seus objetivos estratégicos. Entretanto, sabendo que a maré grande, nas diversas perspectivas abordadas, sempre volta, permitindo que as águas, lua e sol cumpram seu papel.

Diante do vivido, do sentido, do registrado, do pesquisado, do sistematizado e de tudo que não foi possível abarcar na atual estada como pesquisadora, desejo imensamente, que nas próximas marés que compõem o ciclo da vida no território pesqueiro quilombola, as/os intelectuais da comunidade, seja na academia ou fora dela, continuem seguindo o fluxo e a rota das nossas ancestrais, a fim de fortalecerem as alianças estratégicas e produzirem conhecimentos que atendam as necessidades de nossa gente.

Que as águas e as marés de agosto, fortaleçam nossa resistência diaspórica. Viva as águas da nossa ancestralidade e de nossa luta transatlântica!

BIBLIOGRAFIA

ALCANTARA, D. M. **Entre a Forma Espacial e a Racionalidade Jurídica: Comunidade de Fundo de Pasto da Fazenda Caldeirãozinho - Uauá/BA**. 2011. 329 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os Quilombos e as Novas Etnias**. In: O'DWYER, Eliane Cantarino, (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ALMEIDA, F. C. **Manguezais Aracajuanos: Convivendo com a Devastação**. 1. ed. Recife: Massangana, 2010.

AKOTIRENE. C. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento. Justificando, 2019.

ALVES, T. S. **A pesca artesanal em Baiacu - Vera Cruz (BA): Identidade, contradições e produção do espaço**. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

AUGUSTO, Geri. Transnacionalismo Negro: a encruzilhada de amefrican@s. **Revista da FAEEBA- Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 25-38, jan-abr. 2016.

BARBOSA, Paulo Correia. **Lélia Gonzalez: feminismo negro no palco da Brasília**. Brasília: Abravídeo, 2015.

BECKER, Bertha K. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

BERND, Zilá Bernd. Em busca dos rastros perdidos da memória ancestral. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 40, p. 29-42, 20 dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9838>. Acesso em: 30 Mar. 2019.

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 474-489,

2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/115609/116687>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRITO, Ângela Maria Beneditta Bahia. **Racismo e Violência Obstétrica**. In: RISCADO, Jorge Luiz; FERNANDES, Saulo Luders. (Org.). **Raça, racismo institucional, ensino e práticas em saúde: ensaios, reflexões e ações para implementação da PNSIPN**. 1ed. v. 1, p. 339-347. Maceió: EDUFAL, 2017.

CAETANO, Hugo Silva. **Na Maré e na Escola: Experiências educativas de marisqueiras em Salinas da Margarida**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, 2013.

CONNELL, Raewyn. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. A Iminente Revolução na Teoria Social. Vol. 27, 2012 nº 80 , p. 9-20.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 1 dez. 2003.

CARRASCOSA, Denise (Org.) **Traduzindo no Atlântico Negro: cartas náuticas afrodiaspóricas para travessias literárias**. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2017.

CASTELLUCCI Jr., Wellington. **Pescadores e Roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX, 1860-1888**. São Paulo/Salvador: Annablume; Fapesp/Fapesb, 2008.

CESE, Coordenadoria Ecumênica de Serviço. **Identidade Negra - Direitos Humanos e Fortalecimento das Organizações Populares**, Salvador, 2010.

CORDEIRO, P.R.O. **Essa terra é para filhos e netos não vende e não pode trocar: A disputa entre o território tradicional quilombola pesqueiro de Rio dos Macacos e o território militarizado da Marinha do Brasil**. 2018. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, 2018.

COSTA, E. J. FILHO, Walter Fraga. Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). **Revistas de Estudos da Religião**, São Paulo, v.10, n. 10, p. 85-93, jun. 2010. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/rv2_2010/r_brito.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2019.

CUNHA, M. C. **Cultura com Aspas e Outros Ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Entrevista com Julia Dias Carneiro** – BBC NEWS/Brasil, 9 de março. Rio de Janeiro, 2017.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Editora Edufba, 2008.

FERREIRA, Ivete. **Um Horizonte que Desponta!** Salinas da Margarida. EGBA, Editora do Governo do Estado da Bahia, 2019.

FILHO, D; GOES, E; GERMANI, G.I. **Estado, Territórios Étnicos e Desenvolvimento: Uma Análise de Raça e Gênero**. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA, 2012: Uberlândia, MG, Territórios em Disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro (Anais)**. **Uberlândia: UFU/LAGEA, 2012. Disponível em:** < http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1389_1.pdf>. Acesso em: 10 Fev. 2019

FOUCAULT, M. **O Nascimento da Biopolítica** – Curso no Collège de France 1978-1979. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREDERICO, Grazielle; MOLLO, Lúcia Tormin; DUTRA, Paula Queiroz. “Quem não se afirma não existe”: entrevista com Cristiane Sobral. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, n. 51, p. 254 - 258, ago, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S231640182017000200254&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 set. 2019.

FREITAS, Henrique. **O arco e a arkhé: ensaios sobre Literatura e Cultura**. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2016.

GAIVOTAS – **Salinas: o mar, a lama e a vida**. Editora Venture. Salvador, 2010. LIVRO.

GEOGRAFAR – **Geografia dos Assentamentos da Área Rural**. Relatório Técnico Preliminar – Comunidade Quilombola Pesqueira Conceição de Salinas, 2019.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, R.C. **A Vida no Vai e Vem das Águas:** mulheres marisqueiras de Salinas da Margarida: trabalho, cultura e meio ambiente (1960-1990). 2009. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade do Estado da Bahia, Campus V, Santo Antônio de Jesus, 2009

GOMES, Tatiana Dias. **Racismo Fundiário:** A elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor. Disponível em: <<https://cptba.org.br/racismo-fundiario-a-elevadissima-concentracao-de-terras-no-brasil-tem-cor/>>. Acesso em: 24 Mai. 2019.

GONÇALVES, A. M. **Um Defeito de Cor.** 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje** – Anuário de Antropologia, Política e Sociologia. São Paulo: Anpocs, 1984. p. 223-244.

GRAHAM, R. **Alimentar a Cidade:** das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780 - 1860). Tradução Berilo Vargas. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GUIMARAES, Antônio S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2019.

HOLLOWAY, John. **Mudar o Mundo Sem Tomar o Poder:** o significado da revolução hoje. São Paulo: Viramundo, 2003.

hooks, bel. **Intelectuais Negras.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2. p. 464-478, jan 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>>. Acesso em: 06 out. 2018.

MARTINS, L. M. **Performances da Oralitura:** corpo, lugar da memória. Letras – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras, n. 26. Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo.** Petrópolis: Vozes, 1980.

OLIVEIRA. A. **Salinas da Margarida:** Notícias Históricas. Araguari: Editora Minas, 2000.

OYEWUMI, O. **Contextualizando o Gênero:** os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias (CODESRIA, 2004) ARTIGO –.

PEREIRA, Josemeire Alves. Favela. In: Cidinha da Silva. (Org.) **Africanidades e Relações Raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014. v. I, p. 35-37.

PEREIRA JÚNIOR, Davi. **Quilombos de Alcântara: Território e Conflito**. O Intrusamento do território das comunidades Quilombolas de Alcântara pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space. Manaus: Editora UFAM, 2009

PEREZ, Mercedes Solá. **R-Existências Sociais Pela Vida** – Camponesas e Camponeses do que hoje é Suape (Brasil) e das Zonas de Reservas Camponesas (Colômbia). Curitiba: CRV, 2017.

PINHEIRO, B. C. S. **As Mulheres Negras e a Ciência no Brasil: “E eu, não sou uma cientista??”**. COMCIÊNCIA (UNICAMP), v. 1, p. 12-20, 2019. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/as-mulheres-negras-e-ciencia-no-brasil-e-eu-nao-sou-uma-cientista/#more-3706>>. Acesso em 26 Jul. 2019.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Editora Letramento. Justificando, 2017.

RIOS, K. A. **A Questão da Luta na/pela Terra e Água dos Pescadores Artesanais: Desafios e perspectivas do processo de regularização dos territórios pesqueiros de Ilha de Maré - BA**. 2017. 466 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SANTANA, Jacimara Souza. **Mulheres Africanas de Moçambique na Revista Tempo (1975-1985)**. Rio de Janeiro: Editora Casa Aberta e FBN, 2014.

SANTOS, A. B. **Colonização, Quilombos: Modos e Significações**. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre Urbanização Latino-americana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. O Dinheiro e o Território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, S. F. “**Na Terra e no Mar, Pescadores Quilombolas na Luta**”: Um estudo antropológico sobre a Articulação Quilombola do Subaé. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Recôncavo Baiano, 2016.

SAGATO, Rita Laura. **E-cadernos CES**. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura de um vocabulário estratégico descolonial, 18, 2012, p. 106-131.

SLENES, Robert W. **Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SILVA, G.L. **Pescadores, Militares e Burgueses: Legislação pesqueira e cultura marítima no Brasil (1840-1930)**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 1991.

SOARES, Cecília Moreira. **Mulher Negra na Bahia no Sec XIX**. 1994. 126 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal das Bahia, Salvador, 1994.

SOBRAL, C. **Não Vou Mais Lavar os Pratos**. Brasília: Dulcina Editora, 2010.

SOUTO, F. J. B. **A Ciência que Veio da Lama: Uma abordagem etnoecológica abrangente das relações ser humano/ manguezal na comunidade pesqueira de Acupe, Santo Amaro-BA**. 2004. 319 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. Letramento. In: SILVA, Cidinha da (Org.). **Africanidades e relações raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014. p. 38-43.

SPIVAK, G. C. **Pode o Sulbaterno Falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VARELA, Laura Beck. **Das Sesmarias à Propriedade Moderna: um Estudo de História do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.